

5842
BGA

TÉRMO DE JUNTADA

De ordem do Sr. Presidente, juntei, nesta data, os documentos a seguir relacionados, constantes da defesa de ERICO SAMPAIO, ACYR BARROS, WISMAR COSTA LIMA, SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA e DIVAL JOSÉ DE SOUZA, que ficam fazendo parte integrante dos presentes autos, constantes das fls. 5843 a 6111, vol. XXV. E, para constar, lavrei e assino o presente termo. Rio de Janeiro, 07 de maio de 1968. //

Beatriz Gouveia de Almeida
Secretaria da CI

Ilmo. Sr. Presidente da Comissão de Inquérito instituída pela Portaria nº 78, de 22 de março de 1968, do Excmo. Sr. Ministro do Interior (D.O. de 14.4.68).

SEBASTIÃO DA SILVA, brasileiro, casado, funcionário público Federal aposentado, residente na cidade de Gramma, Estado de São Paulo, de nº. Matrícula nº 220, tendo sido citado para comparecer de defesa, face a imputação no processo respectivo, requer a V. Ex. a junta da defesa, para que produza os efeitos de direito, nos seguintes termos:

Ilmo. Sr. Presidente da Comissão de Inquérito:

Inicialmente, para demonstrar a confissão de algumas acusações, quer evidenciar que só foi servir em esta Grosse, União Gráfica, 50. Inscrição nº 10001, em janeiro de 1957, tendo-se licenciado para tratamento de saúde em 4 de janeiro de 1962, retornando ao trabalho em julho de 1962, tendo, antes desse período, trabalhado como de Estado de S. Paulo, permanecendo, até o dia 22 de maio, depois que recebeu liberação, sob o nome de João Paulo de Almeida.

Uma vez serviu na 6a. Inspeção Regional que compreende o norte do Estado de São Paulo, mas sim, trabalhou na 50. I.R., com sede em São Paulo e a sua de esta Grosse.

Quanto ao primeiro item de imputação, as acusações de falsidade, de que a 40 e 40, além de muita documentação que existe na 50. I.R., em União Gráfica e na sede da C.F.I., demonstrando claramente a falta de conhecimento de haver sido imputado, e que deve, portanto, tornar insubsistente esta acusação.

Quanto ao segundo item tem-se, também a imputação de, que a V. Ex. não tem conhecimento, porque, na sessão de suplicante, nunca houve apresentação de documentos de que a 40 e 40, mas também, que a imputação de falsidade de repartições públicas é de grande importância, da qual nenhum dos interessados pode falar, porque as verbas são de natureza especial, vale-se, no caso de, a possibilidade de ser criada pessoal para a repartição em função de aumento e pagamento de contas regularmente cobradas e pagas das verbas.

$$\begin{array}{r} 5844 \\ \times 24 \\ \hline 23376 \\ 116880 \\ \hline 139728 \end{array}$$

não revelando o indiciado, pois estaria extinta a punibilidade, face a ocorrência de prescrição (art. 213, do Estatuto).

Precisa ser dito ainda, que não despche e nunca trabalhou com Celso Azevedo, também não conheceu o Senador Vilas Boas, devendo tratar-se de pessoal do norte de Mato Grosso, portanto da Inspectoria, onde o indiciado nunca trabalhou.

Quanto ao sexto item, além da documentação que ora junta e de constante do S.F.I. e também da Diretoria, a declaração de fls. 742, diz exatamente o contrário, ou seja, que todas as vendas no período de indiciado foram feitas por concorrência pública, o mesmo ocorrendo a fls. 4011/12/13, onde Américo Antunes de Azevedo acusa outros funcionários de não o indiciado.

Quanto ao sétimo item, informa que o único veículo adquirido em sua gestão foi um Rural Willys, zero quilômetros, autorizado pela Diretoria do S.F.I.. Declara ainda, que não recebeu nenhum dinheiro das mãos de José Benedit, contrário ao que se alega, nos autos, em julho de 1962, o indiciado estava ausente e afastado do exercício desde janeiro de 1962, a partir de quando a Inspectoria estava entregue ao seu substituto, exatamente a Sr. Monsenot.

Quanto ao oitavo item, informa que a prova de que ocorreu exatamente o contrário, ou seja, o depósito no Banco do Brasil S/A, está na parte documentação que junta e anexa - documentos n.ºs. 28, 30 - servindo a documentação de fls., citada, de n.º 35, para demonstrar que, nas vezes em que não depositava, era para atender necessidades da Inspectoria e sempre autorizado pela Diretoria do S.F.I..

De não pertencer os documentos constantes do S.F.P., e, como Grande(17), na Diretoria, a Comissão poderá oficial ao Banco do Brasil S/A, solicitando um extrato de conta naquele período.

Quanto ao nono item, não verossimilmente a acusação, pois a documentação em anexo, de n.ºs. 49 usque 56, prova exatamente o contrário, eis que sempre encaminhava o necessário pedido de autorização à Diretoria do S.F.I., conforme pode ainda atestar a documentação existente no S.F.R., em Campo Grande(17) e na própria Diretoria do S.F.I..

Quanto ao décimo item, a sua indicição, bem como a com a decisão proferida à comissão, é um verdadeiro absurdo, pois nunca trabalhou na Inspectoria, que tem jurisdição no norte de Mato Grosso e sede em Cuiabá, desconhecendo totalmente o assunto. A prova disso será a mais simples de todas, bastando ser comparado os seus dados de antecedentes que nunca trabalhou naquela Inspectoria, tudo indicando tratar-se de um erro na citação de seu nome como acusado.

Terá ainda dizer claro que, em 1962, estava licenciado e

não realizou o exercício, sendo apresentada em julho, devendo ainda ser ressaltado que a cêta Irágens Intermediária pertence à Sa. Ins. e taria, Norte do Mato Grosso, não tendo a ver com a Sa. I. P., que é a que serve a indiciada.

Quanto ao décimo primeiro item, também nenhuma culpa cabe ao indiciado, eis que fatos ocorridos em 1952 e 1953, sendo a última, quando se vê os processos, foram posteriores ao seu afastamento da Ins. taria, razão porque nenhuma responsabilidade pode ser-lhe atribuída.

Quanto ao décimo segundo item, segundo a qual teria o indiciado permitido que Luiz Martins Cunha recebesse os vencimentos da esposa - A. Isaura Cunha - por mais de um ano, infere-se que o mesmo recebeu seus vencimentos regularmente de janeiro a dezembro de 1958, tendo seguido para a Ilha Grande de Ilh. 4 14, falsificando em 4 de julho de 1959, deixando seu nome de constar da frequência e das faltas desde janeiro de 1959, o que pode e deve ser verificado pela documentação existente na Sa. I. P. e na Diretoria do S. P. I..

Finalmente, Sr. membros da Comissão de Inquérito, o indiciado não pode virar para tecer mais algumas considerações em sua defesa:

- 1) José Fernando da Cruz é indiciado previsto do indiciado.
- 2) Nunca foi, o indiciado, suspenso por trinta dias, como foi alegado e n. 378, também nunca tendo sido punido em sua vida funcional, conforme poderá ser constatado de seus antecedentes.
- 3) Segundo sabe o indiciado e poderá ser comprovado pela Diretoria, somente em 1960 foi que a mesma Diretoria baixou instruções para o recolhimento obrigatório da renda Irágens do Fundo Federal Agropecuário, eis que até então, essa renda podia ser aplicada no Norte e, apesar dessa fiscalização, o indiciado, muitas vezes, devia situar no Banco do Brasil S/A e não a polícia autorizada.
- 4) Após licenciamento, quando tomou posse, o indiciado passou toda a responsabilidade do material a todo mais, com inventário, para o seu substituto, Sr. José Benedit - ficou entre os n. 41 e 45.
- 5) Em julho de 1962 - já estava licenciado desde janeiro - foi apresentada, razão porque não poderia receber qualquer importância de José Benedit. Se José Benedit fosse por qualquer motivo, não poderia ter se indiciado que já lhe pagaria tudo o devido.
- 6) João Batista Correa foi transferido de Sa. I. P. e pediu o indiciado, face à sua conduta, o que foi relatado à Diretoria.
- 7) Que qualquer denúncia ao indiciado, sobre assassinios de índios ou qualquer outro, em fevereiro de 1962 - Américo Antunes de

lindeira, fls. 4011/12/13 - ventura providência podia parecer de sua parte, porque estava desatenta desde janeiro e seriamente doente.

Assim, comprovando, esta vênua, a inapetência da indicanda, tem de levar a crer que essa respeitável comissão não permitirá que pareçam mais dúvidas sobre a vida funcional e sobre a sua pessoa.

Ademais, em os documentos ora apresentados, referidos pelos caracterizantes e vistoria de documentos que poderão ser encontradas no S.M.I.B., em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Directorio do S.F.L. e ainda, remessa de ofício do Proc. do Brasil 2/1, solicitando a existência de certos de mesma Inspectoria, referente ao período de gestão do mesmo, esta vênua não diz que, face a que dispõe o artigo 213, do Estatuto (Lei nº 1.711, de 29.10.52), verbis:

"Proclamará: I - Em dois anos, a falta sujeita às penas de repressão, multa ou suspensão; II - Em quatro anos a falta sujeita: a) a pena de absolvição, no caso do §2º do art. 27; b) a absolvição de absolvição de absolvição. Parágrafo único. A falta também prevista na Lei nº 1.711 como crime reprovável imediatamente por este.", e

proscrição já ocorreu, eis que se de apresentada já tem cerca de 6 (seis) anos, além de afastada do exercício e mais desse tempo, embora não livrar-se pela porta da repressão, mas sim, pela absolvição que o considere inocente, a fim de que não seja a sua longa vida funcional de correção suspensa, quando ultra-que se tem de apresentar e deseja desculpou por entender ter cumprido o seu dever.

Assim sendo, espera, à vista das provas constantes do processo, que que juntou e de outras mais que poderão ser encontradas por essa respeitável comissão e pelo Conselho de Justiça que deve manter - e por certo, manter - no trabalho de tal encaminhamento, seja, a final, a indicação incontestada das imitações omissores, com o ato de Justiça.

Nestes termos,

pede deferimento.

Rio de Janeiro, em 7 de maio de 1963

Francisco Cascardo

Francisco Cascardo
Advogado

DOC. 1 - DEFESA ÉRICO SAMPAIO

5848
996-1

VERBA 1.0.00 - Consignação 1.6.00 ~Encargos Diversos, - Sub-Consignação
1.6.17, Serviço de Assistência 1) Assistência aos Índios - 18 S.F.I., da
Lei nº 2.665 de 6/12/55, Art. 4º , Anéxo 4-12- Aplicação até 31/12/56.

DATA	DÉBITO CR\$	CRÉDITO CR\$	$\frac{D}{C}$	SALDO
Doc.	Suprimento recebido120.000,00			
1 31/12/56	Recibo de Vergilio Ornellas	1.155,00		
2 31/12/56	Recibo de Irmãos Nasser	44.507,00		
3 31/12/56	Idem de Braulino Ferreira ..	200,00		
4 31/12/56	Idem de Benjamin G. de Souza	450,00		
5 31/12/56	Idem de Juvenício Almeida	1.200,00		
6 31/12/56	Idem de Faustino de souza ...	1.100,00		
7 31/12/56	Idem de Dr, Francisco A, Guer- reiro de Melo	1.400,00		
8 31/12/56	Recebido de Mauricio Cantreiro	35.850,00		
9 31/12/56	Idem de Francisco Fermino de Melo	11.500,00		
10 31/12/56	Idem de Orlando Feixoto Ribas	1.449,00		
11 31/12/56	Idem de Irmãos Neder	20.989,00		
12 31/12/56	Idem de Dr, Cicero de Castro			
	Faria	200,00		
		<u>120.000,00</u>	<u>120.000,00</u>	

"DE LUXE" 3041-A

DATA

DÉBITO

CRÉDITO

$\frac{D}{C}$

SALDO

1º SEMESTRE DE 1957

DOC. 2. EMILIO SAMPAIO 2

5849

Verbal.0.00 ≈ Custeio, Consignação 1.6.00 Encargos Diversos, Sub-Consignação

1.6.17- Serviços de Assistência 1) Assistência aos Índios 18- S.F.I. Art 4º da Lei 2996 de 10/12/56.

DATA	DÉBITO CR\$	CRÉDITO CR\$	$\frac{D}{C}$	SALDO
0	Suprimento recebido	240.000,00		
1	Recibo de Moyssés Sadalla & Cia	877,00		
2	Idem de Dr. German M. Rios	200,00		
3	Idem de Irmãos Neder	613,00		
4	Idem de Tercio Cardoso	1.200,00		
5	Idem de Lourival Machado	1.200,00		
6	Idem de Julio Oshiro	210,00		
7	Idem de Dr. Alberto Neder	15.000,00		
8	Idem de Waldomiro S. Martins	80,00		
9	Idem de Silvarina Espinheira	235,00		
10	Idem Dr. Admar Barbosa	1.400,00		
11	Idem Dr. Fernando A. Torres	500,00		
12	Idem de Enoch A. Soares	1.204,00		
13	Idem de Adyl Barbosa	100,00		
14	Idem de Luciano Pedro da Silva	1.600,00		
15	Idem de Silvestre Galhardo	2.420,00		
16	Idem de Anais H. Lucas	148,00		
17	Idem de Enoch A. Soares	1.000,00		
18	Idem de Nagib Assef Businain	72,00		
19	Idem de Shiguekiti Aguni	160,00		
	A transportar			

"DE LUXE" 3041-A

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
				Transporte
20		Recibo de Luiz Martins Cunha	518,00	
21		Idem de Francisco V. da Silva	435,00	
22		Idem de Dr. Cicero C. Faria	400,00	
23		Idem de Irmãos Nasser	45,00	
24		Idem de Julio Oshiro	800,00	
25		Idem de Dr. Altamiro Barbosa	150,00	
26		Idem de Bucker & Cia.	40,00	
27		Idem de Eurides Ribeiro	40,00	
28		Idem de José da Silva	600,00	
29		Idem José Borges de Barros	1.000,00	
30		Idem de Kurt Shlcid	150,00	
31		Idem de Vlademir G. Arruda	4.070,00	
32		Idem de Dr. Rubens Teixeira	500,00	
33		Idem de Dr. Alcindo A. Almeida	2.000,00	
34		Idem de Jeronimo A. Santos	200,00	
35		Idem de Irmãos Goya	600,00	
36		Idem de Cid A. Moraes	650,00	
37		Idem de Aldo Bongiovanni Cia.	1.730,00	
38		Idem de Dr. Francisco A.G. Melo	1.200,00	
		Atransportar		

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
Transporte				
39 Recibo de Antonio Jorge		1.200,00		
40 Idem de Maria J. Fiuna		1.000,00		
41 Idem de Antonio Jorge		1.800,00		
42 Idem de Aldo Bongiovanni Cia.		7.215,00		
43 Idem de Moyses Cadalla Cia.		500,00		
44 Idem de Dilermando Silva		1.020,00		
45 Idem de Shiguikithi Aguni		100,00		
46 Idem de Edvaldo V. Campos		230,00		
47 Idem de Antonio Elesbão Cia.		30,00		
48 Idem de Vitorino N. Oliveira		3.015,00		
49 Idem de Luiz Tires		271,00		
50 Idem de Silvestre Galhardo		470,00		
51 Idem de Aldo Bongiovanni Cia.		11.462,00		
52 Idem de Nagib A. Buainain		350,00		
53 Idem de Irmãos Chacha		6.900,00		
54 Idem de Jeronimo A. Santos		30,00		
55 Idem de Nagib A. Buainain		1.200,00		
56 Idem de Cacildo Frosa		600,00		
57 Idem de Paulo Macchavo A transp.		500,00		

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	D C	SALDO
Transp.				
58 Recibo de Moysés Sadalla Cia.		11.500,00		
59 Idem de Dr. Francisco A.G. Melo		16.735,00		
60 Idem de Rachid Bacha		350,00		
61 Idem de Dr. German H. Rios		5.000,00		
62 Idem de Odilio Torto Soares		975,00		
63 Idem de Abel F. Aragão		16.459,00		
64 Idem de João Justino Marcos		5.000,00		
65 Idem de José Borges de Barros		1.000,00		
66 Idem de Nagib A. Boanain		538,00		
67 Idem de Roberto Terez		40,00		
68 Idem de João Alcaraz		220,00		
69 Idem de João Justino Marcos		28.000,00		
70 Idem de Diniz M. Sampaio		120,00		
71 Idem de Francisco Leal Junior		195,00		
72 Idem Idem Idem		20,00		
73 Idem de Irmãos Chacha		250,00		
74 Idem de Dr. Admar C. Barbosa		600,00		
75 Idem de Pedro Gallano		200,00		
76 Idem de João Justino Marcos		2.250,00		
À transp.				

DATA		DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
	Transp.				
77	Recibo de Osmar Galdino		1.700,00		
78	Idem de Odilio Porto Soares		200,00		
79	Idem de Haia &. Cia.		17.732,00		
80	Idem de Dr. Antonio A. Duarte		24.350,00		
81	Idem de João Justino Marcos		7.000,00		
82	Idem de Estrada de Ferro N.O.B.		752,00		
83	Idem Benigno W. Vasconcelos		4.930,00		
84	Idem Arnulfo Fioravanti		12.644,00		
		<u>240.000,00</u>	<u>240.000,00</u>		

DATA

DÉBITO

CRÉDITO

$\frac{D}{C}$

SALDO

2º SEMESTRE DE 1957

ERICO SAMPAIO
DEFESA5852 5
29/10

Verba 1.0.00 Custeio-Conservação 1.6.00 Encargo Diversos, Subconservação
1.6.17- Serviços de Assistência 1) Assistência aos Índios- 18 S.F.I. Art. 4º
da Lei 2996 de 10/12/56.

DATA		DÉBITO CR\$	CRÉDITO Cr\$	$\frac{D}{C}$	SALDO
	Suprimento recebido	300.000,00			
1	Recibo de Dr. Admar C. Barbosa		6.300,00		
2 e 3	Idem de João Justino Marcos		26.522,00		
4	Idem de João Alcaraz		580,00		
5	Idem de Moysés Sadalla Cia		11.520,00		
6	Idem de Cid A. Moraes		1.000,00		
7	Idem de Francisco F. M. & Irmãos		12.000,00		
8	Idem de A. Trouy		1.500,00		
9	Idem de Manoel Estevão Junior		7.595,00		
10	Idem de Gentil B. Medeiros		1.126,00		
11	Idem de Salim Calil		10.594,50		
12	Idem de Importadora M. Ferragens		20.340,00		
13	Idem de Reinaldo Montagnoli		494,00		
14	Idem de Agostinho Bacha		42,00		
15	Idem de João Alcaraz		6.608,00		
16	Idem de Casas Pernambucanas		5.880,00		
17	Idem de Terruta Ishy		394,00		
18	Idem de Moysés Sadalla Cia.		1.652,00		
19	Idem de Adolfo Pedro		450,00		
20	Idem de José Barbosa Souza		480,00		
	À transp.				

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
				Transp.
21		7.148,00		Recibo de Francelino de Campos
22		4.197,00		Idem de Ramos da Silva & Cia.
23		1.185,00		Idem de Eduardo Rios
24		1.690,00		Idem de Odilio Iôrto Soares
25		12.699,00		Idem de Pedro D. Lanza-rini
26		2.044,00		Idem de Rachid Bacha
27		1.870,00		Idem de Lucilia B. de Souza
28		533,00		Idem de Benedito F. Dias
29		8.400,00		Idem de Seitaro Serizawa
30		4.000,00		Idem de Dr. A. O. Machado
31		3.500,00		Idem de Idem Idem
32		36.200,00		Idem de José M. Gonçalves
33		9.000,00		Idem de Moysés A. Silva
34		18.000,00		Idem de Idem Idem
35		10.200,00		Idem de Dr. Roberto Cordeiro
36		33.916,80		Idem de Daniel Gespedes
37		1.461,70		Idem de Moysés Sadalla Cia.
38		10.490,00		Idem de Idem Idem
39		1.600,00		Idem de Osvaldo Figueiredo
				A transp.

$$\begin{array}{r} 5853 \\ \hline 96 \end{array} \quad 6$$

"DE LUXE" 3041-A

DATA

DÉBITO

CRÉDITO

$\frac{D}{C}$

SALDO

1º SEMESTRE DE 1958. ERICO SAMPAIO
DEFESA

58547
EAB

VERBA MATERIAL - Consignação 1.3. 00- Sub- 1.3. 10 - Materias Primas

DATA		DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
	Suprimento recebido	27.000,00			
1	Recibo de Irmãos Nasser		4.800,00		
2	Idem de Moysés Sadalla cia.		22.200,00		
		27.000,00	27.000,00		
	Consignação 1.0.00- Sub- 1.3.04- Combustivel e Lubrificantes				
	Suprimento recebido	15.000,00			
1	Recibo de Irmãos Alves		15.000,00		
		15.000,00	15.000,00		
	Consignação 1.5.00- Sub 1.5.06- Reparos adaptações,				
	recuperação de bens moveis.				
	Suprimento recebido	15.000,00			
1	Recibo de Felipe Justino Marcos		15.000,00		
		15.000,00	15.000,00		
	Verba: 1.0.00- Custeio- Sub- 1.3.03- Material de limpeza				
	Suprimento recebido	3.000,00			
1	Recibo de Fernando Lopes		400,00		
2	Idem de Moysés Sadalla		2.600,00		
		3.000,00	3.000,00		

DATA

DÉBITO

CRÉDITO

$\frac{D}{C}$

SALDO

VERBA: 1.0.00- Custeio, Consignação 1.6.00 - Encargos Diversos, Sub-1.6.17-
Serviços de Assistência Social 1) Assistência aos Índios - 18 S.F.I.
art. 4º da Lei 3327-A de 3/12/57.

DATA		DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
	Suprimento recebido	575.000,00			
1	Recibo de Bartolomeu T. Perez		308,00		
2	Idem de Samuel Mayoral		10.465,00		
3	Idem de Nelson C. & Irmãos		12.090,00		
4	Idem de Irmãos Frizzo & Cia.		14.647,10		
5	Idem de Francisco Jorge Moraes		2.605,60		
6	Idem de José Borges		335,50		
7	Idem de Abel F. Aragão		9.249,00		
8	Idem de Atilio Battaglini		156,00		
9	Idem de Agostinho Bacha		201,00		
10	Idem de J. Volpon & Irmãos		21.900,00		
11	Idem de Waldir Hecht		20.000,00		
12	Idem de Moysés Sadalla Cia.		1.741,00		
13	Idem de Raia & Cia.		9.853,00		
14	Idem de Della Barba & Pacheco		1.580,00		
15	Idem de Batista Ribeiro Ltda.		700,00		
16	Idem de João Alvaraz		3.125,00		
17	Idem de Manoel Sobreira		1.120,00		
18	Idem de Benigno N. Vasconcelos		7.165,00		
19	Idem de Dr. Edgard B. Rodrigues		1.800,00		
	A transp.				

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
	Transp.			
20	Recibo de Ignacio Perez	500,00		
21	Idem de Manoel Estevão Junior	260,00		
22	Idem de Manoel Sobreira	640,00		
23	Idem de J. Medeiros da Silva	600,00		
24	Idem J. Pacheco do Amaral Cia.	430,00		
25	Idem de Renato Lomonaco	17.350,00		
26	Idem de Nagib Assef Buainain	750,00		
27	Idem de Moysés Sadalla Cia.	3.290,00		
28	Idem de Sylvio Zanatta	2.360,00		
29	Idem de Alcides Doretto	15.000,00		
30	Idem de Tamoio Lopes	460,00		
31	Idem de Daniel Gespedes	500,00		
32	Idem de Saul Monteiro	3.000,00		
33	Idem de Luciano Pedro da Silva	1.000,00		
34	Idem de Bastista Libeiro Ltda.	600,00		
35	Idem de Osvaldo A. da Silva	550,00		
36	Idem de Enoch A. Soares	1.910,00		
37	Idem de João Mendes Goulart	12.300,00		
38	Idem de Nelson Ficolo	340,00		
	A transp.			

ERICO SAMPAIO
DEFESA

5856/9A 3

DATA		DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
	Transp.				
39	Recibo de Alcindo Gasparine		54,00		
40	Idem de Moysés Sadalla Cia.		364,00		
41	Idem de Agostinho Bacha		895,00		
42	Idem de Miguel Perez Filho		84,80		
43	Idem de J. Tllhano & Cia.Ltda.		335,00		
44	Idem de Idem Idem		900,00		
45	Idem de Gabriel Simão		18.300,00		
46	Idem de Idem Idem		13.480,00		
47	Idem de Eduardo Garib		6.258,00		
48	Idem de Irmãos Nassar		2.920,00		
49	Idem de João Alcaraz		4.402,00		
50	Idem Francisco F.M.& Irmão		1.650,00		
51	Idem de Falhano & Cia.		8.620,00		
52	Idem de Arnulfo Fioravante		3.808,00		
53	Idem de Hospital Evangélico		21.150,00		
54	Idem de Dr. Francisco A.G.Melo		17.750,00		
55	Idem de Silvestre Galhardo		2.480,00		
56	Idem de José Leite Acosta		3.000,00		
57	Idem Jardelino Moreira		200,00		
	À transp.				

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
				Transp.
58		200,00		Recibo de Avelino dos Reis Cia,
59		170,00		Idem de Palmira B. da Silva
60		970,00		Idem de Luciano T. da Silva
61		300,00		Idem de Dr. Silvio Muller
62		100,00		Idem de Francisco V. Campos Curado
63		3.500,00		Idem de Mario Brosco
64		5.450,00		Idem de Ernesto Hóbi
65		2.400,00		Idem de Roseny F. de Souza
66		11.000,00		Idem de Sebastiana C. Cordeiro
67		395,00		Idem de João Batista Correia
68		1.505,00		Idem de Benigno N. Vasconcelos
69		2.741,00		Idem Lazaro B. Nascimento
70		2.877,00		Idem de Idem Idem
71		3.570,00		Idem de Palmira B. da Silva
72		6.000,00		Idem de Saul Monteiro
73		3.200,00		Idem de Faustino de Souza
74		13.050,00		Idem de Ary Moreira
75		40,00		Idem de João Correia Souza
76		126.000,00		Idem de Faustino de Souza
				A Transp.

ERICO SAMPAIO
DEFESA

5857
3/10

10

DATA		DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
	Transp.				
77	Recibo de Cid A. Moraes		50.000,00		
78	Idem Roberto do Val		49.000,00		
		<u>575.000,00</u>	<u>575.000,00</u>		

DATA

DÉBITO

CRÉDITO

$\frac{D}{C}$

SALDO

2º SEMESTRE DE 1958

ERICO SAMPAIO
DEFESA5858
316

11

VERBA: 1.0.00 - Custeio- Consignação 1.6.00- Encargos Diversos- Sub- 1.6.17

Serviços de Assistência Social - 1) Assistencia aos Indios- 18 S.F.I. Art.4º
anexo 4.13- da Lei 3377-A de 3/12/57.

DATA		DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
	Suprimento recebido	670.000,00			
1	Recibo de William Dias Nazar		1.780,00		
2	Idem de Irmãos Chacha		930,00		
3	Idem de Nagib Assef Buainain		160,00		
4	Idem de Luiz Carlos Milarez		2.000,00		
5	Idem de Irmãos Nasser		9.975,00		
6	Idem de Deocolciano M. De Souza		440,00		
7	Idem de Odilio Porto Soares		2.600,00		
8	Idem de Daniel Cespedes		250,00		
9	Idem de João Barreto de Souza		1.989,00		
10	Idem de Nagib Assef Buainain		260,00		
11	Idem de Daniel Cespedes		740,00		
12	Idem de Myrtilla da Silva Perez		170,00		
13	Idem de Arif Contar		250,00		
14	Idem de Daniel Cespedes		583,00		
15	Idem de José Pacheco Amaral & Cia.		1.720,00		
16	Idem de Anais H. Lucas		100,00		
17	Idem de Dr. Maximiano de S. Carvalho		4.000,00		
18	Idem de Saul Monteiro		6.000,00		
19	Idem de Anais H. Lucas		100,00		
	A transp.				

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
Transp.				
20	Recibo de Deocleciano M. Souza	2.500,00		
21	Idem de João Alcaraz	990,00		
22	Idem de Deocleciano M. Souza	5.000,00		
23	Idem de Dr. Othon Barbosa	8.000,00		
24	Idem de Roberto Bernardo	4.000,00		
25	Idem de Florencio W. dos Santos	150,00		
26	Idem de Ilario Marcelino Campos	650,00		
27	Idem de Agilio dos Santos	360,00		
28	Idem de Joaquim Allan Hardec Adrien	820,00		
29	Idem de Vitalino Gabriel	5.000,00		
30	Idem de Damazio Alcantara	300,00		
31	Idem de Odorico Dias Maciel	3.110,00		
32	Idem de João de Deuz Souza	300,00		
33	Idem de Iorio & Correa	34.278,00		
34	Idem de José Tinto da Silva	6.544,50		
35	Idem de J. Casanobas	740,00		
36	Idem de Idem Idem	286,00		
37	Idem de Argentino M. de Matos	4.500,00		
38	Idem de Juan N. Roda	63.600,00		
A transp.				

DATA		DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
	Transp.				
39	Recibo de Luciano P. da Silva		5.370,00		
40	Idem de Adauto F. Sousa		3.000,00		
41	Idem de Inacio Bonifacio		60.000,00		
42	Idem de Aldo Bongiovanni & Cia.		4.834,00		
43	Idem de Olivio Dobbins		56.306,50		
44	Idem de Juan Hernandez Hernandez		2.355,00		
45	Idem de Jacinto Salvador		32.888,00		
46	Idem de Laudelino Barcelos Filhos		88.147,00		
47	Idem de Calarge & Irmão		60,00		
48	Idem de Argentino M. Matos		5.040,00		
49	Idem de Antonio F. Campos		3.130,00		
50	Idem de Irmãos Nasser		1.680,00		
51	Idem de Luciano Tedro da Silva		2.500,00		
52	Idem de João Caçã		200,00		
53	Idem de Palmira B. Silva		7.968,00		
54	Idem de Idem Idem		1.480,00		
55	Idem de Odilio Porto Soares		600,00		
56	Idem de Dilermando Silva		6.480,00		
57	Idem de Lenir Cabral Duarte		6.820,00		
	À transf.				

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
Transp.				
58	Recibo de Valdemar de Oliveira	360,00		
59	Idem de Antoninho Moreira	80.000,00		
60	Idem de Aldo Bongiovani & Cia.	2.800,00		
61	Idem de Hermes Baltazar	46.000,00		
62	Idem de Eliza de Souza	40.050,00		
63	Idem de José Floriano Freitas	920,00		
64	Idem de Osvaldo F. Campos	160,00		
65	Idem de Benira F. Costa	705,00		
66	Idem de Ercolano Gabriel	3.200,00		
67	Idem de Idem Idem	1.200,00		
68	Idem de Palmira B. Silva	1.500,00		
69	Idem de Idem Idem	2.800,00		
70	Idem de José de Brito Castor	1.500,00		
71	Idem de Bucker & Cia.	10.000,00		
72	Idem de Nicaio Yule	110,00		
73	Idem de Arnulpho Fioravanti	14.534,00		
74	Idem de Abdo Latif Bazzi	135,00		
		<u>670.000,00</u>	<u>670.000,00</u>	

VERBA MATERIAL Consignação 1.3.00- Materias Primas

DATA		DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
1	Suprimento recebido	20.000,00			
	Recibo de Bucker & Cia.		20.000,00		
		20.000,00	20.000,00		
	Consignação 1.3.00- Material de Limpesa				
	suprimento recebido	6.500,00			
1	Recibo de Irmãos Takoyassu		4.285,00		
2	Idem de Irmãos Nasser		2.215,00		
		6.500,00	6.500,00		
	S/Consignação 1.3.04 - Combustivel, etc.				
	Suprimento recebido	25.000,00			
1	Recibo de Irmãos Alves Ltda.		25.000,00		
		25.000,00	25.000,00		

DATA

DÉBITO

CRÉDITO

$\frac{D}{C}$

SALDO

2º SEMESTRE DE 1959

ERICO SAMPAIO
DEFEZA5861/14
298

Verba 1.0.00- Custeio Consignação 1.6.00- Encargos Diversos- Sub. 1.6.17

Serviço Assistência Social- 1) Assistência aos Índios, 18 S.P.I.- Lei 3487
de 10/12/58, Anexo 4.13 - art. 4º.

DATA		DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
	Suprimento recebido	450.000,00			
1	Recibo de Cacildo Trosa		500,00		
2	Idem de Talhano & Cia.		975,00		
3	Idem de Severino L. de Araujo		2.500,00		
4	Idem de Rodolfo A. Pinho & Cia.		2.935,00		
5	Idem de Horacio V. Almeida		5.000,00		
6	Idem de Lucilia B. de Souza		2.360,00		
7	Idem de Palmira Barbosa Silva		6.750,00		
8	Idem de Dr. Marcilio C. Lima		15.000,00		
9	Idem de Lucilia B. de Souza		2.920,00		
10	Idem de João Alcaraz		11.150,00		
11	Idem de Joaquim A. de Freitas		24.000,00		
12	Idem de Calil Muqueri		6.300,00		
13	Idem de Antonio Zanuto		6.800,00		
14	Idem de Elfridio V. Briguena		636,00		
15	Idem de Enoch A. Soares		892,00		
16	Idem de Terruta Ishy		112,00		
17	Idem de Manoel Estivão Junior		18.603,00		
18	Idem de Jazon de Brito		45.000,00		
19	Idem de Macario Campos Leite		11.399,00		
	A transp.				

DATA

DÉBITO

CRÉDITO

 $\frac{D}{C}$

SALDO

Transp.

20	Recibo de Dr. Ademir Barbosa	1.600,00	
21	Idem de Mario Gomes	34.000,00	
22	Idem de João Castelo Branco	355,00	
23	Idem de Baitara Bute	300,00	
24	Idem de Talmira B. da Silva	4.350,00	
25	Idem de Nagib Boainain	1.376,00	
26	Idem de Dr. Altamiro Barbosa	150,00	
27	Idem de Edvaldo Sampaio	1.180,00	
28	Idem de Nagib Boainain	2.502,00	
29	Idem de Idem Idem	10.070,00	
30	Idem de Berenice F. Florentino	52.500,00	
31	Idem de J. Pacheco do Amaral	170,00	
32	Idem de MALUF & Cia Ltda	900,00	
33	Idem de Roger Durbon	300,00	
34	Idem de Carlos Fernandes	260,00	
35	Idem de Ramos Garcia Ltda.	5.117,00	
36	Idem de Takeo Massago	1.600,00	
37	Idem de José Taborda Souza	1.080,00	
38	Idem de Policarpo M. dos Santos	1.050,00	
39	Idem de Abel W. de Aragão	22.976,00	
	A transp.		

ERICO SAMPAIO
DEFESA

5862
8/10 15

DATA		DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
	Transp .				
40	Recibo de Raia & Cia		7.860,00		
41	Idem de Elisa de Souza		1.000,00		
42	Idem de Bucker & cia.		5.600,00		
43	Idem de Idem Idem		9.600,00		
44	Idem de Idem Idem		12.000,00		
45	Idem de Idem Idem		38.950,00		
46	Idem de Creste Corzoso		1.011,00		
47	Idem de Cirilo Ramos		773,00		
48	Idem de E.aminondas Tissini		1.700,00		
49	Idem de Edison Guterres		29.295,00		
50	Idem de José Zanuto		3.200,00		
51	Idem de J. Volpon & Irmãos		11.843,00		
52	Idem de Florentino Pedro		19.000,00		
53	Idem de Otacilio S. Belmontes		1.000,00		
54	Idem de Sr. Tercio T. Sá		1.500,00		
			<u>450.000,00</u>		
			<u>450.000,00</u>		

DATA

DÉBITO

CRÉDITO

$\frac{D}{C}$

SALDO

1º SEMESTRE DE 1959

ERICO SAMPAIO
DEFESA5863
916 16

Verba: 1.0.00-Custeio, Consignação 1.6.00- Encargos Diversos, Sub-
1.6.17- Serviços de Assistência Social, 1) Assistência aos Índios -
18 S.P.I. Lei 3487, de 10/12/58, Anexo 4, Subanexo 14, art. 4.

DATA		DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
	Suprimento recebido	450.000,00			
1	Recibo de Bartolomeu Perez Perez		770,00		
2	Idem de José Volpon & Irmãos		10.000,00		
3	Idem de Elpheu Palo		8.854,00		
4	Idem de Sebastião Mathias		18.000,00		
5	Idem de José Volpon & Irmãos		2.294,00		
6	Idem de Clarindo Vilela		150,00		
7	Idem de Gabriel Simão		9.600,00		
8	Idem de Raia & Cia. Ltda.		14.195,00		
9	Idem de José Pinto da Silva		650,00		
10	Idem de Moysés Sadalla & cia. Ltda.		12.167,00		
11	Idem de Irotes Gomes do Prado		33.000,00		
12	Idem de João Costa		2.500,00		
13	Idem de Rina Sarti Pelegrini		6.470,00		
14	Idem de Crecencio Infrans		600,00		
15	Idem de Batista Ltda.		960,00		
16	Idem de Jamil Nachif		1.120,00		
17	Idem de Pedro Anastacio		1.237,00		
18	Idem de Irmãos Nasser		80,00		
19	Idem de Manoel Tavares		2.500,00		
	Àtransf.				

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
				Transp.
20		4.500,00		Recibo de Antonio Ferreira
21		11.000,00		Idem de Idem Idem
22		100,00		Idem de Benedito Vieira
23		25.000,00		Idem de Mario Gomes
24		1.170,00		Idem de Luciano Pedro da Silva
25		500,00		Idem de Dilermando Silva
26		3.090,00		Idem de Lucila B. de Souza
27		3.000,00		Idem de Shoiti Hamanaka
28		9.000,00		Idem de Claudio de Souza
29		600,00		Idem de Dr.Cicero de Castro Faria
30		13.132,00		Idem de Eduardo Garib
31		7.200,00		Idem de Lauçidio Coelho
32		2.400,00		Idem de Dr. Hirose Adania
33		1.000,00		Idem de Luciano Pedro da Silva
34		4.500,00		Idem de Adelia Chaves
35		806,00		Idem de Lazaro Bertho Nascimento
36		340,00		Idem Manoel Sobreira
37		15.000,00		Idem de Dr. German M. Rios
38		2.680,00		Idem de Moyses Sadalla & Cia.Ltda.
				A transp.

EMILIO SAMPAIO
DEFESA

5864 17
396

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
	Transp.			
39	Recibo de Irmãos Kasser	1.710,00		
40	Idem de Rachid Bacha	985,00		
41	Idem de Dr. Ademir Correa Barbosa	4.100,00		
42	Idem de João Lourenço	650,00		
43	Idem de Agostinho Bacha	14.000,00		
44	Idem de Moysés Sadalla & Cia. Ltda.	81.300,00		
45	Idem de Idem Idem	210,00		
46	Idem de Filomena Tenoria Santiago	2.000,00		
47	Idem de Abel Freire de Aragão	24.384,00		
48	Idem de Bucker & Cia.	137,00		
49	Idem de J. Manvailer Sobrinho	2.900,00		
50	Idem de Benjamin G. de Souza	1.710,00		
51	Idem de Lazaro Bertho Nascimento	5.580,00		
52	Idem de Idem Idem	3.937,00		
53	Idem de Palmira Barbosa da Silva	2.040,00		
54	Idem de Irmãos Melo	19.150,00		
55	Idem de Mauricio Canteiro	400,00		
56	Idem de Arnulpho Fioravanti	17.320,00		
57	Idem de João Jorge Chacha	27.218,00		
	A transp.			

DATA		DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
	Transp.				
58	Recibo de Talmira Barbosa da Silva		3.840,00		
59	Idem de Agostinho Bacha		755,00		
60	Idem de Eduardo V. Filho		3.000,00		
61	Idem de Dr.Claudio Fragelli		2.500,00		
		<u>450.000,00</u>	<u>450.000,00</u>		

1º SEMESTRE DE 1960

ERICO SAMPAIO
DEFESA5865
96 18

Verba: 1.0.00- Custeio- Consignação 1.3.00- Materiais e Produtos
Manufaturados, etc.

DATA		DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
	Suprimento recebido	35.000,00			
1	Recibo de Irmãos Yasser		35.000,00		
		<u>35.000,00</u>	<u>35.000,00</u>		

Verba: 1.0.00- Custeio- Sub. 1.3.04 - Combustível e Lubrificantes

	Suprimento recebido	20.000,00			
1	Recibo de Irmãos Alves Ltda.		20.000,00		
		<u>20.000,00</u>	<u>20.000,00</u>		

2º SEMESTRE DE 1960

Verba: 1.0.00- Custeio- Consignação 1.3.00 - Sub. 1.3.10 -Materias Primas e
Produtos Manufaturados, e qualquer transformação.

DATA		DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
	Suprimento recebido	35.000,00			
1	Recibo de Irmãos Nasser		35.000,00		
		<u>35.000,00</u>	<u>35.000,00</u>		

Verba: 1.0.00- Custeio- Consignação 1.3.00- Sub. 1.3.04 - Combustivel e
lubrificantes.

	Suprimento recebido	25.000,00			
1	Recibo de Irmãos Alves Ltda.		25.000,00		
		<u>25.000,00</u>	<u>25.000,00</u>		

Verba: 1.0.00- Custeio- Consignação 1.6.00- Encargos Diversos, Sub. 1.6.17
 Serviço de Assistência Social- 1) Assistência aos Índios 18 S.F.I., Lei
 3682 de 7/12/59, art. 4º, Anexo 4.12.

DATA		DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
	Suprimento recebido	1.000.000,00			
1	Recibo de Irmãos Masser		8.092,50		
2	Idem de Helio B. Sondei		1.750,00		
3	Idem de João Resstel		2.800,00		
4	Idem de Adil Lanzarinb Silva		48.450,00		
5	Idem de Alaide F. Fonseca		33.150,00		
6	Idem de Joaquim Ferreira		32.500,00		
7	Idem de Dilermando Silva		300,00		
8	Idem de Aldo Bongiovanni Cia,		3.095,00		
9	Idem de Mario Esnarriaga		440,00		
10	Idem de Dr. Francisco A.G.Melo		7.000,00		
11	Idem de Benito Almirão		28.000,00		
12	Idem de Abel F. Aragão		21.503,00		
13	Idem de Antonio Moreira		2.000,00		
14	Idem de Lazaro B. Nascimento		14.541,50		
15	Idem de Idem Idem		120,00		
16	Idem de Elodir B. Jaques		8.000,00		
17	Idem de Dr. Fernando Torres		1.000,00		
18	Idem de Antonio L. Oliveira		500,00		
19	Idem de Dr. Rudel E. Trindade		17.210,00		
	À transp.				

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
	Transp.			
20	Recibo de Silvestre Galhardo	3.348,00		
21	Idem de Laudelina C. Gomes	1.125,00		
22	Idem de Dr. Hirose Adania	1.000,00		
23	Idem de Fortunato M. Macasere	165,00		
24	Idem de Dr. Silvio Müller	500,00		
25	Idem de João Gonçalves	400,00		
26	Idem de Dr. German M. Rios	2.600,00		
27	Idem de Moysés Sadalla Cia.	1.010,00		
28	Idem de Idem Idem	4.100,00		
29	Idem de Nelson M. Cardoso	4.009,00		
30	Idem Ferreira Filho Cia.	2.680,00		
31	Idem de João Alcaraz	7.200,00		
32	Idem de Antonio Joarez Santana	4.800,00		
33	Idem de Heyoshi Matayama & Filho	120,00		
34	Idem de Eduardo Garibi	7.700,00		
35	Idem de Rodolfo L. Ferreira	300,00		
36	Idem de Palmira B. Silva	1.800,00		
37	Idem de Teodoro Chaparro	8.000,00		
38	Idem de Mauricio Cantero	2.000,00		
	A transp.			

EMILIO SAMPAIO
DE FESA

5867 20
3/16

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
	Transp.			
39	Recibo de Moysés Sadalla Cia.	1,200,00		
40	Idem de Dr. Walfrido Azambuja	400,00		
41	Idem de Dr. Ademir Barbosa	4.500,00		
42	Idem de Irmãos Nassaer	48.920,00		
43	Idem de Casas Pernambucanas	107.085,50		
44	Idem de R. Andrade Pinho Cia.	3.200,00		
45	Idem de Benjamin G. Souza	18.040,00		
46	Idem de Helio Flores	12.000,00		
47	Idem de João Tires da Silva	35.952,00		
48	Idem de João Candido	20.800,00		
49	Idem de João E. Marcos	25.000,00		
50	Idem de Ramão S. Coelho	2.800,00		
51	Idem de Antonio Benites	68.000,00		
52	Idem de Amadeu B. da Silva	5.000,00		
53	Idem de Sebastião L. Paula	6.500,00		
54	Idem de Fernando P. Lôrenzo	15.000,00		
55	Idem de M. Ramalho	1.950,00		
56	Idem de Americo A. Siqueira	10.000,00		
57	Idem de Idem Idem	500,00		
	À transp.			

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
Transp.				
58	Recibo de Bastitino Pereira	15.000,00		
59	Idem de Mario F. Candido	1.600,00		
60	Idem de Idem Idem	14.000,00		
61	Idem de Januario Carro	7.000,00		
62	Idem de Geraldo Alcantara	1.200,00		
63	Idem de Alcino Figueredo	5.000,00		
64	Idem de Aldo Bongiovanni Cia	4.000,00		
65	Idem de Antonio Vicente	500,00		
66	Idem de Alexandre Baasch	850,00		
67	Idem de Dr. German M. Rios	400,00		
68	Idem de Serafim Gomes	300,00		
69	Idem de Lazaro B. Nascimento	1.342,00		
70	Idem de Idem Idem	2.679,00		
71	Idem de Idem Idem	999,00		
72	Idem de Idem Idem	128,00		
73	Idem de Dr. German M. Rios	400,00		
74	Idem de Raia & Cia.	18.903,00		
75	Idem de Cesarino Honorio	7.500,00		
76	Idem de Rufino Vieira Leite	7.000,00		
A transp-				

ENCO SAMPÃO
DEFESA

5868
BPA

21

DATA		DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
	Transp.				
77	Recibo de Honorio Jorge		2.800,00		
78	Idem de M. Fugii & Cia.		14.534,00		
79	Idem de Cesarino Honorio		27.500,00		
80	Idem de Otavio Cangucu		17.000,00		
81	Idem de Tony Machado		18.500,00		
82	Idem de Ano Sorex		6.840,00		
83	Idem de Santa Casa Misericordia		27.000,00		
84	Idem de Eduardo Bordan		3.000,00		
85	Idem de Onofre Souza		12.000,00		
86	Idem de Luiz Antonio Velho		8.000,00		
87	Idem de J. Volpon & Irmãos		7.000,00		
88	Idem de Ramos & Garcia Ltda.		7.295,00		
89	Idem de Luciano T. da Silva		2.800,00		
90	Idem de Jaleil Zain		29.300,00		
91	Idem de Adelino Milanez		2.500,00		
92	Idem de Alcides Dorete		21.688,00		
93	Idem de Sebastião L. Paula		2.400,00		
94	Idem de Luciano T. da Silva		4.550,00		
95	Idem de Dilermando Silva		2.400,00		
	A transp.				

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
Transp.				
96 Recibo de Neli Gomes Sordin		1,750,00		
97 Idem de Braulio Thome		14.400,00		
98 Idem de J. Pacheco do Amaral Cia.		2.340,00		
99 Idem de Djalma Mongenot		445,40		
	<u>1.000.000,00</u>	<u>1.000.000,00</u>		

EMCO SAMPAIO
DEFESA

58 69
9/6

22

VERBA MATERIAL

VERBA - 1.0.00- Consignação 1.3.00- SubConsignação 1.3.04
COMBUSTIVEL E LUBRIFICANTES:- CR\$ 50.000,00-

DATA		DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
8//11/61	Suprimento recebido	50.000,00			
8/11/61	Recibo de Lopoos & Corrêa		21.000,00		
"	Idem de Matsuó Arakaki		29.000,00		
		50.000,00	50.000,00		

XX
VERBA 1.0.00- Consignação 1.3.00- Subconsignação 1.3.03-
MATERIAL DE LIMPEZA - CR\$ 6.600,00-
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Suprimento recebido	6.600,00		
Recibo de Irmãos Nasser		6.300,00	
Idem de Honorina S. da Silva		300,00	
	6.600,00	6.600,00	

VERBA 1.0-00 - Consignação 1.3.00- Subconsignação 1.3.10
MATERIAS PRIMAS, ETC, CR\$ 30.000,00-

Suprimento recebido	30.000,00		
Recibo de Irmãos Nasser		30.000,00	
	30.000,00	30.000,00	

DATA

DÉBITO

CRÉDITO

$\frac{D}{C}$

SALDO

ENICO SAMPAIO
DEFESA

5840
12/10

23

VERBA MATERIAL

Consignação:- 1.3.00 - Subconsignação 1.3.10 - Materias Primas e
Produtos Manufaturados:- CR\$ 30.000,00

DATA		DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
19/8/61	Suprimento recebido	30.000,00			
"	Recibo de Sociedade Comercial				
	<u>Mato GROSSO Ltda.</u>				
			30.000,00		

DATA

DÉBITO

CRÉDITO

$\frac{D}{C}$

SALDO

EMILIO SAMPAIO
DEFESA

5871 24
B28

VERBA 1.0.00- Custeio - Consignação- 1.6.00- Encargos Diversos-
Subconsignação, 1.6.17- Serviço de Assistência Social 1) Assistência
aos Indios, 18 S.P.I. - Despesas Ordinarias. CR\$ 200.000,00-

DATA		DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
14/9/61	SUPRIMENTO RECEBIDO	200.000,00			
	Recibo de João Alves Custodio		4.947,00		
	Idem Irmãos Nasser		6.590,00		
	Idem Luciano Pedro da Silva		1.950,00		
	Idem Dr, Francisco G.Melo		5.755,00		
	Idem Helio Guedes		1.450,00		
	Idem Dr. Altamiro S. Barbosa		1.100,00		
	Idem L.Nunes		2.400,00		
	Idem Antonio C. Terra		2.000,00		
	Idem Patricio Lili		340,00		
	Idem Rachid Bacha		595,00		
	Idem Manoel Estevão Junior		1.272,00		
	Idem Alexandre Bassck		4.400,00		
	Idem Maria A. Oliveira		2.812,00		
	Idem Dr. Nelson Buainain		12.000,00		
	Idem Palmira Barbosa da Silva		6.050,00		
	Idem Idem Idem		1.050,00		
	Idem Silvestre Galhardo		1.577,00		
	Idem, idem, idem		980,00		
	Idem Saul Amadeo Brito		20.000,00		
	À Tranp.	200.000,00	77.268,00		

DATA		DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
14/9/61	Transporte	200.000,00	77.268,00		
	Recibo de Eduardo Garibe		10.490,00		
	Idem Abel F. Aragão & Filho		60.782,00		
	Idem Eleusis Queiroz		8.318,00		
	Idem Aldo Bongiovani & Cia.		19.315,00		
	Idem Raia & Cia Ltda.		13.135,00		
	Idem Dr. Nelson Buainain		1.500,00		
	Idem Natalicio G. Freitas		1.500,00		
	Idem Dr. Rudel E. Trandade		7.000,00		
	Idem Jeronimo S. Nogueira		442,00		
	Idem Mario L. Teixeira		250,00		
		200.000,00	200.000,00		

ENICO SAMPAIO
DEFESA

5872
29/6

25

VERBA 1.0.00- Custeio- Consignação 1.6.00 - Encargos Diversos -
Subconsignação 1:6.17 - Serviço de Assistência Social 1) Assistência aos
Indios- CR\$ 100.000,00.

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	$\frac{D}{C}$	SALDO
16/9/61. SUPRIMENTO RECEBIDO	100.000,00			
Recibo de Mario Rodrigues Mano		9.000,00		
Idem, idem, idem		49.000,00		
Idem, idem, idem		42.000,00		
-----	100.000,00	100.000,00		

Em 08 de SAM PAIO
DEFESA

5873
31/10

MOVIMENTO DA RENDA INDÍGENA

S.P.I. - I.R. 5

Ano: 1962

Mês: FEVEREIRO

POSTO: SEDE DA I.R/5

MULTILITH - RIO

E S P E C I F I C A Ç Ã O	Receita	Despesa	Saldo
Recibo de Enoch A.Souares-saldo do recebimento de gado da Reserva dos Kadiueos c/balanco anexo a 4a via.....	56.400,00		
Idem, idem, idem de Arinos Martins Ferreira, idem, idem.....	59.070,00		
Idem de Felisbino Ximenes c/recibo.....	82.500,00		
Idem de Ambrosio O.Lima c/recibo.....	44.000,00		
Idem de Leoncio S.Brito, c/recibo.....	165.000,00		
Idem de Joel Jaques.....	33.000,00		
Idem de Hilton M.Leite.....	33.000,00		
Idem de Avelino Garcia.....	49.500,00		
Idem de Leoncio S.Brito.....	165.000,00		
Idem de Leoncio Brito Filho.....	82.500,00		
Saldo oriundo da Prestação de Contas-(S.P.I.-4266/59).....	120.569,00		
Idem, idem(S.P.I.-0955/59).....	9.997,00		
Idem, idem(SPI-0211/60) m/m 260 de 22/7/61 da S.O.A.....	375,00		
Pago Helio Camacho- Doc. n. 1.....		10.000,00	
Idem Manoel Alves- Doc. n. 2.....		17.000,00	
Idem Aureo Garcia Gonzaga-Doc. n. 3...		1.400,00	
Idem Manoel Alves- Doc. n. 4.....		17.000,00	
Idem Helio Camacho- Doc. n. 5.....		15.000,00	
Idem Manoel Alves- Doc. n. 6.....		17.000,00	
Idem Ibraim Khaler- Doc. n. 7.....		3.123,00	
Idem Ibraim Khaler- Doc.-n. 8.....		5.980,00	
Idem Manoel Alves- Doc. n. 9.....		17.000,00	
Idem Manoel Alves Doc. n. 10.....		17.000,00	
Idem Manoel Alves Doc. n. 11.....		17.000,00	
Idem Manoel Alves Doc. n. 12.....		17.000,00	
Continua.....	900.211,00	154.503,00	

OBSERVAÇÕES : -

EMCO SAMPAIO
DEFESA

5814
398

MOVIMENTO DA RENDA INDÍGENA
S.P.I. - I.R. 5

Ano: 1962

Mês: FEVEREIRO

POSTO: SEDE DA I.R/5

MULTILITH - RIO

E S P E C I F I C A Ç Ã O	Receita	Despesa	Saldo
Continuação	900.911,00	408.388,00	
Pago José Monzenot- Doc. 41.....		4.140,00	
Idem José Monzenot- Doc. 42.....		10.000,00	
Idem M. Santos- Doc. 43.....		178,00	
Idem Manoel Alves- Doc. 44.....		17.000,00	
Idem José Monzenot- Doc. 45.....		3.255,00	
Idem Dr. Alves Duarte- Doc. 46.....		3.500,00	
Idem Relação de despesas- Doc. 47.....		7.604,50	
Idem S. Nakayama- Doc. 48.....		660,00	
Idem Dolostina Fialho- Doc. 49.....		12.160,00	
Idem Manoel Alves- Doc. 50.....		17.000,00	
Idem José Monzenot- Doc. 51.....		9.521,00	
Idem Arnaldo Gabriel- Doc. 52.....		6.080,00	
Idem Osvaldo Vieira- Doc. 53.....		4.480,00	
Idem Luiz Vieira- Doc. 54.....		4.480,00	
Idem Davi de Oliveira- Doc. 55.....		12.160,00	
Idem Edson Gutierrez- Doc. 56.....		3.000,00	
Idem Macario C. Leite- Doc. 57.....		4.480,00	
Idem Helio Canacho- Doc. 58.....		25.000,00	
Idem Basarge & Cia.- Doc. 59.....		1.360,00	
Idem Alfredo F. Araujo- Doc. 60.....		3.000,00	
Idem Luciano P. Silva- Doc. 61.....		4.457,00	
Idem Helio Canacho- Doc. 62.....		5.000,00	
Idem Manoel Alves- Doc. 63.....		17.000,00	
Idem Miyachira Chirite- Doc. 64.....		900,00	
Idem Luciano Pedro Silva- Doc. 65.....		3.500,00	
Idem Arnaldo P. Cavalcante- Doc. 66.....		600,00	
Idem Americo A. Siqueira- Doc. 67.....		14.830,00	
Idem Ibrahim Khalil- Doc. 68.....		5.634,00	
Idem Rodolfo Andrade Pinho- Doc. 69.....		3.220,00	
Continua.....	900.911,00	612.587,50	

OBSERVAÇÕES : -

MOVIMENTO DA RENDA DO POSTO

ESPECIFICAÇÃO	Receita	Despesa	Saldo
Continuação.....	900.911,00	612.587,50	
Pago Helio Camacho Doc. 70.....		5.000,00	
Idem Manoel Alves- Doc. 71.....		17.000,00	
Idem Ibrahim Khalil- Doc. 72.....		6.400,00	
Idem José Pereira- Doc. 73.....		5.000,00	
Idem José Oshiro- Doc. 74.....		4.500,00	
Idem Dilma Mongenot- Doc. 75.....		2.000,00	
Idem Rafael Gamao- Doc. 76.....		3.000,00	
Idem Dr. Nelson Buainain- Doc. 77.....		3.500,00	
Idem Carlos G. da Silva - Doc. 78.....		350,00	
Idem Ibrahim Khalil- Doc. 79.....		17.000,00	
Idem Jeronimo S. Nogueira- Doc. 80.....		500,00	
Idem Celina Rosa Geher- Doc. 81.....		6.288,50	
Idem Ibrahim Khalil - Doc. 82.....		13.395,00	
Idem Posto Rio Branco- Doc. 83.....		6.810,00	
Idem Jornal Correio do Estado- Doc. 84.....		1.500,00	
Idem Ibrahim Khalil- Doc. 85.....		9.200,00	
Idem Helio Camacho- Doc. 86.....		10.000,00	
Idem José Mongenot- Doc. 87.....		5.540,00	
Idem Jeronimo S. Nogueira- Doc. 88.....		1.250,00	
Idem Georgina L. Macasato - Doc. 89.....		12.500,00	
Idem Djelma Mongenot- Doc. 90.....		5.080,00	
Idem Jeronimo S. Nogueira- Doc. 91.....		1.300,00	
Idem Deocleciano L. Sousa- Doc. 92.....		500,00	
Idem Jeronimo S. Nogueira- Doc. 93.....		2.872,00	
Idem Anacleto A. Barreto- Doc. 94.....		133.000,00	
Idem Albino Grincevicus- Doc. 95.....		950,00	
Idem Albino Grincevicus- Doc. 96.....		315,00	
Idem de Rosa Dias Ltda- Doc. 97.....		2.000,00	
Continua.....	900.911,00	889.338,00	

OBSERVAÇÕES :-

VISTO :-

Em 19 de Fevereiro de 1962

E. R. Costa

Agente ou responsável pelo Posto

Chefe da I.R.

5815
— 98
5717

5

Mês: Fevereiro

MULTILITH - RIO

OBSERVAÇÕES : -

[Faint, illegible handwriting]

MOVIMENTO DA RENDA DO POSTO

[illegible]

OBSERVAÇÕES :-

V I S T O : -

Em 9 de fevereiro de 1962

Ernest R. Ruppel

Chefe da I.R. _____

Agente ou responsável pelo Posto

BANCO DO BRASIL S. A.

RTS/Campo Grande It.

DATA 29.3.61

RECIBO

ERICO SAMPAIO
DEFESA

5876
29
glo

RECEBEMOS o valor da ordem de crédito abaixo discriminada,
emitida contra a Agência **Agência Centro-Rio de Janeiro (GB)**
e respectivas despesas.

Favorecido:	SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA-Conta da Renda do Patrimônio Indígena.	VIA aérea
Remetente:	Chefe da 5ª Inspetoria Regional do SPI	ORC 39/28
Quantia:	CINQUENTA MIL CRUZEIROS.	IMPORTÂNCIA
		50.000,00
		DESPESAS
		57,50
		50.057,50
	COMISSÃO E PORTE	
	TOTAL	

BANCO DO BRASIL S. A.

W. Zaverucha

O selo foi pago
por verba especial.

BANCO DO BRASIL S. A.

GJ/ Campo Grande, MT,

DATA 30.1.61

RECIBO

ENICO JAMPÃO
DEFESA

30
5877
97
B/A

RECEBEMOS o valor da ordem de crédito abaixo discriminada,
emitida contra a Agência AG.CENTRO-RIO(GB).--
e respectivas despesas.

Favorecido:	SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA-Conta da Renda do Patrimônio	VIA	aérea
Remetente:	Chefe da 5ª ^{Indígena.-} Inspetoria Regional do SPI	ORC	-39/9
Quantia:	CEN MIL CRUZEIROS.-	IMPORTÂNCIA	
			100.000,00
		DESPESAS	
			107,00
		TOTAL	100.107,00

COMISSÃO E PORTE

TOTAL

BANCO DO BRASIL S. A.

de Souza

O selo foi pago
por verba especial.

POSTO:

ESPECIFICAÇÃO	Receita	Despesa	Saldo
Saldo verificado no P.I. Malique no exercício de 1960	240.569,00		
Remetida a Diretoria pelo Banco do Brasil c/ recibo de remessa de 30/1/61...		107.000,00	
Idem, idem, c/ recibo de remessa de -- 29/3/61		50.057,00	
Pg. ao Engenheiro Odilson E. Benzi pela trabalho de retificação das divisas do P.I. Curt Nimuendaju, num total de --- 793.720 alqueires onde foram incorporados mais de 8.700 cafeeiros que vinham sendo explorados pelos vizinhos c/ recibo		70.000,00	
Fornecida ao Inspetor Itamar Z. Simões como pagamento dos trabalhos preliminares de medição da área cedida em comodato por 20 anos aos índios das regiões do Itareri c/ recibo		35.000,00	
Balança	21.488,00		
Soma Cr\$	362.057,00	262.057,00	H- 21.488,00

OBSERVAÇÕES : —

MOVIMENTO DA RENDA DO POSTO

[illegible]

V I S T O : -

Em 7 de Maio de 1951

Chefe da I.R.

Agente ou responsável pelo Posto



ENILCO DAMPAID
DEFESA

5847/96

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

N.º 5.ª Via
2

Recebi do Snr. OTAVIO CARAYI

a quantia de Cr\$ 401.000,00 (quatrocentos e quatro mil cruzeiros).
proveniente de venda de quarenta e quatro bois cada e razão de onze mil
cruzeiros cada.
importância que será lançada no Livro "CAIXA" deste Posto.

Posto Indígena de Campo Grande, em 22 de abril de 1960.

Oruofam
Encarregado

Chefe da I.P. 5.



ERICO SAMPAIO
DEFESA 33

5880
277

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

N.º 6.ª Via

Recebi do Snr.

a quantia de Cr\$

2.600.000,00

(dois milhões, seiscentos mil e nenhum centavo)

proveniente de

147 reais vendidos em concorrência pública de acordo com o

processo n.º P.I. nº 4.236/57.

importância que será lançada no Livro "CAIXA" deste Posto.

Pôsto Indígena d

CAIXA DA INDIA - Pôsto Indígena, em de de 19 ..

E. R. Sampaio

Encarregado



ERICO SAMPAIO
MEFESA

34

5881

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

N.° 3 4.ª Via

Recebi do Snr. ... ~~14-11-1980~~ ~~XX~~

a quantia de Cr\$ 100.000,00 (CEM MIL CRUZEIROS)

proveniente de operação vinculada a compra da Pural Willys, 1960, c/ S.P.I.
no 1.266/50

importância que será lançada no Livro "CAIXA" deste Pôsto.
Pôsto Indígena d. 5a. Inspetoria Regional, em 22 de Junho de 1960.

Chefe de I.P.5.

ERICO JAMPÃO
DEFESA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Of. nº

de janeiro de 1961.

Chefe da 5a. Inspetoria Regional do S.P.I.

Sr. General Diretor do Serviço de Proteção aos Índios

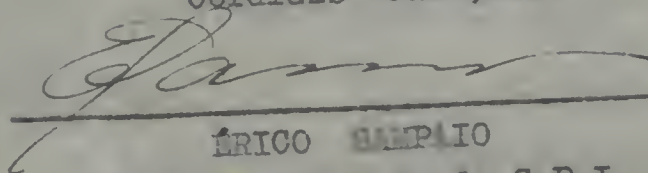
: Aplicação de saldo.

Senhor Diretor:

Venho à presença dessa Diretoria, complementando entendimento verbal mantido com V. Exa., para solicitar seja autorizada esta Chefia a aplicar, em encargos da administração, a importância de Cr\$ 140.000,00 (CENTO E QUARENTA MIL CRUZEIROS), parte do saldo de Cr\$ 240.000,00 (DUZENTOS E QUARENTA MIL CRUZEIROS) verificado no P.I. "Malique", no exercício de 1960, recolhendo os restantes Cr\$ 100.000,00 à essa Diretoria.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa., os reiterados protestos de minha elevada consideração e distinguido apreço.

Cordiais Saudações.



ÉRICO JAMPÃO
Chefe da 5a. I.R. do S.P.I.

ERICO SAMPAIO
DEFESA

36 5883
5884

MOVIMENTO DA VENDA INDÍGENA
S.P.I. - I.R. 5

Ano: 1960

Mês: DEZEMBRO

POSTO: N A L I Q U E

MULTILITH - RIO

ESPECIFICAÇÃO	Receita	Despesa	Saldo
Recebido de Osvaldo Seravi, vencedor da concorrência para a venda de 347 rezes do P.I. Nalique	2.600.000,00		
Idem, idem, idem pela venda de 44 bois autorizado pelo Sr. Diretor	484.000,00		
Alienação do Jeep 1951 c/ ordem exarada no S.P.I. 4266/59	100.000,00		
Pg. Relação c/ doc.anexo a la, via		2.243,00	
Pg. Djalma Mongenot, Doc nº 2		1.500,00	
Pg. Naim Dibo,.....Doc. 3		670.000,00	
Pg. Della Barba & Pacheco " 4		6.170,00	
Pg. Sebastião Matias " 5		20.590,00	
Pg. Shati Hamanaka " 6		4.100,00	
Pg. Homero Antunes da Silva " 7		325.000,00	
Pg. Kinzo Idemori & Cia " 8		928,00	
Pg. A, Fernandes " 9		34.000,00	
Pg. Luiz B. Larios " 10		4.100,00	
Pg. Irmãos Alves Ltda..... " 11		5.000,00	
Pg. Irmãos Cruz " 12		6.000,00	
Pg. Nelio Gomes Sondim " 13		5.800,00	
Pg. Moysses Sadalla " 14		41.810,00	
Pg. Tocuei Sanabuco " 15		3.700,00	
Pg. Joaquim Pereira " 16		60.000,00	
Pg. Casa Nasser " 17		319.000,00	
Pg. Irmãos Alves Ltda. " 18		10.800,00	
Pg. Della Barba & Pacheco " 19		4.280,00	
Pg. Manoel Esteves Filho " 20		250,00	
Pg. Rodolfo Andrade Pinho " 21		122.800,00	
Pg. Nagib A. Buainain " 22		4.000,00	
Pg. Della Barba & Pacheco " 23		3.500,00	
À transportar	CR\$	1.655.591,00	

OBSERVAÇÕES : -

ERICO SAMPAIO
DEFESA

37 5884
B/16

- EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA

- VENDA DE GADO BOVINO - NA 5a. INSPETORIA REGIONAL
DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS.-

A 5a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, fará vender, mediante concorrência, 347 (trezentos e quarenta e sete) cabeças de gado bovino, constituídas de: 22 (vinte e dois) bois de 2 a 3 anos, 170 (cento e setenta) bois de 3 anos acima, 50 (Cinquenta) touros erados, 5 (cinco) turunos e 100 (cem) vacas bñadeiras, devidamente autorizada pela Diretoria do Serviço de Proteção aos Índios. Os re-feridos animais que se encontram, 50% no estado de gordo, atualmente - estão invernados e prontos para entrega na Reserva Indígena dos "KA - DIUEU", em local que dista 90 quilômetros (15 leguas) da Estação da Bo- doquena, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. As Propostas para com- pra das citadas rezes, todos pertencentes ao Patrimônio Indígena, deve- rão ser apresentadas, em envelope fechado e publicado pelo proponente, no dia 24 do corrente a Comissão de Concorrência, na 5a. Inspeção Re- gional do Serviço de Proteção aos Índios na Praça do Mercado 150, as 15 horas, devendo nas mesmas, fazer constar os interessados: a) - espe- cificadamente por tipo e qualidade de gado, o preço a pagar, b) - moda- lidade e forma de pagamento, e c) - data para recebimento dos animais, na invernada da Reserva Indígena dos "KADIUEU", no Pantanal do Nabile- que; por outro lado, deverão apresentar, ainda, os interessados, quando da entrega das propostas e junto a estas, eficaz prova bancária de i- doneidade financeira.

A Comissão de Concorrência, designada pela Portaria SPI Nº 2, de 5 de Janeiro de 1960, publicamente se instalará, as 15 horas, do dia 23 do corrente mês na Sede da 5a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, na Praça do Mercado 150, para receber as propos- tas, passando, imediatamente, a examina-las, deixando de o fazer em rela- ção as dos Proponentes que não apresentarem eficaz prova bancária de idoneidade financeira. No caso em que haja empate, o mesmo será resol- vido, levando-se em conta: 1ª - a modalidade e a forma de pagamento - mais favorável e 2ª a data mais próxima para recebimento dos animais na Reserva indígena dos "Kadiueu", no Pantanal do Nabileque. Decorridos 5 dias, após declarada a proposta vencedora, será a deliberação da Co- missão de Concorrência considerada irrecorrível, devendo o proponente vitorioso firmar os compromissos devidos, após 48 horas da terminação do prazo de prescrição para os recursos. Na eventualidade de serem - consideradas todas as propostas irregulares, ou lesivas ao Patrimônio Indígena, ou não atingir a mais vantajosa os preços mínimos corrente no mercado de gado local, a Comissão de Concorrência, após examina-las declarará, de ofício, prejudicada e, portanto, nula, a concorrência. Publique-se.- Campo Grande, Mato Grosso, em 5 de Fevereiro de 1960. Ass) ERICO SAMPAIO, Chefe da 5a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, Presidente da Comissão de Concorrência; DILERMANDO SILVA, Agente do Serviço de Proteção aos Índios, Primeiro Vogal; e, ERASMO NUNES DA SILVA, Fiscal da C.R.E.A.I. do Banco do Brasil S/A, Segundo Vogal.-

~~8~~ 5885

S. P. I. — I. R. — 5 —

Mês: Junho

ESPECIFICAÇÃO	Receita	Despesa	Saldo
Impertância recebida para complementação			
do gado do P.I. Curt Nimuendaju	225.000,00		
Pg. Justiniano Pereira, compra de 140			
novilha sôbre ana c/ recibo		166.600,00	
Pg. Debito do Sr. Itatuitins Ruas a ín-			
dios do P.I. Alves de Barros objeto do			
Proc. 5.433/57 c/ relação		23.319,00	
Pg. Carlos Brandão Saraiva, idem, idem.		2.000,00	
Pg. Norberto Azevedo, idem, idem		2.310,00	
Pg. Osmar Galdino, idem, idem		1.500,00	
Pg. Marcelo Galdino, idem, idem		15.642,00	
Pg. D. Filomena Tenorio Lima, pensão do			
Sr. João Geraldo Itatuitins, Proc. S.P.I.			
2319/57- S.P.I. 5361/57, c/ recibo		4.500,00	
Pg. Carlos Brandão Saraiva, conta do Sr.			
Itatuitins c/ recibo		10.611,00	
Balanço	8.482,00		
Soma	Cr\$ 233.482,00	233.482,00	H- 8.482,00

OBSERVAÇÕES : —



ERICO SAMPAIO
DEFESA

39
5886
29/6

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

N.º 4.ª Via

Recebi do Snr. *Ulysses Guimarães*

a quantia de Cr\$ *18.000,00*

proveniente de *Contribuição do Povo*

importância que será lançada no Livro "CAIXA" deste Pôsto.

Pôsto Indígena d *Alto do Rio Negro*, em *1* de *maio* de 19*61*

Encarregado

MOVIMENTO DA RENDA INDIGENA

S. P. I. - I. R. - 5

Ano: 1958

Mês: JUNHO

POSTO:

ESPECIFICAÇÃO	Receita	Despesa	Saldo
Recebido do Sr. Afranio Pereira Martins pela aquisição de oitenta cabeças de - bovinos magros, sendo 51 grandes e 29 de ano abaixo conforme recibo	180.000,00		
Pg. Faustino de José Souza, proveniente de extração de postes de arceira c/ recibo		3.000,00	
Pg. Silvio dos Santos, Insp. Reg. 26, para aplicação nos Postos Indigenas no Estado de São Paulo c/ recibo		60.000,00	
Pg. Pedro Carvalho de Oliveira, compra de 100 novilhas de ano acima c/ recibo.		107.000,00	
Pg. Ismael F. dos Santos proveniente de serviços de transporte de uma carreta da cidade de Aquidauana até Nioaque c/ recibo		2.110,00	
Pg. Hugo J. Gazete, medicamentos c/ recibo		1.255,00	
Pg. Dr. Guerreiro de Miranda, consulta a índio c/ recibo		1.000,00	
Pg. Expresso Queiroz, passagens: ida e volta Campo Grande - Dourados e uma ida Campo Grande - Dourados para índia Emília c/ recibo		1.800,00	
Balanco		3.835,00	
SOMA	Cr\$ 180.000,00	180.000,00	D. 3.835,00

OBSERVAÇÕES : —

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDÍOS

I. R. 5 DEFESA EM LO SAMPÃO

41

5888
B/A

ADENDO Á CARGA PASSAGEM DE RESPONSABILIDADE DO SR. ERICO
SAMPÃO. INSPETOR 14/B AO SR. JOSE MONGENOT, AGENTE 6/B:-

Uma Estação de Rádio Completa em perfeito funcionamento na Sede
da I.R.5- Transmissão em Fonia e Grafia.-

Um aparelho para Transmissão em Fonia, Indelettron- ainda encaixo-
tado para ser instalado no P.I.Alves de Barros.-

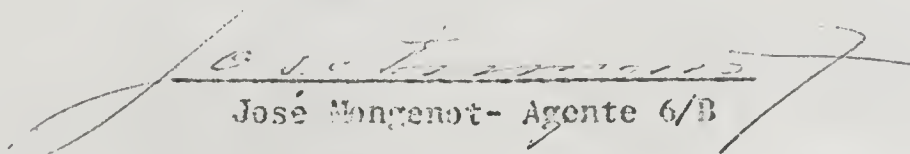
Um Rádio Marca Stewart Warner-(Receptor de luz).-

.....

Sede da I.R.5 em 19/2/62




Erico Sampaio-Inspetor 14/B

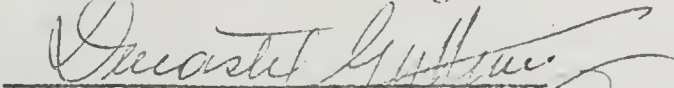


José Mongenot- Agente 6/B

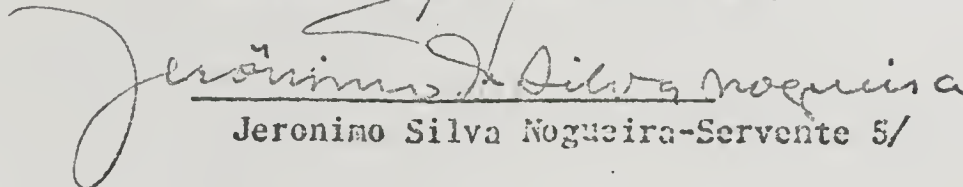
TESTEMUNHAS:-



Milton Bittencourt-Agente 6B



Ducastel Guterres-Motorista 8/



Jeronimo Silva Nogueira-Servente 5/

MINISTERIO DA AGRICULTURA

(MINISTÉRIO OU ÓRGÃO)

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS (I.R.5)

(REPARTIÇÃO)

INVENTÁRIO DOS BENS MÓVEIS

EM 19 DE Fevereiro DE 1956

N.º -1-

N.º DE ORDEM	DESCRIÇÃO E NÚMERO DE REGISTO	QUANTIDADE	VALOR HISTÓRICO	VALOR ATUAL	OBSERVAÇÕES
	<p>Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta e dois, presentes, na Sede da 5ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios sita a rua 15 de Novembro n. 310, em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, os senhores José Mongerot e Erico Sampaio, respectivamente Agente 6/B e Inspetor 14/B, procedeu-se ao INVENTÁRIO DE PASSAGEM DE RESPONSABILIDADE dos bens moveis, do segundo ao primeiro, encontrando-se o seguinte:-</p> <p><u>MATERIAL PERMANENTE</u></p>				
1	Bureau de imbuia, envernizado, 8 gavetas, medindo 1,70x0,80x0,80, no valor de cada um novecentos e cinquenta cruzeiros.....	3		2.850,00	
2	Cadeira giratoria, de percha escura, assento de madeira c/mola espiral, medindo 0,80x0,47x0,46, no valor de oitenta cruzeiros.....	1		80,00	
3	Estante de licros, de cedro, o vernizado, c/2 portas corrediças, envidraçadas, c/4 prateleiras, medindo 1,70x1,20x0,58, no valor de seiscentos cruzeiros.....	1		600,00	
4	Armario de percha escura, pes torneados, c/3 portas envidraçadas, c/4 prateleiras, medindo 2,00x1,10x0,50, no valor de quinhentos cruzeiros.....	1		500,00	
5	Cadeira de percha de palhinha, medindo 0,90x0,43x0,44, no valor de cada uma de cinquenta cruzeiros.....	2		100,00	
6	Cadeira de pinho, de palhinha, encosto de madeira torneada, medindo 0,87x0,41x0,39, no valor cada uma de vinte e cinco cruzeiros.....	2		50,00	
7	Cesta de madeira p/papeis, de 4 pés, medindo 0,45x0,30x0,30, no valor de cada uma de oitenta cruzeiros.....	3		240,00	
8	Bonqueta de percha p/datilografo, c/assento de madeira pes facetados, medindo 0,47x0,34x0,34, no valor de cinquenta cruzeiros.....	1		50,00	
9	Filtro de barro, marca Brasil, nº 4, c/vela para 8 litros d'agua, no valor de duzentos e cinquenta cruzeiros.....	1		250,00	
10	Mesa de embuia p/machina, c/4 gavetas, medindo 1,00x0,70x0,54, no valor de cada uma trezentos cruzeiros.....	2		600,00	
11	Mesa de vime oval, c/tampa de madeira, medindo 0,66x0,71x0,42, no valor de trinta e dois cruzeiros.....	1		32,00	
12	Armario p/guarda do Pavilhão Nacional, envernizado c/porta envidraçada, medindo 2,40x0,46x0,31, no valor de trezentos cruzeiros, digo trezentos e vinte cruzeiros.....	1		320,00	
13	Armario cantoneira c/portas envidraçadas, c/portas envidraçadas, envernizado, 3 prateleiras, medindo 1,70x0,45x0,80, no valor de duzentos e cinquenta cruzeiros cada.....	2		500,00	
14	Quadro do Presidente Vargas, tendo ao colo indio Caraja medindo 0,45x0,37 no valor de setenta e quatro cruzeiros...	1		74,00	
15	Quadro da india Vanuire, medindo 0,30x0,37, no valor de quarenta cruzeiros.....	1		40,00	
16	Vidro liso, p/mesa, medindo 1,30x0,80 no valor de trezentos cruzeiros.....	1		300,00	
17	Jogo de sala c/4 peças, sendo 1 sofa, 2 poltronas, 1 mesa de centro, sextavado, de cedro, no valor de seiscentos cruzeiros.....	1		600,00	
18	Estante de cedro, envernizada c/4 portas corrediças, sendo 3 de vidro e 1 de madeira, 4 prateleiras, medindo 1,64x0,70x0,71, no valor de trezentos e cinquenta cruzeiros....	1		350,00	
19	Prateleiras armario, c/3 prateleiras de 6 portas corrediças, envernizadas, no valor de mil e setecentos cruzeiros	1		1.700,00	
20	Cadeira Cerdal, de madeira vergada, embuia, medindo 0,38x0,47x0,39 no valor cada uma de setenta cruzeiros.....	2		140,00	
21	Porta chapau Bergano, envernizado, medindo 0,34x0,44 c/espelho, c/3 pares de cabides medindo 2,00x0,62 no valor de quatrocentos cruzeiros.....	1		400,00	
22	Estante de livros, tipo luxo, de embuia envernizada e entalhada, envidraçada, c/2 portas corrediças, medindo 1,70x1,20x0,38 no valor de mil cruzeiros.....	1		1.000,00	
23	Estante de cedro, envernizada e envidraçada c/2 portas corrediças, 4 prateleiras medindo 1,70x1,20x0,10 no valor cada uma de seiscentos cruzeiros.....	2		1.200,00	
24	Relógio de parede, marca B, em caixa de madeira c/mostrador circular, medindo 0,25 de diametro, no valor de quatrocentos cruzeiros.....	1		400,00	
25	Armario de percha escura, envidraçada, de 2 portas, medindo 1,70x0,72x0,29 no valor de duzentos e trinta cruzeiros	2		460,00	
26	Armario de percha escura, de 2 portas, envidraçadas envernizado medindo 1,70x0,80x0,30 no valor de trezentos cruzeiros.....	1		300,00	
	A transportar.....			13.136,00	

Erico Sampaio
DEFECA

(RESPONSÁVEL)

ANTONIO AUGUSTO DURA
44.º Ofício de Notas
TABELIÃO
LOUCLAS S. DURA
TAB. SUBSTITUTO
ANTONIO BALLOZ
1.º SC. AUTORIZADO
MYSÉS S. AKERMAN
2.º SC. AUTORIZADO
MADON M. DA ROCHA
1.º de Setembro, 63-A
CIVIL DE JANEIRO
VIA. VII
Alto do Tamariz

De acordo com o art.º 2.º do Decreto-lei n.º 2148 de 12
de Abril de 1940, autentico esta Fotocópia a qual é cópia
fiel do documento original que me foi exibido para confo-
rância. E por ser verdade, dou fé, assinando este certifi-
cado, em público e lido.

03 de Maio de 1968

Em testemunho _____ da Verdade



(MINISTÉRIO OU ÓRGÃO)			INVENTÁRIO DOS BENS MÓVEIS			43
(REPARTIÇÃO)			EM	DE	DE 195	N.º
N.º DE ORDEM	DESCRIÇÃO E NÚMERO DE REGISTO	QUANTIDADE	VALOR HISTÓRICO	VALOR ATUAL	OBSERVAÇÕES	
	Transporte.....			13.136,00		
27	Armário de peroba envernizado c/2 portas envidraçadas, medindo 1,70x0,88x0,45 no valor de trezentos e vinte cruzeiros.....	1		320,00		
28	Armário de peroba envernizado c/3 faces, duas portas envidraçadas, medindo 1,70x0,63x0,35, no valor de trezentos cruzeiros.....	1		300,00		
29	Armário Cantoneira, envernizada c/2 portas envidraçadas de 1 prateleira, medindo 0,92x0,80x0,60 no valor de cento e cinquenta cruzeiros.....	1		150,00		
30	Armário de peroba escura, c/3 faces envernizada, duas portas, medindo 1,70x0,100x0,35 no valor de quatrocentos cruzeiros.....	1		400,00		
31	Armário de peroba escura, envernizada com 2 portas envidraçadas de 3 faces medindo 1,70x0,80x0,35 no valor de trezentos cruzeiros.....	1		300,00		
32	Escrivaninha de angelim, envernizada de 6 pes, p/máquina de escrever, c/3 gavetas laterais e uma central, medindo 0,88x0,44x0,70 no valor de trezentos e oitenta cruzeiros.....	1		380,00		
33	Armário de aço lavatório, medindo 0,36x0,52x0,11 com 3 prateleiras internas de vidro, cor branca e espelho na parte externa da porta, no valor de quatrocentos e cinquenta cruzeiros.....	1		450,00		
34	Escrivaninha Pat.Bly, envernizada em buia, com tampa adaptável p/mesa, duas portas inferiores e 1 gaveta no centro medindo 0,67x0,34x1,06 no valor de oitocentos cruzeiros.....	1		800,00		
35	Chapeleira envernizada c/espelho, 3 pares de cabide e porta guarda-chuva medindo 0,68x1,75 no valor de mil e duzentos cruzeiros.....	1		1.200,00		
36	Mesa p/máquina de escrever envernizada de peroba, medindo 0,72x0,52x0,69 no valor de quatrocentos cruzeiros.....	1		400,00		
37	Cama de solteiro c/12 molas "Augusta" patente, no valor de mil e trezentos cruzeiros.....	1		1.300,00		
38	Guarda roupa com 3 portas, envernizada, com espelho na porta do centro, parte externa, medindo 1,76x1,40x0,52 no valor de dois mil cruzeiros.....	1		2.000,00		
39	Cama de casal, tipo patente, no valor de trezentos cruzeiros.....	1		300,00		
40	Filtro de barro, c/duas divisões, capacidade p/oito litros marca Corbucci, no valor de duzentos e sessenta cruzeiros.....	1		260,00		
41	Cadeira de imbuia com encosto de couro gravado emblema Nacional no valor de cada um trezentos cruzeiros.....	4		1.200,00		
MAQUINAS E OBJETOS DE ESCRITORIO						
42	Máquina de escrever, marca Remington, carro nº 20,50 nº JT 734314 no valor de cinco mil quinhentos e cinquenta cruzeiros.....	1		5.550,00		
43	Máquina de escrever, marca Remington, carro de 0,40 nº JT 734218, no valor de seis mil e novecentos cruzeiros.....	1		6.900,00		
44	Máquina de escrever, portátil, marca Mercedes Superpa, nº 69546, no valor de três mil cruzeiros.....	1		3.000,00		
45	Carimbo numerador, de metal, c/4 repetições, marca American, no valor de oitocentos cruzeiros.....	1		800,00		
46	Porta carimbo de ferro, circular c/3 suportes, dois de seis lugares e 1 de 10 no valor de vinte e sete cruzeiros.....	1		27,00		
47	Arquivo de aço, marca Figue, mod.1207, de 4 gavetas corrediças, cor verde no valor de dois mil cruzeiros.....	1		2.000,00		
48	Tinteiro de vidro, c/2 tampas de baquelite, de 3 depósitos, sendo 2 para tinta e um para alfinetes no valor de cada um cinquenta cruzeiros.....	3		150,00		
49	Registradores Mercurio AZ-Faturas no valor cada uma de cinquenta cruzeiros.....	63		3.150,00		
50	Registradores Mercurio AZ-Carta, no valor cada um de trinta cruzeiros.....	13		390,00		
51	Registradores Mercurio AZ-Medio, fatura, no valor de cada um vinte cruzeiros.....	10		200,00		
52	Gomeiros de vidro, compinçel, no valor de cada um vinte cruzeiros.....	2		40,00		
53	Berço para mata-borrão de madeira em três peças, de maçaneta espiral, no valor de cada um vinte cruzeiros.....	3		60,00		
54	Grampeador de metal, marca NC-J-60 no valor de cento e quarenta cruzeiros.....	1		140,00		
55	Regua de madeira de 0,40 no valor de vinte cruzeiros.....	1		20,00		
56	Regua de madeira, de 0,50 no valor de trinta cruzeiros.....	1		30,00		
57	Regua de madeira de 1 metro, no valor de cinquenta cruzeiros.....	1		50,00		
58	Carimbo de madeira e borracha, com os dizeres M.A.S.P.I.-I.R.5 confere com o Original no valor de trinta cruzeiros.....	1		30,00		
59	Carimbo de borracha com os dizeres M.A.-S.P.I.-I.R.5 no valor de vinte e cinco cruzeiros.....	1		25,00		
A transportar.....				45.458,00		

6890

5890

43

EDU CO SAMARCO DE FESIA

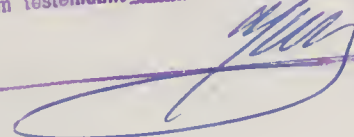
(RESPONSÁVEL)

DOUGLAS DURÃO
14.º Ofício de Notas
TABELIÃO
DOUGLAS S. DURÃO
TAB. SUBSTITUO
ERCIO DALLOZ
1.º ESC. AUTORIZADO
MOYSES S. AKERMAN
2.º ESC. AUTORIZADO
MÁRIO M. DA ROCHA
Rua 7 de Setembro, 63-A
RIO DE JANEIRO
TAB. VIII
N.º 4 - NG-8

De acordo com o art.º 2.º do Decreto-lei n.º 2148 de 22 de Abril de 1940, autentico esta Fotocópia a qual é cópia fiel do documento original que me foi exibido para conferência. E por ser verdade, dou fé, assinando este certificado, em público e raso.

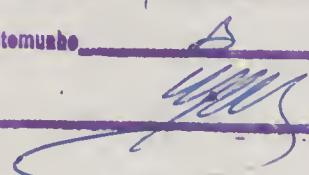
GB., 03 de Maio de 1968

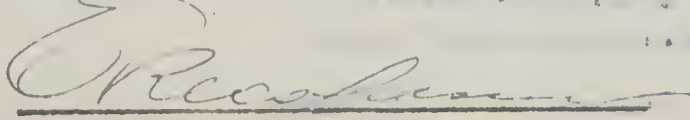
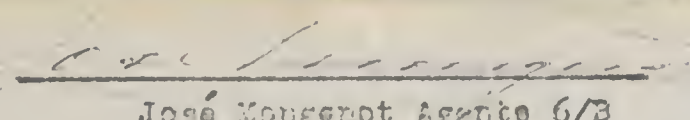

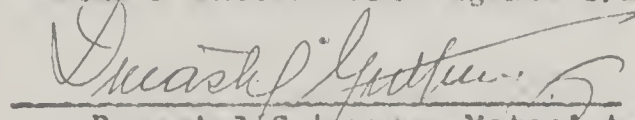
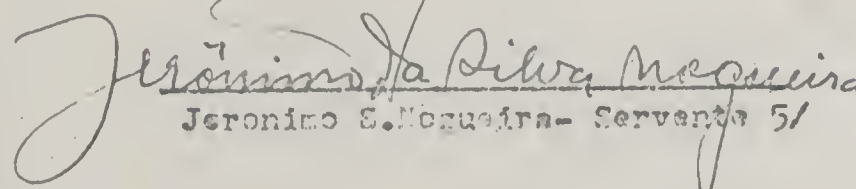
Em testemunho A de Verdade



N.º DE ORDEM	DESCRIÇÃO E NÚMERO DE REGISTO	QUANTIDADE	VALOR HISTÓRICO	VALOR ATUAL	OBSERVAÇÕES
	Transporte.....			45.458,00	
60	Carimbo de borracha, com os dizeres "Via" no valor de dez cruzeiros.....	1		10,00	
61	Carimbo de borracha com os dizeres "Cópia" no valor de vinte cruzeiros.....	1		20,00	
62	Carimbo de borracha com os dizeres "Visto"-S.P.I.-Chefe da I.R.5 no valor de vinte cruzeiros.....	1		20,00	
63	Carimbo de borracha, para conferencia de contas no valor de trinta cruzeiros.....	1		30,00	
64	Carimbo de borracha com os dizeres M.A.-S.P.I. de certificado de recebimento de artigos contante da fatura no valor de quarenta cruzeiros.....	1		40,00	
65	Carimbo de borracha, com os dizeres M.A.-S.P.I.-para atestado de serviços prestados-no valor de quarenta cruzeiros	1		40,00	
66	Carimbo de borracha com os dizeres M.A.-S.P.I. para atestados de folhas de pagamento no valor de quarenta cruzeiros.....	1		40,00	
67	Grampeador marca Bates St apiler mod.C no valor de quatrocentos e oitenta cruzeiros.....	1		480,00	
68	Maquina de escrever Remington Rand, tipo Roman Bala 103, nº J-2-183349 no valor de sete mil trêzentos e trinta e cinco cruzeiros.....	1		7.335,00	
69	Despito de vidro para clips e alfinetes, duas repartições no valor de quarenta e seis cruzeiros.....	1		46,00	
70	Cofre de aço, marca Brumex, medindo 1,20x0,45x0,40 c/ 2 compartimentos nº 18.236 no valor de tres mil trezentos e vinte e oito cruzeiros.....	1		3.328,00	
71	Maquina de somar Remington Rand, nº 73.978.637, mod. nº 7381-5, capacidade de 999.999.99, no valor de cinco mil quinhentos e oitenta cruzeiros.....	1		5.580,00	
72	APARELHOS, MAQUINAS, INSTRUMENTOS E UTENSILIOS DE ENGENHARIA				
	Tripe de madeira e metal, c/ponteiros de aço, medindo 1,50 no valor de trezentos cruzeiros.....	1		300,00	
73	Tripe de aço, medindo 0,92 ao natural e 1,50 ao maximo no valor de quatrocentos cruzeiros.....	1		400,00	
74	Tripe de madeira, pes duplos, c/ponteiros de aço, medindo 1,35 no valor de cento e vinte cruzeiros.....	1		120,00	
75	Nível marca W.L.E.-Gurley, nº 6875 em caixa de madeira revistida de couro, no valor de tres mil cruzeiros.....	1		3.000,00	
76	Transito marca W.L.E.Gurley nº 10.952, em caixa de madeira, no valor de cinco mil cruzeiros.....	1		5.000,00	
77	MAQUINAS E APARELHOS EM GERAL				
	Chuveiro elétrico, no valor de seiscentos cruzeiros.....	1		600,00	
	VEICULOS E ACESSÓRIOS				
78	Jeep Willys-Overland, Modelo Perna Rural-1960- motor nº B-043814-Cor Cinza Escura no valor de SEISCENTOS E SETENTA MIL CRUZEIROS.....	1		670.000,00	
	APARELHOS E UTENSILIOS P/AS EIO E DESINFECÇÃO				
79	Escovão de ferro marca Casa Cerelo no valor de noventa cruzeiros.....	1		90,00	
80	INSIGNIAS E BANDEIRAS				
	Pavilhão Nacional, medindo 1,30x0,88 no valor de duzentos cruzeiros.....	1		200,00	
81	Pavilhão Nacional, medindo 1,57x1,08 no valor de trezentos cruzeiros.....	1		300,00	
	LIVROS-REVISTAS E FOLHETOS				
82	Dicionario em 2 tomos, de Candido Figueiredo edição W. Jackson Enc. no valor de cada duzentos e cincoenta cruzeiros.....	1		500,00	
83	Carteira Forense, de Aquiles Bevilacqua-4ª Edição no valor de cento e vinte e cinco cruzeiros.....	1		125,00	
84	Mapa do Estado de S.Paulo edição 1938 por Jose Castiglione escala 1:1.000.000 medindo 1,10x0,80, no valor de setenta cruzeiros.....	1		70,00	
85	Mapa do Estado de S.Paulo edição 1941 por Jose Castiglione escala 1:1.000.000 medindo 1,10x0,80 no valor de setenta cruzeiros.....	1		70,00	
86	Mapa do Brasil editado por F.Brigueit, escala 1:5.000 medindo 0,94x1,00 no valor de duzentos cruzeiros.....	1		200,00	
87	Dicionario da Língua Portuguesa, de Antonio Moraes Silva 9ª edição vol 1 de letras A a E no valor de duzentos cruzeiros.....	1		200,00	
88	Mapa do Estado de Mato Grosso, edição Instituto Cartográfico Castiglione, escala 1:2.000 no valor de cento e trinta cruzeiros.....	1		130,00	
89	Mapa do Estado de Mato Grosso com divisões dos municípios no valor de trezentos cruzeiros.....	1		300,00	

DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO
BIBLIOTECA
BUREAU
MARIO DALLOZ
1.º ESC. AUTORIZADO
MAYLES S. AKERMAN
2.º ESC. AUTORIZADO
MÁRIO M. DA ROCHA
Rua 7 de Setembro, 63-A
RIO DE JANEIRO
TAB. VIII
N.º 4 - NGR 8

De acordo com o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 2148 de 22 de Abril de 1940, autentico esta fotocópia a qual é cópia fiel do documento original que me foi exibido para conferência. E por ser verdade, dou fé, assinando este certificado, em público e lido.
GB., 03 de Maio de 1968
Em testemunho, da Verdade


N.º DE ORDEM	DESCRIÇÃO E NÚMERO DE REGISTO	QUANTIDADE	VALOR HISTÓRICO	VALOR ATUAL	OBSERVAÇÕES
	Transporte..... MATERIAL DE CONSUMO MATERIAL P/ASSEO E DESINFECÇÃO			744.032,00	
90	Espanador com cabo de madeira e peras de avestruz no valor de trezentos cruzeiros.....	1		300,00	
	D I V E R S O S				
91	arades tração animal aiveca- fixa- no valor cada um de cinco mil cruzeiros.....	2		10.000,00	
92	tambores de 20 litros p/gasolina no valor cada um de dois mil cruzeiros.....	2		4.000,00	
93	tambores de 200 litros p/gasolina no valor cada um de dois mil e trezentos cruzeiros.....	8		18.400,00	
94	Conjunto gerador composto de um alternador "Irre" de 2 KW tipo CA/CE-24, um motor Cliton mod. 1600 de 6,3 HP n. 5735644, base de ferro e luva elastica nº 4 valor de Cento e quatro mil e oitocentos cruzeiros.....	1		104.800,00	
95	Conjunto gerador de 100 Watts em perfeito estado p/transmissor a ser montado no P.I.Alves de Barros no valor de ci conta mil cruzeiros.....	1		50.000,00	
96	Lampião elétrico no valor de novecientos cruzeiros.....	1		900,00	
97	Conjunto elétrico pertencente a carga do Posto Indígena Puriti que se encontra na Oficina Progresso a rua 14 de Julho nº 1562, para conserto.....	1		20.000,00	
98	Cortina duas faces no valor cada uma de dois mil cruzeiros.....	2		4.000,00	
Importa e confere a presente Passagem de Responsabilidade em Cr\$ 956.432,00 (NOVECIENTOS E CI COENTA E SEIS MIL QUATROCENTOS E TRINTA E DOIS CRUZEIROS).--					
Sede da I.R.5, em Campo Grande, 19 de Fevereiro de 1962					
 Erico Sampaio-Inspetor 14/B					
 José Mongenot Agente 6/B					
Testemunhas:  Milton Bittencourt- Agente 6/R					
 Ducastel Guterres- Motorista 8-A					
 Jerônimo S. Moqueira- Servente 5/					

ERICO SAMPAIO
DEFESA

5892
09/6

CARTÓRIO DOUGLAS DURÃO

14.º Ofício de Notas

TABELIAO

DOUGLAS S. DURÃO

TAB. SUBSTITUTO

ERCIO DALLOZ

1.º ESC. AUTORIZADO

MOYSÉS S. AKERMAN

2.º ESC. AUTORIZADO

MÁRIO M. DA ROCHA

Rua 1.º de Setembro, 133 A

RIO DE JANEIRO

TAB. VIII

N.º 4 - NGRS

De acordo com o art.º 2.º do Decreto-lei n.º 2148 de 22 de Abril de 1940, autentico esta Fotocópia e qual é cópia fiel do documento original que me foi exibido para conferência. E por ser verdade, dou fé, assinando este certificado, em público e raso _____

GB., 03 de Maio de 1968

Em testemuho _____ de Verdade





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

46
ERICO SAMPAIO
DEFESA

5893
BJS

S.P.I.-1127/62 - I.R.5-570/63

Em atendimento á solicitação da S.O.A., informe:-

RECIBO Nº 2 de Ambrosio O.Lima:- correspondente a 3% sobre 200 rezes ao ano e mais 3% s/200 rezes em 5 meses, somando 8 rezes a Cr\$ 5.500,00, dá um total de Cr\$ 44.000,00.-

RECIBO Nº 3 de Leancio S.Brito:- refere-se ao ano de 1961.-

RECIBO Nº 1 e 7 de Leancio S.Brito:- recebido como adiantamento ao pagamento que deveria ser efetuado em Setembro de 1962.-

Quanto ao pagamento de aluguel de casa da Séde da Regional, de março de 1960 a dezembro de 1961, informe que a Inspetoria não recebeu verba orçamentaria, em virtude do Contrato só ter sido registrado em principios de 1962.-

Sobre os sete pecuaristas, informe que somente esses efetuaram o pagamento de renda de pastagens e mais as importancias recebidas dos servidores Enock Alvarenga Soares e Arinos M.Ferreira constantes do Balancete, cujos recibos por um lapso deixaram de ser anexados á presente Prestação de Contas.

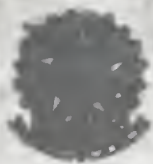
Os documentos nº 40 e 47 vão devidamente assinados.

Em 25/7/63

(assº) Erico Sampaio

Erico Sampaio

Inspetor 14



47
ERICO SAMPAIO
DEFESA

5894
96

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA Campo Grande, Mt.
Em 12 de Março de 1947

092/32/

Do: Sr.Cel.Nicolau B.Horta Barbosa-Chefe da I.R.5

Ao: Sr.Erico Sampaio-Inspetor Esp. XXIII

Assunto : Visita do Dr. Herbert Baldus

Tenho a satisfação de remeter-vos uma cópia da carta em que o Dr. Baldus registrou com elogios as impressões da visita feita a esse P.I.; as quaes se referem não só aos índios como a vossa pessoa; convindo de minha ordem transcreve-la no livro de impressões, si ele próprio ao retirar-se não houver deixado registradas as que teve.

Com imenso prazer faço minhas as palavras elogiosas do distinto visitante, felicitando-vos e a vossa Família e aos Índios pela justiça praticada por tão alto funcionário do Museu Paulista.

Saude e Fraternidade

Cel. N. Barbosa
(Cel. N. Barbosa)

Chefe da I.R.5



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

5895
286

C O P I A

48 ERICO SAMPAIO
DEFESA

MUSEU PAULISTA

São Paulo, 3 de março de 1947

Exmo. Sr.
Cel. Nicolau Bueno Horta Barbosa
D.D. Chefe da 5ª I.R. do Serviço de Proteção aos Índios
CAMPO GRANDE

Senhor Coronel:

Atenciosas saudações.

Tenho o prazer de comunicar-lhe que passei, de 7 a 14 de fevereiro, no Posto Indígena de Icatú, e de 15 a 21 do mesmo mês, no de Curt Nimendajú. Fui para lá com o objetivo de estudar as condições de vida e de criticar, si preciso fôr. Confesso, porém, que entre as numerosas tribos dos diversos países sul-americanos, que estudei, nunca encontrei indivíduos tão simpáticos e tão contentes como os habitantes daqueles dois Postos. Apreendi, lá, que a nossa civilização nem sempre corrempa e degrada o índio, verdade essa que me surpreendeu e impressionou profundamente. Nunca, durante essas duas semanas, ouvi uma palavra dura, nem vi uma cara "fechada". Pela visita de outros Postos posso avaliar em que medida as atitudes dos índios refletem a do respectivo encarregado. A felicidade que notei, era o reflexo da ilimitada bondade do inspetor especializado Sr. Erico Sampaio e do agente Sr. Joaquim F. Prad.

Aproveito o ensejo para exprimir-lhe, junto aos meus agradecimentos, o real apreço e a mais alta estima com que subscrevo

admirador atz obra

(a) Herbert Baldus

(Prof. Dr. Herbert Baldus)

Chefe da Seção de Etnologia do Museu Paulista
Catedrático da Escola Livre de Sociologia e Política
de São Paulo.

VISTO
S.P.I. 12 de 3-47
C. H. M. Barbosa
Chefe da I. R. 5

M.A. - S.P.I. - I.R. 5

Confere com o original

Em 14 de Março de 1947

M. L. S. C. M. M. A.

Auxiliar

O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS, por seu advogado (mandato anexo), vem com fundamento nos arts. 720 e seguintes do Código de Processo Civil e em conformidade com o art. 216 da Constituição Federal requerer a V. Excia. a presente NOTIFICAÇÃO por edital, de terceiros de boa fé, pelos motivos e para os fins seguintes:

1- que, o Suplicante é tutor dos indios e curador dos seus bens, de acordo com o que estabelece o Decreto numero 8.072, de 20 de junho de 1910, e o Código Civil em seu art. 169 item IV, parágrafo único, e outras leis posteriores;

2- que, os indios Cadineus são senhores e possuidores, desde data incerta, das terras situadas no Município de Porto Martins, cuja delimitação foi aprovada por Decreto Estadual de 7 de agosto de 1933 que lhes concedeu uso-fruto, com os seguintes limites:

AO NORTE: o correjo Muteca desde a sua barra até a cabeceira da Serra da Rodagem;

AO LESTE: esta mesma Serra;

AO SUL : o rio Aquidavã; e,

AO OESTE: os rios Paracuai e o seu braço do Habi le até a barra do Muteca.

3- que, em 1931, quando decorriera trinta (30) anos das gestões iniciais para a demarcação das terras indígenas pelo Decreto Estadual numero 54, de 9 de abril de 1931, foram as mesmas consideradas em posse trintenária dos indios CADINEUS e, ratificada a posse e o uso-fruto, nos limites citados, vez que, se reconheceu o usucapião;

4- que, o Supremo Tribunal Federal apreciando a ação civil originária número 61 intentada pela União Federal contra o Estado de Mato Grosso, em 22 de maio de 1958, considerou - INULAS as vendas de terras feitas pelo Governo Estadual na faixa de 66 (sessenta e seis) quilômetros ao longo da fronteira e mandou, ainda, que se respeitasse a área reserve aos índios CADIWENS, indo que, se encontradas as mesmas na Faixa de fronteira que sempre pertencera legitimamente à União Federal;

5- que, a posse das terras onde se acham permanentemente localizados os índios é garantida pela Constituição Federal, com o já o art. da Constituição de 1944 e na Carta Constitucional de 1937, sendo a relação definida pelo art. 216 da Constituição vigente;

6- que, o Supremo Tribunal Federal negando provimento, por unanimidade, ao Recurso Extraordinário 27.592 - Distrito Federal, manteve decisão do Tribunal Federal de Recursos da 1ª Região Civil 2.972 - Pernambuco, que julga serem INULAS quaisquer alienação de terras ocupadas pelos índios, independentemente de títulos no se registros, diante o que estabelece o artigo constitucional número 216;

7- que, recentemente a Assembleia Legislativa do Estado sancionando a Lei número 1.077, de 19 de abril de 1958, - vetada totalmente pelo Governador de Mato Grosso, que reduzia a área de terras ocupadas pelos índios CADIWENS, levou a que o SERVIÇO DE PROTEÇÃO DOS ÍNDIOS impetrasse Mandado de Segurança contra o ato da Assembleia que, por maioria de votos, do Tribunal de Justiça, foi julgado procedente;

8- que, entretanto, o Governo do Estado de Mato Grosso, ignorando tudo o que ora foi alegado, expediu títulos de limitativos de propriedade sobre a Reserva Indígena dos CADIWENS, - muitos já registrados, em flagrante desrespeito à Constituição Federal, é Propriedade da União Federal e é Posse dos Índios.

ERICO SAMPAIO
DEFESA

5898 51
EJA

Portanto, a fim de prevenir responsabilidades, prover à conservação e salvaguarda dos direitos, resguardando a integridade dos imóveis CADIMB e prejuízos de outros, dando às vítimas de nulidades evidentes, legada o Suplicante a V. Excia. a impetração de tutelas de não ré, nos termos dos dispositivos legais acima referidos, com a publicação da presente em jornais locais de Goiás, Campo Grande, Corumbá e Aquidauana por dois (2) dias e no Diário Oficial do Estado por um (1) dia, - conforme estabelece o art. 177 e seguintes, do Código de Processo Civil.

Requer, ainda, a V. Excia. que, efetivada a impetração presente, sejam os danos citados no suplicante, - independentemente de liquidado.

Dá-se à presente o valor de Cr\$ 1.000,00.

Attesto

P. Sampaio

Campo Grande, 10 de Fevereiro de 1961

Erico Sampaio

Chefe de F.F.5

EXM^o SR. DR. JUIZ DE DIREITO

O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS, por seu advogado (mandato anexo), vem com fundamento nos arts. 720 e seguintes do Código de Processo Civil e em conformidade com o art. 216 da Constituição Federal requerer a V. Excia. a presente NOTIFICAÇÃO por edital, de terceiros de boa fé, pelos motivos e para os fins seguintes:

1- que, o Suplicante é tutor dos indios e curador dos seus bens, de acordo com o que estabelece o Decreto numero 8.072, de 20 de junho de 1910, e o Código Civil em seu art. 6^o item IV, parágrafo único, e outras leis posteriores;

2- que, os indios Cadiueus são senhores e possuidores, desde data imemorial, das terras situadas no Município - de Porto Murtinho, cuja medição foi aprovada por Decreto Estadual de 7 de agosto de 1903 que lhes concedeu uso-fruto, com os seguintes limites:

AO NORTE: o corrego Niutaca desde a sua barra até a cabeceira na Serra da Bodoquena;

AO LESTE: esta mesma Serra;

AO SUL : o rio Aquidavã; e,

AO OESTE: os rios Paraguai e o seu braço do Nabileque até a barra do Niutaca.

3- que, em 1931, quando decorreram trinta (30) anos das gestões iniciais para a demarcação das terras indigenas pelo Decreto Estadual numero 54, de 9 de abril de 1931, foram as mesmas consideradas em posse trintenal dos indios CADIUEUS e, ratificada a posse e o uso-fruto, nos limites citados, vez que, se reconheceu o usocapião;

ENCO JAMPAIO
DEFESA

5900 58
BPA

4- que, o Supremo Tribunal Federal apreciando a ação cível originária número 61 intentada pela União Federal contra o Estado de Mato Grosso, em 22 de maio de 1959, considerou - NULAS as vendas de terras feita pelo Governo Estadual na faixa de 66 (sessenta e seis) quilômetros ao longo da fronteira e mandou, ainda, que se respeitasse a area reserva aos índios CADIBEUS dado que, se encontram as mesmas na Faixa de Fronteira que sempre pertenceram legitimamente á União Federal;

5- que, a posse das terras onde se achem permanentemente localizados os índios é garantida pela Constituição Federal, como já o era, na Constituição de 1934 e na Carta Constitucional de 1937, sendo a redação grifada dada pelo art. 216 da Constituição vigente;

6- que, o Supremo Tribunal Federal negando provimento, por unanimidade, ao Recurso Extraordinário 27.599 - Distrito Federal, manteve decisão do Tribunal Federal de Recursos dada na Apelação Civil 2.978 - Pernambuco, que julgou serem NULAS quaisquer alienação de terras ocupadas pelos índios, independentemente de títulos ou de registros, diante o que estabelece o artigo constitucional número 216;

7- que, recentemente a Assembleia Legislativa do Estado sancionando a Lei número 1.077, de 10 de abril de 1958, - vetada totalmente pelo Governador de Mato Grosso, que reduzia a area de terras ocupadas pelos índios CADIEUS, levou a que o SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS impetrasse Mandado de Segurança contra o ato da Assembleia que, por maioria de votos, no Tribunal - de Justiça, foi julgado procedente;

8- que, entretanto, o Governo do Estado de Mato Grosso, ignorando tudo o que ora foi alegado, expediu títulos de finitivos de propriedade sobre a Reserva Indígena dos CADIEUS, - muitos já registrados, em flagrante desrespeito á Constituição - Federal, á Propriedade da União Federal e á Posse dos Índios.

ERICO SAMPAIO
DEFEJA

5901
~~5910~~ 54

Portanto, a fim de prevenir responsabilidades, prover á conservação e ressalvar direitos, resguardando o patrimônio dos índios CADIUEUS e prejuizos de outros, dados os vícios de nulidades evidentes, requer o Suplicante a V.Excia. a notificação de terceiros de bôa fé, nos têrmos dos diplomas legais acima referidos, com a publicação da presente em jornais locais de Cuiabá, Campo Grande, Corumbá e Aquidauana por dois (2) dias e no Diário Oficial do Estado por um (1) dia, - conforme estabelece o art. 177 e seguintes, do Código de Processo Civil.

Requer, ainda, a V.Excia. que, efetivada a notificação presente, sejam os autos entregues ao suplicante, - independentemente de traslado.

Dá-se á presente o valor de Cr\$ 1.000,00.

Nestes Têrmos

P. Deferimento

Campo Grande, 10 de fevereiro de 1961

Erico Sampaio
Chefe da I.R.5

EXM^o SR. DR. JUIZ DE DIREITO

ERICO SAMPAIO
DEKELA

5902 58
BPA

O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS, por seu advogado (mandato anexo), vem com fundamento nos arts. 720 e seguintes do Código de Processo Civil e em conformidade com o art. 216 da Constituição Federal requerer a V. Excia. a presente NOTIFICAÇÃO por edital, de terceiros de boa fé, pelos motivos e para os fins seguintes:

1- que, o Suplicante é tutor dos indios e curador dos seus bens, de acordo com o que estabelece o Decreto numero 8.072, de 20 de junho de 1910, e o Código Civil em seu art. 6º item IV, parágrafo único, e outras leis posteriores;

2- que, os indios Cadiueus são senhores e possuidores, desde data imemorial, das terras situadas no Municipio - de Porto Murtinho, cuja medição foi aprovada por Decreto Estadual de 7 de agosto de 1903 que lhes concedeu uso-fruto, com os seguintes limites:

AO NORTE: o corrego Niutaca desde a sua barra a até a cabeceira na Serra da Bodoquena;

AO LESTE: esta mesma Serra;

AO SUL : o rio Aquidavã; e,

AO OESTE: os rios Paraguai e o seu braço do Nabi leque até a barra do Niutaca.

3- que, em 1931, quando decorreram trinta (30) anos das gestões iniciais para a demarcação das terras indigenas pelo Decreto Estadual numero 54, de 9 de abril de 1931, foram as mesmas consideradas em posse trintenal dos indios CADIUEUS e, ra tificada a posse e o uso-fruto, nos limites citados, vez que, se reconheceu o usocapião;

Emilio SAMPAIO
DEFESA

590356
216

4- que, o Supremo Tribunal Federal apreciando a ação civil originária número 61 intentada pela União Federal contra o Estado de Mato Grosso, em 22 de maio de 1959, considerou - NULAS as vendas de terras feita pelo Governo Estadual na faixa de 66 (sessenta e seis) quilômetros ao longo da fronteira e mandou, ainda, que se respeitasse a area reserva aos índios CADIBEUS dado que, se encontram as mesmas na Faixa de Fronteira que sempre pertenceram legitimamente á União Federal;

5- que, a posse das terras onde se achem permanentemente localizados os índios é garantida pela Constituição Federal, como já o era, na Constituição de 1934 e na Carta Constitucional de 1937, sendo a redação grifada dada pelo art. 216 da Constituição vigente;

6- que, o Supremo Tribunal Federal negando provimento, por unanimidade, ao Recurso Extraordinário 27.599 - Distrito Federal, manteve decisão do Tribunal Federal de Recursos da da na Apelação Civil 2.978 - Pernambuco, que julgou serem NULAS quaisquer alienação de terras ocupadas pelos indios, independentemente de títulos ou de registros, diante o que estabelece o artigo constitucional número 216;

7- que, recentemente a Assembleia Legislativa do Estado sancionando a Lei número 1.077, de 10 de abril de 1958, - vetada totalmente pelo Governador de Mato Grosso, que reduzia a area de terras ocupadas pelos índios CADIEUS, levou a que o SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS impetrasse Mandado de Segurança contra o ato da Assembleia que, por maioria de votos, no Tribunal - de Justiça, foi julgado procedente;

8- que, entretanto, o Governo do Estado de Mato-Grosso, ignorando tudo o que ora foi alegado, expediu títulos de finitivos de propriedade sobre a Reserva Indígena dos CADIEUS, - muitos já registrados, em flagrante desrespeito á Constituição - Federal, á Propriedade da União Federal e á Posse dos Índios.

ERICO SAMPAIO

DEFESA

5904
398

57

Portanto, a fim de prevenir responsabilidades, prover á conservação e ressalvar direitos, resguardando o patrimônio dos índios CADIUEUS e prejuizos de outros, dados os vícios de nulidades evidentes, requer o Suplicante a V.Excia. a notificação de terceiros de bôa fé, nos têrmos dos diplomas legais acima referidos, com a publicação da presente em jornais locais de Cuiabá, Campo Grande, Corumbá e Aquidauana por dois (2) dias e no Diário Oficial do Estado por um (1) dia, - conforme estabelece o art. 177 e seguintes, do Código de Processo Civil.

Requer, ainda, a V.Excia. que, efetivada a notificação presente, sejam os autos entregues ao suplicante, - independentemente de traslado.

Dá-se á presente o valor de Cr. 1.000,00.

Nestes Têrmos

P. Deferimento

Campo Grande, 10 de fevereiro de 1961

Erico Sampaio

Chefe da I.R.5

EXM^o SR. DR. JUIZ DE DIREITO

EMILIO JAMPAIO
DEFESA

5905

3/6

58

O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS, por seu advogado (mandato anexo), vem com fundamento nos arts. 720 e seguintes do Código de Processo Civil e em conformidade com o art. 216 da Constituição Federal requerer a V. Excia. a presente NOTIFICAÇÃO por edital, de terceiros de boa fé, pelos motivos e para os fins seguintes:

1- que, o Suplicante é tutor dos indios e curador dos seus bens, de acordo com o que estabelece o Decreto numero 8.072, de 20 de junho de 1910, e o Código Civil em seu art. 6º item IV, parágrafo único, e outras leis posteriores;

2- que, os indios Cadiueus são senhores e possuidores, desde data imemorial, das terras situadas no Município - de Porto Murtinho, cuja medição foi aprovada por Decreto Estadual de 7 de agosto de 1903 que lhes concedeu uso-fruto, com os seguintes limites:

AO NORTE: o correjo Niutaca desde a sua barra a até a cabeceira na Serra da Bodoquena;

AO LESTE: esta mesma Serra;

AO SUL : o rio Aquidavã; e,

AO OESTE: os rios Paraguai e o seu braço do Nabi leque até a barra do Niutaca.

3- que, em 1931, quando decorreram trinta (30) anos das gestões iniciais para a demarcação das terras indigenas pelo Decreto Estadual numero 54, de 9 de abril de 1931, foram as mesmas consideradas em posse trintenal dos indios CADIUEUS e, ra tificada a posse e o uso-fruto, nos limites citados, vez que, se reconheceu o usocapião;

EMILIO SAMPAIO
DEFESA59061
03/04

59

4- que, o Supremo Tribunal Federal apreciando a ação cível originária número 61 intentada pela União Federal contra o Estado de Mato Grosso, em 22 de maio de 1959, considerou - NULAS as vendas de terras feita pelo Govêrno Estadual na faixa de 66 (sessenta e seis) quilômetros ao longo da fronteira e mandou, ainda, que se respeitasse a area reserva aos índios CADIBEUS dado que, se encontram as mesmas na Faixa de Fronteira que sempre pertenceram legitimamente á União Federal;

5- que, a posse das terras onde se achem permanentemente localizados os índios é garantida pela Constituição Federal, como já o era, na Constituição de 1934 e na Carta Constitucional de 1937, sendo a redação grifada dada pelo art. 216 da Constituição vigente;

6- que, o Supremo Tribunal Federal negando provimento, por unanimidade, ao Recurso Extraordinário 27.599 - Distrito Federal, manteve decisão do Tribunal Federal de Recursos da da na Apelação Civil 2.978 - Pernambuco, que julgou serem NULAS quaisquer alienação de terras ocupadas pelos indios, independentemente de títulos ou de registros, diante o que estabelece o artigo constitucional número 216;

7- que, recentemente a Assembleia Legislativa do Estado sancionando a Lei número 1.077, de 10 de abril de 1958, - vetada totalmente pelo Governador de Mato Grosso, que reduzia a area de terras ocupadas pelos índios CADIEUS, levou a que o SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS impetrasse Mandado de Segurança contra o ato da Assembleia que, por maioria de votos, no Tribunal - de Justiça, foi julgado procedente;

8- que, entretanto, o Governo do Estado de Mato Grosso, ignorando tudo o que ora foi alegado, expediu títulos de definitivos de propriedade sôbre a Reserva Indígena dos CADIEUS, - muitos já registrados, em flagrante desrespeito á Constituição - Federal, á Propriedade da União Federal e á Posse dos Índios.

ENICO SAMPAIO
DEFESA

59,04
BGA

60

Portanto, a fim de prevenir responsabilidades, prover á conservação e ressalvar direitos, resguardando o patrimônio dos índios CADIUEUS e prejuizos de outros, dados os vícios de nulidades evidentes, requer o Suplicante a V.Excia. a notificação de terceiros de bôa fé, nos têrmos dos diplomas legais acima referidos, com a publicação da presente em jornais locais de Cuiabá, Campo Grande, Corumbá e Aquidauana por dois (2) dias e no Diário Oficial do Estado por um (1) dia, - conforme estabelece o art. 177 e seguintes, do Código de Processo Civil.

Requer, ainda, a V.Excia. que, efetivada a notificação presente, sejam os autos entregues ao suplicante, - independentemente de traslado.

Dá-se á presente o valor de Cr\$ 1.000,00.

Nestes Têrmos.

P. Deferimento

Campo Grande, 10 de fevereiro de 1961

Erico Sampaio

Chefe da I.R.5

DR. BENJAMIN DUARTE MONTEIRO

MEMBRO DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS
DE MATO GROSSO

Rua Candido Mariano n. 258
CUIABÁ
MATO GROSSO

ERICO SAMPAIO
DEFEJA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

I.R. 5 do S.P. 1 - C. Grande

Protocolo n.º

Em

825
12 Agosto 1957

62

Cuiabá, 9 de Agosto de 1957.

5708
1957

Ilmo. Snr. Chefe da I.R.5
Campo Grande - Mt.

O projeto que pretende reduzir a área de terras dos índios Cadiuêus, está escondido a sete chaves na Assembleia e não me foi fácil descobri-lo. Tenho informação segura - que a votação desse projeto se fez com várias irregularidades, inclusive a de falta de número para aprova-lo. Não obstante, chegou até a fase de redação final.

Estou seguramente informado que o Governador - pretende vetá-lo. Se isso não acontecer, resta ao Serviço de Índios pleitear os seus direitos, por via judicial.

Mando-lhe junto a cópia do referido projeto.

O Inspetor Calmon está atento e já oficiou à Diretoria sobre esse assunto.

Continuando aqui as vossas ordens, subscrevo-me com apreço e consideração.

Benjamin Duarte Monteiro
BENJAMIN DUARTE MONTEIRO

ENICO SAMPAIO

DEFESA

5909

62

29/6

SALVADOR RONCISVALLE FILHO, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Distrito Federal sob nº 8352 e Secção de Mato Grosso sob nº 239, com escritório à rua Marechal Mallet 773, na cidade de Aquidauana, neste Estado, vem, na qualidade de advogados de pecuaristas que se habilitam junto ao Banco do Brasil S/A, na conformidade do que esyabelece a Lei Federal / 3.634/59, expor, para ~~XXXX~~ por fim, requerer de Va. Sa., o seguinte:

- 1) em principio do mês de março do ano de 1959, deu-se represamento das águas do rio Paraguai, ao longo de seu curso, elevando-lhe o nível a proporção excepcional, só atingido, no ano de 1907, consoante constatarem o Alto Comando da Base Naval de Ladário e a Prefeitura Municipal de Carumbá pelo sue Departamento de Água e Esgoto;
- 2) em função dêsse estado de represamento anormal, as terras situadas na zona do Nabileque, foram, totalmente, / cobertas pelas águas extravasadas que, além de destruírem quando de instalações ali existiam, dezimaram a maior parte dos rebanhos bovinos e equinos, num prejuízo / quase incalculável para os pecuaristas locais e com profunda significação à economia do Estado de Mato Grosso, por ter sua base principal na pecuária;
- 3) diante do estado de calamidade e num esforço extremo, / com risco da própria vida, os pecuaristas, com o pouco que lhes restava, infrentar, a imensidão d'água, / usando os parques recuesos de que dispunham, para demandarem terras mais altas a fim de ficarem a salvo;
- 4) os pecuaristas fragelados, sem espírito de invasão indebita de terras de terceiros ou o intuito de em futuro se constituírem em figura de posseiros, mas, sim, como unico meio de salvação, refigiaram-se nas terras das reservas dos Cadilueus, no Municipio de Porto Murinho, onde permanecem ávidos por uma situação que lhes assegure possibilidade de permanência por tempo razoável à recuperação de seus prejuizos, mediante autorização do S.P.I., por escrito;

- 5) REconhedida, porem, a situação de verdadeira calamidade pública pelo Município de Corumbá, pelo Estado de Mato Grosso e pela União, esta, pela Lei / nº 3634/59 lhes concedeu empréstimo especial para ~~XXXX~~ recuperação dos rebanhos perdidos, exogindo entretanto, que se localizassem em região não inundável;
- 6) habilitados com todos os documentos exigidos pelo / Banco do Brasil S/A, agora, dependem, portanto, unicamente, de aluguel de pastagem, por seis anos, em área que, cada um enuncia no presente requerimento;
- 7) após, consulta prévia feita à Direção Geral do S.P.I. no Rio Rio de Janeiro que, patenteou a viabilidade de atendimento, passam a requerer, então, o aluguel de pastagem, sugerindo-se as fiscalizações e exigências / que lhes forem feitas, na forma seguinte:

Homero Antunes da Silva	3.000	hectares	
Ossian Monteiro	3.000	"	
Oswaldo XXXXX Jacques Sanches	3.000	"	
Ataide Jacques	3.000	"	
Honorato Jacques	3.000	"	
Lauro Vargas	2.000	"	(2.000)
Janes Monteiro Leite	6.000	"	
Rodolpho Ferreira Neto	2.000	"	
Delicardêncio Silva	4.000	"	
Arnaldo Silva	3.000	"	
Augusto Jacques Teixeira	2.000	"	
Ambrósio Olegário Lima	6.000	"	
Alcides Vieira Branco	6.000	"	
Waldemar Henrique Martins	4.000	"	
Liel Brum Jacques	6.000	"	
Jaime Teixeira	4.000	"	
João Batista de Oliveira	4.000	"	
Antônio de Souza Martins	4.000	"	
Arlindo Paim	2.000	"	
Manoel Aurelio da Costa Filho	4.000	"	
Hilton Monteiro Leite	4.000	"	

N. Termos

P. Deferimento.

Campo Grande, em 25 de setembro de 1960

Ass. Dr. Salvador Roncivalle Filho
Ad. Ins. na OAB Secção do DF 8352
e Secção de MT 239

EMILIO JAMPAIO - DEFESA

591/64
GAB

À Contabilidade, para apreciar, oferecendo pronunciamento a respeito.

Em 06/10/60

Ass. Chefe da SOA- Subst.

Sr. Diretor.

O problema foi criado por injunções inelutáveis, a julgar pela expisição, de que se ocupa o presente processo.

Se a situação existe, de fato, sem que tenhamos, de modo algum, concorrido para tanto, direta ou indiretamente, e, / ainda, até aqui, nenhuma compensação houve, para nossos tutelados ou seu patrimônio, seria o caso de equacionar uma solução adequada, atendendo aos interesses indigenas, sem prejuizo daqueles pecuaristas,

O assunto é importante, pelo aspecto público que se reveste, sendo aconselhável ouvir o Dr, Assistente Jurídico, de quem, estamos certos, obteremos pronunciamento judicioso:.

Em 15/10/60

Ass. Chefe da SOA

Ao Sr. Assistente Jurídico para dizer.

17/10/60

J.L.Gurdes

Sr. Diretof.

Creio que a I.R.5 deve se pronunciar sobre o pedido. As terras requeridas em arrendamento são necessárias aos indios? O Estado não dispõe de terras em iguais condições? Qual a base / de arrendamento na região? Após um pronunciamento minucioso, ~~de~~ abordando todos êsses aspectos e mais aqueles outros que atingem de perto o interesse indigena, poderei dizer sobre o pedido, in indiscutível relevante, quer para os indios, quer para os pecuarista que também são brasileiros.

Rio de Janeiro, 17/10/60.

Ass. Dalmo Esteves de Almeida

Ass. Jer. Ref.31.

Ao Sr. Chefe da I.R. 5.

19/10/60

Ass. J.L.Guedes.

Requerimento do Sr. Salvador Roncisvalle Filho, advogado
de pecuaristas que desejam alugar pastagens na Reserva
dos Kadiueos.-

65

ERICO SAMPAIO - DEFESA

5922
BIB

Sr. Diretor

Trata o presente processo, de requerimento do /
Sr. Salvador Roncisvalle Filho, advogado de pecuaristas que -
desejam alugar pastagens na Reserva dos indios Kadiueus.

II- As terras reservadas aos indios Kadiueus, sem
pre foram e serão necessárias áquela comunidade, tendo em vis-
ta a existência ali de 400 indios, para 373.000 hectares de -
terrenos, portanto, menos de ^{mil}um hectare para cada indio, mas
o aluguel pretendido, em nada prejudicará atualmente áqueles
indios, em virtude ainda ser reduzido o numero do rebanho ali
existente. Entretanto como os indios ainda por muitos anos te-
rão que viver tutelados pelo S.P.I. e os Postos Indigenas admi-
nistrados pelos seus servidores, auxiliados pelos mesmos indios
como capatazes, trabalhadores de campo, etc. Nessas condições
por estes 15 anos, 150.000 hectares serão suficientes para o
S.P.I. trabalhar com os indios na criação do gado vacum, po-

S.P.I.-3599/60

dendo com o excedente, alugar pastagens a terceiros que já iniciaram os trabalhos de criador na região do Nabileque, de preferência.

O Estado não dispõe nessa região de terras em condições, pois só as da Reserva, oferecem garantia nos períodos da cheia do rio Paraguai.

Quanto ao progressão dos índios, com os alugueis de pastos, o memorial apresentado por esta I.R.5 em Ofício nº 152/60, dá uma ideia aproximada do desenvolvimento da riqueza pecuarista da região e bem assim do progresso dos Postos Indígenas sob nossa direção.

III- O pagamento do aluguel de pasto, deverá ser na base de 3% sobre o número de vacas existentes na gleba do locatário, número esse, nunca inferior a 400 vacas.

IV- Fica estimada a área máxima de 3.000 ha. para cada locatário, atendendo-se assim os princípios da ordem social que favorecem a maioria de famílias em suas atividades.

V)- Do exposto acima, o S.P.I. terá alugado pastos de uma área de 150.000 hectares para 50 locatários que deverão contribuir cada um, com 3% das vacas de cria, um ano após o início do aluguel, num total de 600 cabeças, ou sejam, 300 bezerros e 300 bezerras de um ano.

VI)- Considerando o valor atual das rezes de um ano, entre fêmeas e machos, de Cr\$ 5.500,00 por unidade, contará o S.P.I. com uma receita anual em rezes, na ordem de Cr\$.. 3.300.000,00.

VII)- Com esta renda anual e as dos anos subsequentes a renda será majorada pelo tempo, prevendo-se um aumento de mais de um milhão após o início do 3º ano de aluguel.

VIII)- O memorial capeado pelo Ofício nº 152/60 - dá uma estimativa do desenvolvimento e enriquecimento da comunidade indígena e dos locatários.

IX)- Cada locatário deverá requerer a área de

67
ERICO SAMPAIO -
DEFESA

5914
B/6

3.000 hectares no máximo, especificando a região onde deverá se estabelecer e o número de rezes com que pretende iniciar - suas atividades.

X- Ao finalizar, esta Chefia tem a dizer que a locação da disponibilidade de campo da "Reserva dos Índios Kadiués" apresenta uma série de vantagens de ordem econômica, além de resolver definitivamente o caso social e econômico da região, consequente com a redução da área feita pelo Congresso Estadual que em feliz momento o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado concedeu o mandado de segurança requerido por esta Chefia. Além, do que será destituído de fundamento de - ordem moral ou jurídica, de futuro, pretender diminuir a área reservada aos índios Kadiués, sob alegação de ótimos campos improdutivos.

Os índios aceitarão a nova situação com alegria porque sentirão de imediato os benefícios que resultarão dessa medida.

Termina assim a incongruência dos poderes públicos em relação aos direitos de S.P.I.-

Em 5/12/60

Erico Sampaio

Chefe da I.R.5

À SOA.

12/12/60

J.L.Guedes

5915
396

Sr. Diretor.

Não se trata de requisição de terras, nem de arrendamento de área. O local já vem ocupado, há algum tempo, por ~~fl~~ força de contingência imperiosa, sem qualquer benefício ou compensação, para os índios. Pleteia-se, sim, a formula de proteger os interesses indígenas, diante de uma situação inilateral, até aqui existente, com a resolução de cobrar aluguel do pasto ocupado, à base de porcentagem, ou em moeda corrente. Na primeira hipótese, a taxa deve incidir, sobre cada animal (sem distinção de sexo), pois, a diferença de sexo não exclui o consumo de pasto.

Com os novos esclarecimentos a respeito, melhor poderá pronunciar-se, o Sr. Dr. Assistente Jurídico.

Em 13/12/60

Ass. Chefe da SOA Subst.

Ao Sr. Assistente Jurídico

15/12/60

Sr. Diretor.

O assunto é mais da ordem econômica do que jurídica. Diante dos esclarecimentos prestados, de minha parte nada poderei opor, dependendo da palavra final de V.S.

Rio 15/12/60.

Dalmo

Ass. Jur.

À SOA.

De acordo com o pedido. Frizar bem que é aluguel de pasto e não arrendamento, que não poderemos fazer.

19/12/60

J.L.Guedes.

Ao Setor Econômico

Em 21/12/60

Ass. L.Mota Cabral

Ao Sr. Chefe da Quinta Inspetoria Regional, à vista do conspícuo despacho acima, realçando-se, mais, que a taxa sobre aluguel do pasto, incide em cada cabeça de gado, indistintamente (macho ou fêmea). Em seguida, ou melhor, assim sejam tomadas as providências indicadas, deverá, o processo, ser vedolvido a esta Seção.

Em 23/12/60

Ass. Luiz Araujo
Chefe da SOA Subst.

I. R. 5

.....

ERICO SAMPAIO
DEFESA

69

5916
JHMEMORIAL

MEMORIAL- Apresentado pela Chefia da I.R.5 ao Exmº Sr. General Diretor do S.P.I., relativo ao aluguel de pastagens, nas terras reservadas aos indios Kadiuêos, região do Nabileque, Estado de Mato Grosso.

Dados relativos a criação e recriação do gado vacum e suas possibilidades economicas.

I- CONSIDERAÇÕES GERAIS

1)- A pecuaria matogrossense se desenvolve em três - principais atividades: criação, recria e engorda. Nestas três modalidades o instituto de crédito, o Banco do Brasil, só opera com os que têm gado, o empréstimo é da ordem de 60% sobre o numero de cabeças de gado vacum, cavalar e maquinas, etc. Assim os mais favorecidos são os grandes criadores, invernistas ou recriadores. Os pequenos, só com decenios prosperam, embora sejam pequenos ou médios proprietários de campos.

2)- A criação só é possível em terras de ótimas pastagens nativas. Existem fazendas de criação de 5.000 a 50.000 hectares, ou melhor, proprietarios de extensas glebas de campos e matas. Para estes as vantagens de ordem economica é indiscutível.

Pela observação, ha um minimo de area que se pode / criar com resultado economico, é a fazenda de 3.000 hectares.

O que é possível fazer nessa area

- 1)- 3,5 hectares para uma cabeça de gado vacum
- 2)- 1 touro para 15 ou 20 vacas
- 3)- cavalos de serviço
- 4)- uma média de 1.000 cabeças em 1 légua
- 5)- a produção é de 50% sobre o numero de vacas de cria
- 6)- o produto macho deve ser vendido aos 3 anos.

II- FAZENDA DE CRIAÇÃO DE 3.000 HECTARES

Observando os dados acima, uma fazenda de criação, da area em apreço se desenvolve:

1)- É levado em consideração para o inicio dos trabalhos a existência:

a)- vacas.....	400
touros.....	20
cavalos.....	20
Total.....	440

2) A existência no fim do 1º ano após a parição será: 70

- a) o existente em a= 400 vacas
20 touros
20 cavalos
b) mais 200 bezerros, sendo 100 machos e 100
fêmeas - total: 640

3) Existencia no fim do 2º ano:

a) o existente em 2, letras a e b mais 200
bezerros, sendo 100 machos e 100 fêmeas:

Vacas.....	400	bezerros machos de 1 ano-	100
Touros.....	20	" fêmeas " " "	100
cavalos.....	20	" nascidos-	200
	<u>440</u>		<u>400</u>

T O T A L:- 840

4)- Existencia no fim do 3º ano:

Vacas.....	400	Bezerros nascidos:	200
Touros.....	20	1º ano-	200
Cavalos.....	20	2º ano-	200
	<u>440</u>		<u>600</u>

T O T A L:- 600

Conclusão: No fim do 3º ano a fazenda tem 600 produtos sendo 50% machos e 50% fêmeas, num total de 1.040 cabeças completando a lotação. Mas estes 600 produtos não devem ser vendidos, é vantajoso esperar a primavera, que é o início da parição. Nessa ocasião os bois de 2 anos, completarão 3 anos e poderão ser vendidos. Eles correspondem a 1ª parição. É possível também vender uma parte das vacas mais velhas para o campo não ficar apertado, é o termo empregado quando o campo tem gado com excesso.

5)- Movimento e existência no fim do 4º ano.

- a) venda de 100 bois criolos de 3 anos,
venda de 80 a 100 vacas mais velhas.
b) ficará a existencia
Vacas 320 (menos as 80 vendidas)
Touros 20 (já e preciso mais 5 para as
100 vacas criolas da 1ª parição)

Cavalos 20

Total 360+ 100 vacas de 3 anos- 460

BEZERROS

Nascidos	da 1ª	da 2ª
200	200	200

<u>TOTAL GERAL:</u>	Vacas.....	460	Bezerros nascidos	200
	Touros.....	25	" 1ª	200
	cavalos....	20	" 2ª	200
		<u>505</u>		<u>600</u>

Grande Total 1005 cabeças.

Desse ano em diante, forma-se a corrente: nasce 200 a 250 e deve ser vendido igual numero, em bois criolos de 2 anos e as vacas mais velhas.

III)- Estudo da existência em Cr\$ pelo valor atual
(fins de 1960)

1) valor atual: 1 vaca.....Cr\$ 8.000,00
1 touro..... " 15.000,00
1 cavalo..... " 4.000,00

2) calculo sobre o 4º ano, em que o criador
vai iniciar a venda dos produtos:

a) Existencia:

Vacas.....	460XCr\$ 8.000,00.....	3.680.000,00
Touros.....	25XCr\$15.000,00.....	375.000,00
Cavalos.....	20XCr\$ 4.000,00.....	80.000,00
Bezerros nasc. femeas....	100XCr\$ 5.000,00.....	500.000,00
" " machos....	100XCr\$ 6.000,00.....	600.000,00
" machos da 2ª.....	100XCr\$ 9.000,00.....	900.000,00
" femeas da 2ª.....	100XCr\$ 6.000,00.....	600.000,00
" machos da 1ª.....	100XCr\$10.000,00.....	1.000.000,00
" femeas da 1ª.....	100XCr\$ 7.000,00.....	700.000,00
		<u>8.435.000,00</u>

Acrescido da venda de 100 bois da 3ª

100 x Cr\$ 12.000,00=	1.200.000,00	
80 vacas mais velhas		
80xCr\$9.000,00=	<u>720.000,00</u>	<u>1.920.000,00</u>

CONCLUSÃO

No fim do 4º ano haverá:-

Existencia em Cr\$.....	Cr\$ 8.435.000,00
Receita.....	" 1.920.000,00

Duplicou o valor inicial.

IV)- Como a Fazenda se manteve nesses 4 anos.

1)- É preciso calcular o numero de empregados e
sua despesa mensal:

3 homens a custa da fazenda.....	Cr\$ 8.000,00
1 cosinheira.....	Cr\$ 2.500,00
sal p/ o gado.....	Cr\$ 1.000,00
Produtos veterinarios (vacinas).....	Cr\$ 500,00
Transporte.....	Cr\$ 2.000,00
Doenças de empregado.....	Cr\$ 300,00
Manutensao da familia do faz. ..	<u>Cr\$15.000,00</u>
Total mensal.....	<u>Cr\$ 29.300,00</u>

Total anual 29.300,00x12= Cr\$ 351.600,00

Total no 4º ano Cr\$ 351.600,00x4= 1.406.400,00.

Conclusao: No fim do 4º ano:

Receita.....	Cr\$ 1.920.000,00
Despesas.....	Cr\$ <u>1.406.400,00</u>
Saldo.....	Cr\$ 513.600,00

APRECIACÃO GERAL

Se o fazendeiro tem outros recursos para viver, o lucro se-
rá bem mais vantajoso, anualmente.

Mas se o fazendeiro tiver que recorrer aos Bancos particula-
res, para fazer emprestimos (tipo comercial) com o prazo de 90 a 120
dias, terá sempre que vender parte de seus bois e vacas. O seu progres-
so, então poderá ser iniciado no fim do 7º ano de cria e não no fim do
4º ano, conforme nosso estudo.

V- AREA DE 2.000 HECTARES

É possível montar uma Fazenda de criação com a área de 2.000 hectares. mas o lucro será o mínimo. Em geral, os fazendeiros com essa área se dedicam mais a engorda de recria. Procuram plantar capim. É uma situação que exige vários anos para formação de pastagens, por ser muito dispendiosa.

No caso presente, ainda é vantajoso, pode-se reduzir de 30 a 35% de produção e vantagens.

VI- CAMPOS ARRENDADOS OU PASTO ALUGADO-AREA 3.000 HECTARE

É preciso se levar em consideração se a área está fechada com aramado ou não, se há piquetes, currais, etc.

1) Caso da área fechada

Custo do pasto por cabeça(mensal)	Cr\$ 15,00
Custo de 600 cabeças	" 9.000,00
Custo anual	108.000,00

ou 3% do total de vacas, de bezerros, machos de 1 ano, isto é, 12 bezerros.

VI- Qual deve ser o preço razoável do aluguel do pasto por hectare.

1) A parição anual é de 200 cabeças ao preço médio de Cr\$ 5.00, temos.....	Cr\$ 1.000.000,00
Despesas com manutenção anual da fazenda, item VI.....	Cr\$ 351.600,00
Despesa de pastagem anual+ item VI.....	Cr\$ 108.000,00
Soma.....	Cr\$ 459.600,00

Saldo do 1º ano:- Cr\$ 540.400,00

CONCLUSÃO: 1) A despesa correspondente praticamente a metade do valor da produção em bezerros de 1 ano.

2) No fim do 4º ano, tem-se a metade da produção calculada no item III, isto é, 300 cabeças no valor de Cr\$ 4.217.000,00 e a venda será de Cr\$ 960.000,00.

3)- Não ha duvida que é vantagem, um fazendeiro iniciar a vida com o valor em gado de cerca de Cr\$ 4.000.000,00(item III) que é a existência no fim do 4º ano o valor da produção será de Cr\$... 4.217.000,00 (item VI) acrescido da venda dos bois de 3 anos e das vacas, no valor de Cr\$ 960.000,00.

VII- Caso do locatário ter que construir o aramado-

Dados:

- 1) Área de 3.000 hectares em um retângulo de 6.000x5.000 portanto uma extensão de 22 KM de cerca, além dos piquetes.
- 2) Valor do rolo de arame liso (1.000 m.) Cr\$ 3.000,00
- 3) Valor de cada poste fincado Cr\$ 60,00
- 4) Distancia de cada poste (2,20)
- 5) Total dos postes $22.000 \div 2,20 = 10.000$ postes
- 6) Valor dos postes fincados Cr\$ 600.000,00
- 7) Total dos rolos de arame lisos:
Aramado c/4 fios $22 \times 4 = 88$ rolos $\times 3.000,00 = 264.000,00$
- 8) Construção do aramado (mao de obra) por poste.....Cr\$ 28,00
- 9) Total das despesas c/construção $10.000 \text{ postes} \times 28,00 =$
Cr\$ 280.000,00.-

10)- TOTAL GERAL:

6).....	Cr\$	600.000,00
7).....	Cr\$	264.000,00
9).....	Cr\$	280.000,00
		<hr/>
Cr\$.....		1.144.000,00

O valor economico do locatário ideal é de cerca de Cr\$ 5.000.000,00.

Não quer dizer que um locatário honesto, chefe de familia, trabalhador, não possa ser auxiliado, com estímulo se tiver o total de Cr\$ 2.000.000,00. Ficando a criterio desta Chefia.

VIII- Prazo de locação 5 anos no minimo e 10 no máximo.

IX) Situação economica do criador.

Pelo exposto, verifica-se que o locatario deve ter uma situação economica que o possibilite trabalhar. Como demonstramos, deverá ter recursos em gado e para serviços de cerca de Cr\$. . . 5.000.000,00, o ideal.

X)- Vantagem de ordem economica para o Patrimonio Indigena.

1) Numa area de 150.000 hectares locadas haverá em 6 anos um aumento de cerca de 40.000 cabeças na região.

2) Essa atividade trará o progresso na região e bem estar dos indios e os criadores locatarios.

3) Terá a região 50 locatarios de 3.000 hectares a razão de 400 vacas conforme o item II.

4) Sendo o pagamento do aluguel feito a base de 3% de bezerros machos sobre 400 vacas, tem-se:

Por locatario de 400 - 12 bezerros
Em 50 locatarios - 600 bezerros anuais

5) Sendo o objetivo da locação desenvolver o trabalho e o enriquecimento da reserva Indigena, será mais conveniente o pagamento em 50% de machos e 50% de femeas.

6) A reserva Indigena contaria com 300 novilhas anualmente, podendo negociar 300 bezerros machos de 1 a 2 anos para as necessidades dos Postos da reserva e o recolhimento da cota á Diretoria.

7) A renda anual em bezerros machos seria de $300 \times 8.000,00 =$ Cr\$ 2.400.000,00.

8) Aumenta o rebanho em 1.800 femeas recebidas da locação e em 6 anos teremos ainda uma produção de 500 bezerros das novilhas recebidas nos 3 primeiros anos.

A locação da disponibilidade de campo na Reserva dos Índios Kadiuéos, apresenta uma série de vantagens de ordem Economica, alem de resolver definitivamente o caso social-economico da região em virtude de inumeros fazendeiros com possibilidade para desenvolver a pecuaria olharem para os belissimos campos dos Kadiuéos, inaproveitados.

EMCO SAMPAIO
DEFESA

5921
29/12/60

A)- VANTAGENS DE ORDEM SOCIAL

1)- Pacifica a região - os que quiseram vender as terras dos indios, terão de obedecer a Lei. Não tem fundamento moral nem juridico, pretender diminuir a area reservada aos indios Kadiucós, sob a alegação de terras abandonadas.

2)- Os indios aceitarão a nova situação por que serão beneficiados economicamente e viverão em paz.

3)- Termina a incompreensão dos poderes publicos em relação aos direitos do S.P.I.-

I.R.5- Em Campo Grande, Mato Grosso, 6 de Dezembro 1960.

Erico Sampaio

Chefe da I.R.5

A' SOF para apreciação
13-12-60
ass. J. L. F. J. J. J.

EMCO JANDAIO 5922 75
DEFESA

Contrato de arrendamento de ÁREA DE PASTAGEM que entre si fazem, de um lado, como outorgante, o Serviço de Proteção aos Índios, na qualidade de gestor dos bens do Patrimônio Indígena, e de outro lado, como outorgado, arrendatário, o senhor _____, de acordo com autorização do Sr. Coronel Diretor do S. P. I., em m/m n.º 146, de 17-4-1961, com as condições abaixo e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CONDIÇÕES PRELIMINARES:

O outorgado, arrendatário, plenamente ciente e reconhece para todos os fins de direito:

- a) que a área para pastagem que se lhe concede em arrendamento, pertence à Reserva Indígena dos Índios Kadiueu, por força do disposto no Art. 216 da Constituição Federal e pelo que foi estabelecido no Decreto Estadual n. 54, de 9/4/1931, ratificando o Ato Governamental (Mato Grosso) de 7/8/1903.
- b) que o presente arrendamento é-lhe concedido por prazo improrrogável, estabelecido por ambas as partes como suficiente, para que se normalize a situação de calamidade sofrida pelos criadores da região, privados que ficaram do uso normal e eficiente de suas pastagens, em consequência do represamento das águas do rio Paraguai, ao longo do seu curso, originando a elevação do seu nível e provocando a invasão das águas em ditas terras, destruindo instalações e dezimando rebanhos (Processo S. P. I. 3 599/60):
- c) que o Serviço de Proteção aos Índios é o gestor do Patrimônio Indígena, e o qual se inclui a Reserva Indígena dos Índios Kadiueu; e que é o tutor dos mencionados índios, consoante legislação vigente. Por conseguinte, além do cumprimento do presente contrato, obriga-se o arrendatário a respeitar o estatuido pela lei que disseram respeito aos índios e ao S. P. I., inclusive o Regimento dêste. (Decreto 10.652 de 16/10/1.942 e suas modificações), de cujo texto o arrendatário confessa ter conhecimento.

CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DO CONTRATO

Primelra — O objeto do presente contrato de arrendamento, é uma área de pastagem com 3.000 (três mil) hectares, localizada na Reserva dos Índios Kadiueu, município de _____, Estado de Mato Grosso, com as seguintes características e confrontações: _____

Segunda — O prazo do arrendamento é o de 6 (seis) anos, que se iniciará em _____ e que terminará em _____, quando a coisa arrendada deverá ser restituída ao outorgante, independentemente de qualquer aviso ou interpelação judicial.

Terceira — O arrendamento *será pago* anualmente, na forma de bezeros de ambos os sexos, na proporção de 50 % (cinquenta por cento) de machos e 50 % (cinquenta por cento) de fêmeas, em quantidade correspondente a 3 % (três por cento) da criação do arrendatário que se servir da pastagem; obrigando-se, este, a entregá-los na Sede do Posto Indígena da Reserva, em prazo nunca superior a 5 (cinco) dias após o vencimento de cada ano do contrato. Fica entendido que, para efeito do cálculo de pagamento, a porcentagem incidirá sobre o mínimo de 400 (quatrocentos) animais, ainda que a criação do arrendatário não atinja a esse número; outrossim, os bezeros e bezerras entregues pelo arrendatário, deverão gozar de perfeita saúde, correspondendo ao tipo normal da criação e com 1 ano completo de idade. O arrendatário, para o cumprimento do estabelecido nesta cláusula, facilitará uma perfeita fiscalização por parte do representante credenciado do S. P. I., autorizando-o sempre que este a julgar necessário.

Quarta — Sendo, o objeto do arrendamento, uma área de pastagem, fica expressamente convencionado que nenhum outro *uso* lhe poderá ser dado; permitindo-se ao arrendatário, entretanto, nele fazer as benfeitorias que forem necessárias ao melhor aproveitamento das pastagens. Findo que seja, porém, o prazo do arrendamento, tais benfeitorias, sejam elas de que natureza forem, serão incorporadas a área arrendada, com plena e voluntária aquiescência do arrendatário, que neste ato é expressa e que, assim, está ciente *não lhe caber*, findo o arrendamento, o *direito de reter a coisa arrendada*, sob tal pretexto, *nem lhe caber* qualquer espécie de indenização pela sua edificação, plantio, etc.

Quinta — O presente arrendamento é feito ao outorgado, em face das dificuldades que vem tendo diante da situação de calamidade apontada na alínea «b» das «considerações preliminares» deste instrumento. Por conseguinte, a «área de pastagem» objeto do presente, é para *uso* exclusivo seu e de sua família, não podendo, assim, de forma alguma, *ceder o contrato*, *sublocar* total ou parceladamente a área, nem *emprestá-la* a terceiros. Se o fizer, ficará sujeito a rescisão deste ajuste, independentemente de qualquer aviso ou interpelação judicial, e a imediata restituição da área ao outorgante, além de ficar também sujeito a uma multa de Cr\$ 100.000,00 (Cem mil cruzeiros), isto sem prejuízo do cumprimento das demais condições contratuais. Outrossim, a infração de qualquer outra cláusula do presente, também terá como consequência a sua *rescisão*, de pleno direito, independentemente de qualquer interpelação judicial, cabendo ao arrendatário restituir, imediatamente, objeto deste arrendamento, além de ficar sujeito àquela mesma multa e à indenização pelas custas e pelos honorários de advogado que forem dispendidos em qualquer ação judicial a que der causa, pelo inadimplemento contratual.

Sexta — Além do disposto na parte final da cláusula 3.^a, é assegurado ao S. P. I., em qualquer época, a visita de seus dirigentes ou representantes à área arrendada, para *fiscalização* do bom e fiel cumprimento deste contrato e fiel observância, pelo arrendatário, da legislação vigente, sobretudo à relativa aos índios e ao S. P. I.

Sétima — As obrigações do presente contrato são extensivas aos herdeiros e sucessores do arrendatário, por *morte* deste.

Oitava — Os contratantes elegem o *fôro* da cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso, desistindo de qualquer outro, para dirimir questões que digam respeito ao presente contrato.

ENILCO SAMPAIO
DEFESA

592477
910

Nota — O arrendatário oferece, como *garantia* do bom e fiel cumprimento dêste contrato, a fiança do Sr. _____

que, na qualidade de fiador, solidário e principal pagador do arrendatário, assina o presente, juntamente com sua mulher, D.^a _____

(art. 235, n. III do Código Civil Brasileiro), responsabilizando-se pelo atendimento de tôdas as suas cláusulas por todo o seu prazo e mesmo após o seu término, se eventualmente o arrendatário continuar a usufruir a coisa arrendada.

_____ de _____ de _____

(a) representante credenciado do S. P. I. _____

(a) arrendatário _____

(a) fiador _____

(a) espôsa do fiador _____

TESTEMUNHAS:

(a) _____

(a) _____

5925/60A

Contrato de arrendamento de ÁREA DE PASTAGEM que entre si fazem, de um lado, como outorgante, o Serviço de Proteção aos Índios, na qualidade de gestor dos bens do Patrimônio Indígena; e de outro lado, como outorgado, arrendatário, o senhor _____, de acordo com autorização do Sr. Coronel Diretor do S. P. I., em m/m n.º 146, de 17-4-1961, com as condições abaixo e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CONDIÇÕES PRELIMINARES:

O outorgado, arrendatário, plenamente ciente e reconhece para todos os fins de direito:

- a) que a área para pastagem que se lhe concede em arrendamento, pertence à Reserva Indígena dos Índios Kadiueu, por força do disposto no Art. 216 da Constituição Federal e pelo que foi estabelecido no Decreto Estadual n. 54, de 9/4/1931, ratificando o Ato Governamental (Mato Grosso) de 7/8/1903.
- b) que o presente arrendamento é-lhe concedido por prazo improrrogável, estabelecido por ambas as partes como suficiente, para que se normalize a situação de calamidade sofrida pelos criadores da região, privados que ficaram do uso normal e eficiente de suas pastagens, em consequência do represamento das águas do rio Paraguai, ao longo do seu curso, originando a elevação do seu nível e provocando a invasão das águas em ditas terras, destruindo instalações e dezimando rebanhos (Processo S. P. I. 3 599/60):
- c) que o Serviço de Proteção aos Índios é o gestor do Patrimônio Indígena, e o qual se inclui a Reserva Indígena dos Índios Kadiueu; e que é o tutor dos mencionados índios, consoante legislação vigente. Por conseguinte, além do cumprimento do presente contrato, obriga-se o arrendatário a respeitar o estatuido pela lei que disseram respeito aos índios e ao S. P. I., inclusive o Regimento dêste. (Decreto 10.652 de 16/10/1.942 e suas modificações), de cujo texto o arrendatário confessa ter conhecimento.

CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DO CONTRATO

Primeira — O objeto do presente contrato de arrendamento, é uma área de pastagem com 3.000 (três mil) hectares, localizada na Reserva dos Índios Kadiueu, município de _____, Estado de Mato Grosso, com as seguintes características e confrontações: _____

Segunda — O prazo do arrendamento é o de 6 (seis) anos, que se iniciará em _____ e que terminará em _____, quando a coisa arrendada deverá ser restituída ao outorgante, independentemente de qualquer aviso ou interpelação judicial.

5926
396

Terceira — O arrendamento *será pago* anualmente, na forma de bezerros de ambos os sexos, na proporção de 50 % (cinquenta por cento) de machos e 50 % (cinquenta por cento) de fêmeas, em quantidade correspondente a 3 % (três por cento) da criação do arrendatário que se servir da pastagem; obrigando-se, êste, a entregá-los na Sede do Posto Indígena da Reserva, em prazo nunca superior a 5 (cinco) dias após o vencimento de cada ano do contrato. Fica entendido que, para efeito do cálculo de pagamento, a porcentagem incidirá sobre o mínimo de 400 (quatrocentos) animais, ainda que a criação do arrendatário não atinja a êsse número; outrossim, os bezerros e bezerras entregues pelo arrendatário, deverão gozar de perfeita saúde, correspondendo ao tipo normal da criação e com 1 ano completo de idade. O arrendatário, para o cumprimento do estabelecido nesta cláusula, facilitará uma perfeita fiscalização por parte do representante credenciado do S. P. I., autorizando-o sempre que êste a julgar necessário.

Quarta — Sendo, o objeto do arrendamento, uma área de pastagem, fica expressamente convencionado que nenhum outro *uso* lhe poderá ser dado; permitindo-se ao arrendatário, entretanto, nele fazer as benfeitorias que forem necessárias ao melhor aproveitamento das pastagens. Findo que seja, porém, o prazo do arrendamento, tais benfeitorias, sejam elas de que natureza forem, serão incorporadas a área arrendada, com plena e voluntária aquiescência do arrendatário, que neste ato é expressa e que, assim, está ciente *não lhe caber*, findo o arrendamento, o *direito de reter* a coisa arrendada, sob tal pretexto, *nem lhe caber* qualquer espécie de indenização pela sua edificação, plantio, etc.

Quinta — O presente arrendamento é feito ao outorgado, em face das dificuldades que vem tendo diante da situação de calamidade apontada na alínea «b» das «considerações preliminares» dêste instrumento. Por conseguinte, a «área de pastagem» objeto do presente, é para *uso* exclusivo seu e de sua família, não podendo, assim, de forma alguma, *ceder* o contrato, *sublocar* total ou parceladamente a área, *nem emprestá-la* a terceiros. Se o fizer, ficará sujeito a rescisão dêste ajuste, independentemente de qualquer aviso ou interpelação judicial, e a imediata restituição da área ao outorgante, além de ficar também sujeito a uma multa de Cr\$ 100.000,00 (Cem mil cruzeiros), isto sem prejuízo do cumprimento das demais condições contratuais. Outrossim, a infração de qualquer outra cláusula do presente, também terá como consequência a sua *rescisão*, de pleno direito, independentemente de qualquer interpelação judicial, cabendo ao arrendatário restituir, imediatamente, objeto dêste arrendamento, além de ficar sujeito àquela mesma multa e à indenização pelas custas e pelos honorários de advogado que forem dispendidos em qualquer ação judicial a que der causa, pelo inadimplemento contratual.

Sexta — Além do disposto na parte final da cláusula 3.^a, é assegurado ao S. P. I., em qualquer época, a visita de seus dirigentes ou representantes à área arrendada, para *fiscalização* do bom e fiel cumprimento dêste contrato e fiel observância, pelo arrendatário, da legislação vigente, sobretudo à relativa aos índios e ao S. P. I.

Sétima — As obrigações do presente contrato são extensivas aos herdeiros e sucessores do arrendatário, por *morte* dêste.

Oitava — Os contratantes elegem o *fôro* da cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso, desistindo de qualquer outro, para dirimir questões que digam respeito ao presente contrato.

Nona — O arrendatário oferece, como *garantia* do bom e fiel cumprimento dêste contrato, a fiança do Sr. _____

que, na qualidade de fiador, solidário e principal pagador do arrendatário, assina o presente, juntamente com sua mulher, D.^a _____

(art. 235, n. III do Código Civil Brasileiro), responsabilizando-se pelo atendimento de tôdas as suas cláusulas por todo o seu prazo e mesmo após o seu término, se eventualmente o arrendatário continuar a usufruir a coisa arrendada.

_____ de _____ de _____

(a) representante credenciado do S. P. I. _____

(a) arrendatário _____

(a) fiador _____

(a) espôsa do fiador _____

TESTEMUNHAS :

(a) _____

(a) _____

5928
24/6

84

Nº-DE PDEM	NOMES	DATA DO CON- TRATO	NÚMERO DE PE- ZES INICIADA	PORCENTAGEM ANUAL	LIMITES	ESTADOS E PROPRIETÁRIOS
1	OZORIO OLIVEIRA JACQUES	12/8/1961	400	12	NORTE-DURVAL BARBOSA E JOEL JACQUES; SUL-CORREGO AQUIDABAN; NASCENTE-CORREGO E BAIÁ DA TOMAZIA POENTE-JOEL JACQUES.	NEUGERXJACQUESXACHENXELIEL JACQUES OSVALDO JACQUES SANCHES E LALI JAC- QUES SANCHES ADÃO PAIM SORTICA M.
2	AGENOR ALVES BARBOSA	10/8/1961	400	12	NORTE-DELBIO ALVES CORREA; SUL-SEBASTIÃO ALVES CEPREA ARRUDA; NASCENTE-S.P.I. POSTO NALIQUE; POENTE-S.P.I.	ESDRA PEREIRA ALVES HORTENCIA ES- PINDOLA ALVES WALFRIDO LOPES PEDRO BRITO DE ARRUDA
3	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX LEONCIO DE SOUZA BRITO FILHO	12/7/1961	500	15	NORTE-LEONCIO MARTINS; SUL-RIO AQUIDABAN; LESTE DELICAR- DENCIO SILVA; OESTE-LEONCIO DE SOUZA BRITO.	LEÃO MARTINS E DULCE BRITO MARTINS SALVADOR ROUCINVALLE JAMES MONTEIRO LEITE
4	EVARISTO F. DOS SANTOS	10/6/1961	400	12	NORTE-SERRA BODOQUENA; SUL-IRMAOS MEDINA; LESTE-CORREGO AGUA FRIA; OESTE-TARUMÁ, SUCURI E IRMAOS MEDINA.	PEDRO BRITO DE ARRUDA DELICARDENCIO SILVA WALFRIDO LOPES.
5	JAIME TEIXEIRA	20/7/1961	400	12	NORTE-REUTACA SUL-S.P.I. NASCENTE-DARIO MACHADO POENTE- LIEL JACQUES.	ARTIRIO TEIXEIRA ELVIRA JACQUES TEIXEIRA JOEL JACQUES E HOMERO ANTUNES DA SILVA.
6	ATAIDE TRELHA	25/8/1961	400	12	NORTE-IVO VARGAS; SUL-ALFREDO BATISTA DE OLIVEIRA; NASCENTE-S.P.I. MATA GRANDE POENTE-CORIXO NABILEQUE	OSVALDO JACQUES SANCHES E LALI JAC- QUES SANCHES PEDRO BRITO DE ARRUDA E WALFRIDO LOPES
7	MANOEL GOMES DO PRADO	10/6/1961	400	12	NORTE-CERCA DO POSTO NALIQUE SUL-SANTIAGO TRELHA; NASCENTE-TARUMÁ; POENTE-ESTRADA QUE LIGA OS POSTOS DE NALIQUE A SÃO JOÃO.	PEDRO BRITO DE ARRUDA WALFRIDO LOPES E DELICARDENCIO SILVA
8	CANDIDO CANAVARRO DA SILVA	12/9/1961	300	9	NORTE-EMRXCORIXO NABILEQUE; SUL -CAPITALDE ERNESTO EXIBET GRUBERT NABILEQUE NASCENTE-DARCY PIRES; POENTES CAMPO ALAGADIÇO DO S.P.I.	OSVALDO JACQUES SANCHES E LALI JACQUES SANCHES WALFRIDO LOPES E PEDRO BRITO DE ARRUDA.
9	LIEL BRUM JACQUES	10/6/1961	400	12	NORTE-FAZENDA PACU; SUL-S.P.I. POENTE-FAZENDA PACU NASCENTE-JAIME TEIXEIRA.	POMPILIO RODRIGUES MIRANDA E JULINA MARTINS MIRANDA LAURO VARGAS E RAMÃO NUNES DA SILVA.
10	RAMÃO NUNES DA SILVA	20/7/1961	800	24	NORTE-JOSÉ LIMA; SUL-OTAVIO NUNES DA SILVA; NASCENTE-EMRXCORIXO NABILEQUE; SUL-CORREGO DA TOMAZIA; POENTE-AGENOR ALVES CORREA.	EMRXCORIXO NABILEQUE DINAPTE XIMENEZ LAURENTINA S.XIMENEZ JAMES MONTEIRO LEITE SERGIO HENRIQUE MARTINS
11	AROLD SILVEIRA FIORES	15/8/1961	400	12	NORTE-VICENTE JACQUES; SUL-LEÃO MARTINS; POENTE-CALIS- TO DE SOUZA MARTINS; NASCENTE-ALICIO FELIX GARCEZ.	CLEONES DE SOUZA MARTINS E IRENE GARCIA MARTINS NATANIEL FLORES MANOEL NERSON DOS SANTOS
12	XXXXXXXXXX JUSTO ALAMAN	17/7/1961	400	12	NORTE-MARCEL AUGELIANO DA COSTA FILHO; SUL-NASCENTE E POENTE-TERRAS DA RESERVA INDIGINA DOS KADIGUES.	XISTO ALAMAN PEDRO BRITO DE ARR- UDA E WALFRIDO LOPES.
13	ALFREDO BATISTA DE OLIVEI- RA	25/7/1961	400	12	NORTE-ARI MACHADO; SUL-INACIO ALVES MACHADO; NASCENTE- BOCAINA DO AQUIDABAN; POENTE-PARTE ALAGADA D. CORIXO NABILEQUE	LAURA MACHADO GOMES PEDRO BRITO DE ARRUDA SALVADOR ROUCINVALLE

[illegible]

5930
296

4.

83

Nº de ORDEM	NOMES	DATA DO CONTRATO	NUMERO DE REZES INICIADO	PORCENTAGEM ANUAL	HISTORICO E LIMITES	FIADORES E TESTEMUNHAS
28	ALICIO FELIX GARCZ	10/6/1961	400	12	NORTE AURESTE FELIX GARCZ, SUL - AROLDO SILVEIRA FIORES, NASCENTE - S.P.I. POENTE - NIUTACA.	ALCIDES GARCZ PAIM, ADELIA QUADROS PAIM, HILTON MONTEIRO LEITE, HOMERO ANTUNES DA SILVA
29	AMEROSIO OLEGARIO DE LIMA	1/6/1961	400	12	AO NORTE COM RIO AQUIDABAM, AO SUL COM A MATA DO SOLDADO, PERTENCENTE A RESERVA INDIGINA DOS KADIUBS, A LESTE POR UMA CERCA QUE SAI DO RIO AQUIDABAM NO LOCAL DENOMINADO ALEGRE E VAI NA MATA DO SOLDADO, A OESTE POR UMA CERCA QUE VAI DA PONTA DA MATA DO SOLDADO AO RIO AQUIDABAM.	ESDRA PEREIRA ALVES, HORTENCIA ESPINDOLA ALVES, SALVADOR ROUCINVALLE
30	NINHO MANCUELMO	31/5/1961	400	12	NORTE PEDRO FARIA, SUL MITAIM MIRANDA, POENTE JUVENAL FARIA, NASCENTE ANIBAL DOS SANTOS.	FELISBINO XIMENES, MARIA ALBUQUERQUE XIMENES, SALVADOR ROUCINVALLE, NEY ADÃO DA SILVA
31	PEDRO DE ARRUDA FARIA	15/7/1961	400	12	NORTE AGUA FRIA, SUL-LIEMA, NASCENTE-DINARTE MANCUELMO	AURELIANO DA COSTA LEITE FAÇO, ANTONIA FIGUEIREDO DA SILVA FAÇA, LAURO VARGAS, HOMERO ANTUNES DA SILVA
32	DURVAL COELHO BARBOZA	10/7/1961	400	12	NORTE-S.P.I. SUL-MARIA MADALENA MARQUES BARBOSA; LESTE-LEOPOLDO TRELHA; OESTE - S.P.I.	HOMERO ANTUNES SILVA, CRISTINA BOEIRA ANTUNES DA SILVA, ANTONIO SOUZA MARTINS, SALVADOR ROUCINVALLE
33	HOMES MONTEIRO LEITE	15/7/1961	500	15	NORTE -HASANBENIM LEITE; SUL-CORREGO DO OTAVIO; NASCENTE-CERCA DA PONTA DA MATA ATE O CORREGO MASTIGO; POENTE-BARRA COM O OTAVIO E HASAN BRUM LEITE.	HILTON MONTEIRO LEITE, BALDIRA LOUREIRO LEITE, HONORIO HENRIQUE BRUM, DINO MORAES MACHADO
34	HOMERO ANTUNES DA SILVA	10/6/1961	800	24	NORTE- CORREGO OTAVIO, SUL-CORREGO AQUIDABAM, NASCENTE- DIVISA COM DINARTE XIMENEZ, POENTE- CORREGO MASTIGO.	OSSIAN MONTEIRO, ELZIRA ANTUNES MONTEIRO, ALVINO FELEX GARCZ, ALCIDES GARCZ PAIM.
35	GONÇALVES SILVA	20/7/61	400	12	NORTE- CARLOS LARREIA, SUL- IRÃO MARTINS, NASCENTE DELICARDENCIOSILVA, POENTE, - IRÃO MARTINS, LEONCIO PEREIRA DE BRITO.	DINARTE XIMENEZ, LAURENTINA DOS SANTOS XIMENEZ, HOMERO ANTUNES DA SILVA, AMAURI PORTELA.
36	ALCY VIEIRA DE MORAES	20/7/61	700	21	NORTE- JAMES MONTEIRO LEITE, SUL- OLIMPIO TRELHA, NASCENTE ALICIO GARCZ, POENTE- COM DOMINIO NABILEQUE.	DELICARDENCIOSILVA, ODOCELINA SILVA, HOMERO ANTUNES DA SILVA, EMILIO FLORES NOGUEIRA.
37	POMPILIO RODRIGUES MIRANDA	15/7/61	400	12	NORTE- NINHO MANCUELMO, SUL- CORREGO MASTIGO, NASCENTE-ODORICOSENTE, POENTE, HILTON MONTEIRO, LEITE, JUVENAL ALVES FARIA.	OSVALDO JAKES SOUZA, LALI JAKES SANCHES, OSVALDO JAKES SANCHES, WACELIDES RODRIGUES MIRANDA.
38	ANANIAS FREDO VALETE	12/8/61	400	12	NORTE- ANTONIO DA SOUZA MARTINS, SUL- BAIA BRANCA, NASCENTE CERCA DO POSTO PITOCO, POENTE- AGENOR BARBOSA.	POMPILIO RODRIGUES MIRANDA, EULIA MARTINS MIRANDA, LAURO VARGAS RAMÃO MORAES DA SILVA.
39	DELICARDENCIOSILVA	20/7/61	400	12	NORTE- JOEL BRUM JAKES, SUL- JOEL BRUM JAKES, NASCENTE- RIO AQUIDABAM, POENTE- GONÇALINO DA SILVA,.	ARY VIEIRA DE MORAES, JUSTINA VILELA DE MORAES, HOMERO ANTUNES DA SILVA, OSSIAN MONTEIRO.

Nº DE ORDEN	NOMES	DATA DO CONTRATO	NUMERO DE RE ZES INICIADO	PORCENTAGEM ANUAL	LIMITES	FIADOR E TESTEMUNHAS
40	IVO VARGAS	25/8/1961	400	12	NORTE-LIEL JACQUES;SUL-ATAIDE TRELHA;NACENTE-S.P.I.MATA GRANDE;POENTE- ESSE POENTE-CORIXO NABILEQUE.	OSVALDO JACQUES SANCHES LALI JACQUES SANCHES PEDRO PINTO DE ARRUDA WALFRIDO LOPES
41	SERGIO HENRIQUES MARTINS	10/6/1961	400	12	NORTE-SERRA BODOQUENA;SUL-ARLINDO DE MATOS E ANIBAL DOS SNATOS;POENTE-LINO MIRANDA;NACENTE-LINO MIRANDA.	WALDEMAR HENRIQUE MARTINS OLDA ALMEIDA MARTINS JOEL BRUN JACQUES DINARTE XIMENEZ
42	OSSIAN MONTEIRO	10/6/1961	400	12	NORTE-CORREGO MASTIGO;SUL-DINARTE XIMENEZ;NASCENTE- AMERICO JARA;POENTE-HOLMES MONTEIRO LEITE.	HOMERO ANTUNES DA SILVA CRISTINA BOEIRO ANTUNES ALUIO FELIX GARCEZ AICIDES GARCEZ PAIM
43	LEOPOLDO TRELHA	20/7/1961	1.200	36	NORTE-NAUR DE SOUZA BARBOSA ;SUL-FABRICA BARRAÇÃO.;POENTE NAUR DE SOUZA BARBOSA ;NASCENTE-HILTON MONTEIRO LEITE.	JOEL JACQUES MARIA GERALDO DE SILVA JACQUES RANÃO NUNES DA SILVA JANES MONTEIRO LEITE
44	WALDEMAR HENRIQUES MARTINS	3/6/1961	400	12	NORTE-ODORICO CASANOVA SUL-ASSIAN MONTEIRO;NASCENTE- SERRA BODOQUENA;POENTE-JOÃO FRANCO.	EDUARDO PEREIRA MARTINS ESTHER PAZ PEREIRA JOEL XIMENEZ JOEL BRUN JACQUES SALVADOR ROUCIVALLE
45	HILTON MONTEIRO LEITE	10/6/1961	400	12	NORTE-JUVUNAL FARIA;SUL-LAUDELINO BARCELOS;NASCENTE- MOACYR MONTEIRO LEITE;POENTE-MITAIM MIRANDA E HOLMES MONTEIRO LEITE.	FELISBINO XIMENEZ MARIA ALBUQUERQUE XIMENES ALUIO FELIX GARCEZ E AICIDES GARCEZ PAIM
46	DESIDERIO NUNES ARGUELHO	10/6/1961	400	12	NORTE-DINARTE MANGUELHO;SUL -ANIBAL DOS SANTOS;POENTE- MANGUELHO;NASCENTE-ARLINDO DE MATOS	WALDEMAR HENRIQUE MARTINS E OLDA ALMEIDA MARTINS;JOEL JAC- QUES E NEY ADÃO DA SILVA
47	LEONCIO DE SOUZA BRITO	10/6/1961	1.000	30	NORTE -LINHA DIVISÓRIA COM LEÃO MARTINS;DO MORPO DO GA- VIÃO A RUMO LESTE ATE A CERCA COM DELICARDENCIO SILVA; SUL-RIO AQUIDABAN;LESTE -LEONCIO DE SOUZA BRITO FILHO; OESTE-THELES TRELHA.	LEÃO MARTINS E DULCE BRITO MAR- TINS SALVADOR ROUCINVALLE
48	LEÃO MARTINS	10/6/1961	500	15	NORTE-ADÃO SANCHES;AROLDIO S.FLARES E SEBASTIÃO MENDONÇA; SUL-LINHA DIVISORIA COM LEONCIO DE SOUZA BRITO E LEONCIO DE SOUZA BRITO FILHO;LESTE-DELICARDENCIO SILVA;OESTE- RESERVA INDIGENA DOS INDIOS KADUES.	LEONCIO DE SOUZA BRITO E AIDA LEMES DE SOUZA BRITO SALVADOR ROUCINVALLE E JANES MONTEIRO LEITE.
49	SANTIAGO DOS SANTOS TRELHA	10/7/1961	400	12	NORTE-S.P.I.SUL-RANÃO NUNES DA SILVA;POENTE-ROSALINO AJALA;NASCENTE-SERRA ISOLADA DO TARUMÁ	WALDEMAR HENRIQUE MARTINS E OLGA ALMEIDA MARTINS JOEL JACQUESE SALVADOR ROUCINV LLE.

5931
5941
5951

5932
5948

Nº ORDEN	NOMES	DATA DO CON- TRATO	NUMERO DE REZES INICI ADO	PORCENTAGEM ANUAL	LIMITES	FIADORES E TESTEMUNHAS 85
50 5	OTAVIO NUNES DA SILVA	15/7/1961	400	12	NORTE-JOÃO MEDINA E MARIO LOUREIRO MEDINA, ROSALINO SILVA SUL-RAMÃO NUNES DA SILVA; POENTE-MELCHIADES CORREIA NASCENTE-CORREGO AGUA FRIA.	ANTONIO SOUZA MARTINS E MARIA DA GLORIA DOS SANTOS MARTINS OSSIAN MONTEIRO E SALVADOR ROUCINVALLE.
51	FELISBINO XIMENEZ	10/6/1961	500	15	NORTE-TERRAS DO S.P.I. SUL-RIO AQUIDABAN; LESTE-SERRA BODO- QUENA; OESTE-DINARTE XIMENEZ	HILTON MONTEIRO LEITE E BALDIR HILTON MONTEIRO LEITE E BALDIR LOUREIRO LEITE ALUINO FELIX GARCEZ E ALCIDES GARCEZ PAIM.
52	DINARTE XIMENEZ	10/6/1961	500	15	NORTE -OSSIAN MONTEIRO; POENTE SUL-RIO AQUIDABAN; POENTE-HOMERO ANTUNES DA SILVA E OIMES MONTEIRO LEITE; NASCENTE-FELISBINO XIMENEZ	JOEL BRUM JACQUES E MARIA GERA DA DA SILVA JACQUES WALDEMAR HENRIQUE MARTINS E JOÃO FRANCO &
XXXXXX 53	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX ARY BARBOSA DE DEUS	10/6/1961	400	12	NORTE-CARLOS LARREIRA; SUL-DELICARDENCTO SILVA; LESTE JOEL JACQUES; OESTE-CORREGO TARUMÃ.	HOMERO ANTUNES DA SILVA E CRIS TINA BOEIRA ANTUNES OSSIAN MONTEIRO E WALFRIDO LOPES.
54	JUVENAL ALVES FARIA	15/7/1961	400	12	NORTE- AURELINO DA COSTA FALCÃO; SUL-HILTON MONTEIRO LEITE NASCENTE-NINHO MANCUELHO E POMPILHO RODRIGUES MIRANDA; POENTE-DINARTE XIMENEZ E NAUR BARBOZA.	POMPILIO RODRIGUES MIRANDA E EULINA M. MIRANDA, OSVALDO JACQUES SOUZA E WACILIO RODRI- GUES MIRANDA.
55	ANISIO DE SOUZA MENDES	10/7/1961	400	12	NORTE-S.P.I. SUL-ROSALINO AJALA E OTAVIO NUNES DA SILVA POENTE MELCHIADES CORREA E SEBASTIÃO ALVES DE ARRUDA; NASCENTE-S.P.I.	FLORES DE SOUZA MENDES LIBIA MARQUES MENDES WALDEMAR HENRIQUE MARTINS E SALVADOR ROUCINVALLE.
56	MARIO LOUREIRO MEDINA	15/7/1961	400	12	NORTE-SANTIAGO TRELHA; SUL-CORREGO AGUA FRIA; POENTE- OTAVIO NUNES DA SILVA; NASCENTE-ALCIDES VIEIRA BRANCO	POMPILIO RODRIGUES MIRANDA E EULINA M. MIRANDA LAURO VARGAS E HOMERO ANTUNES DA SILVA.
57	ALCIDES GARCEZ PAIM	10/6/1961	400	12	NORTE-JONES MONTEIRO LEITE; SUL-S.P.I. POENTE-AURESTES KELIO FELIX GARCEZ; NASCENTE-DOMINGOS GOMES	ALCIDES GARCEZ; NASCENTE-DOMINGOS GOMES LEOMANO DE ANDRADE E CLEMENTIN CASANOVA DE ANDRADE LAURO VARG E ARNALDO SILVA.
58	ANIBAL DOS SANTOS	10/6/1961	400	12	NORTE-DINARTE MANCUELHO; SUL-THEODORICO CASANOVA E WALDEMAR WALDEMAR MARTINS; NASCENTE-SERRA BODOQUENA; POENTE-NINHO MANCUELHO.	EURIDES DOS SANTOS TELVINA ALBURQUERQUE DOS SANTO ALUINO FELIX GARCEZ E ALCIDES GARCEZ PAIM.

5934
87
ENICO SAMPAIO
DEFESA
5943
B96

A T E S T A D O

Nós, abaixo assinados, WALTER JUNQUEIRA e INIMÁ SIQUEIRA FILHO, o primeiro Coronel e o segundo Tenente Coronel, ambos do Magistério Militar, casados, residentes em Resende e servindo na Academia Militar das Agulhas Negras, atestamos que o Sr. ÉRICO SAMPAIO é nosso conhecido há mais de quinze (15) anos, sendo pessoa ilibada, chefe de família exemplar e vivendo com sua espôsa Da. CALUCINDA DA CRUZ SAMPAIO.

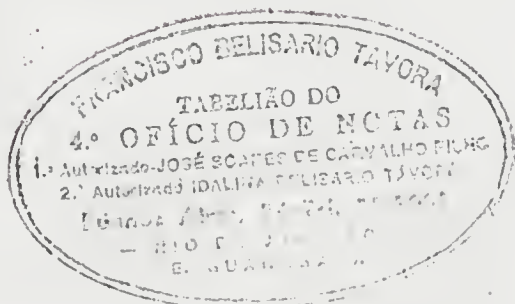
E, por ser verdade, autorizamos o Sr. ÉRICO SAMPAIO a fazer do presente o uso que desejar.

Resende, 2 de maio de 1968

Walter Junqueira
Bel. Int. - 16-149287

Inimá Siqueira Filho
Ten. Al.

16-259256



Reconheço a firma de
Enrico Sampaio
Idalina Belisario Tavora
File do Janelio, 6 de maio de 1968
EM 1968
Francisco Belisario Tavora

5935
 896

PROCURAÇÃO

Eu, ERICO SANTALÓ, brasileiro, casado, funcionário público aposentado, residente na cidade de Gramma, Estado de S. Paulo, na rua Getúlio Vargas nº 220, nomeio e constituo meus bastantes procuradores, os advogados DR. EMÍLIO G. SCARDO e IVAN RAIMUNDO MACIEL, com escritório na Av. Erasmo Braga nº 277, s. 1005, para o fim de fazerem, em conjunto ou separadamente, a minha defesa no processo de inquérito administrativo instaurado pela Portaria nº 78, de 22.2.68, do Excmo. Sr. Ministro do Interior, publicada no D.O. de 12.4.68, no qual fui indiciado, podendo para isso, usar de todos os recursos em direito permitidos e substabelecer.

Rio de Janeiro, em 25 de abril de 1968

Erico Santaló



TABELIAO ALOYSIO SPINOLA (RENAFIEL)	
Reconheço a Firma	<i>Erico Santaló</i>
Rio - GB., 25 de Abril de 1968	de 1968
Em Test. <i>M. Cavalcanti</i>	Da verdade

5936

BIB

M.I.

ACEL BARROS, brasileiro, Auxiliar de Ensino Nível VI, da Fundação Nacional do Índio, do Ministério do Interior, atualmente à disposição do Departamento de Polícia Federal, em Curitiba, residente à rua Estados Unidos, nº 2.141, no Bairro Barracuri, e Curitiba, Estado do Paraná, e MARINA ALVES DE SOUZA, Auxiliar de Ensino nível XI, da Fundação Nacional do Índio, ambos funcionários com estabilidade, com a devida venia, vêm perante Vossa Excelência para, tempestivamente, oferecer sua defesa no Processo Administrativo já referido, e o fazem pelos motivos e fundamentos seguintes:

1º

As acusações formuladas contra os requerentes que ora se defendem, são de todo improcedentes injustas e nulas;

2º

O fundamento inicial que deu origem à instauração do processo administrativo é consequência de ambiente internacional e político, para desviar a opinião pública do Brasil e do mundo dos horrores da guerra, e diversificação da linha traçada pelos helicópteros que se chocam nas conquistas de material útil para a guerra- a cassetirita- v.g., e derivado é o processo das alienações de terras situadas no norte do Brasil, para estrangeiros.

3º

Todavia, os funcionários do antigo Serviço de Proteção aos Índios nada tem com o problema ocorrido no norte do Brasil, nem com a luta entre as facções ideológicas dos CIVILIZADOS.

09/04/46
09/04/46

Indígenas não se empregam porque o primeiro de-
fensor não permitia trabalhar em nenhuma oficina, de
qualquer das indústrias que lá tinham; nem a reclusão no local.

5º

Não deixou qualquer silvícola em cárcere privado;

6º

Não fez com que qualquer índio exercitasse traba-
lho escravo, eis que o trabalho deles sempre foi livre;

7º

Não fizeram nunca qualquer trabalho político de
política partidária e o máximo que fizeram foi dar cumprimento ao
dever cívico de votar, mas nunca foram votados e nem cabalaram vo-
tos para quem quer que fosse e é obvio que os índios não votam.

8º

O arrendamento de terras dos silvícolas é norma
usual ditada pela Diretoria do S. I. e fiscalizada pelos Chefes
das Inspetorias Regionais, há mais de cinquenta anos, sem que os
funcionários subalternos tenham qualquer participação na tese da
utilidade ou não do arrendamento e nem participação pecuniária.

9º

O trabalho do índio nas suas terras é permitido,
é usual e é também útil para o seu modo de vida e a sua educação,
e é também reconhecido pelos entendidos e mais outros.

10º

As compras efetuadas para os silvícolas do Posto
de GUARILHA, eram indispensáveis ao pronto atendimento dos Índios
que se encontravam doentes, sem agasalho e local de clima frio,
mas foram feitas com cautela quanto ao preço e foram pagas pelo
produto de arrendamentos pagos em cereais ao próprio Posto.

11º

Quanto á venda de pinheiros, o documento anexo
nº 31, esclarece e comprova que os defendentes não fizeram mais
do que cumprir ordens de seu superior-Chefe de SASSI, respondendo

1
nos

5947
BPA5938-
no. 3 BPA

recomendação da Diretoria do S.P.L., no dia 1-12-1904, e o contrato foi firmado a 22 de janeiro de 1905, e o seu cumprimento não pode lhe debater nem inclinar, pois era ordem superior.

122

Quanto á abertura de concorrência administrativa para a venda de pinheiros - o referido documento comprova que não houve concorrência para venda de pinheiros e sim contrato para construção de um incinério e de uma enferraria, ficando o serrador com cinquenta por cento da madeira serrada e o serra o com os outros 50%, e a fiscalização de dois retrase lentes do posto, segundo esclarece a cláusula 3a. do contrato e reafirma o documento nº 30, no qual vem e lamos os detalhes da transação, com total isenção de qualquer ingerência do acusado Acyr Barreto.

132

Quanto á acusação de fls. 1731 na parte referente á convivência da funcionária MARIA ALVES DE SOUZA, na prática de esparcamentos de índios e na de colocação de urdeles em cisternas e fossa negra - de escrementos humanos - reafirmam não haverem cometido tais atos, e notadamente quanto ao último que é até ridículo, pois, não houve nada disso, e sim mera remoção da "patente" de uma fossa cheia, impraticável, para outra fossa nova vazia. Ora, nesse trabalho de trasladar a caixa superior ao nível do solo, os outros índios do Posto Indi, os Manoel Ribeiro, Parreia, acharam ridículo o trabalho do silvícola "CCVI", e os principáes normais da educação e adiantamento cultural do índio índio, com aquela zozura e o colocarem em ambiente cheio de risco e grava, dentro da fossa e imediatamente o retiraram, quando se sujou os pés. Pela prática de tal brincadeira os índios foram repreendidos verbalmente pelo primeiro acusado, que lhes deu noticia das probabilidades de contaminação pelo contacto com os escrementos humanos, fôcos que podem transmitir até o tifo.

142

Logo, ao contrariar as acusações, os acusados

acusados não só se repeler como também comovam os 47 docu-
mentos, anexos, que:

1) tem bom comportamento; 2) têm boa fé de officio; 3) tem elogios
de seus superiores; 4) tem certificado a sua conduta ímpar no tra-
balho dos indígenas que confiam e instigam e também o respeito
imposto das melhores autoridades de GUARITA E MONCAI de que não
praticaram os atos de que são acusados e, pelo contrário, foram
firuras que se impuseram moral e funcionalmente na comunidade onde
viveram.

que, sintetizando, por brevidade, por falta de tem-
po e de numeração para melhor defesa, eis que não recebem si-
quer seus vencimentos de março e nem de abril deste ano, e não tem
recursos econômicos nem financeiros para contratar advogados, confiam
os denunciados no alto critério dos eminentes componentes da Junta
Comissão que preside este inquerito, e assim o fazem lembrando esta
falsa usança, desta vicia, das palavras do Excmo. Coronel CAVIC
ROSA, Secretario da Comissão Especial da Fila da Fronteira, figura
irrepulsa e incólito militar, que disse e escreveu:

"... ATUAÇÃO SR. ACYR BARROS NO POSTO INDIGENA CHA-
"RITA AT DURA TE VIAGEM INSERÇÃO INDIGENAS E TUA-
"DOS NA FAIXA DA FROTEIRA TIVE OPORTUNIDADE VISI-
"TAR POSTO INDIGENA CHARITA e LIQUEL ALTA FORTI IL
"PRESSIONADO ATUAÇÃO SR ACYR BARROS QUE VG AUXILIADO
"DELA SUA BENEMERITA ESTOBA VG VEM REALIZANDO MAGNE
"FICO TRABALHO ACULTURAÇÃO E INSTRUÇÃO INDIGENA QUE /
"DIREÇÃO FICA A CREATURA HUMANA E ENFORÇA O SERVIÇO DE
"PROTEÇÃO AOS INDIOS Lt. JULIO ESTE DIGNO DE VIDOR
"DEBECOR TODOS APOIO E RECONHECIMENTO ESPECIAL E
"VALIOSO SERVIÇO VEM PRESTADO AO BRASIL Lt
"ALCOVELHO OPORTUNIDADE ALREDE TAR VS. PROTESTOS
"ENREDO DE SIDERAÇÃO Ten. Cel. CAVIC ROSA Secret-
"tario Cel. Esp. F. Monteiro".
(Doc. nº 1)

que, desprezados os detalhes quanto à falta de data
dos atos tidos como praticados pelos denunciados, desprezados os de-

desprezando os detalhes e as nuances quanto à comprovação dos pseudos crimes, o que não houve, afirmam os denunciados, com convicção, e calculados nos 47 documentos anexos, que é de todo improcedente a configuração que querem lhes atribuir, pois não houve e não há fundamento algum nas incriminações e qualquer configuração de qualquer falta funcional, por menor que seja, que dê margem à advertência.

179

Quanto à contribuição que os acusados deram ao S.P.L., os documentos de nºs 1 a 47, atestam uma parte de sua fé de ofício, conjetando à essa Douta Comissão investigar, observar, estudar e julgar dos honestos propósitos dos antigos funcionários, ora tão injustamente acusados, como acontece com os requerentes.

Certos e convictos estão da improcedência da acusação da sua completa falta de provas, - o que seria impossível acontecer- pois os fatos denunciados não ocorreram- e por isso esperam o seu veredicto, que será unicamente pela improcedência da acusação, pois se não houve falta funcional, não houve crime, mas haverá absolvição dos bons e dos honestos, e os suplicantes esperam única e exclusivamente o reconhecimento dos direitos que lhes assistem, a conclusão do processo administrativo, por ser de inteira

JUSTIÇA.

De Curitiba para o Estado da Guahabara, em 03 de maio de 1968

Lucy Garay

Marina C. de Souza



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

1

~~5950~~
Bx/b

~~5941~~
Bx/b

CÓPIA PARA ARQUIVAMENTO EM ORDEM CRONOLÓGICA

C O P I A

A U T E N T I C A

T E L E G R A M A

977 3 11 64 Ordem Sr. Diretor vg transcreve officio re-
cebido Conselho Segurança Nacional vg Comissão Especial Faixa Fronteira vg
para conhecimento essa I.R. e Postos Indigenas vg seguintes termos -Atua-
ção Sr. Acyr Barros no Posto Indigena Guarita pt Durante viagem inspeção
Municipios situados na Faixa de Fronteira tive oportunidade visitar Pos-
to Indigena Guarita pt Fiquei altamente impressionado atuação Sr.Acyr Bar-
ros que vg auxiliado pela sua benemérita esposa vg vem realizando magni-
fico trabalho aculturação elemento indigena que dignifica a criatura hu-
mana e enobrece o Serviço de Proteção aos Indios pt. Julgo esse digno ser-
vidor merecedor todo apoio e reconhecimento eficiente e valioso serviço
vem prestando ao Brasil pt Aproveite oportunidade apresentar a Vs.proteg-
tes apreço consideração.- Ten.Chã. Otavio Testa - Secret.Com. Asp.F.Front.

CÓPIA AUTÊNTICA DE DOCUMENTO

5957
2



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

5942
2

Confere com o original

Marina A. de Souza
Marina Alves de Souza-Aux. Ensino.
Nível-11

Memorando nº 46 - Curitiba 4 de novembro de 1964
Do Chefe da 7ª. Inspetoria Regional
Ao Sr. Encarregado do Posto Indígena Guarita
Assunto - telegrama (transcreve)

Transcrevo para vossso conhecimento o telegrama de Sr.
Diretor deste Serviço, no seguinte teor:

AGRINDIOS PARA ACYR BARROS CURITIBA Nº 968 DE 30/10/64
QUEIRA ACEITAR CUMPRIMENTOS PALO GRANDE ELOGIO POR VDS
RECEBIDO DO SR CORONEL OTAVIO TOSTA PT VOÇÊ ENOBRACE O
NOSSO SPI PT CUMPRIMENTOS EXTENSIVOS SUA SENHORA PT O
SPI LHE AGRADECE PT SDS LUIZ VINHAS NEVES MAJOR AVIADOR
DIRETOR SPI.-

Atenciosas Saudações

ass. Alisio de Carvalho
Chefe da 7ª. I.R.



3
5453
D. R. 1148
5943
Nº 18967

MINISTERIO DA GUERRA
FORÇA EXPEDICIONARIA BRASILEIRA

Certificado de Reservista de 1ª Categoria
Certifico que o

Cabo Luiz Barros, *18 250.472*,
GRADUAÇÃO NOME IDENTIFICAÇÃO
da classe de Mil Noventos e Vinte, nascido em
ANO
Olinda - Estado do Espirito Santo
MUNICIPIO E ESTADO
filho de Moacyr Barros serviu no
NOME DO PAI

TEATRO DE OPERAÇÕES DA ITALIA

no periodo de 22-IX-1944 a 14-VIII-1945,
DATA DATA
incorporado ao 11 Grupo 105 (1/2º Regimento de Armas Auto Rebocado),
UNIDADE FORMAÇÃO OU ESTABELECIMENTO
tendo sido licenciado do Serviço Ativo
no dia 31-VIII-1945, ingressando na
DATA
Reserva do Exército Nacional



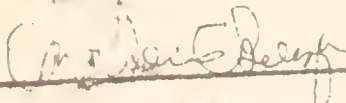
Rio de Janeiro, 31 de Agosto de 1945
José da Louisa
COMANDANTE
Ten. ef. em l.

1a.C.R.
2a.Secção

Sem valor

Recebeu certificado de 1a. categoria n°473566,
de acôrdo com o Aviso n° 753, de 17.7.1947.

Capital Federal, 23 de Setembro de 1948



Túlio Beleza
Major Chefe Int.da 1a.C.R.

CARTÓRIO DA 12ª CIRCUNSCRIÇÃO

Dulacy Espinho Santo Cardoso

SEXTO

TABELÃO

CERT

que a presente COPIA FOTOSTÁTICA representa, copia
original, que me foi apresentado, com a qual conferi, peço
autenticada para todos os fins de direito. Dou fé.
Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1948

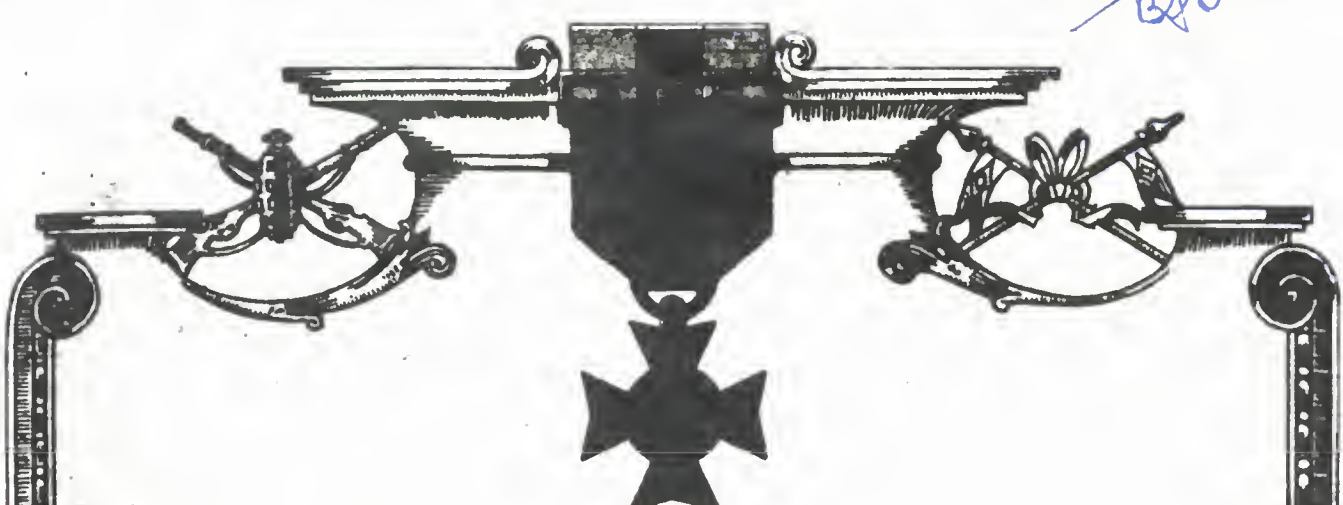
Em testemunho

O TABELÃO

COTA - NCR\$ 0,06
TABELA VIII
ATO N.º 4

4

5944
22/6



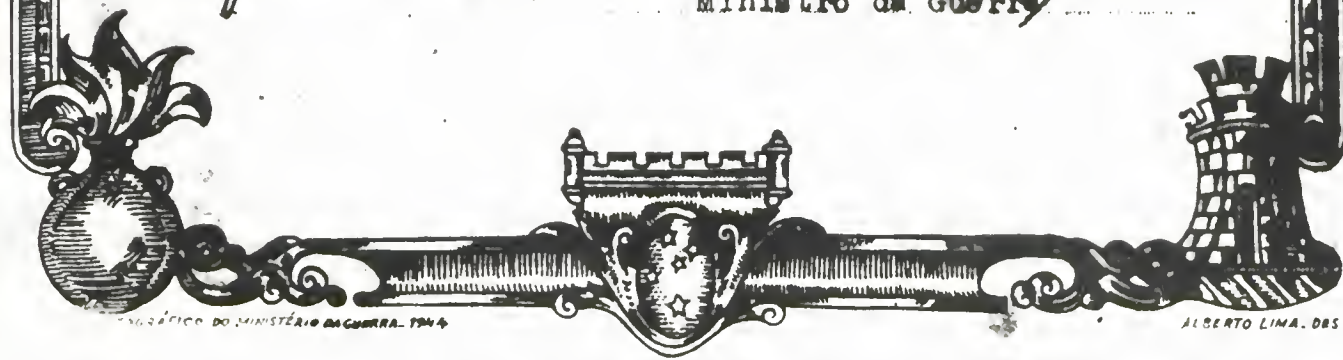
DIPLOMA DA Medalha de Campanha

Criada por Decreto-lei n. 6.795, de 17 de agosto de 1944

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, resolveu, de acordo com o Decreto de 29 de JUNHO de 1945, conceder a Medalha de Campanha ao Cabo ACYR BARROS, por ter, como integrante da Força Expedicionária Brasileira, participado de operações de guerra na Itália, sem nota desabonsadora.

*Rio de Janeiro, 9 de Novembro de 1945,
1242 da Independência e 572 da República.*

Jos. L. de A. ...
Ministro da Guerra



CARTÓRIO DA 12ª CIRCUNSCRIÇÃO . SEXTA ZONA
Du:Jacy Espirito Santo Cardoso TABELIÃO

CERTIFICA
que a presente CÓPIA FOTOSTÁTICA representa, cópia fiel do
original, que me foi apresentado, com a qual certifico, por
ser autenticada para todos os fins de direito. Dou fé.
Rio de Janeiro, 12 de 12 do 67
da verdade

Em testemunho

O TABELIÃO



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

RIO DE JANEIRO, D. F.

Portaria n. 106 ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~

O Diretor DA DIVISÃO DE ÁGUAS,

A D M I T E,
de acôrdo com o art. 30, do Decreto-lei n. 5 175, de 7-1-43,
alterado pelo Decreto-lei n. 8 201, de 21-11-45, ACYR BARROS,
n. 764980, na função de Condutor de Campo, referência XII,
da T.N. respectiva, em vaga decorrente da melhoria de José -
Benedito Marcondes.

Rio de Janeiro, 26 de Outubro de 1948

Waldemar José de Carvalho

Waldemar José de Carvalho
DIRETOR

DBG/lçfs.
Referencias:
S.C. 32 701-48
D. Ag. 2 810-48.



ANC. TADO na F. F. L.

Em 17/11/48

APOSTILA: — O servidor a quem se refere a presente portaria passou a desempenhar a mesma função de referência 21, ex-vi do art. 8º da Lei n. 489, de 15-11-949.

Em 14 de julho de 1953

Diretor do D. F. A.

APOSTILA: — O servidor a quem se refere a presente portaria passou a desempenhar a função de insuflador de campo, ref. 21 de Tabela Unica-Parte Permanente, deste Ministério, de acordo com o decreto nº. 28713, de 7-10-950.

Em 14 de julho de 1953

Diretor do D. P. A.

APOSTILA: — O servidor a quem se refere a presente portaria foi melhorado por antiguidade de acordo com o art. 46 do D.O. 1713 de 28/1/39, e o 81º do art. 2º do D.O. 28713 de 7/10/39, a referência 22 da mesma Série e Tabela, pela Portaria Ministerial nº. 11 de 6-1-1/95, publicada no D. O. de 8-1-1/95.

Em 14 de julho de 1953

Diretor do D. P. A.

APOSTILA: O servidor a quem se refere a presente portaria é estável, nos termos do artigo 261 da Lei n. 1711, de 28 de outubro de 1952.

Em 18-7-1953

Diretor

D.P.A.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

RIO DE JANEIRO, D. F.

Portaria n. 148 de 22 de Outubro de 1951

O Diretor DA DIVISÃO DE ÁGUAS,
R E S O L V E localizar, a pedido, na Sede desta D.
Ag. onde passará a ter exercício, ACYR BARROS, Auxiliar de Cam
po referência 22, da T.U.M. deste Ministério, e presentemente
com exercício no 7º Distrito desta Divisão, em Porto Alegre.

Waldemar José de Carvalho
Waldemar José de Carvalho
DIRETOR

MM/ZLA.

8 11 1
Liam M. Sehn
Hammington
subt.

7

5947
~~0915~~ 956
~~0915~~

Portaria n.º 471 de 2 de maio de 1952

O Ministro de Estado ,

RESOLVE remover, ex-officio no interesse da administração, de acôrdo com a alínea a do item 2º da portaria ministerial número 729, de 10 de novembro de 1950, ACYR BARROS, ocupante da função de referência 22 da Série Funcional de Auxiliar de Campo, da Parte Permanente da T.U. M., da Divisão de Águas para a Divisão do Fomento da Produção Animal, preenchendo o claro existente na lotação, mantido pela referida portaria.

font. cecyha

SC.- 11.933/52.

WC/MSCP.

16 5 2
Greenwich.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Portaria n. 41 de 6 de maio de 1952

O Diretor da DIVISÃO DE FOMENTO DA PRO
DUÇÃO ANIMAL,

R E S O L V E localizar "ex-officio"
no interesse da administração, na Inspeção Regional da D.F.P.A. em
Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, onde passará a ter exercício, -
ACYR BARROS da Série Funcional de Auxiliar de Campo, referência 22,
da Parte Permanente da T.U.M., e presentemente com exercício nesta
Diretoria.

Eduardo Maria de Moraes Mello
Substituto do Diretor



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

No 402

Em 12 de junho de 1954.

Do Diretor do Serviço de Proteção aos Índios

Ao Snr. Diretor do Departamento Nacional da Produção Animal

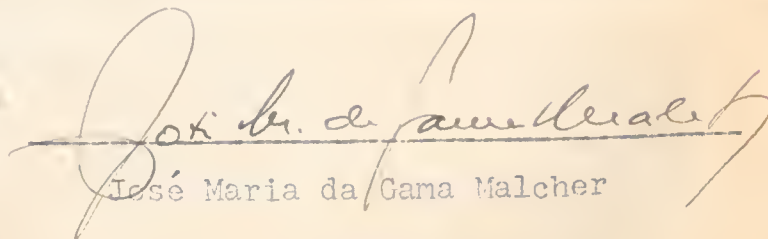
Assunto : disposição de servidor

Snr. Diretor:

Em 27 de março de 1953, apresentou-se à Chefia da 7ª Inspetoria Regional dêste Serviço, em Curitiba, Estado do Paraná, o Auxiliar de Campo, referência 22, ACYR BARROS, lotado na Divisão de Fomento da Produção Animal, que fôra pôsto à disposição dêste Serviço para servir, por um ano, no Posto Indígena "Guarita", no Estado do Rio Grande do Sul.

2. Esgotado esse prazo e como esse servidor vem desempenhando, a contento, todos os trabalhos afêtos àquela Reserva Indígena, demonstrando capacidade no trato com os índios, na agricultura e pecuária e tendo em vista, ainda, a falta de servidores eficientes como o interessado, venho pelo presente solicitar-vos seja esse dilatado por mais um ano.

3. Com os meus agradecimentos, apresento-vos os protestos de minha estima e admiração.


José Maria da Gama Malcher
Diretor

10

5950
~~394 959~~
1396



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Portaria n. 4 de 14 de janeiro de 1955.

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE localizar, a pedido, no Posto Indígena "Guarita", Município de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul, ACYR BARROS, Auxiliar de Campo, referência 22, da T.U. M. deste Ministério, transferido para o S.P.I. pela Portaria Ministerial nº 1.561, de 10 de outubro de 1954.

Jose Maria da Gama Malcher
José Maria da Gama Malcher
Diretor

SPI 105/55
SA/HCC.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Portaria n. *M* de 29 de fevereiro de 1956.

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE localizar, a pedido, no Posto Indígena "Ivaí", município de Pitanga, Estado do Paraná, onde passará a ter exercício, ACYR BARROS, Auxiliar de Campo, referência 22, da T.U.M. deste Ministério, lotado neste Serviço e presentemente com exercício no Posto Indígena "Guarita", município de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul.

Lourival da Mota Cabral

Diretor

SPI. 501/56.
SA/HCC.

Anders

10/3/56

LCR

12
5952
B965961
B96

ORDEN DE SERVIÇO INTERNO Nº 10

O DIRETOR DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS, no
uso de suas atribuições,

RESOLVE designar o Auxiliar de Campo, referência
22, da Tabela Única de Mensalista dêste Ministério, ACYR
BARROS, lotado neste Serviço e com exercício no Posto Indi-
gena "Ivaí", município de Manoel Ribas, Estado do Paraná,
para exercer a função de Encarregado do mesmo Posto Indi-
gena, tendo em vista o que consta do Processo S.P.I. 844/56,
da 7ª Inspeção Regional dêste Serviço.

2. Dê-se ciência e cumpra-se.

S.P.I., em 28 de março de 1956.

Vital Ribeiro Gomes

Vital Ribeiro Gomes ✓

Diretor substituto

SPI. 844/56
SA/HCC.

13

5953
B/A

5962
B/A



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Portaria n. 107 de 28 de maio de 1958

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE elogiar ACYR BARROS, Auxiliar de campo, referência 22, da T.U.M. deste Ministério, lotado neste Serviço e com exercício na 7ª Inspeção Regional, em Curitiba, Estado do Paraná, por ter, além de cumprido de forma elogiosa seus deveres, demonstrado dedicação, competência e zelo à frente do P. I. "Ivaí".

Assinatura manuscrita de Nelson Perez Teixeira.

Nelson Perez Teixeira
Diretor Substº



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Portaria n.º 71 de 5 de abril de 19 61.

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE localizar, a pedido, no Posto Indígena CACIQUE CAPANEMA, município de Mangueirinha, Estado do Paraná, ACIR BARROS, ocupante do cargo de Auxiliar de Medição, nível 6, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente deste Ministério, lotado neste Serviço e, presentemente com exercício no Posto Indígena "Cacique Gregório Kaekchot", município de Manoel Ribas, no mesmo Estado.

Nelson Perez Teixeira

Diretor substituto



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Portaria n.º 153 de 3 de outubro de 1961.

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE localizar, ex-offício, no interesse da administração, no Pôsto Indígena "Nonoai", município de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul, onde passará a ter exercício, ACYR BARROS, ocupante do cargo de Auxiliar de Medição, P.206-6. do Quadro de Pessoal - Parte Permanente deste Ministério, lotado neste Serviço e, presentemente, em exercício no P;I. Cacique Capanema, município de Manguaerinha, Estado do Paraná.

LOURIVAL DA MOTA CABRAL
Diretor Substituto

16

5956 5965
BGA BGA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de proteção aos Índios

Portaria n. 151 de 18 de dezembro de 1963.

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE localizar, a pedido, no Posto Indígena Guarita, sítio no Município de Tenente Portela, no Estado do Rio Grande do Sul, onde passará a ter exercício, ACYR BARROS, ocupante do / Cargo de Auxiliar de Medição Nível 6(P-1206-6), do quadro de Pessoal Parte-Permanente, deste Ministério, lotado neste Serviço e, presente mente, com exercício no Posto Indígena "Nonoai", com Sede no mesmo município e Estado.

Dr. Noel Nutels
Diretor



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Brasília - D.F.

Portaria n.º 106 de 15 de 12 de 1965

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo IV do art. 13 do Decreto nº 52 668, de 11-10-63,

R E S O L V E - localizar "ex-officio", no interesse da administração, no Pósto Indígena "Kenkra", município de Braúna, Estado de São Paulo, ACYR BARROS, ocupante do cargo de Auxiliar de Medição, P-206-6, do Quadro de Pessoal - Parte Permanente deste Ministério, lotado neste Serviço, e, presentemente em exercício no Pósto Indígena Capitão Iakri, município de Avaí, Estado de São Paulo.

LUIS VINHAS NEVES - Maj Av
Diretor do SPI.

BP/jss.-

REPUBLICA-SE

102/166

Manoel de Oliveira

Subchefe do Gabinete

DECLARAÇÃO.

Eu, ASFRAS OLIVEIRA, Brasileiro, casado, do comércio, residente e domiciliado à rua Pedro Ivo, 784, em Curitiba, Estado do Paraná, adiante assinado, declaro por os fins de direito, que conheço o Sr. ACYR BARROS, e Dona MARINA ALVES DE SOUZA, ambos funcionários do SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (SPI), hoje Fundação Nacional do Índio, desde o ano de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), época em que, era o declarante proprietário de uma serraria e de uma fazenda denominadas "Santo Antonio", situadas na localidade hoje denominada Manoel Ribas, Município, no qual está instalado o Posto Indígena antes denominado Ivaí, atualmente MAKIXO, no Paraná, e por isso afirma que os referidos funcionários sempre foram dedicados no seu trabalho em benefício dos Índios daquele Posto, onde o declarante esteve por muitas vezes, podendo atestar por ter visto a atuação exemplar daqueles funcionários que, inclusive, dava aula aos Índios durante a noite, sendo que Acyr Barros dava aula aos Índios do sexo masculino, e ela Dona Marina Alves de Souza, que era auxiliar de ensino, dava aula às Índias; que o declarante por ter apreciado os ótimos trabalhos daqueles funcionários, procurou cooperar com a causa dos silvícolas e o fez fornecendo a Acyr de Barros sementes de verduras e cereais, quando os Índios conheceram trigo pela primeira vez; que entusiasmado com o progresso do Posto, forneceu pastores, reprodutores de raça "Flechero", cercos "ouro", touro holandês e carneiro "Merino australiano", a fim de melhorar a raça dos animais daquele Posto, o que foi realizado gratuitamente sem ônus para o SPI, cujos animais eram cuidados pelo Sr. Acyr de Barros, que fez instalações próprias para abrigar os animais e suas crias; que aqueles funcionários demonstraram, no período de dois anos, quando o declarante foi vizinho do Posto, proeficiência, zelo e alta competência no exercício de suas atividades funcionais e particulares, dando assistência total aos Índios, inclusive fazendo despesas com dinheiro do seu próprio bolso para tratar da saúde dos Índios, como ocorreu quando de um surto de Gripe "Asiática", salvando a vida de uns quinhentos Índios que sobreviveram. "Autorizo o uso desta declaração como lhe convier, esclarecendo finalmente que aqueles funcionários não praticaram nem praticariam maus tratos aos Índios, pois os tratavam como seus filhos, recebendo dos silvícolas o tratamento de "pai" e "mãe". - Curitiba, 3 de maio de 1958.

Ass. por Gomes

7º TABELIÃO

Dr. Renato Volpi

Harlei José
Volpi

Oficial Maior

José Branco
Ayrton Cherpinsky

CURITIBA
PARANÁ

Reconheço verdadeira a assinatura

Carpi Luma

do que dou fi

Curitiba, 4 de maio de 1968

Em test. da verdade,

Cherpinsky
7º TABELIÃO

"Posto Irai"



Alunos da Aux. de Ensino: 1^oª turma conforme demonstram as fotos = aula de higiene às margens do rio, pomen. para meninas afe-
2^oª aula de horticultura para os alunos e-
tas crianças orriam junto a 1^oª. turma dentro e fóra do expediente escolar.



Alunos da escola do Posto, sendo instruídos para o desfile em Londrina, por ocasião do dia da "ASA", como igualmen-
te jogaram uma partida de futebol contra o Colégio dos Missionários e catinam vendedores.



7 de Setembro =

Desfile a cargo dos índios do Posto, sendo a frente o Cap. indígena Sapado. Katóite

Guarita



Dia 7 Setembro
desfile dos indios do Guarita.
R. G. Sul



Desfile em Tom. Cortes.
R. G. Sul

"Posto Irai"



"Dia do Índio"

4 fotografias demonstrando a dança do "Ki Ki"



Esta fotografia indica o produto da união existente entre chule e índio. Acyr ensinou aos índios o que era o sistema de cooperativismo e eles concordaram com muita alegria e, o resultado foi a compra de um caminhão Chevrolet 46, que serviria para o transporte de currais dos índios e ao mesmo tempo para passeio.

Encarregado do Posto = Lacy Pany
Professora do Posto = Marina A. de Souza



Prof. Marina
assistindo a
variação dos
indígenas do
P.I. Nonoai



Casa para o índio Nonoai
Cammino de Nonoai.
R. G. Sief.



Caminhão do
P.I. Guaitã
transportando
caramento dos
índios, festa por
Acyra.



Instrução para os índios
de Guaitã, para deslize
do 4º Continente S. Paulo.



Reconstrução da
Estação do P.I. Guaitã.

Encarregado Post - Acyr Basso
Professora do Post: Marina C. de Souza



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

DECLARAÇÃO

Declaro que recebi do Sr. Acyr Barros, todo o material pertencente ao posto indígena Guarita, do patrimônio nacional e indígena, sendo que posteriormente o mesmo receberá a cópia do arrolamento.

Posto Indígena Guarita, 3 de julho de 1.965

Francisco José Vieira dos Santos
Francisco José Vieira dos Santos
Encarregado do Posto Indígena Guarita

22

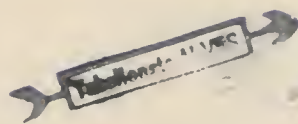
~~5947~~
396

5962
396

DR. ELIO R. ²²SEGURA
CLÍNICA GERAL — CIRURGIA
Inscrição C. R. M. 2337
TENENTE PORTELA — RIO GRANDE DO SUL

Para o(a) Sr(a).

Trato que durante a
gestação do Sr. João Barro
na clínica do Posto Indígena
de Jaricá, o médico do posto
do Posto, tiveram de ministrar, por
de a assistência médica neonatal
ao mesmo.



Assinatura

Dr. Portela, 30/4/68.



23
DR. HERTON MAURER

CIRURGIA GERAL — DOENÇAS DE SENHORAS

Inscrição C. R. M. 875

TENENTE PORTELA

Rio Grande do Sul

Para Sr(a).....

Declaro que

Declaro que durante
a gestão do Sr. Heryr
Barros e frente do Pôrto
Indiferente da fuzerite,
sem se atender aos Indica
do referido Pôrto.

Rio Grande do Sul, 30.4.68

Herton Maurer

Ysidoro ALVES

RECONHECO

SOC. HOSPITALAR
N. S. DA LUZ
NONOAI - RIO GRANDE DO SUL

Eu abaixo assinado declaro que na gestaaõ do Sr. Acir Barros
foi prestado boa assistêcia hospitalar, assim como foi fornecido
boa quantidade de medicamentos para assistencia dos indios do Toldo
de Nonoai. Alem disto tenho a iformar que de todos os chefes de posto
que passaram este foi um dos que realmente deu assistecia.

Nonoai 4de Maio 1968

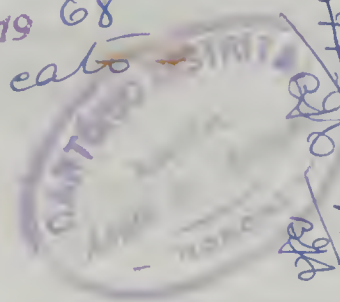
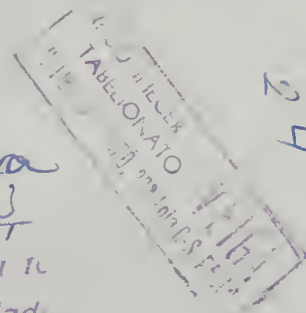
Vendelino Tombini Proprietario este Hospital

Firma reconhecida
no 10º Oficio de No-
tas.

Curitiba - Pr.

Vendelino Tombini
NIEÇO verdadeira a firma
supra de V. Tombini
por semelhança. Dou o
testemunho Até da verdade
Nonoai, 3 de maio de 19 68
Braci R. Mayoato
Escrivã

Cartório Mo-
Porto Alegre



24
5443
5964
1974

25

5965
BXL
5111
1386

DECLARAÇÃO

Baseado nas minhas observações e conhecimento da gestão do Sr. Acyr Barros no Posto Indígena de Monoai, RGS., eu, Alton G. Cothron declaro o seguinte...

1. Realizei o meu trabalho de catequese Cristã com liberdade e apoio do Sr. Acyr Barros.
2. Com apoio e instrução do Sr. Acyr Barros ^{uma} missionária nossa trabalhou durante varios meses na enfermaria do Posto atendendo indios doentes.
3. Funcionou durante algum tempo uma pequena escola com professores locais, mas que também gozou de cooperação do Sr. Acyr Barros.
4. Foi distribuido pelo menos uma vez semente de trigo a alguns indios por Sr. Acyr Barros porque eu participei na entrega desta semente.
5. Eu pessoalmente desconheço atividades politicos da parte do Sr. Acyr Barros como também por ordem dele o uso do tronco para castigo de indios mercedores de disciplina.

Alton G. Cothron

P. Pastor Alton G. Cothron

CONHEÇO verdadeiramente a ^{Assinatura}
assinatura de Alton G.
Cothron, por ser o
testemunho de verdade
dado em 3 de maio de 1968
Araci R. Maypeato
Escritura



Assinatura do Curador
Posto Alton

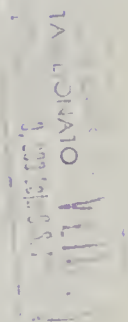
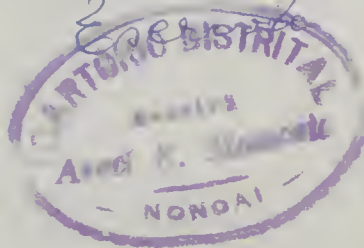
DECLARAÇÃO

Por esta, DECLARO, por ter conhecimento e ser a expressão da verdade, haver conhecido o Sr. ACYR BARROS exercendo o cargo de ENCARREGADO DO POIND-NONCAI, neste Município, pelo tempo de, aproximadamente, 3 anos, desconhecendo qualquer espécie de ato que desabonasse a conduta do mesmo, nunca o tendo visto envolvido em assuntos políticos e pude constatar, inclusive, quando prestei serviços de carpintaria, em construções no / Pôsto Indígena, que o mesmo senhor tratava os indígenas com humanidade, dedicando-se aos problemas dos mesmos. Declaro, ainda, que o Sr. Acyr Barros frequentava a sociedade de Nonoai, ocasiões em que mantinha conduta exemplar. E, para constar, /- firmo abaixo.

Nonoai, 3 de maio de 1.968

Angelo Canelles
ANGELO CANELLES

CONHEÇO a firma
supra de Angelo Canel-
les, por semelhança
Atb
Nonoai, 3 maio 1968
Graci R. Mayocato



27
5967
B96
5976
B96

27

ATESTADO - DECLARAÇÃO

Eu, HERCULANO DE BARROS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Nonoai, com / plenos direitos Politicos e Sociais, de profissão Funcionário Público Aposentado, PELA QUARTA VEZ, eleito / vereador deste município de Nonoai e atualmente as funções do mandato e sob a responsabilidade civil e criminal, ATESTO e DECLARO, que o Sr. ACYR BARROS

, cujo Senhor exerceu por longo espaço de tempo as funções de administrador chefe do Posto Indígena deste município, tendo conhecimento que o mesmo senhor nunca se imiscuiu em assuntos politicos partidários, sendo o atestado pessoa que sempre se comportou, pelo conhecimento que tenho, com maximo zelo do cargo que exercia defendendo sempre a integridade da Área Indígena da qual era chefe, e a integridade fisica de seus habitantes.

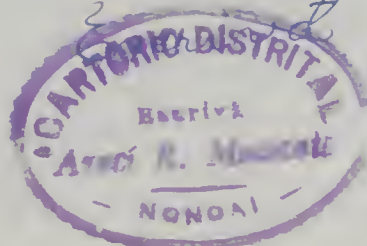
E, para constar e por ser a expressão da verdade, passo a presente atestado-declaração, que o interessado poderá fazer o uzo que bem lhe convier.

Nonoai, 3 de maio de 1968

Herculano de Barros
HERCULANO DE BARROS - VEREADOR.

CONHEÇO verdadeira a assinatura
supra de Herculano
de Barros Dou fé
testemunho ATO da verdade
Nonoai, 3 de maio de 1968

Iraci R. Maypeato



Assinatura no Cartório de Nonoai

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, abaixo assinado declaro que na gestão do sr. ACYR BARROS, como ENCARREGADO DO PÔSTO INDÍGINA DE NONOAI, neste Município, jamais se imiscuiu em assuntos políticos, mantendo conduta correta, frequentando, inclusive, a sociedade Monoaiense, onde era muito estimado e para constar e por ser a expressão da verdade passo a presente declaração que assino.

Monoai, 3 de maio de 1.968

Marcelino Antônio Damo
 Marcelino Antônio Damo

CONHEÇO verdadeira a assinatura
supra de Marcelino
Antônio Damo Dou fe
 Em testemunho Ass da verdade
 Nonoai, 3 de maio de 1968
Araci R. Mayocato



Assinada no Cartório Notarial
 Porto Alegre

28

~~2897~~ 2910

5968

5

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NONOAI
.....

DECLARAÇÃO

Pela presente, eu, PEDRO ROSO, brasileiro, casado, advogado, Secretário da Prefeitura Municipal de Nonoai, / DECLARO, por ser a expressão da verdade, que conheci o Sr. ACYR BARROS, exercendo o cargo de ENCARREGADO DO PCIND=NONOAI, neste Município, sendo que o mesmo, pelo tempo que permaneceu aqui - desde outubro de 1.961, até fevereiro de 1.964 - jamais se imiscuiu em / assuntos políticos, mantendo conduta correta, frequentando, inclusive, a sociedade nonoaiense, onde era estimado. E, para constar, firmo a presente.

Nonoai, 3 de maio de 1.968

PEDE ROSE
SECRETARIO

supra de Pedro Rosa,
por semelhança
Atb

3 maio 68
Praci R. Nazareto
Escreva



DO NOT WRITE IN THESE SPACES

30

5970

2 1 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 184 185 186 187 188 189 190 191 192 193 194 195 196 197 198 199 200 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210 211 212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243 244 245 246 247 248 249 250 251 252 253 254 255 256 257 258 259 260 261 262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319 320 321 322 323 324 325 326 327 328 329 330 331 332 333 334 335 336 337 338 339 340 341 342 343 344 345 346 347 348 349 350 351 352 353 354 355 356 357 358 359 360 361 362 363 364 365 366 367 368 369 370 371 372 373 374 375 376 377 378 379 380 381 382 383 384 385 386 387 388 389 390 391 392 393 394 395 396 397 398 399 400 401 402 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432 433 434 435 436 437 438 439 440 441 442 443 444 445 446 447 448 449 450 451 452 453 454 455 456 457 458 459 460 461 462 463 464 465 466 467 468 469 470 471 472 473 474 475 476 477 478 479 480 481 482 483 484 485 486 487 488 489 490 491 492 493 494 495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525 526 527 528 529 530 531 532 533 534 535 536 537 538 539 540 541 542 543 544 545 546 547 548 549 550 551 552 553 554 555 556 557 558 559 560 561 562 563 564 565 566 567 568 569 570 571 572 573 574 575 576 577 578 579 580 581 582 583 584 585 586 587 588 589 590 591 592 593 594 595 596 597 598 599 600 601 602 603 604 605 606 607 608 609 610 611 612 613 614 615 616 617 618 619 620 621 622 623 624 625 626 627 628 629 630 631 632 633 634 635 636 637 638 639 640 641 642 643 644 645 646 647 648 649 650 651 652 653 654 655 656 657 658 659 660 661 662 663 664 665 666 667 668 669 670 671 672 673 674 675 676 677 678 679 680 681 682 683 684 685 686 687 688 689 690 691 692 693 694 695 696 697 698 699 700 701 702 703 704 705 706 707 708 709 710 711 712 713 714 715 716 717 718 719 720 721 722 723 724 725 726 727 728 729 730 731 732 733 734 735 736 737 738 739 740 741 742 743 744 745 746 747 748 749 750 751 752 753 754 755 756 757 758 759 760 761 762 763 764 765 766 767 768 769 770 771 772 773 774 775 776 777 778 779 780 781 782 783 784 785 786 787 788 789 790 791 792 793 794 795 796 797 798 799 800 801 802 803 804 805 806 807 808 809 810 811 812 813 814 815 816 817 818 819 820 821 822 823 824 825 826 827 828 829 830 831 832 833 834 835 836 837 838 839 840 841 842 843 844 845 846 847 848 849 850 851 852 853 854 855 856 857 858 859 860 861 862 863 864 865 866 867 868 869 870 871 872 873 874 875 876 877 878 879 880 881 882 883 884 885 886 887 888 889 890 891 892 893 894 895 896 897 898 899 900 901 902 903 904 905 906 907 908 909 910 911 912 913 914 915 916 917 918 919 920 921 922 923 924 925 926 927 928 929 930 931 932 933 934 935 936 937 938 939 940 941 942 943 944 945 946 947 948 949 950 951 952 953 954 955 956 957 958 959 960 961 962 963 964 965 966 967 968 969 970 971 972 973 974 975 976 977 978 979 980 981 982 983 984 985 986 987 988 989 990 991 992 993 994 995 996 997 998 999 1000 1001 1002 1003 1004 1005 1006 1007 1008 1009 1010 1011 1012 1013 1014 1015 1016 1017 1018 1019 1020 1021 1022 1023 1024 1025 1026 1027 1028 1029 1030 1031 1032 1033 1034 1035 1036 1037 1038 1039 1040 1

Tabellionato ALVES → Benno Leno Fries

TABELIONATO ALV-6

CARTÓRIO DE NÚ:

Reconheço verdadeira(s) a(s) firma(s)
indicada(s) com a seta usual, de Renato

Serra Frio

DOU FÉ. - EM TESTEMUNHO TH DA VERDADE
Tenente Portela, 03 de maio 1968.

James K. ...

RAMBO ALVES - Tab. 880

TABELIGNATO E
REGISTRO CIVIL
13 - MAI 1969
VENENITE PORTELA
N.º 9.84

10.º OFÍCIO DE NOTAS
JOSÉ BENTO
MARQUES
Advogado
Rua da Liberdade, 100
Curitiba
Estado do Paraná
BREVETADO JORNALISTA
Galeria Tijucas, 9
Curitiba - Paraná

A presente fotocópia é reprodução
fiel do documento apresentado neste
cartório, n/ data.

Curitiba, 3 / maio / 1968

T Ê R M O D E C O N T R A T O

Contrato para a extração de madeiras de pinho que fazem, de um lado o Poind. Guarita, do S.P.I. do Ministério da Agricultura e de outro o Senhor Benno Seno Fries, com Serraria em Tenente - Portela e residente no mesmo município, Estado do Rio Grande do Sul, para fim de extrair madeiras para construção de Moinho, Enfermaria e outras benfeitorias de necessidade urgente.

1º) O Sr. Benno Seno Fries, fica autorizado a retirar 130, (Cento e trinta) pinheiros que restam no interior da área na zona de Tenente Portela, devidamente fiscalizados pelos índios e mais funcionários do Pôsto.

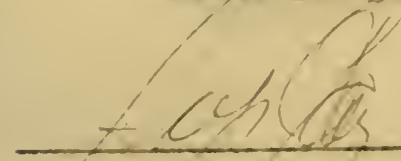
2º) O contratante deverá depois da extração da madeira, beneficiá-la e transportá-la 50% do total obtido em serragem até ao Pôsto, se, depois da espécie alguma para o referido Pôsto Indígena.

3º) O Pôsto Indígena colocará um funcionário permanente na Serraria, a fim de assistir o desdobramento, e bem assim fazer a divisão de cabe ao Pôsto e fazer transportá-la ao seu destino, onde serão feitas as construções.

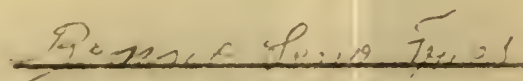
4º) O presente contrato é feito baseado na autorização do Sr. Nilo Oliveira Vellozo - Chefe da SASSI, respondendo pela Diretoria do S.P.I. de 18 de dezembro de 1.964.

5º) O presente contrato depois de lido e achado conforme - vai assinado de um lado o Poind. Guarita do Ministério da Agricultura, representado pelo seu Encarregado Sr. Acyr Barros e do outro lado pelo Sr. Benno Seno Fries, mais a testemunha o auxiliar de escritório Sr. Cidemar Romeu Zakseski.

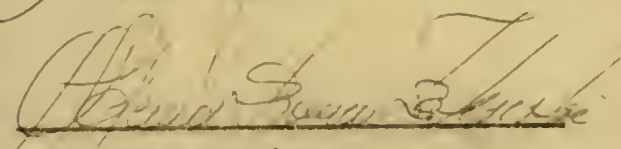
Pôsto Indígena Guarita, 22 de janeiro de 1.965.-



Acyr Barros



Benno Seno Fries



Testemunha

CERTIDÃO

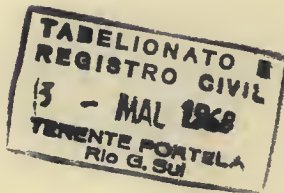
CERTIFICO, de conformidade com o que dispõe o artigo 2.º do Decreto n.º 2.148, de 25 de abril de 1940, que a presente cópia fotostática (pública-fôrma) é a reprodução fiel do original que me foi exibido e com o qual conferi, nesta data. - Dou fé..

EM TESTEMUNHO RA DA VERDADE,

Tenente Portela, 03 de maio de 1.968

O Tabelião

Ramiro Alves. -



32

5972

96

IRMÃOS ROSA LOPES & CIA. LTDA.

COMÉRCIO — INDÚSTRIA — IMPORTAÇÃO E AGRICULTURA

— TENENTE PORTELA —

Inscritos na Colêctoria Estadual sob N.º 20
Caixa Postal, 104

Matriz:

TTE. PORTELA

Filial:

DERRUBADAS

IMPORTADORES

e

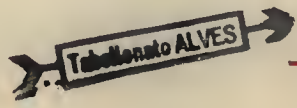
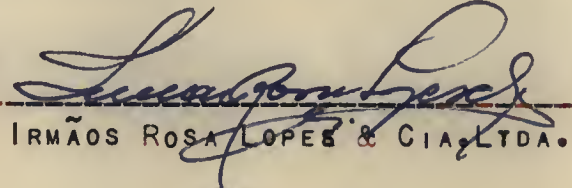
EXPORTADORES

Produtores da
Linha de Trigo
NEIVA

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS QUE AS NOTAS CORRESPONDENTES
DA DECLARAÇÃO ANÉXA, FORAM ADQUIRIDAS NA GESTÃO DO SR
ACYR BARROS NO PÔSTO INDÍGENA GUARITA, EM COMPRAS EX-
CLUSIVAS DESTINADAS AO REFERIDO PÔSTO.

TENENTE PORTELA, 30 DE ABRIL DE 1968

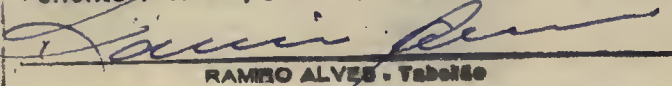
 
IRMÃOS ROSA LOPES & CIA. LTDA.

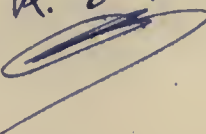
TABELIONATO ALVES

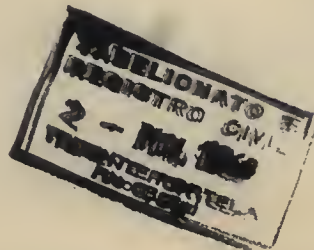
Reconheço verdadeira(s) a(s) firma(s)
apresentada(s) com a seta usual, de Irmaos
Rosa Lopes e Cia. LTDA

DOU FE. - EM TESTEMUNHO DA VERDADE

Tenente Portela, 2 de maio de 1968


RAMIRO ALVES - Tabelião

R. 008




33

5973

B/A

5982

B/A

D/L/C/L/A/R/A/_/A/O/

Declaramos que a presente é cópia fiel e autentica do original que se encontra em nosso poder: as notas originais foram fornecidas ao Serviço de Proteção aos Indios-Pôsto Indígena Guarita - Tenente Portela - Rs.

28/9/65	Nota nº	5899	16.200,00
1/10/65	" "	5787/6323/4	28.800,00
2/10/65	" "	6353	7.200,00
6/10/65	" "	5873/-4-9-64	400,00
12/10/65	" "	6324/5,6375/5798	79.400,00
13/10/65	" "	6327	3.690,00
17/10/65	" "	6389/6390	21.370,00
22/10/65	" "	6566	1.250,00
27/10/65	" "	6739/40/1	17.790,00
28/10/65	" "	6605	11.160,00
30/10/65	" "	6609/1349	31.000,00
5/11/65	" "	6581	12.750,00
06/11/65	" "	6585	68.000,00
09/11/65	" "	6956/6619/6957	266.620,00
12/11/65	" "	6598	9.910,00
16/11/65	" "	7029	15.100,00
17/11/65	" "	6970	22.380,00
21/11/65	" "	7100/7351	15.040,00
25/11/65	" "	1632	3.600,00
28/11/65	" "	7261	29.900,00
3/12/65	" "	7267	65.600,00
07/12/65	" "	7350/7349	38.190,00
09.12.65	" "	7269	4.500,00
10.12.65	" "	7140	56.250,00
12/12/65	" "	7274	6.640,00
14/12/65	" "	7150	19.800,00
14/12/65	" "	1003-J-7275	76.530,00
16/12/65	" "	3005/3004	40.000,00
20/12/65	" "	7285	99.040,00
23/12/65	" "	7294/1011	19.000,00
30.12.65	" "	7298	20.400,00
04/01/66	" "	3041/1019	25.900,00
07/01/66	" "	3043	4 980 00
13/01/66	" "	1025	15.000,00
14/01/66	" "	2177	143.000,00
10.09.66	S/ Pgto.cf.rec.nº	5432	950.000,00
08.10.66	" " " " "	5497	300.000,00
08.06.66	" " " " "	9248	46.390,00

E para que produza os efeitos,firmamos a presente.

Tenente Portela, 30 de Abril de 1968.

Irmãos Rosa Lopes & Cia Ltda.
Irmãos Rosa Lopes & Cia.Ltda.

Tabelionato ALVES

P.S.Considerar em Cruzeiros Velhos.

CARTÓRIO DE

Firma(s)
Rosa Lopes & Cia. Ltda.
DOU FE.-EM TESTEMUNHO DA VERDADE
Tenente Portela, 30 de abril de 1968.
[Assinatura]

TABELIONATO E
REGISTRO CIVIL
13 0 181 180
VENENTE PORTELA
Rio de Janeiro

OBSERVAÇÃO

Eu abaixo assinado, ELICHATO ALVES, brasileiro, casado, do comércio, residente e domiciliado nesta cidade de Tenente Portela, Estado do Rio Grande do Sul, declaro pela presente, que foi feita fornecimento de combustíveis e lubrificantes ao Vôto Indígena do Guarita, durante a estadia do Sr. Leir Barros, no montante de aproximadamente Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzados novos), e que todo o combustível foi servido no Posto de Viagens identificadas como do S.T. Todas as despesas com a prestação foram devidas e pagas, conforme se verifica no comprovante da firma.

Tenente Portela, 31 de Abril de 1968

Tabellionato ALVES

ELICHATO ALVES

Reconheço verdadeira(s) a(s) firma(s) indicada(s) com a seta usual, de Alcides

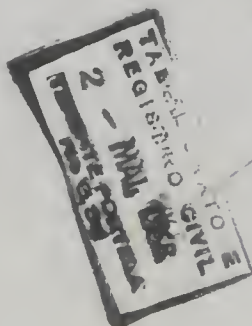
Antonio Leolin

DOU FE. - EM TESTEMUNHO DA VERDADE

Tenente Portela, 2 de maio de 1968

Ramiro Alves

RAMIRO ALVES - Tabellão



R. 0,40

Declaro que a(s) firma(s) acima mencionada(s) é(s) verdadeira(s) e que a(s) firma(s) acima mencionada(s) é(s) a(s) firma(s) usual, de José
Ferreira dos Santos

Tabelionato ALVES *João Lou*

DOU FÉ.- EM TESTEMUNHO. *FF* DA VERDADE
Tenente Portela, 2 de maio de 1968
Ramiro Alves
RAMIRO ALVES - Tabelão

TABELIONATO E
REGISTRO CIVIL
Tenente Portela
Rio de Janeiro

DECLARAÇÃO

PELO PRESENTE, declaro que recebi da FIRM RAMIRO ALVES DOS SANTOS, estabelecido com ramo de Comércio em Geral, na cidade de Tenente Portela, RS, a importância de RCr\$1.000,00 (MIL CRUZEIROS / NOVAS) proveniente de venda de produtos recebidos a título de percentagens dos arrendatários na área indígena. A mencionada importância, foi remetida a JOSÉ FERNANDO DA CRUZ, conforme Cópia de Emissão de / Cheque nº 10/369-P-177, do Banco Agrícola Mercantil, datado de 3 de agosto de 1.965.

DECLARO que o depósito de produtos, data da gestão do Sr. CIR BARROS, meu antecessor no Posto Indígena do GUARITA.-

Irapuá, 2 de maio de 1.968.-

Luiz Martins da Cunha
LUIZ MARTINS DA CUNHA.

TABELIONATO ALVES

TABELIONATO ALVES

Reconheço verdadeira(s) a(s) firma(s)

assinada(s) com a seta usual, de *Luiz*

Martins da Cunha

DOU FÉ - EM TESTEMUNHO *HA* DA VERDADE

Tenente Portela, 2 de maio de 1968

Ramiro Alves

RAMIRO ALVES - Tabelião

TABELIONATO
REGISTRO CIVIL
2 - MAL 008
TENENTE PORTELA
Rio G. S.

Rogel

WALDOMIRO FORTES DOS SANTOS

COMÉRCIO EM GERAL

Praça Miraguai, n.º 126 - Tenente Portela

— Rio Grande do Sul —

37

5977
5986
B9A

D E C L A R A C A O

Eu, abaixo assinado, WALDOMIRO FORTES DOS SANTOS brasileiro, casado, comerciante, inscrito na Exatoria Estadual de Tenente Portela, sito a Avenida Santa Rosa, pela presente - D E C L A R O, o que me foi solicitado pela parte interessada, - que o Sr. ACIR DE BARROS, comprou em minha firma, mercadoria no valor de CR\$.4.713.327 (quatro milhões, setecentos e treze mil trezentos e vinte e sete cruzeiros) antigos-., no periodo de Fevereiro de 1.964, a Junho de 1.965, sendo que o pagamento foi feito conforme recibo datado de 18-8-65, que forneci ao mesmo, sendo a compra em calçados distribuidos aos indios, tecidos para um desfile de Indios em Rio de Janeiro, tecidos para uniforme para os alunos (indios), bem como uma viagem de Tenente Portela a a Rio de Janeiro, transportando os Indios para um desfile.

Informo outrossim: que nesta importancia não está computada a conta particular de Acir de Barros, já que a mesma é feita pagamento separada da conta do S.P.I.

Sendo o que tinha a informar, e para o bem da verdade assino a presente.

Tenente Portela, 30 de Abril del.968

Waldemiro Fortes dos Santos

Tabellionato ALVES

RECONHECO

TABELIONATO ALV

Reconheço verdadeira(s) a(s) firma(s)

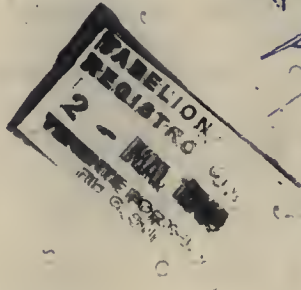
indicada(s) com a seta usual, de Waldomiro
Lortes dos Santos

DOU FE. - EM TESTEMUNHO da DA VERDADE

Tenente Portela, 2 de maio de 1968.

Ramiro Alves

RAMIRO ALVES - Tabelão





38

5978
BYA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE TENENTE PORTELA

D E C L A R A Ç Ã O

O abaixo assinado, RUBENS RIBEIRO DOS SANTOS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Tenente Portela, Rio Grande do Sul, em pleno desempenho do mandato de VEREADOR neste Município, atendendo solicitação formulada por parte interessada, D E C L A R A para os efeitos que necessário forer, que conhece pessoalmente o Sr. ACYR BARROS e sua senhora MARINA ALVES DE SOUZA, sendo ambos pessoas que residiram no Pôsto Indígena de Guarita, onde na condição de Encarregado do Pôsto Indígena, prestaram relevantes serviços sociais aos índios, não sendo de conhecimento, qualquer ato que desabone suas condutas. Declara mais, não ter conhecimento que o Sr. Acyr Barros ou Sra. Marina Alves de Souza, tivessem facilitado terras ou mão de obra de índios à autoridades, nem mesmo a particulares. Declara outrossim, desconhecer facção partidária do Sr. Acyr Barros e de dona Marina Alves de Souza, porquanto jamais viu ou teve conhecimento que ditas pessoas interferissem na política, quer de âmbito Federal, Estadual ou mesmo Municipal.

Tenente Portela, em 30 de abril de 1.968.-

Rubens Ribeiro dos Santos
RUBENS RIBEIRO DOS SANTOS
Vereador



DELIONATO ALVES

1. Ponteiro verdadeira(s) a(s) firma(s)
cada(s) com a seta usual, de Ribeiro dos Santos

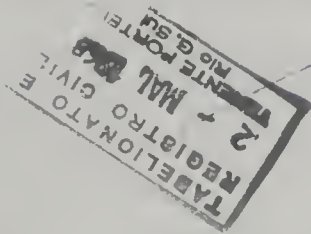
CARTÃO

DOU FÉ - EM TESTEMUNHO ~~DA~~ VERDADE

Tenente Portela, 2 de maio de 1968

Ramiro Alves

RAMIRO ALVES - Tabelão





39

5979
896
5988
139AESTADO DO RIO GRANDE DO SULSECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICASUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS POLICIAISD E C L A R A Ç Ã O

Para os efeitos que se fizerem necessários declaro que conheço pessoalmente o senhor "Acyr Barros e dona Marina Alves de Souza", os quais serviram pelo espaço de uns dois anos - aproximadamente no Pôsto Indígena do Guarita e sempre mantiveram ótimas relações com as autoridades locais e sempre zelaram pela-segurança e bem estar social dos aborígenes que estiveram sob - a sua tutela.

Declaro mais que ambos fôram, sem sobras de dúvidas, os que mais se destacaram na administração do Pôind. Guarita e nunca deixaram que os índios andassem roubando e embriagados pe rambulando pelas estradas como é habitual.

Por outro lado afirmo que servi de escrivão da Delegacia de Polícia local tendo como Delegado o senhor Neyder Madrug Duarte quando aqui esteve o senhor FERNANDO CRUZ e uma carava de de funcionários, sendo que êstes em atitudes de desrespeito às autoridades locais andavam armados de revólver ostensivamente na cidade e não é verdade que alguém ousasse provocá-los e tentado agredí-los.

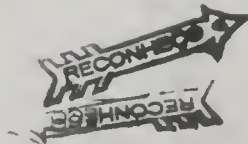
Não é verdade, também, que o senhor Acyr Barros tenha se envolvido em política partidária e que tenha realizados reuni políticas na sede administrativa do Pôsto Indígena.

Para bem da verdade firmo o presente.

Tenente Portela, 30 de abril de 1.968.



Alexandre Dante de Almeida
ALEXANDRE DANTE DE ALMEIDA
ESCRIVÃO DE POLÍCIA



TABELIONATO ALVES

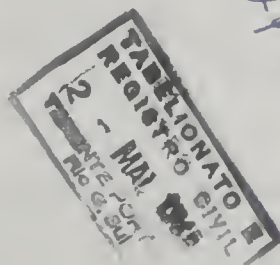
reconheço verdadeira(s) a(s) firma(s)
indicada(s) com a seta usual, de Alexandre
Dante de Almeida

DOU FE. - EM TESTEMUNHO FF DA VERDADE

Tenente Portela, 2 de maio de 1968

Ramiro Alves
RAMIRO ALVES - Tabelião

Costa





40

5989

5980

39A

9/6

Delegacia de Polícia de Miraguai, 2/5/68.

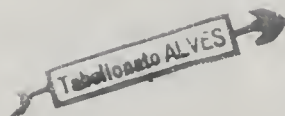
Declaro a quem interessar possa, que conheci o cidadão ACYR BARROS, no período de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta e quatro a junho de mil novecentos e sessenta e cinco, quando foi responsável pela administração do Posto Indígena de Guarita, neste município, não tendo conhecimento de que o referido praticasse qualquer ato desabonatório neste região e mesmo no exercício de suas funções no aludido Posto.

Desconheço também, tivesse o senhor ACYR BARROS praticado más tratos no trato com os aborígenes do Posto ora mencionado.

Como cidadão correto, humanitário e atencioso, sempre dispensando as melhores atenções com seus silvícolas, passando o Posto Indígena de Guarita, por uma das melhores administrações em toda a sua história. Por ser verdade, - firmo e apresento que assino:

Altino B. de Souza.

Escrivão de Polícia respondendo pelo expediente da Delegacia de Polícia.



ELIONATO ALVES

Reconheço verdadeira(s) a(s) firma(s) indicada(s) com a seta usual, de Altino

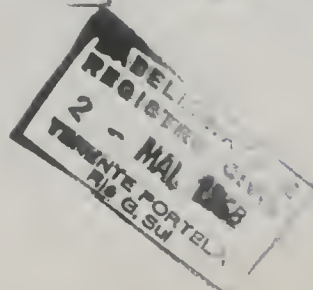
Estanislau de Souza

COU FE. - EM TESTEMUNHO 77 DA VERDADE

Tenente Portela, 2 de maio de 1968

Ramiro Alves

RAMIRO ALVES - Tenente



Ramiro Alves

Senhora Fortale, RJ, 12 maio de 1.968.-

12

5982

9/6

Senhora. DOUT. ALINA A. DE SOUZA.
rua Estados Unidos, 2.141,
Curitiba, PR.

Prezada amiga:

Com o nosso conhecimento que V. Exa. fôra denunciada como
pessoa que infringira seus tratados aos índios, ao tempo em que o JUSI é
rio o chefe do Porto Indígena, fomos tomados de grande pesar; pois conhe-
cemos perfeitamente o vosso acentuatedo zelo e a grande dedicação pelos /
selvícolas, o que, aliás, caracterizou o conceito de uma gestão brillan-
te e serviço dos nossos patrícios. Oremos, que se fossem veras as de-
núncias, se fossem verdadeiras as acusações, não poderia o denunciante
esperar por tanto tempo para levá-las ao conhecimento das autoridades /
competentes, mas nunca esperar por um momento em que "denúncias" pudes-
sem ser rotuladas por "divulgos....

Além do mais, uma Comissão de Inquérito que se presa de
se achar o serviço da JUSTIÇA e da LIBERDADE, não poderia aceitar por
válida denúncia dessa vileza, eis que - pelo tempo decorrido - já esta-
riam os crimes (que é de ação pública) prescritos. Nestas condições, de
duas coisas, uma é certa: Ou o denunciante (cujo nome ignoro) é con-
vento, ou é um falsário. Confiamos todos nós (a Exa. também) que uma /
Comissão de Inquérito, se constitua de homens de grande argúcia e que
"ipso-facto" conheçam a malícia de elementos fôceis, denunciante que
fazer da denúncia, ~~xxxxxxxxxxxx~~ instrumento de proveito pessoal. Não
tenha a menor dúvida que eles (integrantes da Comissão) saberão separar
o trigo do joio. De qualquer modo, para a Revolução seria saculada nos seus obje-
tivos, se fôsse para andar buxada pela mão dos "judas" e o serviço dos
desclassificados de tôdas as profissões, sempre atentos ao sinal verde
para o avanço às ocupações assalariadas.-

Receba, junto com o nosso abraço amigo, a certeza de que
existem homens sérios e justos nos destinos dos Inquéritos que presidem

Teófilo ALVES

GENÍPIO DE MOURA MATOS.

FUI RECONHECIDO

Senhor Portela, RS, 30 de abril de 1968.-

Ilmo Sr ACYR. BARROS
Curitiba, PR

Mui Resado Amigo:

Foi com real satisfação que recebi as notícias tuas. Embora em toda a extensão não sejam as melhores, pois estamos informados que há denúncias contra a tua pessoa.

Tu és "inspetor" no serviço público, e tu estas algumas vezes com o teu serviço divergente, nós estamos conformados, e isso é o que justifica a "inspeção"; mas, tu és uma sistemática de erros, simulação, fraude e dolo, não nos conformamos, pois conhecemos o teu perfil moral e os princípios que norteiam a tua personalidade. Acertando-se a isso, o fato de haver o denunciante procura de envolver teu nome como líder político, culpamos a erro que o Irídio está agindo de má-fé. Assim, pois, pois tu, sentiu pois de por te a tua colaboração e um sentimento de solidariedade à atividade política nossa, quando da "guerrilha" do ex-coronel JEFFERSON CAMILO DE ALBUQUERQUE. Foi quando eu me via praticamente sozinho aqui e sem meios de comunicação outros que o da CEE, com limitados espaços e precário funcionamento, que recorri à estação do 31, quando falamos com Curitiba e me puzeste à disposição um grupo de indios mais esclarecidos, com os quais poderíamos (se necessários fôssemos) fazer nosso código de diálogo. Assim, pois, até à hora, não sabemos se o JEFFERSON era o todo ou apenas a vanguarda de um movimento. Estes pontos, nessas emergências, onde se revelam as tendências e as inclinações, foi que senti, pois que a tua colaboração, uma particular atenção que me dedicaste, e libertei quando compareci a ver e ouvir o trabalho de organização de Santo Ângelo, xxxx com a qual colaborastes de apreciável maneira, pondo-las o rádio à disposição.

Agora, meu caro amigo Ceci, lastimavelmente, muitos de nossos, no pós-revolução, desejaram fazer coisa, o que nunca fizeram. Isto é, procuram fazer pela um instrumento de suas vontades e desejos pessoais. Mas para nossa felicidade, há elementos esclarecidos que conhecem esta ganha e não deixam que se perpetuem erros assim destas dimensões, dentro dos autos de um interrogatório que prima pela Liberdade e pela Justiça.

Serve-se desta para o fim que achar útil.

Atenciosamente,

teu amigo certo

GENIPAL DE ACYR. BARROS.-

4 3

V I S T O : -

Em 30 de Dezembro de 1960.

Chefe da I.R.

Agente ou responsavel pelo Posto

PARÓQUIA EVANGÉLICA DE TENENTE PORTELA
TENENTE PORTELA - R. S.

por ser do nosso conhecimento, científicos os, que
 perante a permanência do senhor Acyr Barros no Posto -
 Indígena do Guarita a Igreja Evangélica de Confissão -
 Luterana no Brasil - Paróquia de Tenente Portela - con-
 seguiu a permissão junto ao Serviço de Proteção aos In-
 dianos para a construção de um Posto assistencial, visan-
 do o atendimento escolar e de enfermagem aos indígenas.
 Tenente Portela, 30 de abril de 1.968.-

Arliundo Alves
 ARLIUNDO ALVES



TABELIONATO ALVES

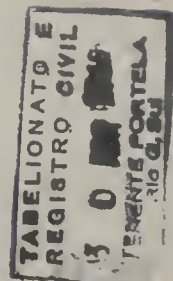
CARTÓRIO DE NOTARIADO

Reconheço verdadeira(s) firma(s)
 indicada(s) com a seta usual, de *Arliundo*
Schwanter

DOU FE. - EM TESTEMUNHO *HA* DA VERDADE
 Tenente Portela, 30 de abril 1968.

Ramiro Alves

RAMIRO ALVES - Tabelão



Ramiro
Alves



45

5985

B96

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE PORTELA

DECLARAÇÃO

O Sr. JOÃO BATISTA DE SOUZA, Portela, Rio Grande do Sul, no ato de suas atribuições legais, tendo em vista a solicitação de certidão de casamento,

DECLARA

1.- que conheço o Sr. ACYR BARROS e sua dignidade pública, Sr. JOÃO ALVES DE SOUZA, quando no desempenho das funções de encarregado do Posto Indígena Uruite, Tenente Portela, Rio Grande do Sul;

2.- que, no desempenho de suas funções, não houve procedência a certidão, pois não houve a apresentação do livro de Registro Civil, que visasse ao casamento;

3.- que os índios, sob a chefia do Sr. Acyr Barros, foram bem tratados e a eles, índios, dispensados todos os serviços sociais de que se sabe a vivência;

4.- que, inclusive, em 7 de setembro de.... 1964, fui eu, com brinde de honra, pelas ruas da cidade, em companhia de índios, acompanhando o file locomotiva;

5.- que nunca houve qualquer influência política do Sr. Acyr Barros, cujos D. João Alves de Souza, tanto no âmbito municipal, como no estadual ou no federal;

6.- que não há conhecimento de qualquer, do Sr. Acyr Barros, facilitado de renda ou créditos, ou processos políticos, ou mesmo, obrigados, o índio, a trabalhar para ele.

ASSINADO O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE JUSTIÇA e PROCURADOR, em 30 de abril de 1968.

→ Teófilo ALVES →

Teófilo ALVES

SECRETÁRIO MUNICIPAL

CARTÓRIO DE NOTAS

TABELIONATO ALVES

Reconheço verdadeira(s) a(s) Assinatura
indicada(s) com a seta usual, de Assinatura

DOU FÉ.-EM TESTEMUNHO Assinatura DA VERDADE
Tenente Portela, 30 de abril 1968.

Assinatura

RAMIRO ALVES - Tabelião

Assinatura

TABELIONATO
REGISTRO CIVIL
13 0 13 13
TENENTE PORTELA
RIO G. SUL

D E C L A R A Ç Ã O

Decláro para os devidos fins, que durante o período de 02/64 a 06/65 o HOSPITAL SANTO ANTÔNIO acolheu em número considerável aos Índios enfermos que aqui vinham endereçados pelo Sr.CECY BARROS Se todos os que adoeciam eram trazidos para o Hospital ou atendidos na Enfermaria do Posto, não o sabemos.

As despesas decorrentes no Hospital eram pagas periódicamente até o último período pelo digo de permanência do Sr.Cecy na Chefia dos Índios. Digo até o último período porque quando o novo Chefe assumiu, encontrou uma dívida de Ncr.\$2.000,00.

Tratando-se de um Hospital póbree como o nosso, de poucos recursos e não podendo esperar por mais tempo que nos fosse feito o pagamento da dívida, apelamos para o novo Chefe. Este um tanto desgostado, pagou a dívida e retirou os Índios para o Hospital do vizinho Município de Redentora, o que nos prejudicou sobremaneira.

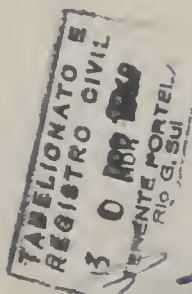
Quanto a assistência religiosa aos Índios, o Sr.Cecy mostrou-se admirável, não poupava esforços, vindo em carro próprio todos os dias digo domingos para levar as Irmãs do Hospital ou da Escola Nª.Sª.de Fátima para ministrar o ensino do Catecismo aos Índios. Além disso providenciou para que houvesse Missa no Posto ao menos uma vez por mês.

Tenente Portela , 30 de Abril de 1968

He. Maria do Carmo L. Alves
TABELIONATO ALVES

Em tempo: o nome é
ACYR BARROS

HOSPITAL SANTO ANTONIO
TENENTE PORTELA - R.G.S.



TABELIONATO ALVES

RECEBIMOS DE NÚMERO	Reconhecida a assinatura (s) e (s) firma(s) indicada(s) com o selo fiscal de <i>He. Maria do Carmo L. Alves</i> .
	DOUTOR EM TESTEMUNHO <i>HT</i> DA VERDADE Tenente Portela, 30 de abril 1968. <i>Carminha Alves</i>

Paróquia Nossa Senhora Aparecida

Tenente Portela - Rio Grande do Sul - Bras.

47 5987 5946
BxB BxB
T. Portela, 30 / abril / 1968

DECLARAÇÃO

Eu, abaixo assinado, declaro que os índios do Posto Indígena Guarita durante a gestão do Sr. Acir Barros foram atendidos espiritualmente pelos sacerdotes desta paróquia de Nossa Senhora Aparecida de Tenente Portela, pois a maioria deles são católicos. Nesta tarefa sempre se contou com o apoio do Sr. Acir Barros que desejava que os índios fossem religiosamente bem atendidos.

Nada mais tendo a declarar, subscrevo-me

atenciosamente:



Tabelionato ALVES

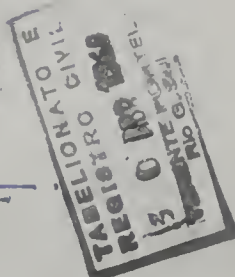
Pe. João Ferrari Manfio
Pe. João Ferrari Manfio
Vigário Cooperador de Tenente Portela

TABELIONATO ALVES

Reconheço verdadeiro () a(s) firma(s)
indicada(s) com a assinatura usual, de *Pe. João Ferrari Manfio*

DOU FE. EM TESTEMUNHO *RAMIRO ALVES* DA VE. DE
Tenente Portela, 30 de abril 1968.

RAMIRO ALVES - Tabelião



R 008
[Signature]

Ilmo. Sr. Dr. JADER DE FIGUEIREDO CORREIA

DD. Presidente da Comissão de Inquérito instaurada pela Portaria nº 78, de 22-3-1968 do Ministério do Interior)-Rua das Palmeiras 55 Botafogo-Rio de Janeiro(GB).

Aposentado regularmente na forma da legislação em vigor, já próximo dos 70 anos de idade, tendo prestado 38 anos de serviço ininterruptos no antigo Serviço de Proteção aos Índios, eis que me vejo nesta situação de ter que responder a um Processo Administrativo devido a acusações que partiram de colegas do próprio SPI, que acharam em seus depoimentos de se referirem a mim como havendo praticado atos desabonadores. Estas, as minhas considerações preliminares que julguei dever fazer perante V.S. para em seguida, então, apresentar a defesa conforme a citação que recebi.

Com a devida permissão de V.S. passo a transcrever o que anotei quando tive vistas do processo nessa Comissão e seguidamente a cada uma das transcrições, apresentarei, então, a competente versão correta dos fatos, que se constituirá na minha defesa.

1º) - A fls 1718-depoimento de PHELIPPE AUGUSTO DA CÂMARA BRASIL:"que WISMAR COSTA LIMA é dado ao vício da embriaguês e faltava com o devido respeito a mulheres indígenas na chefia do PI Barão de Antonina."

Primeiramente me cabe dizer que não posso aceitar essa acusação de vício de embriaguês, pois, se tal vício tivesse não chegaria a me aposentar, nem teria a família organizada como tenho e de que me orgulho. Conhecedor da legislação estatutária sabe V.S. que se viciado eu fôra, teria sem dúvida sido submetido em tempo a processo regular e afastado do Serviço, não chegando de modo algum a usufruir de uma aposentadoria por tempo de serviço. E sabe V.S. também que um viciado não organiza família, não cria filhos e netos e tampouco, tem lugar na sociedade, conforme para minha felicidade, é o meu caso. Não sou abstêmio; seria falso se o afirmasse, mas entre nas horas de lazer, no recesso do lar, ou exteriormente, quando em viagem, beber uma ou outra cerveja, tomar um bom vinho, não é, nunca foi e nunca será vício de embriaguês; há, portanto, uma diferença que sei que V.S. bem percebe. Assim, quando o depoente falou em vício de embriaguês faltou com a verdade lamentavelmente, pois, os fatos evidenciam o contrário: nada de vício, apenas quando se encontre uma ocasião, o consumo normal da bebida em locais e momentos adequados. Brincar com as índias, também, é uma coisa, abusar, outra. Não nego que por temperamento cordial, haja gracejado com uma ou outra índia, apenas gracejado, nunca cometido um deslize, porém, que já mais me passou pela cabeça.

Contahing

Acresce, por fim, para dizer a V.S. da improcedência dessa acusação, que sempre acompanhado de minha família nos Postos onde trabalhei, não iria de maneira alguma, cometer uma falta dessa natureza, que viria afetar toda a minha família.

2º) - A fls 1764 - depoimento de ATILIO MAZALOTI: " que WISMAR COSTA LIMA substituiu o depoente na Chefia do Posto Telêmaco Borba e destituiu da capitania o índio ANTONIO OLIMPIO nomeando o índio ATANAGILDO GUILHERME. Que o novo capitão ATANAGILDO amarrou em uma árvore o ex-capitão ANTÔNIO OLIMPIO e o surrou a pau a ponto de fazê-lo fugir do Posto".

A acusação, Ilmo. Sr. Presidente, é totalmente sem fundamento, maldosa e irresponsável. A única verdade que existe em seus termos é o fato de ter substituído o Sr. ATILIO MAZALOTI, o que por certo não lhe agradou, pois, se considerava dono do Posto e a ele se feria como "o meu Posto". Entretanto, em respeito e consideração a V. S. e a quantos integram essa Comissão, direi que assumindo o Posto Indígena Telêmaco Borba, como Encarregado, regularmente designado, resolvi fazer uma eleição para escolha do índio que devesse ser o Capitão e a essa eleição fiz concorrer o índio ANTÔNIO OLIMPIO. O resultado deu a vitória ao índio ATANAGILDO GUILHERME que, então, empossei como Capitão. Nem ele, nem eu, nem ninguém, expulsamos do Posto o índio ANTÔNIO OLIMPIO, muito menos foi ele surrado a pau ou de qualquer outra forma. O que aconteceu é que ele desgostoso com o resultado da eleição, que lhe tirara o posto de Capitão dos Índios, desapareceu da área do Posto Telêmaco Borba rumando, ao que soube, para o Posto Dr. Carlos Cavalcanti, de onde era natural. Essa a verdade dos fatos, portanto, a minha defesa.

3º) - A fls 1843 - ainda depoimento de ATILIO MAZALOTI: "que WISMAR COSTA LIMA e seu filho não maltratavam os índios apesar de viverem ambos embriagados, mesmo durante o expediente".

Ilmo. Sr. Presidente: Seria abusar do precioso tempo de V.S. me alongar em considerações quanto a esta iniquição, que só o é quando volta à tesde, digo à tese, explorada e repetida, da embriaguez, pois, o depoente confirma que não havia maltratos a índios. Somente, ainda em respeito e consideração a V.S., direi que meu filho, a esta altura, não se encontrava comigo em Posto; todos meus filhos à época já casados, funcionários do Governo do Estado do Paraná e residentes em CURITIBA. Assim, estou absolutamente tranquilo, quando novamente, face a este outro depoimento, tenho a declarar, conforme disse em início, de que não sou abstêmio, porém nunca fui viciado em bebida ou outro qualquer vício, mormente em horas de expediente. É isto Ilmo. Sr. Presidente, o que me cabe dizer e unicamente isto.

+ + + + +

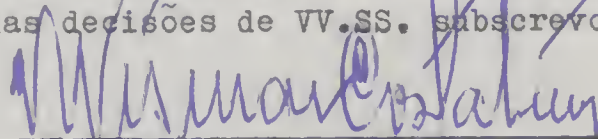
5990
BPA

=III=(Continuação da defesa apresentada por WISMAR COSTA LIMA).

Termino Ilm^o.Snr.Presidente i Ilmos.Snrs.Membros dessa Comissão de Inquerito,esta minha defesa,confiante em que será acolhida pelo justo espirito de justiça de homens de bem como VV.SS. que sómente buscam a verdade e apenas a verdade dos fatos. E termino,não vou negar,com lagrimas nos olhos,não por culpas que possuía e sim,porque é este mais que se vem ~~ajuntar~~ juntar a quantos a Vida me tem reservado,que vi morrer a pouco minha sógra que vivia em minha companhia e de minha esposa,uma nóra de apenas 27 anos de idade,deixando na orfandade duas filhinhas de 10.e 8 anos,e agora recente perco meu filho caçula,casado pae de 3 filhinhos menores,5,3 e 2 anos,moço plenamente realigado,alto funcionario do Estado,exercendo a função de Diretor da Administração do Palacio do Governo do Paraná vitimado aos 34 anos de idade,que teve morte repentina por dedicação e excesso de trabalho.

Permitam-me,pois,VV.SS.e o Govêrno que tão bem representam,de honestidade,trabalho e verdade,que em paz com minha velhinha esosa,juntamente com os 5 orfãosinhos meus netinhos que ficaram sob minha tutela e responsabilidade,residindo todos comigo e minha esposa em uma simples casinha construida de madeira rustica em um dos bairros de Curitiba,me seja facultado a usufruir em minha velhice,a irrisoria aposentadoria;38 anos de serviço,aposentado no Nivel 6,recebendo liquido CR\$.235,00 mensais,aposentadoria legalmente conquistada e fruto de um passado de trabalho de que justificadamente só tenho motivos de me orgulhar.

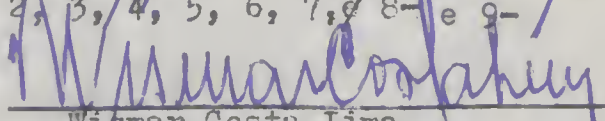
Elevando meu pensamento a DEUS,e seguro de que a justiça não há de me faltar nas honradas decisões de VV.SS. subscrevo-me mui respeitosamente.


Wismar Costa Lima

Curitiba,26 de Abril de 1968-

ATESTANDO A VERACIDADE DO QUE ACIMA FOI DITO,JUNTO A ESTA PARA A DEVIDA APRECIACÃO DESSA DOUTA COMISSÃO DE INQUERITO,OS DOCUMENTOS DE NUMEROS,1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8- e 9-

26/4/68-


Wismar Costa Lima
Funcionario aposentado

Doc. N.º 1 5991
6000 046
B. J.

Declaramos que conhecemos o Mr. Wismar Costa Lima,
Chefe do Posto Indígena BAJO DE ANTONIETA, subordinado ao
Ministerio da Agricultura, que a pouco por determinação do ~~Min~~
do Mr. Diretor do P.I., foi transferido para servir em Guiaíba
(Mato Grosso) no mesmo serviço, reconhecendo na pessoa do mesmo,
tratar-se de um cidadão honesto, exemplar chefe de família e ze-
loso no desempenho do cargo que ocupa, notando-se mais, seu devo-
tamento pelo bem da causa indígena, onde sempre tem procurado
defender os interesses e direitos do P.I. e índios, e, por es-
sa razão, firmamos a presente declaração.

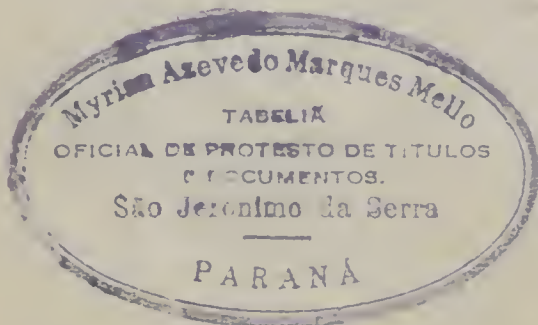
São Jerônimo da Serra, (Paraná) 27 de Setembro de 1953-

Liliana Apud Vieira
Procuradora Juiz de Direito da Comarca

Felipe A. F. F.
Procurador Promotor Público

P. Y. M. Silva Correia

Justo da Silva
Barbosa - Func. Público
Otto R. Chvich
João Zuen
Escritório do P.I.



Reconheço verdadeira a firma supra
em número de sete (7)

do que dou fé.
Em test. Mello da verdade.

porang. 19 de Outubro de 1953

Myrian Azevedo Marques Mello
Tabelião

a 1ª via se acha devidamente selada

Ministério da Agricultura Quadro
Nome do funcionário Wismar Costa Lima
Carreira Agente Classe Ref. 22 (6-B)
Repartição Serviço de Proteção aos Índios
Local onde desempenha suas funções Posto Indígena "Barão de Antonina" da 7ª. Inspeção Regional.

ÍNDICE DE MERECIMENTO
(pelo órgão de pessoal)
Pontos positivos+
Pontos negativos-
Soma algébrica

CONDIÇÕES ESSENCIAIS (Respondendo aos quesitos, a autoridade deve escrever, na coluna A, uma das seguintes abreviaturas: s = sim; m = mais ou menos; n = não. A coluna B destina-se ao órgão de pessoal, para a tradução numérica das respostas dadas.

	A	B		A	B
1. É atento e aplicado ao trabalho? ..	S		Transporte (pelo órgão de pessoal)		
2. Tem boa vontade em executar os serviços que lhe são cometidos?	S		14. Assume a responsabilidade de seus atos?	S	
3. Cooperar com os colegas e com o Chefe?	S		15. Defende com firmeza e lealdade seus pontos de vista?	S	
4. Traz em dia os serviços normais?	S		16. É discreto?	S	
5. É satisfatória a quantidade do trabalho produzido?	S		17. Adapta-se com facilidade a novos métodos de trabalho?	S	
6. Executa com segurança o seu trabalho?	S		18. É econômico e cuidadoso na utilização do material de que se serve no trabalho?	S	
7. Mostra iniciativa e interesse em solucionar as dificuldades surgidas?	S		19. Tem capacidade para metodizar as suas rotinas de trabalho?	S	
8. Revela conhecimentos para o bom desempenho das funções que exerce?	S		20. Permanece no trabalho durante todo o expediente?	S	
9. Realiza com presteza os serviços de que é encarregado?	S		21. Tem conhecimentos gerais sobre os assuntos da repartição?	S	
10. Tem capacidade para desempenhar funções superiores às atuais?	S		22. Apreende com facilidade as instruções recebidas?	S	
11. Demonstra compreensão de responsabilidade? ..	S		23. Conhece as principais normas legais referentes aos direitos e deveres do funcionário público? ..	S	
12. Tem procurado, direta ou indiretamente, aperfeiçoar seus conhecimentos profissionais, pelo estudo ou por outro qualquer meio?	S		24. Evita, durante o expediente, atividades estranhas às funções que exerce?	S	
13. É atencioso e cortês	S		25. Revela capacidade de direção?	S	
A transportar (pelo órgão de pessoal)			Soma (pelo órgão de pessoal)		

I.R.7-S.P.I - Em 3-7-61 - Dival Fox de Souza - Chefe da I.R.7
(iniciais do órgão, data, assinatura e cargo ou função do chefe imediato do funcionário)

(CONDIÇÕES FUNDAMENTAIS
(apuradas em pontos negativos)

Anotações pelo órgão do pessoal

Assiduidade

Pontualidade horária (entradas-tarde e retiradas- cedo)

Disciplina e zelo funcional

Advertência
Repreensão
Suspensão
Destituição de função ...

Unidades

Nº de unidades

Pontos

Falta (1 ponto)

Grupo de três (1 ponto)

Advertência (2 pontos)

Repreensão (4 pontos)

Dia de suspensão (6 pontos)

Destituição de função (30 pontos)

Total de pontos negativos

(data, assinatura e cargo ou função do servidor que fez as anotações)

Visto do chefe da seção do órgão do pessoal e data:

CONSERVAÇÕES - Este boletim deve ser preenchido para cada funcionário e enviado ao órgão de pessoal competente nos 5 primeiros dias de janeiro e julho

Dado ciência ao interessado por cópia, em virtude de encontrar-se em exercício no interior.

Curitiba, 3 de julho de 1961

Dival José de Souza

Dival José de Souza
Chefe da Inspeção

Ciente

São Joaquim de Serra 10 de julho de 1961
Wimmar da Companhia

a firma,

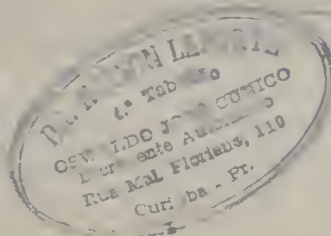
Dival José de Souza
Wimmar da Companhia

de que dou fé.

da verdade.

29 out de 1961

Yon



Ilmº. Snr. Prefeito Municipal da Cidade e Município de
SÃO JERONIMO DA SERRA. (PR)

Com o devido respeito e devida consideração venho
a sua presença se digna responder ao pé deste, si V.S. teve
conhecimento ou por houver comentarios de irregularidades,
como sendo, falta de respeito a familias dos indios, e, abuso
de bebidas alcoolicas durante o exercicio de seu cargo du-
rante o periodo que gerigi o Posto PARÃO DE ANTONINA situa-
do nesse municipio.

Com bastante estima e devida consideração.

Wismar Costa Lima
Wismar Costa Lima
Ex-Enc. do P.I. Barão de Antonina-

Respondendo a solicitação acima, venho afirmar que conheço o Snr.
WISMAR COSTA LIMA a longos anos e na função de meu cargo Prefeito
Municipal desta cidade São Jeronimo da Serra, nunca soube ou houvi
disser de irregularidades praticadas pelo mesmo no decorrer de sua
administração e tão pouco de abusar com famílias de índios e abuso
de bebidas alcoolicas no exercicio de seu cargo, o que se lamentou,
foi a falta do mesmo no nosso convívio, é o que devo esclarecer.

Joel Perusso
Joel Perusso
Prefeito Municipal

Reconheço verdadeira a firma supra

de *Wismar Costa Lima* e

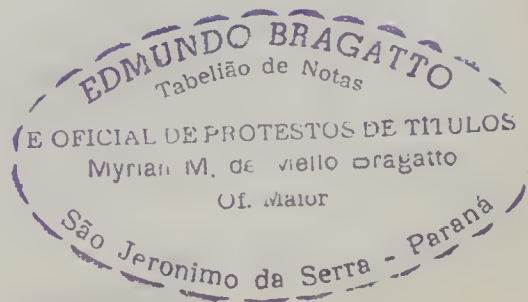
Joel Perusso

, do que dou

Em test.º *MMB* da verdade.

S. Jeronimo da Serra, 21 maio 1968

Myrian Moraes de Melo Bragatto oficial Moço



Ilmo. Snr. Delegado de Policia da Cidade de São Jeronimo da Serra
Paraná-Brasil-

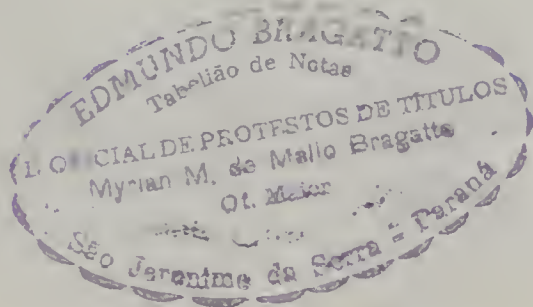
Wismar Costa Lima ex-Chefe do Posto Indine Barão de Antonina do municipio de São Jeronimo da Serra (PR), vem por este mui respeitosamente solicitar de V.S., os seguintes esclarecimentos, si o peticionario durante sua permanencia como Chefe do Posto Indigena Barão de Antonina Cedi do nesse municipio, praticou atos, como sendo:-faltar com o devido respeito a familias de indios e abusar de excesso de bebidas alcoolicas no decorrer do expediente de sua função.

3034/68-

Wismar Costa Lima
ex-Enc.do P.I. Barão de Antonina (PR)

Esta Delegacia cumpre o dever de esclarecer que verificando o arquivo da mesma, nada encontrou que desabonasse a conduta do peticionário, tempouco reunir provas que o mesmo tivesse qualquer nota que venha desabonar sua conduta, inclusive faltar com o devido respeito à familiares dos indios e tampouco abusar de ingerir com excesso de bebidas alcoolicas, tanto nas horas de seu expediente como tambem em locais fora da área indígena. O que podemos lamentar é o seu afastamento do referido Posto, deixando uma lacuna de saudades de todos que ficaram privados de seu convívio.-

Sizenando Ferreira da Costa



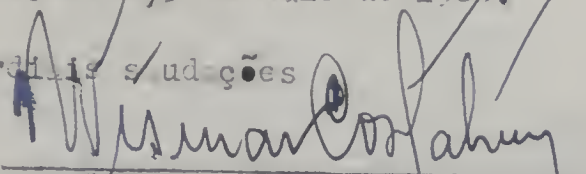
Reconheço verdadeira	a	firma	supra
de	<i>Sizenando Ferreira da Costa,</i>		
do que dou fé.			
Em test.o <i>EBH</i> da verdade.			
S. Jeronimo da Serra, 02/maio/1968			
<i>Edmundo Bragatto</i>			

Il.º Snr. Delegado de Polícia da Cidade de Ortigueira

Wismar Costa Lima ex-Encarregado do Pôsto Indígena Cél. TELLE-
MACO LORRA, situado neste Município, vem por este, solicitar de V.ªs
seguintes esclarecimentos: si o mesmo durante sua permanencia a tes-
ta do referido Pôsto, soubesse, ou mesmo por ouvir dizer o mesmo ter
praticado violencia e más tratos aos indios sob sua chefia, e si o
mesmo tinha por habito abusar em bebidas alcoholicas, ou qualquer ou-
tra infração que possa desabonar sua conduta.

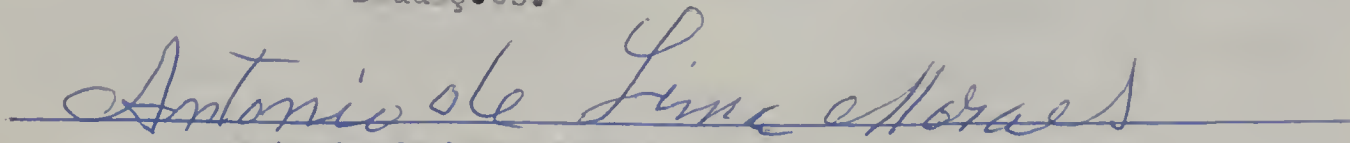
Ortigueira, 3 de Maio de 1967.

Cordiais Saudações


Wismar Costa Lima

Snr. Wismar Costa Lima, em resposta a solicitação acima
esta Delegacia responde que durante a curta permanencia que
V.ª atuou como Chefe do Pôsto Indígena Coronel Telenaco Lor-
ra situado neste Município, nada consta e nem tampouco se ha-
viu dizer de más tratos, ou castigo a indios, praticados por V.ª
quanto a injusta de que V.ª abusava em excesso de bebidas
alcoholicas, tambem nunca si soube V.ª ter abusado, o que poço
adiantar e que V.ª foi um pae dos indios os quais sentem a
perda do grande e bondoso Chefe Wismar, assim como, todos os
que tiveram o praser de conhece-lo, sentem da mesma fórma
de afastamento de tão precioso servidor.

Saudações.


Antonio de Lima Moraes
Delegado de Polícia

Recanheio Na Verso.

Reconheço verdadeira a firma de Wismar Costa Lima

Wismar Costa Lima
Antonio de Lima
Moraes



O em test... da Verdade
Ortigueira, de 1968

Wismar Costa Lima ex-Bucaregado do Posto Indígena Cel. T. B. L. B. MACO BORBA, situado neste Município, vem por este, solicitar de V. S. as seguintes esclarecimentos: si o mesmo durante sua permanência a festa de referido Posto, sempre, ou mesmo por haver dizer o mesmo ter praticado violência e más tratos aos índios sob sua chefia, e si o mesmo tinha por hábito abusar em bebidas alcoólicas, ou qualquer outra infração que possa desabonar sua conduta.

Ortigueira, 3 de Maio de 1968.

Cordiais saudações

Wismar Costa Lima

Sr. Wismar Costa Lima, em resposta a solicitação acima esta Delegacia responde que durante a curta permanência que V. S. atuou como Chefe do Posto Indígena Coronel Telmaco Borba situado neste Município, nada consta e nem tampouco se viu dizer de más tratos, ou castigo a índios, praticados por V. S. durante a estadia de que V. S. abusava em excesso de bebidas alcoólicas, também nunca si soube V. S. ter abusado, e que pego adiantar e que V. S. foi um pai dos índios os quais sentem a perda de grande e bondoso Chefe Wismar, assim como, todos os que tiveram o prazer de conhece-lo, sentem da mesma forma de afastamento de tão precioso servidor.

Saudações.

Antonio de Lima Moraes
Delegado de Polícia

C E R T I D ã O

CERTIFICO que revendo os arquivos existentes nesta Agência de Classificação e Fiscalização, encontrei o ofício nº 64, de 7.3.61, que o do seguinte teor: OF/64/61-7.3.61-Do Chefe da Agência do SER no Estado do Paraná -Ao Sr. Chefe da 7ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios - Curitiba/Pr.-Assunto:-Retorno de funcionario-Senhor Chefe-Em atenção ao teor da Circular nº 4, de 9.2.61, nesta data recebido, por transcrição, do Sr. Delegado do Ministério da Agricultura neste Estado, tenho a informar-vos que o funcionario Sr. Wismar Costa Lima, Agente de Proteção aos Índios, Nível 6-B, lotado nessa repartição e prestando colaboração a esta Agência por ato do Sr. Ministro da Agricultura através Papeleta de Serviço nº 402, decorrente / do Processo nº 4.676/54, foi cientificado da necessidade de apresentar-se, / como o faz no momento, a essa Chefia.-2.-Na mesma oportunidade venho consultar-vos sobre a possibilidade de obter a vossa concordância em continuar o aludido funcionario a disposição desta Agência, ponderando-vos em justificativa do pedido as seguintes e fundamentadas razões de ordem administrativa: a) - O funcionario em apreço desde 1.954 vem prestando inestimáveis serviços ao Posto de Fiscalização da Exportação em Paranaguá, subordinado a esta Agência; b) - Adquiriu valiosa experiência no trato dos complexos encargos concernentes a exportação, em virtude não somente do longo período de atividades específicas, mas também, e principalmente, da aptidão nata para tais e difíceis mistérios; c) - Atualmente o funcionario exerce naquele P.F.E. a função de chefia não gratificada, com eficiência invulgar, tornando-se destarte insubstituível; d) - Aquele P.F.E. conta apenas com mais um funcionario ali lotado, fato este que ressalta ainda mais a importância para esta Agência / da vossa aquiescência. - 3. Face ao exposto, podeis deduzir que o apelo que vos é dirigido fundamenta-se nos mais sérios motivos do interesse desta Agência, na iminência de sofrer a perda de um dos dois funcionarios que atendem justamente o Posto de maior movimentação deste Estado. 4. Na expectativa do vosso breve pronunciamento e certo de que considerareis devidamente as dificuldades desta repartição, antecipo-vos agradecimentos e apresento - vos no ensejo - Cordiais Saudações - a) AUDINIR CURIAL GONDIM - Chefe da Agência."

Era o que continha dito ofício, do qual eu, INÊS COIMBRA KENSKI - Escriturária, nível 8-A, lotada e com exercício na Agência de Classificação e Fiscalização, neste Estado, extraí a presente Certidão, que vai assinada, conferida e a qual me reporto e dou fé.

Curitiba, 29 de abril de 1.968

Inês Coimbra Kenski

ESCRITURÁRIA, Nível 8-A

Inês Coimbra Kenski

JAYME CEZAR FRITSCH

6º Tabelião

VISTO

Reconheço a firma *Supra de*

Waldomiro Evelyn

de C. Valeixo; do qual dou fé.

Curitiba, 29 de abril de 1968

Em minha residência

Waldomiro E. C. Valeixo

CHEFE DA AGÊNCIA

Waldomiro Evelyn de Cezar Valeixo

5997
B98
6006
B98



CERTIDÃO

CERTIFICO que revendo os arquivos existentes nesta Agência, de Classificação e Fiscalização, encontrei o ofício nº 314, de 16.6.58, que é do seguinte teor: "OF.314, de 16.6.58 - Do Chefe da Agência do S.E.R. no Estado do Paraná - Ao Sr. Chefe do Posto de C. e F. E. Rural em Paranaguá - Pr. - Assunto: Transcreve telegrama - Snr. Chefe: Transcrevo a seguir o inteiro teor/ do telegrama nº 506, de 12 do corrente, do Sr. Diretor, determinando que fiqueis respondendo pela Chefia desse Posto até que vossa situação funcional se regularise e permita a vossa designação em caráter efetivo: "NRº 505 E A DE 12.6.58 - ESTAMOS ENCAMINHANDO NESTA DATA SERVIÇO PROTEÇÃO ÍNDIOS EXPEDIENTE / SOLICITANDO FIQUE DISPOSIÇÃO ESTE ORGÃO ACÓRDO ARTIGO 34 ESTATUTO FUNCIONÁRIO SERVIDOR WISMAR COSTA LIMA PT ENQUANTO ASSUNTO NÃO FOR SOLUCIONADO SERVIDOR EM APREÇO DEVERÁ FICAR RESPONDENDO CHEFIA POSTO PARANAGUÁ PT - J.SMITH BRAZ - DIRETOR AGRÍCOLA" - No ensejo, augurando-vos pleno êxito nas importantes atribuições que vos estão sendo delegadas, apresento-vos - Cordiais Saudações - a) AUDINIR CURIAL GONDIM - Chefe da Agência."

Era o que continha dito ofício, do qual, eu INÊS COIMBRA KENS - KI, Escriturária, nível 8-A, lotada e com exercício na Agência de Classificação e Fiscalização, neste Estado, extrai a presente Certidão, que vai assinada, conferida e a qual me reporto e dou fé.

Curitiba, 29 de abril de 1.968

Inês Coimbra Kenski

ESCRITURÁRIA, Nível 8-A

Inês Coimbra Kenski

VISTO

Waldomiro E. C. Valeixo
CHEFE DA AGÊNCIA

Waldomiro Evelyn de Cezar Valeixo

CAIXA CEZAR FRILSON
6º Tabelião

Reconheço a firma Supra de
Waldomiro Evelyn de Cezar Valeixo de que deu fé
Curitiba, 29 de abril de 1968.
Em testemunho da verdade
[Assinatura]
6º Tabelião

5998-
Doc. nº 8

DECLARAÇÕES PRESTADAS PELO TRABALHADOR "DOMINGOS AMARAL"

Disse: que pelos meados do mês de Novembro do ano de 1961, após ter apanhado um Radio portátil da Séde do Posto se dirigindo para a Cidade de São Jerônimo da Serra, não furtou, apenas apanhou em confiança, pretendia com o mesmo fazer umas farrinhas, lá estando, em companhia de amigos, resolver dar umas bebericadas n'uma branquinha, traguinho pré cá, outro pré lá, descontrolou-se, não sabendo dali para diante o que, fizera do radio, dia seguinte, cabeça no ar, cadê o radio, acabou, apanha sua mulher e filhos, resolver dar umas voltinhas a fim de refrescar a cabeça e depois voltar ao trabalho, o que não o fez, bem, a conselho de alguns, errantes-se com destino ao RIO de JANEIRO E BRASÍLIA a fim de apresentar denúncias do encarregado do Posto onde estava lotado, e como todos os dias era convidado a tomar umas branquinhas, o animo sempre lhe acompanhava e os inimigos do S.P.I. sempre aconselhando que seguisse viagem, portanto, conseguiu por intermedio das Delegacias de Policia, Prefeituras, Departamento de Imigração, Assistência Social do Governo e foi bater em São Paulo, ali se demorou varios dias, e a conselho tambem de inimigos do S.P.I. foi bater nos jamais onde (sempre bebericando) prestou declarações que não exprimia a verdade, dali ramou para o RIO, onde instalou-se no MUSEU DO INDIÓ onde instigado pelos proprios do Museu daquela cidade, fôz declarações (falsas) injuriosas ao Sr. Wismer; disse estar arrependidissimo do ato que praticou, piz sempre gosou de muita consideração do Sr. Wismer, sua senhora dona Angelina, seus filhos e netos, que para comprovar pode afirmar residir na propria casa da séde do Posto, compartilhando em suas refeições na propria mesa de seu chefe, tendo quarto e cama a sua disposição tambem dentro da casa do mesmo, ainda mais, em suas viagens a Curitiba (quando a chamado do Sr. Chefe do 78. I.R.) tem gosado o direito de ser seu substituto eventual; que agora de volta ao trabalho, foi recebido (por seu chefe e familia) como se nada tivesse acontecido, confirmando com esse gesto seu bom coração, o que dá em diante, pretende nunca mais aceitar más conselhos, sofreu bastante assim como sua familia, a viagem que bastante empreendeu que foi pensar no RIO servir para nunca mais praticar ato tão desalegre como foi o presente caso, tanto ele como seus familiares, encontram-se bastante abatidos e doentes, esperando-se que com repouso da terra indigena, breve estarão restabelecidos.

Posto Indigena Barão de Antonina, 6 de Fevereiro de 1962.

Domingos Amaral
Domingos Amaral
Trabalhador do Posto

Conheço verdadeira a firma supra
Domingos Amaral

do que dou fé.
Em test.º *1113* da verdade.
S. Jerônimo da Serra, 21 de maio 1962
Myrian M. de Vello Bragatto

EDMUNDO BRAGATTO
Tabelião de Notas
E OFICIAL DE PROTESTOS DE TÍTULOS
Myrian M. de Vello Bragatto
Of. Maior
São Jerônimo da Serra - Paraná
oficial maior

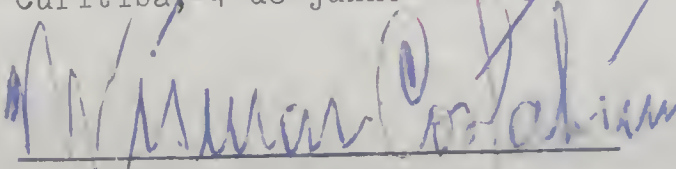
6008
920DECLARAÇÃO DE BENS

(Para efeito de aposentadoria)

WISMAR COSTA LIMA, ocupante do cargo de AGENTE DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, nível 6-B, do Quadro de Pessoal Parte Permanente do Ministério da Agricultura, lotado no Serviço de Proteção aos Índios e com exercício na Sede da 7ª Inspeção Regional, em Curitiba, Estado do Paraná, declara nada possuir.

Para maior clareza e por ser a expressão da verdade de firmo a presente declaração.

Curitiba, 4 de junho de 1.966



Wismar Costa Lima
Agente de Proteção aos Índios
nível 6-B

B7C

Ilmos. Srs. Presidente e demais Membros da Comissão de Inquérito Administrativo.

DIVAL JOSÉ DE SOUZA, Agente de Proteção aos Índios, nível 5-A, e SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA, servidor federal inativo, por seu bastante procurador e advogado no fim assinado, com escritório em Curitiba, Estado do Paraná, citados para, até o dia 7 de maio corrente, apresentarem defesa no processo administrativo instaurado no Ministério do Interior, para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, vêm fazê-lo através da presente, para cujo fim alegam, ponderam e requerem o que se segue:-

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Série de fatores concorrem, inegavelmente, para que esta defesa não se revista da indispensável amplitude requerida pelo conceito de "plena defesa", a que se refere a vigente Constituição Federal, e para que essa Comissão de Inquérito Administrativo apure os fatos e se pronuncie com a reclamada isenção de ânimo.

Realmente, os indiciados Dival José de Souza e Sebastião Lucena da Silva requereram que lhes fosse facultada a vista do processo e assegurado o exercício da plena defesa em repartição de seu domicílio funcional, atualmente a capital do Estado do Paraná, por não se acharem em condições de se transportarem para a Guanabara, nela se manterem ou produzirem defesa com a necessária amplitude. Porém, êsse requerimento, recebido pela Comissão após tenaz esforço dos indiciados, não mereceu deferimento, obrigando-os a copiarem, por dias seguidos, trechos e mais trechos do processo administrativo para levá-los ao seu defensor, em Curitiba, e com êles construir as alegações de defesa, cuja deficiência resultou, portanto, da impossibilidade de exame das peças processuais por quem estaria melhor habilitado a fazê-lo.

Além disso, apesar de que "o sigilo sôbre todos os assuntos da repartição é uma norma obrigatória de conduta para o funcionário. Fica-lhe vedado divulgá-los, pública ou particularmente, sob pena de incidir nas suas sanções" (Direito e Processo Disciplinar, de Themístocles B. Cavalcanti, pág. 161), deu-se in-

art. 8º, XVII, letra o, in fine), foi a tutela dos indígenas deferida à União, que passou a exercitá-la através do Serviço de Proteção aos Índios, criado pelo Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910, cessando, destarte, o anterior regime de inclusão, na competência dos Juízos de Órfãos, da administração dos bens pertencentes aos índios, vigente desde o Decreto Imperial de 3 de junho de 1833,

O Serviço, depois de sucessivamente incorporado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e ao Ministério da Guerra, voltou a integrar o Ministério da Agricultura, para, recentemente, passar à jurisdição do Ministério do Interior e, finalmente, ser extinto e substituído pela Fundação Nacional do Índio, com personalidade jurídica de direito privado.

A circunstância de haver sido confiado ao S.P.I. o exercício da tutela dos silvícolas, isto é, os encargos de proteção e assistência aos índios, deu-lhe feição sui generis, pois, ao contrário do que acontece com a generalidade das repartições públicas, cabia-lhe a simultânea administração de bens integrantes de duplo patrimônio: o da União e o dos índigenas.

Essa situação subsiste no respeitante à Fundação Nacional do Índio, que tem, como uma das finalidades, gerir, além do patrimônio próprio da pessoa jurídica, o patrimônio índigena (Lei nº 5371, de 5-12-67, art. 1º, II).

Por isso, no S.P.I., enquanto a prestação de contas da gestão dos bens do patrimônio público era feita, através de órgãos superiores a que estava subordinado, ao Tribunal de Contas da União, a prestação de contas da administração dos bens do patrimônio índigena se fazia de forma diversa, inicialmente à autoridade judiciária competente (Decreto nº 5484, de 27 de junho de 1928, art. 37) e, posteriormente, perante o próprio órgão e ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios (Regimentos do C.N.P.I. e do S.P.I. aprovados pelos Decretos ns. 52.665 e 52.668, de 11-10-63).

Também, a Fundação Nacional do Índio "prestará contas da gestão do Patrimônio Índigena ao Ministério do Interior" (Lei nº 5371, art. 5º).

Pela mesma circunstância, enquanto na aquisição ou na alienação de bens, respectivamente, para ou do patrimônio público o S.P.I. obedecia às prescrições do Código de Contabilidade, já em iguais operações com bens para ou do patrimônio índigena o mesmo não acontecia, visto que, por não interessarem à receita ou à despesa pública e recaírem em bens de natureza privada, não estavam sujeitas àquelas prescrições do Código de Contabilidade, inclusive àquelas concernentes à licitação ou concorrência (Constituição Federal de 1946, art. 77, e Constituição Federal de 1967, art. 71).

Além disso, o S.P.I. exercitava, nas áreas re-

art. 8º, XVII, letra o, in fine), foi a tutela dos indígenas deferida à União, que passou a exercitá-la através do Serviço de Proteção aos Índios, criado pelo Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910, cessando, destarte, o anterior regime de inclusão, na competência dos Juízos de Órfãos, da administração dos bens pertencentes aos índios, vigente desde o Decreto Imperial de 3 de junho de 1833,

O Serviço, depois de sucessivamente incorporado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e ao Ministério da Guerra, voltou a integrar o Ministério da Agricultura, para, recentemente, passar à jurisdição do Ministério do Interior e, finalmente, ser extinto e substituído pela Fundação Nacional do Índio, com personalidade jurídica de direito privado.

A circunstância de haver sido confiado ao S.P.I. o exercício da tutela dos silvícolas, isto é, os encargos de proteção e assistência aos índios, deu-lhe feição sui generis, pois, ao contrário do que acontece com a generalidade das repartições públicas, cabia-lhe a simultânea administração de bens integrantes de duplo patrimônio: o da União e o dos índigenas.

Essa situação subsiste no respeitante à Fundação Nacional do Índio, que tem, como uma das finalidades, gerir, além do patrimônio próprio da pessoa jurídica, o patrimônio índigena (Lei nº 5371, de 5-12-67, art. 1º, II).

Por isso, no S.P.I., enquanto a prestação de contas da gestão dos bens do patrimônio público era feita, através de órgãos superiores a que estava subordinado, ao Tribunal de Contas da União, a prestação de contas da administração dos bens do patrimônio índigena se fazia de forma diversa, inicialmente à autoridade judiciária competente (Decreto nº 5484, de 27 de junho de 1928, art. 37) e, posteriormente, perante o próprio órgão e ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios (Regimentos do C.N.P.I. e do S.P.I. aprovados pelos Decretos ns. 52.665 e 52.668, de 11-10-63).

Também, a Fundação Nacional do Índio "prestará contas da gestão do Patrimônio Índigena ao Ministério do Interior" (Lei nº 5371, art. 5º).

Pela mesma circunstância, enquanto na aquisição ou na alienação de bens, respectivamente, para ou do patrimônio público o S.P.I. obedecia às prescrições do Código de Contabilidade, já em iguais operações com bens para ou do patrimônio índigena o mesmo não acontecia, visto que, por não interessarem à receita ou à despesa pública e recaírem em bens de natureza privada, não estavam sujeitas àquelas prescrições do Código de Contabilidade, inclusive àquelas concernentes à licitação ou concorrência (Constituição Federal de 1946, art. 77, e Constituição Federal de 1967, art. 71).

Além disso, o S.P.I. exercitava, nas áreas re-

6002 6003
B9A B9B

servadas e nas matérias atinentes à proteção do índio, o poder de polícia (Regimento Interno, art. 8º, X, etc.), o que foi mantido de modo mais expressivo em relação à Fundação Nacional do Índio (Lei nº 5371, art. 1º, VII).

Na sempre autorizada palavra do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, "o Problema Indígena no Brasil não é um problema utilitarista. Ao contrário, problema social de alta relevância, requer por parte do governo brasileiro a maior atenção na sua justa apreciação, como o encarou o Governo Nilo Peçanha, fundador do Serviço de Proteção aos Índios, pondo-o ao abrigo das preocupações econômicas do braço para o trabalho. Trata-se da reabilitação do Índio, de sua libertação e sua incorporação na sociedade".

Infelizmente, falhou essa reclamada atenção por parte da administração federal e a essa ausência é que se pode e deve imputar, antes de mais nada, a gritante deficiência do S.P.I. no desempenho dos seus nobres e elevados encargos de proteção e assistência ao silvícola.

O descaso se fez sentir, com maior gravidade, em dois pontos essenciais ao êxito da política indigenista: no recrutamento e retribuição dos servidores do S.P.I. (daí resultando a deficiência qualitativa e quantitativa do pessoal) e na fixação das dotações orçamentárias (na qual se olvidou que ao S. P.I. foram deferidos, além dos encargos normais de qualquer repartição, os relativos à proteção e à assistência do índio).

A baixa retribuição dos cargos, principalmente dos específicos do órgão (Agente de Proteção aos Índios e Inspetor de Índios), uma das principais causas da carência de pessoal habilitado, era confessada pela própria administração federal, que chegou ao cúmulo de pretender compensá-la com a expressa autorização aos servidores para disporem de terras de índios para nelas fazerem plantações e criarem animais domésticos para consumo próprio e das respectivas famílias, conforme o Regulamento baixado com o Decreto nº 736, de 6 de abril de 1936, assinado pelo Presidente da República e pelo Ministro da Guerra (art. 47, item 1).

A êsse fator outros se somavam, quais a natureza do trabalho, a falta de conforto, de requisitos mínimos de existência digna em localidades não raras vezes distantes e inóspitas do país, acrescidos no caso de Encarregado de Posto Indígena da complexidade e diuturnidade das atribuições, a que não correspondiam as vantagens da função gratificada, e o desestímulo proveniente da não concretização, há muitos anos, das promoções e acessos, não obstante a vacância de numerosos cargos em virtu-

6003 6004
996 996

de de falecimento ou aposentadoria de seus ocupantes.

Por outra parte, é notória a exigüidade das verbas orçamentárias atribuídas ao S.P.I., cujo pessoal ascendia a oito centenas, verbas essas que, outrossim, só eram distribuídas e efetivamente entregues quase ao final do correspondente exercício financeiro, acarretando insolúveis situações no referente à assistência médica, hospitalar, alimentar, etc. aos silvícolas.

Aliás, êsses fatos foram proclamados pelo Grupo de Trabalho encarregado de estudar a reestruturação dos serviços de assistência aos índios, e que em fins de 1967 acentuava ser insegura a manutenção dos serviços com a dotação orçamentária prevista, da qual o S.P.I. não havia então recebido fração alguma.

Obviamente, para que não fossem satisfatoriamente atingidos os objetivos que ditaram a criação do S.P.I. concorreram outras circunstâncias, dentre as quais convém mencionar a alienação ou redução das reservas indígenas pelos governos estaduais, que quase sempre dificultaram a localização e a titulação dessas áreas em favor dos silvícolas; a invasão e esbulho das reservas por intrusos, ávidos de se apossarem dos respectivos recursos naturais (pinheiros, madeiras de lei, minérios, etc.) e protegidos por políticos e administradores locais; a conivência ou a incapacidade de autoridades federais e do S.P.I. na defesa dos interesses dos tutelados.

Corroborando o exposto, em recente entrevista sobre a situação do S.P.I. publicada pela "Folha de São Paulo" de 20 de abril passado, pág. 14 do 1º caderno, e dada pelo ex-Diretor José Maria da Gama Malcher, asseverou s.s. que ela "funcionou como uma cadeia, partindo dos grupos econômicos que pressionavam políticos e muitas vezes dêles fazendo parte. Dentro dêste círculo, políticos pressionavam os gabinetes ministeriais que, por sua vez, faziam o mesmo com os diretores do SPI. Os diretores não tinham, desta forma, outra escolha: aceitavam a imposição, tornando-se coniventes e assumindo a total responsabilidade dos desmandos, sem que os provocadores aparecessem. Se não aceitassem, não poderiam trabalhar e acabavam caindo dopôsto".

Infelizmente, no inquérito administrativo apenas se responsabilizam os diretores e servidores do S.P.I., por faltas que não raras vezes eram fruto exclusivo da organização e funcionamento dos próprios órgãos administrativos, deixando-se de apontar os referidos "provocadores", os grupos de pressão beneficiados pelos desmandos.

De qualquer forma, a verdade é que a insuficiência das dotações orçamentárias transformou de entidade assistencial em assistido ao S.P.I., porquanto boa parte da renda indígena

6014 6005
89b 89b

na - proveniente da utilização, mediante arrendamento ou parceria, das terras e da alienação ou industrialização dos respectivos recursos naturais e utilidades (árvores de pinheiro e madeiras de lei, etc.) - foi desviada de sua destinação assistencial para atendimento de encargos de exclusiva responsabilidade da administração, tais como os relacionados com a aquisição e manutenção de veículos, geradores e motores elétricos, aparelhos de rádio transmissão e recepção, máquinas de escrever, móveis e utensílios, a compra de combustível e material de consumo (papel, carbono, fitas de máquina, tinta, impressos em geral, etc.), o pagamento de alugueres, tributos e tarifas de água e luz de repartições e, até, a retribuição de pessoal, que segundo se sabe atingia a centenas e, por fim, a mais de sete dezenas.

Assim, através do recurso à renda indígena é que se tornou possível precária assistência aos índios tutelados e, quiçá, o próprio funcionamento do S.P.I., cuja diretoria sempre necessitou de parcelas daquela renda remetidas pelas Inspetorias Regionais.

Nem a instituição da Fundação Nacional do Índio alterou êsse regime mas, antes, o consagrou definitivamente, pois é notório que prosseguem as vendas de madeira e o ajuste de arrendamentos e parcerias e que a lei nº 5371, de 1967, atribuiu às rendas do Patrimônio Indígena o custeio dos serviços de assistência ao índio (artigo 3º) e destinou para a constituição do patrimônio da entidade o dízimo da renda líquida anual desse Patrimônio (art. 2º, V).

É sabido, também, que êsses contratos de venda ou exploração dos bens indígenas, como sempre ocorreu, são concluídos sem prévia concorrência pública ou outra modalidade de licitação.

É público, igualmente, que funções privativas de servidores do quadro do S.P.I., como as de Chefe de Inspetoria Regional e de Encarregado de Posto Indígena, vêm sendo exercidas por pessoas estranhas, mesmo antes da instituição da Fundação Nacional do Índio.

Apesar disso, ninguém foi incriminado ou indiciado por tais irregularidades e fatos, a exemplo dos indiciados, porque êles constituem contingências inelutáveis da própria constituição e funcionamento dos serviços de proteção e assistência ao silvícola. Então, cabe a pergunta, por que por êles responsabilizar os envolvidos no presente inquérito administrativo ?

Evidentemente, o tratamento discriminatório ofende o princípio constitucional da igualdade de todos perante a lei.

ADMINISTRAÇÕES DO S.P.I.

A maior parte das imputações feitas aos indiciados Dival José de Souza e Sebastião Lucena da Silva relacionam-se com fatos ocorridos nas administrações sucessivas do Major Luís Vinhas Neves e do Cel. Hamilton de Oliveira Castro, durante as quais ocuparam a Chefia da 7ª Inspetoria Regional, com sede em Curitiba, os servidores Alísio de Carvalho, José Fernando da Cruz, Samuel Brasil, Major Danton Pinheiro Machado, Dival José de Souza e Sebastião Lucena da Silva.

De acôrdo com o Decreto nº 5484, de 27 de junho de 1.928 (que, embora sancionado como resolução, é uma lei), ainda em vigor nesse ponto, "até a passagem dos índios para o centro agrícola ou sua incorporação à sociedade civilizada, nos termos desta lei, são os inspetores, cada um na sua circunscrição, encarregados da gestão dos bens que os índios venham a possuir por doação ou qualquer outro meio" (art. 37), atribuição confirmada pelo Regimento do S.P.I., aprovado pelo Decreto nº 52.668, de 11 de outubro de 1.963, pelo qual "às Inspetorias Regionais (ININD) compete exercer sôbre os índios fixados em terras de sua jurisdição ou que nelas se apresentem, a tutela que o Estado assegura" (art. 12, II).

Se "a competência resulta da lei e por ela é delimitada", de modo que, "sem que a lei faculte essa deslocação de função, não se nos afigura possível a delegação ou a avocação, porque seria uma modificação discricionária da competência, quando esta é elemento vinculado de tódo ato administrativo e, pois, insuscetível de ser fixado ou alterado ao nuto do administrador e ao arrepio da lei" (Hely Lopes Meireles, Direito Administrativo Brasileiro, pgs. 156 e 157), se "casos há, em verdade, em que a lei atribui certos atos, privativamente, a determinado órgão situado em grau inferior na escala hierárquica, de tal sorte que a interferência da autoridade mais alta representaria abuso de poder" (Miguel Reale, Revogação e Anulamento do Ato Administrativo, pág. 50), é de indagar-se se, no que tange à gestão dos bens do patrimônio indígena, está o Inspetor Regional sujeito às determinações da Diretoria ou o Serviço de Proteção aos Índios às oriundas do titular ou de órgãos do Ministério de que faz parte.

AS ALEGAÇÕES DE DEFESA DO INDICIADO

SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA

No intuito de facilitar a apreciação de sua defesa, o indiciado Sebastião Lucena da Silva permite-se trans-

6016 6007
B92 B96

crever, em seguida a cada ítem de acusação, as razões comprovado-
ras de sua inocência, quer dizer, da improcedência da imputação.

1- Tentativa de intimidação a índios quando es-
tavam sendo ouvidos pelo Diretor (fl. 279).

O indiciado jamais cometeu a falta imputada, tu-
do não passando de equivocada interpretação de atitude bem inten-
cionada.

De qualquer modo, por causa da pretendida infra-
ção disciplinar ao indiciado foi aplicada a pena de suspensão por
trinta (30) dias, conforme a Portaria nº 67, de 26 de abril de
1963, do então Diretor do S.P.I., Ten.-Cel. Moacyr Ribeiro Coelho
(doc. anexo nº 1), de que, sem solução até hoje, pediu reconside-
ração.

Ora, a mesma falta não justifica NOVA PUNIÇÃO,
ou, como bem esclareceu o D.A.S.P., "o funcionário não pode so-
frer mais de uma sanção disciplinar pela mesma falta administra-
tiva" (Rev. Dir. Administrativo, vol. 46, pág. 380).

2- Comércio, com escritório, indicado em seu
cartão de visitas, na própria séde da IR 7
(fls. 4281, 1760 e 1761).

No cofre sob a responsabilidade do indiciado
foram encontrados quatro (4), repita-se, quatro vidros de perfu-
me que sua espôsa não quis usar e^a que por isso se pretendia dar
outro destino, provavelmente a troca por outros de perfume diver-
so.

A quantidade e o valor dos produtos e a quali-
dade do perfume, aliados à condição social do indiciado, repelem
a presunção de que o indiciado tivesse o propósito de com êles
comerciar. De qualquer modo, não se tendo consumado a venda dos
vidros de perfume nem se apontando a prática de qualquer ato se-
melhante por parte do indiciado, não se pode falar em exercício
de comércio, a que alude o artigo 195, VII, do Estatuto, cujo es-
pírito "é de vedar ao funcionário atividade comercial que possa
comprometê-lo financeiramente, fazendo-o responsável, ilimitada-
mente, pelas obrigações sociais da empresa de que participar",
sendo que "o hábito de praticar certos atos de comércio não bas-
taria, se a repetição dêles não constituir profissão, suscetível
de grangear para o interessado meios regulares de subsistência"
(J. Guimarães Menegale, O Estatuto dos Funcionários, vol. 2, pág.
556 e 557). Como escreve Alberto Bonfim, na pág. 108 da 9ª edição
de seu "O Processo Administrativo", "não se constitui em ação co-
mercial a venda, pelo funcionário, por exemplo, de uma casa de
sua propriedade, um automóvel seu usado, uma fazenda herdada ou

adquirida e outros bens. É que não foram obtidos com o intuito específico de venda para lucro. A alienação aí seria um fato meramente eventual".

Se não configura exercício de comércio a simples transferência de bens particulares do servidor a terceiros, porque na linguagem do Código Comercial seria mistér fazer da mercancia profissão habitual, muito menos o constitui o só intuito da venda, sem a respectiva efetivação.

E nenhuma relação, mesmo remota, existe entre a posse de tais vidros de perfume e a inserção do vocábulo "escritório" em cartões de visita graciosamente ofertados, inserção de exclusiva iniciativa da tipografia que, possivelmente por ignorância, confundiu escritório, denominação de local de trabalho de particular, com repartição, local de trabalho de servidor, o que o depoimento do responsável da impressora facilmente demonstrará.

3- Responsabilidade pela devastação, abate excessivo e desordenado de pinheiros de forma dolosa no POIND "Dr. Selistre de Campos" (fls. 4474, 4479, 3687/3694, 1730, 1826, 1837, 1841, 2949, 1485, 1520, 1572, 1829, 1831, 2808/09, e 2958);

14- Nega "corte paralelo" mas confessa que as firmas exploradoras não permitiam a entrada de pessoas estranhas às mesmas e não tomou providências (fl. 1760);

25- Recebimento de elevada propina de madeiros que se beneficiaram com a concorrência irregular, exploração desordenada e abate excessivo de pinheiros no POIND "Dr. Selistre de Campos" (fls. 1719, 1760, 1572, 844, 1826, 1831, 1841, 1520 e 1730);

28- Venda de madeira, apesar de proibição ministerial (fls. 1485).

23- Presidiu a Comissão que executou a concorrência irregular para a venda de 10.000 pinheiros no POIND "Dr. Selistre de Campos", havendo julgado as propostas: admite-se que o preço vencedor era inferior ao corrente que era entre Cr.\$25.000 e Cr.\$28.000 (fls. 1760 e 1722).

Diante da correlação entre os itens da acusação de ns.³, 14, 23, 25 e 28, todos envolvendo alienação de madeiras do patrimônio indígena, foram eles aqui reunidos.

6018
6009
BPA

No que diz respeito aos itens 23 (presidência da Comissão de Congorrência, julgamento de propostas e preço inferior ao corrente) 25 (recebimento de propina de madeireiros beneficiados pela concorrência), que nenhuma procedência têm, é preciso esclarecer os fatos.

Designado em fevereiro de 1.964 Encarregado do POIND "Dr. Selistre de Campos", em Xanxerê, Estado de Santa Catarina, dessa função foi dispensado o indiciado Sebastião Lucena da Silva em junho do ano seguinte.

Em vista da autorização constante da Ordem de Serviço Interna nº 100, de 24 de agosto de 1.964, da Diretoria do S.P.I. (doc. nº 2), foi o mesmo indiciado, na conformidade da Portaria nº 8, de 7 de outubro de 1964, do Chefe da 7ª Inspeção Regional, servidor Alísio de Carvalho, designado para integrar e presidir a Comissão de Concorrência incumbida de processar a venda de 10.000 pinheiros do patrimônio indígena localizados na área do citado POIND (doc. nº 3).

Publicou-se, em consequência, o Edital nº 1/64, em a data de 6 de outubro de 1964, que, segundo o visto do então Chefe da Inspeção Regional, obedeceu rigorosamente às determinações da Chefia, inclusive no referente ao preço mínimo de Cr. \$12.000,00 (doze mil cruzeiros) por árvore (doc. nº 4, cláusula 11a.), tendo apresentado proposta diversas firmas, cuja idoneidade foi julgada pela Comissão, a qual classificou duas das propostas, por conformes com os termos do edital.

Julgada a concorrência com a adjudicação, pela Chefia da Inspeção Regional, do contrato à firma João B. Tonial & Filhos, esta iniciou o corte de pinheiros em novembro de 1964, de acordo com a cláusula 19a. do mencionado edital (doc. nº 4).

Vê-se do exposto que responsabilidade alguma cabe ao indiciado pelo julgamento das propostas nem pela circunstância alegada de ser inferior ao corrente na praça o preço da proposta vencedora, porque resultantes de deliberação da Chefia da 7ª Inspeção Regional. Assim, nada se pode imputar ao indiciado por eventual irregularidade da concorrência, restando-lhe opor a mais veemente repulsa à acusação de que teria recebido propina, o que nenhum dos pretendentes, inclusive a firma vencedora, ou qualquer outra pessoa ousou propor-lhe jamais, em qualquer momento de sua vida funcional.

No respeitante aos itens 3 (devastação, abate excessivo e desordenado de pinheiros), 14 (corte paralelo de pinheiros e omissão diante da proibição das firmas exploradoras à entrada de pessoas estranhas) e 25 (recebimento de propina de madeireiros beneficiados com a exploração desordenada e abate excessivo de pinheiros), é necessário fixar que, tendo sido dispensado

da função de Encarregado do POIND "Dr. Selistre de Campos" em junho de 1.965 (doc. nº 8), data em que nem a metade dos dez mil pinheiros negociados haviam sido derrubados, como constataram uma Comissão do S.P.I., procedente de Brasília, e outra do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, integrada pelo respectivo Diretor, encarregadas do exame, fiscalização e contagem das árvores, seria materialmente impossível que no período compreendido entre novembro de 1964 e junho de 1965, em que sob a vigilância do indiciado se operou a extração de madeira, aliás, interrompida na época chuvosa de dezembro, janeiro e fevereiro e, ainda, pelas interrupções determinadas para efeito de contagem e devido recorte (docs. ns. 5, 6 e 7), tivesse sido abatido número de pinheiros superior ao contratualmente ajustado (doc. nº 9).

Não se verificou, pois, o pretendido abate excessivo e, muito menos, a alegada devastação de pinheiros, não tendo o indiciado, durante sua gestão daquele Pôsto Indígena, comprovado ou ouvido a respeito de derrubada desordenada de árvores, salvo no concernente a pinheiros atingidos por incêndio, cuja extração era prioritária, de acordo com a cláusula 17a. do contrato (doc. nº 9), mas foi feita de maneira a jamais se poder reputar desordenada. A extração obedeceu, inclusive, à cláusula contratual relativa ao diâmetro mínimo das árvores (cláusula 3a.), fato intuitivo pois procedimento contrário prejudicaria a própria firma adquirente. (Vide Doc. Nº 9-A)

E, se os fatos incriminados ocorreram posteriormente à saída do indiciado da direção do POIND "Selistre de Campos", por eles não responde, evidentemente, o mesmo acusado.

Relativamente ao alegado "corte paralelo" de pinheiros, reafirma o indiciado seu completo desconhecimento a respeito, esclarecendo, no tocante à arguida omissão ante a proibição de ingresso de pessoas estranhas às firmas autorizadas, que essa proibição vigorava ENTRE ELAS, não permitindo uma que outra invadissem sua área previamente delimitada para o abate, porém, o S.P.I. tinha livre acesso a tais áreas, em decorrência, inclusive, da cláusula contratual que as obrigava a respeitar as ordens emanadas do Serviço, como se patenteou com o acesso das sucessivas Comissões fiscalizadoras para fins de contagem de árvores. (Doc. Nº 10)

E, não tendo havido as indigitadas irregularidades, não se pode alegar sequer que em razão delas houvesse o indiciado recebido propinas, que, repete, nunca lhe foram sequer oferecidas.

No concernente ao item 28 (venda de madeira, apesar de proibida), essa imputação surgiu da circunstância de ter essa Comissão de Inquérito Administrativo arrecadado, no gabinete da Chefia da I.R.-7, requerimento datado de 18-08-67 e protocolado

6011
~~6020~~ / 698

sob o nº 925, em 19-09-67, no qual José Annoni pleiteava a exploração, em parceria com o S.P.I., de madeiras da área do Posto Indígena Dr. Selistre de Campos, em Xanxerê. O fato, porém, é que essa petição sequer mereceu apreciação ou decisão, pelo que não se pode falar em venda de madeira ou em responsabilidade do indiciado pela simples apresentação de proposta.

4- Responsabilidade por contratos irregulares de arrendamento de terras.

26- Irregularidades em arrendamentos e falta de contabilização de todos os contratos.

A renda indígena, na 7a. Inspeção Regional, é oriunda, principalmente, de arrendamento de terras, sendo 90% da área arrendada constituída de glebas de cinco (5) alqueires para menos.

Ao assumir o indiciado em abril de 1967 a Chefia da I.R.-7, havia aproximadamente 600 ocupações, na sua grande maioria VERBAIS, dentro dos territórios sob sua jurisdição nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que urgia regularizar, mesmo porque, existindo 10 (dez), 2 (dois) e 4 (quatro) Postos Indígenas, respectivamente, nos citados Estados, apenas 3 (três) deles contribuíam efetivamente para o custeio de encargos da Inspeção Regional, sendo deficitários os demais. Por isso, no desejo de fixar os recíprocos direitos e obrigações entre os ocupantes e a I.R.-7, com reais vantagens para as partes, solicitou o indiciado que o assessor jurídico, bel. Kiyossi Kanayama, elaborasse, respeitada a nova legislação que tornara obsoletos os antigos contratos, minuta de arrendamento, que mandou imprimir, conforme exemplar entregue a essa Comissão de Inquérito Administrativo.

Os contratos eram lavrados em quatro vias, sendo uma para o arquivo do Posto Indígena, outra para a I.R.-7, terceira para a Diretoria do S.P.I. e a quarta para o arrendatário, que dela podia valer-se para obter financiamento em estabelecimento bancário, cooperativa ou outra organização.

Dadas as grandes distâncias entre a sede da Inspeção Regional e os Postos Indígenas, a impossibilidade da quase diuturna presença do Chefe nesses Postos e as despesas exigidas pelo ininterrupto transporte, as vias do contrato eram encaminhadas aos Encarregados já firmadas pela Chefia, que naqueles confiava, a fim de serem oportunamente completadas com a assinatura do arrendatário e das testemunhas. Evidentemente, não sendo possível a presença do Chefe da I.R.-7 a cada contratação de arrendamento, nenhuma irregularidade ou prejuízo ao

6021 6012
696 696

serviço pode ser entrevistado nesse fato, dependendo da assinatura da outra parte a vigência e eficácia jurídica do ajuste.

Portanto, nenhuma responsabilidade cabe ao indiciado por contratos irregulares, aos quais pretendeu legalizar, nem irregularidade houve naqueles em que teve intervenção. Acrescente-se que as importâncias dos arrendamentos eram contabilizadas nos Postos Indígenas e constavam das prestações de contas, cujos resultados, com uma via dos contratos, eram encaminhados à Diretoria.

- 5- Participação de conluio de funcionários com fins escusos, que chefiava juntamente com Dival José de Souza, a ponto de usarem código secreto.

A acusação partiu do servidor Samuel Brasil, fls. 1719, de cujos antecedentes criminais dá notícia a inclusa certidão da Prisão Provisória de Curitiba (doc. nº 10) e cuja inimizade pelo indiciado provém, entre outras coisas, da circunstância de o indiciado, na Chefia da I.R.-7, haver-lhe determinado, em cumprimento a ordens superiores, a prestação de contas relativa ao período em que, pelo afastamento do servidor José Fernando da Cruz, respondeu pela direção da Inspetoria Regional (fls. 3746).

Essa imputação, feita por espírito de vingança, não tem qualquer fundamento, além de partida de ex-presidiário cuja palavra não pode prevalecer contra quem possui conduta e antecedentes ilibados.

- 6- Irresponsabilidade funcional: falta de controle nos pagamentos de diárias.

O nome do indiciado não foi referido nas acusações de fls. 1731/1732, que delas não precisa defender-se.

Quanto à de fls. 676, responde-se que, tratando-se de Posto Indígena deficitário, em que a renda mal dava para custear as mínimas despesas de medicamentos e hospitalização, de índios, nada existia praticamente a depositar em estabelecimento bancário. Aliás, preceito legal algum obrigava em 1962 o recolhimento da renda indígena a banco oficial ou particular, ressaltando-se que o POIND Capitão Iakri era diretamente subordinado à Diretoria do S.P.I..

- 7- Irregularidades contábeis: falta de escrituração de todos os recebimentos e pagamentos da Inspetoria Regional, não conferência do movimento da conta bancária com a escrita da I.R. e ausência de balanço e balancete das variações patrimoniais.

6013
~~6012~~ 1398

Na gestão do indiciado, todos os recebimentos e pagamentos da Inspetoria Regional eram contabilizados, como provam os livros e documentos em poder dessa Comissão de Inquérito. Eventual falha nessa contabilidade será de ordem técnica, em decorrência de falta de orientação da parte de órgão de supervisão do sistema financeiro do S.P.I. e de pessoal adequado para essa tarefa. (Vide Doc. nº 10-A)

Em relação à eventual discordância entre a escrita da I.R. e a conta bancária, quanto à gestão do patrimônio indígena, reitere-se que, na falta de obrigatoriedade de seu depósito em estabelecimento bancário, qualquer divergência gravidade alguma representaria.

8- Falta de licitação de preço para compras.

No curto lapso de sete meses, de 17 de abril a 20 de outubro de 1967, em que desempenhou a Chefia da I.R.-7, limitou-se o indiciado a efetuar, com a renda indígena, compras de diminuto valor e relativas a material de expediente. Ora, além de não estarem sujeitas às prescrições do Código de Contabilidade as aquisições feitas com a renda indígena, nenhuma razão de ordem administrativa, financeira ou técnica justificaria o recurso à concorrência, pública ou administrativa, ou à coleta de preços para a compra de tinta, lapis, papel e outros artigos.

9- Vales a servidores com dinheiro da repartição.

Apesar de serem pagos pela renda indígena os servidores que não integravam o quadro de pessoal retribuído pelos cofres públicos e constituir praxe o adiantamento parcial de seus salários para custeio de enterramento, doenças repentinas e outras necessidades similares, já que a administração não lhes assegurou os benefícios da previdência social, o indiciado não teve oportunidade de assim proceder. Ao contrário, o único empréstimo realizado foi feito, à custa do bolso do próprio indiciado, ao servidor José Ramos da Mota Cabral, que necessitava viajar para o Estado de São Paulo, onde fora localizado, e cujo vale seria resgatado pela respectiva procuradora Dna. Ana Saddock Fernandes, residente em Curitiba e estranha ao Serviço. A documentação da I.R.-7 comprova que o dinheiro do numerário não saiu de numerário pertencente à repartição.

10- Compra de jeep sem observância das normas legais nem autorização superior, quando membro de C.I. em Campo Grande.

24- Aquisição de uma Kombi pela renda indígena, sem autorização nem licitação.

A Comissão de Inquérito, de que fez parte o indiciado e que apurou irregularidades na I.R.-5, em Campo Grande, MT, recebeu do respectivo Chefe um jeep para diligências nos Postos Indígenas, ignorando, porém, o indiciado como aquele Chefe, a quem foi restituído o veículo, o teria adquirido.

A única Kombi existente na I.R.-7 não foi adquirida na gestão do indiciado, e sim na do servidor Alísio de Carvalho, desconhecendo-se se a sua compra foi autorizada, ou não, e se foi precedida, ou não, de licitação.

11- Corresponsável pela não prestação de contas de adiantamento recebido.

27- Recebimento de Cr. \$2.000,00 de Lourinaldo Velloso, Chefe do POIND Cacique Doble, e não prestação de contas.

A Comissão de Inquérito, referida no item 10 retro apreciado, recebeu do Chefe da I.R.-5, a título de diárias, a quantia de Cr. \$12,00 para cada membro, conforme o anexo documento nº 11, julgando o indiciado que aquela Inspetoria Regional se reembolsou desse pagamento mediante movimento de fundos com a Diretoria, uma vez que não recebeu em qualquer outra ocasião, a esse mesmo título, outra importância.

A prestação de contas, referente à importância de Cr. \$2.300,00, e não Cr. \$2.000,00, recebida de Lourinaldo Velloso, foi feita juntamente com o ofício nº 435, de 10 de agosto de 1967, à Diretoria do S.P.I., conforme anexos docs. sob nº 24.

12- Recebimento do produto da venda irregular de milho no POIND "Dr. Selistre de Campos";

20- Recolhimento, em nome de Sebastião Lucena da Silva, do saldo da venda de cereais do POIND "Cacique Doble".

Em muitos casos, o arrendamento de terras indígenas é pago, não em dinheiro, mas em produtos, dos quais o Encarregado do P.I. retém o necessário para a manutenção dos índios e o replantio, vendendo o restante pela melhor oferta. Pagas as despesas de manutenção do Posto durante a fase do plantio e colheita e retida razoável importância para as eventuais despesas futuras, o saldo é remetido, por cheque ou pessoalmente entregue contra recibo, ao Chefe da I.R., que o contabiliza na repartição. Assim sempre funcionou o sistema de venda e contabilização dos cereais e outros produtos recebidos em pagamento de arrendamentos, conforme a Ordem de Serviço Interna nº 48/67, da Diretoria do S.P.I. (doc. nº 12). Por conseguinte, nenhuma irregularidade se configura nos fatos imputados.

6024 6015
396 396

13- Participação da "Caravana da Farra" em Florianópolis.

Tendo a I.R.-7, na gestão de José Fernando da Cruz, recebido convite do Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC) para em Florianópolis receber formalmente os títulos representativos da propriedade das terras indígenas situadas naquele Estado (P.I. Dr. Selistre de Campos e Duque de Caxias), pelos quais o S.P.I. vinha lutando há mais de 40 anos, participou o indiciado da Comissão incumbida de representar a Inspeção Regional na solenidade, ignorando-se que, antes, durante ou depois do jantar oferecido às autoridades locais, tivesse havido qualquer "farra".

15- Não depósito da renda indígena em banco oficial.

A renda indígena é renda de natureza privada, cuja movimentação é feita pelo gestor do patrimônio do tutelado, o índio, considerado incapaz, em conformidade com o Regimento Interno do S.P.I., omissa a respeito do depósito dessa renda em banco oficial, exigência que a lei estabelece para as rendas públicas e que não consta de qualquer ato normativo no tocante à do silvícola. *Diário da Justiça de 13-10-67 - Págs. 3310 e 3311.*

16- Autorização ao Delegado de Polícia de Nonoai e a outras pessoas para lavrarem terras do POIND sem contrato nem pagamento de renda.

O indiciado nunca autorizou a quem quer que seja, inclusive o Delegado de Polícia de Nonoai, a efetuar plantações em terras do respectivo Posto Indígena, gratuitamente, como prova o incluso documento sob nº 14.

17- Utilização da renda indígena para manutenção da própria família.

Às fls. 1820, mencionada na acusação, não consta o nome do indiciado, que jamais manteve sua família à custa da renda indígena.

18- Transporte do livro ponto para a esposa assinar na própria residência.

Não passa de torpe calúnia a acusação acima, pois a esposa do indiciado só permanecia em casa, no horário de expediente da repartição, quando no gozo de férias ou de licença legalmente concedida.

A declaração de Albérico Alves Labatut Nascimento, a que pela sua quase nula capacidade física e intelectual eram atribuídos os serviços mais rudimentares e que, tendo sofrido derrame, submetia-se a tratamento médico em ambulatório,

6025
396
6016
396

corre exclusivamente sob a inteira responsabilidade dêle.

19- Plantação em parceria com o índio Alípio no POIND "Dr. Selistre de Campos".

O indiciado nunca procedeu a qualquer parceria com silvícolas, limitando-se a auxiliá-los, inclusive o citado Alípio, em suas roças, orientando-os sobre novas técnicas de plantio.

21- Afastamento, por irregularidades cometidas, do POIND "Capitão Iakri".

O afastamento se verificou pelo motivo constante da Portaria nº 67, de 26 de abril de 1963 (doc. nº 1), aliás, improcedente, mas de qualquer forma não pode o indiciado sofrer nova punição pelo mesmo fato, como já foi salientado.

22- Prática de atrocidades contra os índios, em Xanxerê;

29- Cárcere privado de índios.

A acusação de prática de atrocidades contra silvícolas partiu do Auxiliar de Portaria Vivaldino de Souza, que sempre trabalhou na sede da I.R.-7 em Curitiba e jamais em Posto Indígena, não possuindo conhecimento pessoal e direto da vida dos indígenas nem do tratamento a eles dispensado nesses postos (fls. 1730). Aliás, é muito imprecisa e vaga a imputação, que não descreve nenhum fato concreto. (Doc. nº 14)

A acusação de que o indiciado passara a prender índios numa casa velha foi feita pelo índio Pedro Alípio (fls. 1828), que não esclarece se se trataria de punição imposta por efeito do poder de polícia que nas áreas indígenas sobre sua jurisdição exercia o S.P.I., como exerce, agora, a Fundação Nacional do Índio, de acordo com o art. 1º, VII, da Lei nº 5371.

Entretanto, ambas as imputações são formalmente contraditadas por Manoel Moreira de Lara, Trabalhador, nível 1, nascido, criado e servindo no POIND "Dr. Selistre de Campos", que afirma perentoriamente que "LUCENA NUNCA PUNIU INDIOS" (fls. 1826).

Ora, se o indiciado sequer puniu silvícola, como poderia ter cometido atrocidades contra ele ?

Frise-se que a defesa do indiciado partiu de um seu inimigo gratuito, que não lhe poupou acusações. Aliás, Manoel Moreira de Lara repetiu uma out outra imputação de Nereu Moreira da Costa, residente no aludido POIND de que já foi Encarregado, o qual, porém, em depoimento prestado em 10 de fevereiro de 1967, perante a Comissão de Inquérito Administrativo incumbida de apurar irregularidades na I.R.-7, afirmou ter sido correta a administração do indiciado, a quem ressaltou da responsabilidade por outros fatos (doc. anexo nº 15).

6026
6017
B96

AS ALEGAÇÕES DE DEFESA DO INDICIADO
DIVAL JOSÉ DE SOUZA

- 1- Confissão de haver recrutado e armado índios de Xanxerê para expulsar invasores do POIND José Maria de Paula, tendo incendiado 33 casas.

Para perfeita compreensão da ocorrência, que traduziu gesto, bastante enérgico mas não violento, de intran-sigente e efetiva defesa do patrimônio indígena, convém rememo-rá-la.

No ano de 1951, época do evento, o atual POIND José Maria de Paula, então POIND ANTONIO LESTIGARRIBIA, estava praticamente ocupada por invasores, verdadeiros bandidos, que haviam expulsado os silvícolas, salvo uns poucos atendidos pelo Encarregado João Barbosa, a quem mantinham em estado de constan-te ameaça.

A Polícia Militar do Paraná revelava-se impo-tente para dali erradicar os elementos perniciosos que tinham transformado a área indígena em antro de bandidos e refúgio de marginas egressos de outras localidades, pois em choque com ê-les haviam perecido um soldado da corporação e um Inspetor de Quarteirão, sendo de ressaltar que a ação policial era dificultada por políticos que davam cobertura aos marginais.

O então Chefe da I.R.-7 incumbiu o indiciado para solucionar o caso, após outros funcionários não terem po-dido dar conta de igual encargo, pelo que se dirigiu por suces-sivas vezes ao local, onde por meios suasórios, embora enérgi-cos, procurou convencer aos intrusos da conveniência de abando-narem a área indígena, só recebendo ameaças e nenhuma atenção.

Baldados os esforços, recorreu o indiciado à Polícia Indígena existente no POIND Chapecó, atual POIND Dr. Se-listre de Campos, em Xanxerê, e a outros índios, com os quais rumou à região de Marrecas, onde se localizavam os invasores, advertindo-os de que deveriam retirar-se sob pena de queimar-lhes os ranchos. À primeira advertência, alguns se retiraram, mas os demais, não obstante novo aviso, ali permaneceram.

Então, em dia e hora antecipadamente divulga-dos, o indiciado, com a Polícia Indígena trazida de S. Catarina, fez com que os intrusos desocupassem os ranchos e deles tiras-sem os pertences, e, feito isso, determinou que fosse ateado fo-go aos mesmos ranchos, que não passavam de taperas.

Essa enérgica atuação, de que não resultou ofensa física a ninguém, libertou das estrepolias e extorsões grande área indígena, onde hoje vivem pacificamente 290 índios, ao lado de alguns civilizados decentes, na maior parte remanes-centes daquela época e que eram vítimas, também, dos bandidos expulsos. Essa a verdade dos fatos que cumpria esclarecer.

- 2- Utilização do serviço de rádio para as campanhas de Brizola e outros políticos do P.T.B.;
- 4- Utilização de código cifrado, somente conhecido pelo indiciado e pelo Encarregado do Posto, em assuntos de contagem de pinheiros derrubados, de preço de negócio concluído e de movimentação financeira, não ficando no arquivo cópia dos papéis que eram rasgados.

O indiciado, embora houvesse pertencido ao Diretório Municipal do ex-P.T.B. em Curitiba, jamais envolveu em campanha política a repartição por ele chefiada; nunca conheceu pessoalmente ao sr. Brizola, por quem nunca teve simpatia por não compartilhar de seu modo de ser e agir.

A vil e sórdida acusação, maldosa e mentirosa, seria mas totalmente improcedente, é fruto, sem dúvida, da inimizade e do desejo de vingança do servidor Samuel Brasil, ao qual, por se recusar a acatar a determinação que o dispensara de Encarregado do POIND Interventor Manoel Ribas e removera para o POIND Cacique Capanema, teve o indiciado de aplicar a pena de 10 (dez) dias de suspensão, acrescida de mais 20 (vinte) dias pela Diretoria, pois Samuel Brasil chegara ao ponto de não transmitir as funções de Encarregado ao servidor Cândido Lemes dos Santos, designado para substituí-lo (docs. ns. 1-a, 2-a e 3-a).

Mais recentemente, fortaleceu-se o ressentimento desse gratuito acusador porque, na Chefia da Inspeção Regional, foi o indiciado compelido a exigir-lhe, por ordem superior, a regularização das contas relativas ao período em que respondeu pela Chefia em questão, logo após o afastamento do servidor José Fernando da Cruz.

No respeitante ao uso de código cifrado, cuja existência o indiciado sustentou de cabeça erguida, é preciso ressaltar que só foi utilizado em assuntos rotineiros da administração, inclusive nos atinentes à defesa das áreas indígenas contra invasões de colonos ou indesejáveis, conforme elucidou no depoimento de fls. 1752. Assim, se medida acauteladora das terras de índios não fosse transmitida em código alertaria os interessados no apossamento das mesmas e invalidariam aquela providência. Ou problemas relativos a indígenas ou a servidores, de ordem interna, teriam indesejável divulgação pública, em detrimento do serviço. Ou a comunicação de remessa de ferramentas, medicamentos e outras utilidades a Posto Indígena mais necessitado, na impossibilidade de igual atendimentos aos demais Postos, criaria mal estar e desarmonia e, até, desestímulo aos Encarregados outros.

Portanto, em comunicações por rádio, mormente em fonia, audíveis por todos indistintamente, a necessidade de resguardo de certos atos administrativos impõe o recurso ao código.

6020
~~6029~~ B9A B9A

Em terceiro lugar, a permissão foi dada pelo então Diretor do S.P.I., General Luiz Guedes, através de despacho exarado no processo SPI nº 3780/59, como esclarecem os anexos documentos sob ns. 5-a, 6-a, o que por certo confirmará o ínclito Oficial, se ouvido na Guanabara onde vive atualmente.

É verdade que o funcionamento da serraria, iniciado em 12 de maio de 1961 (doc. nº 6-a), foi suspenso pelo novo Diretor, Cel. Tasso Vilar de Aquino (docs. 7-a e 8-a).

6- Escrituração secreta da renda indígena e sonegação de elementos para a exata escrituração à Contabilidade da Inspetoria;

8- Não realização de balanços ou balancetes das variações do patrimônio indígena.

No respeitante à acusação do item 6, totalmente infundada, é preciso dizer que o indiciado jamais sonegou à Contabilidade da I.R.-7 quaisquer elementos indispensáveis à correta escrituração, que, aliás, foi feita pelo mesmo indiciado, na época indicada, mesmo porque o servidor Elias Gonçalves da Costa, por ela responsável, só ultimamente passou a trabalhar na sede da Inspetoria. Na derradeira gestão do indiciado, com a Contabilidade organizada e, inclusive, com a colaboração profissional do referido servidor e de seu auxiliar, Francisco de Assis Fonseca Costa, a escrituração se processou perfeitamente em dia.

Nunca o indiciado fez secretamente a escrituração da renda indígena nem isso seria viável, porque a escrituração exige processamento de contas, atestados de prestação de serviços ou de efetivação de fornecimentos, classificação de contas, confecção de balancetes e outras operações de conhecimento de outros servidores.

Quanto à não coincidência entre os lançamentos da conta corrente da Inspetoria e os da conta corrente bancária, isso poderia ocorrer porque, na ausência de preceito que assim dispusesse, parte da renda indígena poderia não ter sido depositada, para atendimento de necessidades urgentes e inesperadas, sem que isso implicasse, como não implicou, em sonegação de qualquer parcela.

No que respeita a balanços ou balancetes das variações do patrimônio indígena, embora se desconheça lei que determine a sua realização, o fato é que o indiciado sempre mandou proceder ao controle do patrimônio indígena e de suas modificações.

Assim, quando designado em 2 de maio de 1966 para responder pelo expediente da I.R.-7, o indiciado baixou a Ordem de Serviço Interna nº 45, nomeando comissão de 3 servidores para procederem ao arrolamento dos bens dos patrimônios in-

6021
~~398 6030~~
398

dígena e nacional (doc. nº 9-a).

7- Irregularidades na frequência dos servidores. Improcedente a imputação, inclusive no que se refere à retirada do livro ponto da sede da repartição.

Eventualmente, um ou outro servidor saía para consultas médicas no ambulatório do IPASE, consultas essas relativamente demoradas, como é notório, mas jamais permitiu o indiciado as alegadas irregularidades de frequência de servidores, durante a sua Chefia.

9- Compra de materiais, construção de casas e funcionamento da serraria no POIND Fioravante Esperança, sem autorização nem licitação.

Segundo o relatório encaminhado pelo indiciado ao Diretor, o Cel. Hamilton de Oliveira Castro, com o ofício nº 94, de 17 de fevereiro de 1967, e que se encontram às fls. 1738 a 1751 dos autos do processo administrativo, foram adquiridos materiais para concluir e aparelhar o Posto, pois era forçoso terminar e dotar do essencial a sede e outras construções que o indiciado encontrou inacabadas.

Nessas aquisições e outras despesas foram aplicados Cr.\$2.037,766 (dois milhões, trinta e sete mil e setecentos e sessenta e seis cruzeiros antigos), ao passo que foi despendida a quantia de Cr.\$11.503.012 com o débito do Posto resultante de autorizações e gestões passadas, totalizando Cr.\$13.540.778.

As casas da Sede, escola e capela haviam sido construídas na gestão anterior à do indiciado, que as encontrou quase prontas mas teve de suportar o ônus de liquidar contas de mão de obra e de materiais prestada ou adquiridos em gestões passadas.

A serraria funcionou, não para serrar árvore em pé ou abatida, mas, sim, para desdobrar pranchões provenientes de serragem de administrações anteriores e estocadas no pátio, transformando-os em tábuas para construção de casas de índio, tarefa realizada pelos próprios servidores do Posto com auxílio de alguns silvícolas.

11- Cultivo para si de uma área de 6 alqueires no POIND José Maria de Paula e utilização do braço indígena.

A incriminada plantação foi feita com o único fito de propiciar um pequeno acréscimo de recursos aos mingüados vencimentos líquidos de Cr.\$217,60, aos 26 anos de serviço, segundo, aliás, prática instaurada no S.P.I. pelo Regulamento baixado com o Decreto nº 736, de 6 de abril de 1.936 (art. 47, 1). Aliás, a função de Encarregado de Posto Indígena não era gratificada, mas percebesse o indiciado o que é pago aos atuais Encarregados possivelmente não teria de valer-se daquele cultivo.

6033 6024
B26 B26

Dessa madeira foram colocados à venda, mediante coleta de preços, 1.534 dúzias de tábuas e 133 toros, como se vê dos Avisos ns. 1 e 2 (fls. 3.519 e 3.532 dos autos do processo administrativo).

À licitação decorrente do Aviso nº 1 apresentou-se a Madeireira Marval Ltda., propondo pagar Cr.\$13.000.000 pela totalidade dos lotes de madeira serrada e toros.

Feita nova licitação pelo Aviso nº 2, a mesma empresa madeireira fez nova proposta, mais elevada, de Cr.\$ 16.051.515. Cerca de dois meses depois, conseguiu o indiciado, após oferecer a madeira para diversas empresas, que Madeiras e Materiais Chile Ltda., de Curitiba, adquirisse as 1.534 dúzias de tábuas por Cr.\$18.408,000, para em seguida vender os 133 toros à Madeireira Marval Ltda., de Palmas, pelo preço de Cr.\$1.100.660.

Assim, na venda da madeira posta em licitação apurou-se o total de Cr.\$19.508.660, muito superior as propostas sucessivas de Cr.\$13.000.000 e Cr.\$16.051.515 apresentadas, apesar de com o decurso de tempo depreciar-se naturalmente a mercadoria. Em face do exposto, devidamente comprovado no relatório atrás mencionado, não tem razão de ser a imputação sintetizada no item 13, de acordo com o qual o indiciado não estaria autorizado a promover a venda da madeira.

No respeitante à acusação constante do item 14, frise-se que foram vendidas, apenas, 1.534 dúzias de tábuas, além dos 133 toros, sendo as 2.271 dúzias e 20 pés, a que alude o item 14, o total da madeira serrada que comissão designada pelo indiciado encontrou estocada no pátio da serraria mas que em parte não se prestava a negócio.

E à Madeireira Marval Ltda. não foi vendida uma única tábua sequer, e sim apenas os toros.

Quanto à ausência de concorrência, além de a coleta de preços constituir modalidade de licitação, a verdade é que preceito algum impunha a concorrência para a alienação de bens do patrimônio indígena, que não é público mas particular.

A imputação do item 15, venda de madeira serrada do POIND Fioravante Esperança mediante coleta de preços, por compreendida na do item 14, já se acha devidamente rebatida.

A acusação constante do item 25 resultou de mero equívoco dessa Comissão de Inquérito Administrativo, pois o lote de tábuas de pinho posto à venda era constituído de 1534 dúzias, como está escrito por extenso no Aviso nº 1 (fls. 3519) e no Aviso nº 2 (fls. 3532), e não de 1.834 dúzias. Assim sendo, não ocorreu a pretendida subtração de 300 dúzias de tábuas, o que facilmente se comprovará com a leitura do relatório de fls.

Sendo os índios da região sul do país quase civilizados, de vida semelhante à do caboclo do interior e conhecedor das práticas rudimentares da agricultura, o indiciado deu a vários deles oportunidade de trabalharem naquilo para que estão adestrados, sem explorar-lhes o trabalho, mas, ao contrário, valorizando-o, pois sempre os remunerou com o maior salário vigente na região para empreitadas de tal natureza.

Portanto, não se pode considerar incriminadora a utilização do braço indígena, pela forma exposta, e que, em se tratando de roça de 6 alqueires, não toma mais de 20 dias, com emprêgo de uns 15 índios.

Ressalte-se que os silvícolas do POIND José Maria de Paula, na gestão do indiciado, jamais tiveram que fazer roças para o Pôsto, mas, ao contrário, foram atendidos com os produtos entregues pelos ocupantes da área, inclusive com sementes e alimentos para as suas roças coletivas.

Deixou o indiciado, ao deixar aquêlê Pôsto, além das roças individuais dos indígenas, uma roça coletiva de 20 alqueires de milho e feijão, cuja produção deverá ser empregada em benefício deles.

12- Utilização da renda indígena para o pagamento de pensão e colégio do servidor Belarmino Sales.

Belarmino Sales é índio Caingangue, moço, correto, trabalhador, que o indiciado encontrou como servente da I.R.-7, e que, ganhando pouco, aspira estudar e se formar, para mais tarde auxiliar os seus, o que muito rapaz civilizado de sua idade não deseja.

Assim, se a renda indígena se destina à assistência do silvícola e se a Constituição e o Código Civil prevêem a incorporação do índio à civilização e à comunhão nacional, acredita o indiciado que, em amparando Belarmino Sales, está cumprindo com o dever funcional.

Houvesse por êste Brasil a-fóra outros silvícolas, como o Caingangue Belarmino Sales, trabalhando e estudando, e em breve estar-se-ia iniciando a redenção dos índios.

Data venia, a impugnada assistência reclamaria, antes, elogio, do que incriminação.

Infelizmente, a Fundação Nacional do Índio resolveu dispensar Belarmino Sales, que, já no primeiro ano do Curso Científico, luta com dificuldades mas continua trabalhando, continua estudando e continua correto.

13- Venda de madeira do POIND Fioravante Es-

6032 6023
B916 B916

- perança, contra ordem expressa do Ministro da Agricultura, por coleta de preço;
- 10- Emprêgo, sem autorização, Cr.\$5.967.882 da renda indígena na I.R.-7;
 - 14- Venda, sem concorrência, de 2.271 dúzias e 20 pés de tabuas serradas do POIND Fioravante Esperança à Madeiras e Materiais Chile Ltda. e à Madeira Marval Ltda.;
 - 15- Venda de madeira serrada nos Postos Indígenas Fioravante Esperança e Cacique Capanema, por coleta de preços;
 - 25- Subtração, no POIND Fioravante Esperança, de 300 dúzias de tabuas de pinho, integrantes do lote de 1.834 dúzias oferecido à venda pelo Aviso nº 1, de 04-08-66, madeira que não consta da venda efetuada à Madeiras e Materiais Chile Ltda. nem dos registros da repartição;
 - 27- Venda, mediante coleta de preços totalmente irregular, de 133 toros à Madeireira Marval Ltda., cuja proposta havia sido recusada, e de 1.534 dúzias de pinho serrado à Madeiras e Materiais Chile Ltda., que não havia apresentado proposta.

Foram reunidos os itens 10, 13, 14, 15, 25 e 27 de acusação, porque, referindo-se a madeira do POIND Fioravante Esperança, estão relacionados entre si.

Ressalte-se de início que no POIND Cacique Capanema não foi efetuada, na gestão do indiciado, venda de madeira alguma, pelo que nesse particular não tem razão de ser a imputação resumida no item 15, um fruto a mais da confusão, contradição e inveracidade do depoimento do servidor Vivaldino de Souza (fls. 1735).

No tocante aos demais itens de acusação transcritos, o relatório sobre a situação do POIND Fioravante Esperança feito pelo indiciado à Diretoria e que consta de fls. 1738 a 1751 dos autos do processo administrativo elucida cabal e fielmente a matéria, que se passa a expor resumidamente.

Pela Ordem de Serviço nº 74, de 7 de julho de 1.966, o então Diretor do S.P.I., Cel. Hamilton de Oliveira Castro, autorizou a venda das madeiras e o pagamento das dívidas do mencionado Pôsto Indígena.

Como foi explicado, na serraria do Pôsto os pranchões existentes, que, serrados na anterior administração, estavam depositados no pátio, foram desdobrados em tábuas para a construção de casas para os índios.

O restante da madeira se compunha de 2.271 dúzias e 20 pés de tábuas serradas e 133 toros, provenientes da anterior administração, pois na gestão do indiciado não houve abate de um único pinheiro no POIND.

6034 6025
B9A
B9B

1738 a 1751 dos autos do presente processo.

A imputação constante do item 27 já foi devidamente esclarecida, provando-se, inclusive, que a venda efetuada pelo indiciado, depois de recusadas as propostas apresentadas à licitação, importou no lucro ou diferença para mais de Cr.\$3.457.145 sobre a melhor proposta.

Quanto à acusação resumida no item 10, é necessário esclarecer que da importância de Cr.\$19.508.660, apurada na venda das tábuas e toros, destinou-se a quantia de Cr.\$13.540.778 ao pagamento das dívidas do POIND Fioravanta Esperança.

O saldo de Cr.\$5.967.882, além de constituir renda indígena cuja gestão cabia ao Chefe da I.R.-7, foi empregado, de acôrdo com autorização verbal do então Diretor, no atendimento de diversas despesas indispensáveis ao andamento normal dos trabalhos da Inspetoria (despesas de índios em trânsito por Curitiba, vencimentos de pessoal, alugueres da sede, consertos de viaturas, materiais para os Postos, etc.), como consta minuciosamente de fls. 1750 dos autos dêste processo administrativo.

- 16- Determinação de retirada de madeira no POIND Dr. Selistre de Campos, sem autoridade para isso;
- 22- Responsabilidade pela venda irregular de toros de madeira na importância de Cr.\$14.145.853 e respectiva remessa ao Diretor do S.P.I.;
- 23- Liberação irregular de 3.381 toros no POIND Selistre de Campos, a favor de João B. Tonial & Filhos;
- 24- Liberação irregular de 2.025 toros no POIND Dr. Selistre de Campos, a favor de Ernani Coltinho, e permissão para serrar madeira, sem autoridade para isso;

A determinação para retirada de madeira, a que se reporta o item 16 da acusação, foi tomada em virtude de autorização da Diretoria do S.P.I., constante da Ordem de Serviço nº 59, de 27 de maio de 1.966, como elucida o relatório da situação do contrato celebrado com a firma João B. Tonial & Filhos, que o indiciado encaminhou ao sr. Diretor com o ofício nº 193, de 20 de junho de 1.966.

O indiciado não procedeu à venda irregular de toros de madeira, como consta do item 22, mas limitou-se a cobrar da firma João B. Tonial & Filhos a prestação vencida em 19 de abril de 1966, do valor de Cr.\$14.145.853, e não de Cr.\$14.145.835, nos termos do contrato realizado na gestão do Inspetor Alísio de Carvalho, e a remetê-la à Diretoria, conforme pode ser verificado no mencionado relatório.

Os toros, a que alude o item 23, foram liberados,

6035- 6026-
B96 B96

com base na Ordem de Serviço nº 59, de 27-05-66, da Diretoria, tendo em vista relatório da comissão designada pelo indiciado, sugerindo a medida, para salvaguardar os interesses do S.P.I. e de terceiros, porquanto muitos dos toros já se achavam em estado de decomposição ou em estado precário, acusando caruncho, mofo e fungo de orelha, o que tudo consta do já referido relatório enviado à Diretoria.

A liberação de toros, mencionada no item 24 da acusação, baseada na mesma Ordem de Serviço, foi determinada diante de parecer da comissão designada pelo indiciado, que sugeriu a providência ante o precário estado da madeira, cujo aproveitamento urgia, e porque interessava ao S.P.I. receber a sua percentagem na serragem dos toros, nos termos do contrato celebrado entre Ernani Coitinho e administração anterior. Aliás, todos os fatos estão narrados e justificados no relatório que o indiciado encaminhou à Diretoria do S.P.I. com o ofício nº 203, de 1º de julho de 1966.

17- Ordem de entrega de madeira do POIND Duque de Caxias, apesar de proibição ministerial e do novo Código Florestal;

21- Liberação de 198,407 cm. de madeira de lei do POIND Duque de Caxias.

Ambos os itens se resumem numa só acusação, aliás, como as anteriores, improcedente.

Frise-se que o indiciado não autorizou nenhuma derrubada ou corte de árvore em pé, mas apenas a liberação de toros derrubados e falquejados, em pequena quantidade e já pagos por Udo Beltramini, cujo numerário foi empregado na hospitalização de silvícolas do Posto. Para isso tinha o indiciado autorização verbal da Diretoria, conforme consta da Ordem de Serviço Interna nº 67, de 11/7/67 (fls. 2.894).

18- Liberação de 1.210 dúzias de tábuas e de 1.500 toros em favor de Serrarias Unidas Irmãos Fernandes S/A, por conta de contrato anulado;

26- Permissão a Serrarias Reunidas Irmãos Fernandes S/A de retirada de uma serraria instalada no POIND Capanema, sem autoridade para isso.

A liberação de madeira e a permissão para retirada de serraria, a que se referem os itens 18 e 26 da acusação, foram determinadas pelo indiciado, tendo em vista a Ordem de Serviço nº 73, de 7 de julho de 1966, e a autorização verbal da Diretoria, conforme informa o relatório encaminhado à mesma Diretoria pelo ofício nº 259, de 28 de setembro de 1966, da 7ª. Inspeção Regional.

6036
6027
B96

Essas providências, constituindo medida moralizadora da administração do S.P.I., propiciou a aquisição e distribuição entre os indígenas de 26 casas de madeira de pinho serrado, cobertas de telhas francesa e com a área total de 1.067,25 m2..

Pelo exposto, em nenhuma falta incorreu o indiciado.

- 19- Venda irregular de 342 toros do POIND Dr. Xavier da Silva à firma Kantor & Franco Ltda., apesar da proibição.

O indiciado não vendeu nenhum toro de madeira à empresa citada, apenas liberou, em decorrência de contrato firmado na gestão do Inspetor Alísio de Carvalho, a entrega de 342 toros já existentes. O fato foi comunicado à Diretoria pelo ofício nº 31, de 9/01/67 (fls. 3359).

- 20- Autorização à empresa Indústria e Comércio Saad S/A para retirar 105 toros do POIND Cel Telêmaco Borba, apesar da proibição.

Essa retirada decorreu de ordem verbal da Diretoria, conforme consta do ofício nº 265, de 30/09/66 (fls. 3353), prendendo-se o assunto ao contrato firmado entre aquela sociedade anônima e o S.P.I., na gestão do Inspetor Alísio de Carvalho.

- 28- Omissão na instauração de inquérito administrativo quando do furto de duas máquinas de escrever na I.R.-7, em 23-10-66.

Encontrando-se o indiciado em viagem de inspeção na época do acontecimento, as providências foram tomadas pelo servidor Francisco José Vieira dos Santos, que respondia pelo expediente da Inspetoria, e que registrou queixa na Delegacia de Furtos e Roubos, de Curitiba, solicitou o comparecimento da Polícia Técnica e comunicou a ocorrência ao sr. Delegado Federal de Agricultura no Paraná (doc. nº 10 -a) e ao Delegado do T.Contas.

Não tendo o laudo pericial apontado a eventual autoria de algum servidor nem existindo indícios sequer nesse sentido, ao indiciado pareceu dispensável a instauração de processo administrativo, já que "necessária é, para a aplicação do poder disciplinar, a ocorrência de "irregularidade no serviço", quer dizer, explicitamente, "falta aos deveres da função" e não, portanto, mera insuficiência profissional genérica. É mister individuar-se o fato, atribuir-se a um funcionário e caracterizar-se como infração a dever ou proibição previamente prescritos" (J. Guimarães Menegale, O Estatuto dos Funcionários, vol. 2, pág. 637).

- 29- Responsabilidade pela não prestação de contas do adiantamento de Cr.\$13.500.000, correspondente ao TC-23.018/67.

6028 6037
BJS BJS

Prestou o indiciado contas do mencionado adiantamento, conforme provam:-

a- o encaminhamento de quatro (4) vias da prestação de contas à Diretoria do S.P.I., pelo ofício nº 88, de 13 de fevereiro de 1967, registrado com A.R. sob nº 38.646/67 do D.C.T., conforme inclusa fotocópia autenticada;

b- encaminhamento da fotocópia autenticada da 5a. via da prestação de contas, com o ofício s/n., de 19 de fevereiro de 1.968, à Presidência do Tribunal de Contas da União, conforme comprovante do Serviço de Comunicações daquela Corte, datada de 4 de março de 1968 e junta por fotocópia autenticada.

Aliás, a existência da prestação de contas é de conhecimento dessa Comissão de Inquérito Administrativo, que conseguiu o relaxamento da prisão administrativa a que injustamente foi submetido o indiciado, conforme Portaria nº 346, de 10-11-67, do Ministério do Interior.

Srs. Membros da Comissão:

Estão convictos os indiciados Sebastião Lucena da Silva e Dival José de Souza, ~~aquêl~~ já aposentado mercê da sua participação na Fôrça Expedicionária Brasileira que nos campos da Itália lutou pela democracia e pela liberdade, e ambos servidores sempre dedicados à causa indígena, que, efetivados os meios de prova que requereram oportunamente, sua inocência ficará plenamente comprovada, já que não podem nem devem prevalecer as mentiras, as falsas interpretações, o ódio e a parcialidade.

De qualquer forma, a êles vale a paz de espírito, a tranquilidade, a confiança que inspira a consciência do dever cumprido.

Justiça.

Curitiba, p/ Guanabara, 6 de maio de 1968.

P.p.



(Amaury T.C. Côrtes)

Advogado

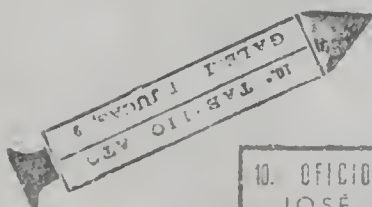
~~6038~~
6029 ~~B96~~
~~B96~~

6030
96

* P R O C U R A Ç Ã O *

Pela presente procuração, nomeio e constituo meus bastante procurador, onde com esta se apresentar, ao sr. dr. Amaury T. C. Côrtes, brasileiro, casado, advogado inscrito sob nº 981 na Secção do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil, com escritório nesta cidade, ao qual confiro poderes ad judicium et extra para o fim de me representar e defender os interesses no processo administrativo instaurado para apuração de irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, podendo dito procurador arguir suspeição, desistir e substabelecer.-

Curitiba,


Sebastião Lucena da Silva

10. OFICIO DE NOTAS
JOSÉ BENTO
MARQUES
Tabelião Vitalecio
José Paulo da Rocha Marques
Rachel Mendry
Clea Soares de Oliveira
escreventes juramentados
Galeria Tijucas, 9
Curitiba - Paraná

Reconheço verdadeira a assinaturaSebastião Lucena
da Silva

do que dou fé.

Curitiba, 04 de Maio de 1968

Em test.º  da verdade.

DOC. Nº 1
6031
6040
B96



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

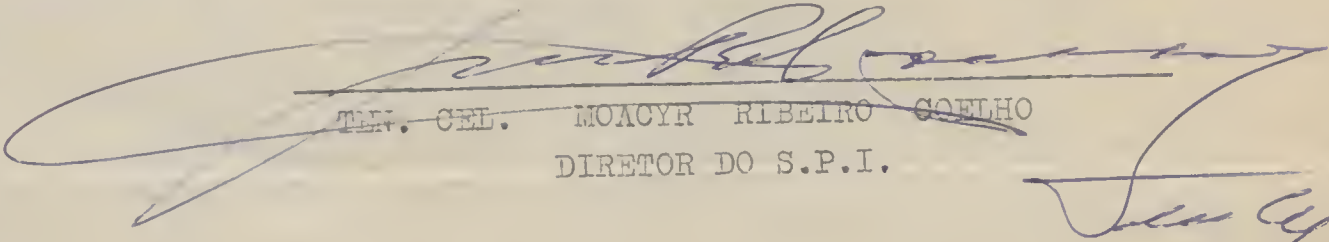
~~XXXXXXXXXXXX~~

BRASÍLIA - D.F.

Portaria n.º 67 de 26 de abril de 1963

O Diretor DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, usando da atribuição que lhe confere o item III, do artigo 210 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cívís da União,

R E S O L V E aplicar a SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA, ocupante do cargo de Escriurário, AF-202-10B, a pena de suspensão, por 30 (trinta) dias, a ser cumprida à partir de 15 de maio à 13 de junho, do corrente ano, por falta grave, de acordo com o art. 205 do mesmo Estatuto, visto como na presença do Diretor, tentou intimidar os índios do Pôsto Indígena "Ia - kri", usando termos grosseiros no momento em que êsses índios, reunidos e por ocasião de inspeção, procuraram apresentar ao Diretor, as suas queixas e reivindicações.


TEN. CEL. MOACYR RIBEIRO COELHO
DIRETOR DO S.P.I.

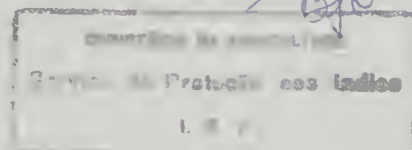
SA/MGL.-

CÓPIA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios

Doc. N.º 2

6041 6032
cjb 1378



ORDEM DE SERVIÇO INTERIA Nº 100

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso das atribuições que lhe confere a Lei vigente,

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, item 6, do Regimento do S.P.I., aprovado pelo Decreto nº 52 668, de 11 de outubro de 1 963,

D E S I G N A o Inspetor de Índios, P. 801-14B ALÍLIO DE CAVALHO, Chefe da 7a. Inspetoria Regional, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, para, em comissão a ser designada pelo referido Chefe, proceder a venda ou industrialização de madeiras dos Postos Indígenas subordinados à mesma I.R., inclusive assinar os respectivos contratos e demais expedientes necessários, obedecidas as normas e exigências estabelecidas no Regimento do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, aprovado pelo Decreto nº 52 442, de 10 de setembro de 1 963 e o Código de Contabilidade da União.

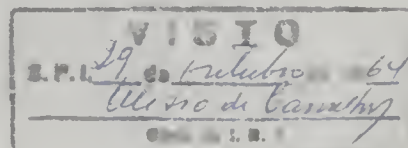
Dê-se ciência e cumpra-se.

Brasília, 24 de agosto de 1 964

(a) LUÍZ VILHAS REVES
Cap Av Luiz Vilhas Reves
Diretor do S.P.I.

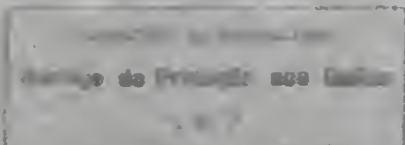
CONFERE COM O ORIGINAL

Vivaldino de Souza
Vivaldino de Souza
Auxiliar de Portaria nível 7-A



Ass/BP
Go

14



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
7a. Inspetoria Regional

6033
6042
3

P O R T A R I A Nº 2 de 7 de outubro de 1964

O Chefe da 7a. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E designar SEBASTIÃO LUC NA DA SILVA, Inspetor de Índios, Nível 12-A, ARTHUR SANTOS, Agente de Proteção aos Índios, Nível 6-B e ÍTALO SAMPAIO, Guarda, Nível 8-A, os dois primeiros da lotação do Serviço de Proteção aos Índios, com exercício nesta Inspetoria e o último, lotado no Departamento de Recursos Naturais Renováveis, com exercício na Agência do referido Órgão, em Curitiba, Estado do Paraná, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Concorrência incumbida do recebimento, abertura e julgamento das propostas à Concorrência Pública a que se refere o Edital nº 1/1964, de 6 de outubro de 1964, desta I.R., destinado à venda de 10.000 (DEZ MIL) pinheiros da Área do Pôsto Indígena "Dr. Selistre de Campos", sito no município de Xanxerê, no Estado de Santa Catarina.

IR 7 - Curitiba-PR, 7 de outubro de 1964

Alísio de Carvalho
Alísio de Carvalho
Chefe da Inspetoria

AC/vs

3

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
7ª Inspetoria Regional

CONCORRÊNCIA PÚBLICA

-- EDITAL Nº 1-1964
== ===== ==

Doc. Nº 4
6034 6043
B9A B9B

De conformidade com autorização do Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, faço público para conhecimento dos interessados que, de acordo com as Leis vigentes e, principalmente, o Título VII do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, até o 15º (décimo quinto) dia após a primeira publicação deste Edital ou no primeiro dia útil que se lhe seguir, às 15 (quinze) horas dos dias úteis, de segunda a sexta-feira, na Sede da 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, sita na rua Ébano Pereira nº 269, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, onde se reunirá a Comissão de Concorrência presidida pelo Inspetor de Índios - P-1.801-12.A, Sr. SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA, serão recebidas as propostas para a venda de 10.000 (dez mil) pinheiros, da Área do Posto Indígena "Dr. SELISTRE DE CAMPOS", situado no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina.

I - DA INSCRIÇÃO

1ª condição - Os interessados que pretenderem concorrer, deverão comparecer até a ante-véspera da realização da Concorrência, das 14.00 às 16.00 horas, na Sede da 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, no supracitado endereço, onde receberão uma Guia para depositar na Caixa Econômica Federal do Estado do Paraná (Matriz de Curitiba), a caução que garantirá a apresentação de sua proposta e a firmeza da mesma até a assinatura do respectivo contrato. Essa caução que será de Cr\$ 1.200.000,00 (UM MILHÃO E DUZENTOS MIL CRUZEIROS), poderá ser prestada em moeda corrente ou em Apólices da Dívida Pública Federal ao portador.

II - DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO
DE IDONEIDADE, RECEBIMENTO E
ABERTURA DE PROPOSTAS

2ª condição - No dia e hora fixados neste Edital, na Sede da 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, sita na rua Ébano Pereira nº 269, em Curitiba, Estado do Paraná, reunir-

-SEGUE-

reunir-se-á a Comissão incumbida do julgamento da idoneidade dos licitantes e do julgamento das respectivas propostas.

3ª condição - Preliminarmente, será verificada a idoneidade dos concorrentes, sendo desclassificados aqueles que não satisfizerem as condições previstas neste Edital, sob o Título "Da idoneidade".

4ª condição - Após o julgamento da idoneidade, serão abertos apenas os invólucros contendo as propostas dos concorrentes julgados idôneos.

5ª condição - As propostas serão lidas em voz alta, na presença dos concorrentes julgados idôneos e que não houverem incidido em qualquer impugnação.

6ª condição - Da reunião para recebimento e abertura das propostas, lavrar-se-á uma ata que será publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná.

III - DA IDONEIDADE

7ª condição - Os proponentes no ato da realização da Concorrência deverão apresentar os seguintes documentos, atualizados, da localidade onde tiverem sua sede:

- a) - prova de existência legal da firma;
- b) - prova de quitação de todos os impostos devidos, federais, estaduais e municipais;
- c) - certidão de que trata o Decreto nº 1.843, de 7-12-39; referente à nacionalização do trabalho (Lei dos 2/3);
- d) - certidão de quitação do Imposto de Renda;
- e) - prova de quitação com o Serviço Militar;
- f) - documentos de idoneidade financeira, datados do corrente ano e expedidos por estabelecimentos bancários, com firmas reconhecidas;
- g) - conhecimento da caução de que trata a 1ª condição;
- h) - título eleitoral, de acordo com o art. 38, alíneas c e e da Lei nº 2.550, de 25-7-55.

8ª condição - Os concorrentes que não apresentarem em forma legal e perfeita ordem os documentos exigidos na condição anterior, serão excluídos da concorrência, sem direito a qualquer reclamação ou recurso (R.G.C.P. - art. 741).

IV - DAS PROPOSTAS

9ª condição - Em invólucros fechados e lacrados com a indicação do nome do proponente e do conteúdo, as propostas, devidamente datadas e assinadas, deverão ser apresentadas em 3 (três) vias, preferencialmente datilografadas, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, contendo uma fórmula de completa submissão a todas as condições deste Edital, de acordo com o Regulamento Geral de Contabilidade Pública e o preço unitário em algarismos e por extenso.

10ª condição - As propostas que não estiverem de acordo com as condições deste Edital ou as que contenham oferecimento de vantagens que não forem objeto desta publicação, bem assim as que apresentarem alternativas sobre outras propostas, ou ainda, as que indicarem razões não previstas neste Edital, não serão tomadas em consideração por ocasião do julgamento da Concorrência. Outrossim, não serão consideradas as propostas cujos proponentes não tiverem apresentado prova de depósito da caução a que se refere a condição primeira.

11ª condição - Só serão aceitas propostas com cotação a partir do preço mínimo de Cr\$ 12.000,00 (Doze mil cruzeiros), por árvore e que tenham consignado os seguintes compromissos, além dos expressos neste Edital:

- a) - Prazo de retirada;
- b) - Obrigação de replantio na base de 2x1, ou seja, plantação de duas mudas de pinheiro por cada árvore que for abatida;
- c) - Sujeição à fiscalização que será efetuada por funcionários devidamente credenciados pela Chefia da 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios.

12ª condição - Em caso de empate terá preferência o proponente que apresentar menor prazo para retirada das árvores.

13ª condição - As propostas deverão fazer referência à retirada dos 10.000 (dez mil) pinheiros em 2 (dois) lotes de 5.000 (cinco mil) cada um.

V - DA ADJUDICAÇÃO

14ª condição - Após a organização e exame dos processos de concorrência se nenhuma irregularidade for verificada, será feita

a adjudicação ao proponente que apresentar a melhor oferta.

15ª condição - No caso de o proponente adjudicatário se recusar a assinar o contrato ou deixar de fazê-lo dentro do prazo fixado neste Edital, poderá ser transferida a adjudicação, a juízo da Administração, aos demais proponentes pela ordem de classificação, desde que as propostas guardem conformidade com o presente Edital.

VI - DO CONTRATO

16ª condição - O proponente adjudicatário deverá assinar com esta 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, dentro do prazo de 5 (CINCO) dias contados da data que lhe fôr notificada a adjudicação, um contrato pelo qual se obrigará ao fiel cumprimento de sua proposta.

17ª condição - As condições estabelecidas neste Edital farão parte integrante do contrato, independente de transcrição.

18ª condição - Não assistirá ao contratante o direito de pleitear qualquer indenização no caso de anulação da presente concorrência ou por infringência de qualquer das condições contratuais.

19ª condição - O contratante deverá iniciar a retirada dos pinheiros dentro do prazo de 10 (dez) dias a contar da data de assinatura do contrato.

20ª condição - O prazo para a retirada total dos 10.000 (dez mil) pinheiros objeto da presente concorrência, será no máximo de 36 (trinta e seis) meses, a contar do início da retirada constante da condição anterior.

21ª condição - O proponente contratante no ato da assinatura do contrato efetuará o pagamento, em moeda corrente e diretamente à Chefia da 7ª. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, de uma parcela mínima correspondente a 30% (trinta por cento) do valor global do primeiro lote correspondente a 5.000 (cinco mil) pinheiros, devendo os pagamentos subsequentes serem procedidos dentro do prazo estipulado para a retirada deste primeiro lote; idêntica modalidade será observada no pagamento relativo ao segundo lote, constituindo esta condição elemento para cotejo.

22ª condição - O contratante será responsável por qualquer dano, que em virtude da execução dos trabalhos de retirada dos pinheiros, fôr causado a terceiros, não só a propriedades como a pessoas.

*Dados de
verificação.*

23ª condição - Eleger-se-á o Fôro da Comarca desta Capital para dirimir quaisquer dúvidas de direito das partes contratantes.

24ª condição - Os diversos trabalhos e despesas consequentes da retirada dos pinheiros correrão por conta exclusiva do contratante, não cabendo ônus algum ao Serviço de Proteção aos Índios.

25ª condição - O contratante se obriga, por si e por seus prepostos, a respeitar todas as ordens emanadas do Serviço de Proteção aos Índios e da legislação que o rege.

26ª condição - O contratante fará publicar por sua conta no órgão oficial que lhe for indicado pelo Serviço de Proteção aos Índios, no prazo previsto na Lei vigente, o texto integral do contrato assinado com a 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios.

27ª condição - A despesa correspondente ao Imposto de Sêlo proporcional devido sobre o valor do contrato correrá por conta do contratante (art. 2º, § 3º, das Normas Gerais do Decreto nº 45.421, de 12-2-59).

VII - DAS PENALIDADES

28ª condição - Será aplicada a multa de Cr\$500.000,00 (Quinhentos mil cruzeiros), por infração a qualquer das cláusulas contratuais, dobrando-se esta multa em caso de reincidência.

29ª condição - Todas as multas de contrato serão aplicadas pela Chefia da 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, cabendo recurso ao Sr. Diretor do supracitado Serviço.

VIII - DA RESCISÃO DO CONTRATO

30ª condição - A rescisão do contrato com a consequente perda de pleno direito de ação ou interpelação judicial terá lugar quando:

a) - o contratante falir, entrar em concordata ou se dissolver;

b) - transferir no seu todo ou em parte o contrato sem prévia anuência da Chefia da 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios;

c) - se verificar o inadimplimento de qualquer das condições do contrato.

31a. condição - É facultado à Chefia da 7a. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios alterar, aditar ou rescindir o contrato para extração dos pinheiros de que trata este Edital, quer por notificação de ordem administrativa, quer por medida de ordem econômica, não cabendo ao contratante direito a processos contra o Serviço de Proteção aos Índios por lucros cessantes.

IX - DIVERSOS

32a. condição - A caução mencionada na primeira condição deste Edital será levantada através de comunicação desta Repartição à Caixa Econômica Federal do Estado do Paraná, estendendo-se esta condição tanto ao proponente adjudicatário como aos demais concorrentes.

33a. condição - O contratante manterá no local dos trabalhos um representante, devidamente credenciado, com quem a fiscalização possa se entender.

34a. condição - O contratante, a critério da Chefia da 7a. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios e sem nenhum ônus para esta Repartição, poderá instalar serraria dentro da Área do Posto Indígena "Dr. GILBERTO DE CARLOS", podendo citado contratante comprador, findo o prazo contratual, retirar o maquinário da serraria que instalar, bem assim os seus veículos e animais de serviço ficando porém para o S. P.I. as edificações, cercados, poteiros e demais benfeitorias que fizer no terreno da Área indígena.

Também 91
35a. condição - Constituem, também, objeto da presente concorrência os pinheiros atingidos por incêndios, cuja extração é prioritária.

36a. condição - Considera-se como unidade, de que trata a condição 11a., o pinheiro com diâmetro de 0,50 (cinquenta) centímetros para cima, medidos na altura usual do tronco da árvore.

7a. IR-SPI-Curitiba-R., 6 de outubro de 1954

Sebastião Lucena da Silva
Sebastião Lucena da Silva
Inspetor de Índios - Presidente da Comissão

VISTO

Alísio de Carvalho
Alísio de Carvalho
Chefe da Inspetoria do SPI

6040
Doc. Nº 8

ORDEN. DE SERVIÇO INTERNA Nº 3

O Chefe da 7ª. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, no uso das atribuições que lhe confere a OSI nº 65/65, do Sr. Diretor do S.P.I.,

R E S O L U T O, dispensar o servidor, SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA, Inspetor de Índios, P.1.801-12-A, do Quadro do Pessoal, Parte Permanente deste Ministério, lotado neste Serviço, da função de Encarregado do Posto Indígena "DR. GONÇALVES DE CARVALHO", situado no Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, tendo em vista a designação para a mesma função, do servidor, JAPHE OLIVEIRA NEVES.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Curitiba, 19 de Junho de 1965.

João Fernando da Cruz
JOSE FERNANDO DA CRUZ

Resp. pelo Exp. da
I.R.7, OSI nº 65/65.

Recebi o original do presente M/m

CÓPIA 6041

Em 13/4/65

a)

Doc. Nº 5

M/m Circular nº 2

2 de abril de 1965

Encarregado do Posto Indígena "Dr. Selistre de Campos"

Sr. Gerente da Firma Luiz Viffero e Urani Coltinho - Xan-
xerê-GO

Comunicação (1az)

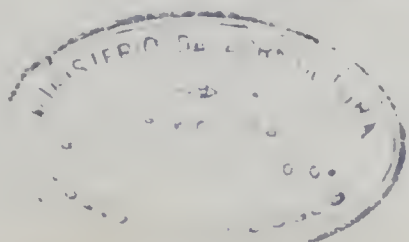
Senhor Gerente,

Cumprindo determinação da Chefia Regional, levo ao conhecimento de V. Sa. que a partir de 5 do corrente, fica para lizado o corte de pinheiros e retirada de toras, até a contagem total dos pinheiros retirados, bem assim, os que já foram conta-
dos e marcados para o devido recorte.

2. Outrossim, tendo em vista normas contratuais, fica estabelecido que somente terão acesso a esta Área Indígena, para extração de pinheiros, a Firma adjudicatária da Concorrência Pública, e, as que por decisão superior, auferiram aquele direito; constituindo, a inobservância do preceito em referência, razão bastante para a rescisão do contrato.

Isso posto, considerando as minhas atribuições, e, as ordens emanadas de instância superior, cabe-me levar ao conhecimento da Chefia, através de relatório, ou verbalmente, a situação em que se encontra a extração dos pinheiros, ficando a critério da aludida Chefia, o prosseguimento ou não dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Sa. os protestos de consideração e respeito.

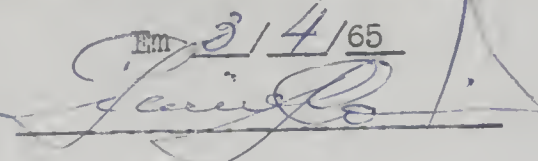


Sebastião Lucena da Silva

Sebastião Lucena da Silva
Enc. do Posto

Recebi o original do presente M/m

CÓPIA

Em 3/4/65
a) 

6051
Doc. Nº 6 Bjt
6042
Bjt

Serviço de Proteção aos Índios

M Circular nº 2

2 de abril de 1965

Incarregado do Posto Indígena "Pr. Selistre de Campos"

Sr. Gerente da Firma João B. Tonial & Filhos - Varxerê-SC

Comunicação (faz)

Senhor Gerente,

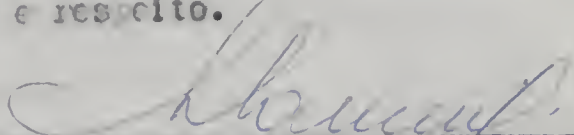
Cumprindo determinação da Chefia Regional, levo ao conhecimento de V. Sa. que a partir de 5 do corrente, fica paralizado o corte de pinheiros e retirada de toras, até a contagem total dos pinheiros retirados, bem assim, os que já foram contados e marcados para o devido recorte.

2. Outrossim, tendo em vista normas contratuais, fica estabelecido que somente terão acesso a esta Área Indígena, para extração de pinheiros, a Firma adjudicatária da Concorrência Pública, e, as que por decisão superior, auferiram aquele direito; constituindo, a inobservância do preceito em referência, razão bastante para a rescisão do contrato.

Isso posto, considerando as várias atribuições, e, as ordens emanadas de instância superior, cabe-me levar ao conhecimento da Chefia, através de relatório, ou verbalmente, a situação em que se encontra a extração dos pinheiros, ficando a critério da aludida Chefia, o prosseguimento ou não dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para acrescentar a V. S.a os protestos de consideração e respeito.




Sebastião Lucena de Silva
Enc. do Posto

Recebi o original do presente M/m

6054 CÓPIA

a)

Luiz Ratschini

Dec. no 7

6043

BPA

Serviço de Proteção aos Índios

M/m Circular nº 2

2 de abril de 1965

Encarregado do Posto Indígena "Dr. Selistre de Campos"

Sr. Gerente da Firma Luiz Ratschini - Xanxerê-SC

Comunicação (faz)

Senhor Gerente,

Cumprindo determinação da Chefia Regional, levo ao conhecimento de V. Sa. que a partir de 5 do corrente, fica paralizado o corte de pinheiros e retirada de toras, até a contagem total dos pinheiros retirados, bem assim, os que já foram contados e marcados para o devido recorte.

2. Outrossim, tendo em vista normas contratuais, fica estabelecido que somente terão acesso a esta Área Indígena, para extração de pinheiros, a Firma adjudicatária da Concorrência Pública, e, as que por decisão superior, auferiram aquele direito; Constituindo, a inobservância do preceito em referência, razão bastante para a rescisão do contrato.

Isso pôsto, considerando as minhas atribuições, e, as ordens emanadas de instância superior, cabe-me levar ao conhecimento da Chefia, através de relatório, ou verbalmente, a situação em que se encontra a extração dos pinheiros, ficando a critério da aludida Chefia, a prosseguimento ou não dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Sa. os protestos de consideração e respeito.

Sebastião Lucena da Silva

Sebastião Lucena da Silva

Enc. do Posto

CONTRATO particular de compra e venda de pinheiros que entre si fazem, de um lado, como vendedor, o Serviço de Proteção aos Índios - 7a. Inspeção Regional, com Sede nesta Cidade, representado neste ato pelo Inspetor de Índios, P. 1301-143; ALISIO DE CARVALHO, Chefe daquela Inspeção, e a Comissão constituída pelos Srs. ITALO SAMPAIO, ARTHUR SANTOS e SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA, tudo de acordo com a ordem de Serviço Interna nº100, expedida pelo Serviço de Proteção aos Índios - Ministério da Agricultura - em Brasília, do dia 24 de Agosto de 1964 e assinada pelo Cap Av LUIZ VINFAS NEVES, Diretor daquele Serviço, e de outro lado, como compradora, a vencedora da concorrência pública promovida pelo vendedor, conforme edital nº1-1964, a Firma JOAO B. TONIAL & FILHOS, com Sede na Cidade de Kanxerê, Estado de Santa Catarina, representado neste ato por seu Sócio, WILSON TONIAL, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado naquela Cidade. O vendedor na qualidade de senhor e legítimo possuidor, livre e desembaraçado de quaisquer ônus ou dívidas judiciais ou extra judiciais, de DEZ MIL (10.000) pinheiros, com diâmetro de 0,50 (CINQUENTA) centímetros para cima, ainda não demarcados, todos localizados na Área do Posto Indígena "DR. SILVIO DE SAUS", situado no Município de Kanxerê, Estado de Santa Catarina, e assim como possui, os descritos pinheiros, vêm, pelo presente contrato e na melhor forma de direito, vendê-los, como de fato e na verdade vendido os têm, a compradora, a Firma JOAO B. TONIAL & FILHOS, mediante as cláusulas e condições seguintes: PRIMEIRA - A Firma compradora deverá iniciar a retirada dos pinheiros dentro do prazo de dez (10) dias, a contar desta data; SEGUNDA - O prazo para a retirada total dos dez mil (10.000) pinheiros objeto do presente contrato, será no máximo de trinta e seis (36) meses a contar também desta data; TERCEIRA - O preço ajustado é de acordo com a proposta feita pela compradora, naquela concorrência pública, será de Cr\$12.125,00 (doze mil cento e vinte e cinco cruzeiros) por unidade de pinheiro de corte, aproveitável, com o diâmetro de 0,50 (cinquenta) centímetros para cima, medidos na altura usual do tronco da árvore, efetuando neste ato a compradora diretamente à Chefia da 7a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, por intermédio do Cheque nº73.913 emitido contra o BANCO DO BRASIL S.A., Agência desta praça, o pagamento da parcela correspondente a 30% (trinta por cento) do valor global do primeiro lote correspondente a 5.000 (cinco mil) pinheiros, devendo os pagamentos subsequentes serem procedidos dentro do prazo estipulado para a retirada deste primeiro lote: idêntica modalidade será observada no pagamento relativo ao segundo lote, constituindo esta condição elemento para cotejo. De que?

6054/898 6045/898

fora QUARTA)- A Firma compradora fica com a obrigação de replantio na base de três mudas por cada árvore que for abatida, ficando sujeito à fiscalização que será efetuada por funcionários credenciados pela Chefia da 7a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios; QUINTA)- A Firma compradora será responsável por qualquer dano, que em virtude da execução dos trabalhos de retirada dos pinheiros, for causado a terceiros, não só a propriedades como a pessoas; SEXTA)- Os diversos trabalhos e despesas consequentes da retiradas dos pinheiros correrão por conta exclusiva da firma compradora, não cabendo ônus algum ao SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS; SETIMA)- A Firma compradora se obriga, por si e por seus propositos, a respeitar todas as ordens emanadas do Serviço de Proteção aos Índios e da Legislação que a rege; OITAVA)- A Firma compradora fará publicar por sua conta no órgão oficial que lhe for indicado pelo Serviço de Proteção aos Índios, no prazo previsto na Lei vigente, o texto integral do contrato ora efetuado; NONA)- A Firma compradora, fica desde já investida nos seguintes direitos: a)- Livre acesso ao imóvel, no local onde se encontram as árvores vendidas; b)-abrir carreadores, estradas ou outras vias de acesso, para a extração das toras; c)-utilizar árvores que não são de lei, para construir estaleiros, pontes, pontilhões necessários ao desenvolvimento das operações de corte, reparo a extração dos pinheiros vendidos, independente de indenização ou outros pagamentos; d)- conservar no imóvel animais, maquinários e demais pertences necessários a extração e industrialização dos pinheiros, podendo a compradora, findo o prazo contratual, retirar os animais e maquinários de sua propriedade, ficando porém para o Serviço de Proteção aos Índios, as edificações, cercados, poteiros e demais benfeitorias que fizer no terreno da área Indígena; DÉCIMA)- A Firma compradora poderá usar, gozar e livremente dispor como seus que fica sendo os pinheiros objetos deste contrato, prometendo a vendedora fazer esta venda boa, firme e valiosa e isenta de dúvidas; DÉCIMA PRIMEIRA)- Será aplicada multa de Cr\$500.000,00 (QUINHENTOS MIL CRUZEIROS), por infração a qualquer das cláusulas contratuais, dobrando-se esta multa em caso de reincidência; DÉCIMA SEGUNDA)- Todas as multas deste contrato serão aplicadas pela Chefia da 7a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, cabendo recurso ao Sr. Diretor do supracitado Serviço; DÉCIMA TERCEIRA)- A rescisão do contrato com a consequente perda de pleno direito da ação ou interpelação judicial terá lugar quando: a)- a firma compradora falir, entrar em concordata ou se dissolver;

6055/39/6 6046/39/6

b) transferir no seu todo ou em parte o contrato sem prévia anuência da Chefia da 7a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios; c)- se verificar o inadimplimento de qualquer das condições do presente contrato; DECIMA QUARTA)- É facultado à Chefia da 7a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios alterar, aditar ou rescindir o contrato para extração dos pinheiros de que trata este contrato, quer por notificação de ordem administrativa, quer por medida de ordem econômica, não cabendo a firma compradora direito a processos contra o Serviço de Proteção aos Índios; DECIMA QUINTA)- A Firma compradora manterá no local dos trabalhos um representante, devidamente credenciado, com quem a fiscalização do vendedor possa se entender; DECIMA SEXTA)- A Firma compradora, a critério da Chefia da 7a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios e sem nenhum ônus para esta repartição, poderá instalar serrarias dentro da área do Posto Indígena "Dr. Selistre de Campos", podendo retirá-las quando findar o presente contrato; DECIMA SÉTIMA) Constituem também, objetos do presente contrato os pinheiros atingidos por incêndios, cuja extração é prioritária; DECIMA OITAVA)- A Extração dos dez mil (10.000) pinheiros objetos deste contrato, serão feitas em dois lotes de cinco mil (5.000), cada uma, sendo que trinta por cento (30%) do valor global do primeiro lote de 5.000 (cinco mil), o pagamento é feito pelo, cheque citado na cláusula terceira deste contrato, e o restante em três prestações, de igual valor, de seis em seis meses, a partir desta data, idêntica modalidade será observada no pagamento do segundo lote; DECIMA NONA)- As despesas correspondente ao Imposto do Selo proporcional devido sobre o valor do presente contrato correrão por conta da firma compradora (art. 2º, § 3º, das Normas Gerais do Decreto nº 45.421, de 12-2-59). VIGÉSSIMA)- Ficam integrando as demais condições, porventura, omissas neste contrato, as que constam do Edital de Concorrência Pública acima referido, conforme preceitua a condição 17a. do mesmo Edital. E, por estarem justos e contratados assinam o presente em três vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.-

Curitiba, 15 de fevereiro de 1965

TESTEMUNHAS:

Doc. Nº 9-A 6047
6056 398
398

D E C L A R A Ç Ã O
= = = = =

Declaro para os devidos fins e efeitos legais a quem interessar possa, a bem da verdade, sem nenhuma coação de quem quer que seja, que são destituída de qualquer valor probante, por serem inverídicas as acusações que o signatário da presente declaração, em depoimento de fôlhas 1840 e 4474, do Processo Administrativo que apurou irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, que envolva a pessoa do Sr. SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA e, se assim procedi foi pressionado pela Comissão de Inquérito constituída dos Srs. Dr. Jáder de Figueiredo Correia, Dr. Francisco de Paula Pessoa e Udmir Ferreira Lima, que esturquiram de mim, fazendo constar do dito depoimento muitas inverdades, como o fito premeditado de comprometer o referido Sr. SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA.

Para maior clareza e para que surta seus efeitos legais, firmo a presente declaração.

Xanxerê, SC- em 05 de maio de 1.968.-

Nereu Moreira da Costa
NEREU MOREIRA DA COSTA

Tabellião

J. A. Guimarães

Hector Sampaio F.
Escritor

Ep. C. H. Sampaio
Escritor

Rua M. L. Deodoro, 126
sobrel. 11 - Fone 4677
Curitiba - Paraná

Reconheço a firma *de*

Nereu Moreira
da Costa

do que dou fé.

Cia., 6 / 5 / 1968

Em test.º " *Caril* Verd.



Estado do Paraná

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado

PRISÃO PROVISÓRIA DE CURITIBA

N.º

5/66

CURITIBA

13

DE

Janeiro

DE 1966

- CERTIDÃO -

CERTIFICO, a pedido verbal de parte interessada, que revendo o fichário de presos provisórios existente nesta Prisão, encontrei a ficha cadastral do detento- SAMUEL BRASIL-, filho de José Rubens Brasil e D. Analdina Brasil, natural de Santo Angelo -R.G.S.-Crime Feculato:-Em 13.5.1.953, foi recolhido nesta Prisão Provisória, à disposição do MM.Juiz de Direito da 2ª.V.C. da Comarca de Guarapuava, conforme portaria nº 246 expedida pela D.I.C.-Em 13.2.1.952, foi pôsto em liberdade, em cumprimento ao alvará de soltura de soltura expedido pelo MM.Desembargador Jairo Campos.-Era o que continha dita ficha cadastral da qual me reporto e dou fé.- Prisão Provisória de Curitiba, aos treze dias do mês de Janeiro de mil novecentos e sessenta e seis.-Eu Alcy L. Carbonar, oficial de Administração 14, fiz ditilografar, conferi e subscrevi a presente certidão.

Alcy L. Carbonar
Alcy L. Carbonar

Chefe Sec. controle Presos

Visto

M. A. V.
MADIR P. ARCOVERDE
=Diretor=

(Doc. N.º 10-A) 6049
6058
B9A

Declaração

Eu, Teófilo Gonçalves da Costa, ex-servidor contratado do extinto Serviço de Proteção aos Índios, onde exerci a função de Técnico em Contabilidade da 7.ª Inspeção Regional do Alvará do Serviço, sediada em Curitiba, Estado do Paraná, declaro a bem da verdade para os devidos fins e efeitos legais, a quem interessar possa, que na ocasião do Sr. Sebastião Lucena da Silva, sempre tive liberdade para realizar o trabalho de sua prestação de contas, em nada interferindo o Sr. Sebastião Lucena da Silva, como Chefe da Repartição, no sentido de coibir que fosse realizada o lançamento de todas as receitas e despesas da IR7, que não espelhasse a verdade das operações. Que também era do conhecimento do Setor de Contabilidade o movimento financeiro da Inspeção para o lançamento, o qual era devidamente escriturado no competente livro caixa, cuja transcrição era provida através do balancete do movimento da Renda Indígena. Que jamais observei, nem tive conhecimento que o Sr. Sebastião Lucena da Silva tivesse qualquer negócio ou transação com firmas madeireiras, aqui nesta capital. Que o mencionado chefe sempre me pareceu equilibrado e cumpridor dos seus deveres funcionais.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente para que surta seus efeitos legais.

Curitiba, 2 de maio de 1968

Teófilo Gonçalves da Costa

Teófilo Gonçalves da Costa
7 de maio de 1968



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Doc. Nº 14

CÓPIA PARA CONTROLE DE SERVIÇO

6050
BGF



AGRÍNDIOS DIRETOR
BRASÍLIA DF

13 10 7 62 TENDO VISTA SOLICITAÇÃO VOCAIS ESTA CI
VG SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA E VICTOR IZIDORO GUEDES VG ACÓRDO
EXPOSIÇÃO FIZERAM OCASIÃO VOSSA ESTADA I R 5 VG DEVIDA VÊNIA
SOLICITO AUTORIZARDES SR CHEFE REFERIDA QUINTA I R VG EFETUAR
CARÁTER ADIANTAMENTO VG DE RENDA INDÍGENA VG PAGAMENTO DIÁRIAS
MESMOS FARÃO JÚS PARA ULTERIOR REPOSIÇÃO QUANDO RECEBEREM PT
ADIANTO VG ESTA OPORTUNIDADE VG SR CHEFE I R NADA TEM OPOR
UMA VEZ RECEBA VOSSA SUPERIOR AUTORIZAÇÃO PT SDS
FERNANDO CAMPELO DUARTE PRESIDENTE C I PORTARIA SPI 64/62

Pte CI-SPI 64/62

Doc no 24
6051
6060
6060
B9A
XXXXXXXXXXINTERIOR

Of. nº435

Curitiba, Pr.
10 de agosto de 1.967.-

Chefe da 7ª. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios

Sr. Diretor do S.P.I.

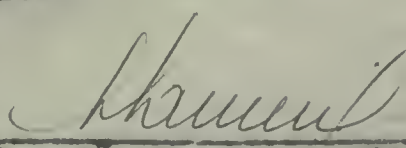
Prestação de contas (encaminha)

Sr. Diretor,

Encaminho a V.Sª., para os devidos fins, 3(TRÊS) vias da prestação de contas desta Sede, da importância de NCR\$2.300,00(DOIS MIL E TREZENTOS CRUZEIROS NOVOS), relativa ao período de 03/07/67 a 09/08/67, proveniente de saldo da venda de cereais do Posto Indígena Cacique Doble, situado no Município do mesmo nome, Estado do Rio Grande do Sul, constante autorização, dessa Diretoria, expedida na Ordem de Serviço Interna nº48 de 8 de maio do corrente ano.

Outrossim, informo a V.Sª., que as notas fiscais correspondentes aos documentos de nºs. 03-01-05-11-13 e 14, acham-se apensos às 4ªs.(QUARTAS) vias, devidamente arquivadas na Sede desta Inspetoria.

Valho-me da oportunidade, para reiterar a V.Sª., os / meus protestos de consideração e respeito.


Sebastião Lucena da Silva
Chefe da Inspetoria

Exmº.Sr. Cel.Hamilton de Oliveira Castro
Dº. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios
Brasília.D.F.

6052
398

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
7ª. INSPECTORIA REGIONAL

Prestação de contas que faz "SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA",
Chefe da 7ª. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios - Mi-
nistério da Agricultura, da importância de RCR\$ 2.300,00 (DOIS MIL E -
TREZENTOS CRUZELLOS NOVOS), relativo ao período de 13/07/67 a 09/08/
67, proveniente de saldo da venda de cereais do referido Pôsto, corres-
pondente ao ano próximo passado, constante da Ordem de Serviço Inter-
na nº 18 de 08/05/67, expedida pelo Sr. Cel. HAMILTON DE OLIVEIRA CAS-
TRO, Diretor deste Serviço:

DOCUMENTOS Nºs. DATAS	HISTÓRICO	DÉBITO RCR\$	CRÉDITO RCR\$
1 03-07-67	Recebido de Lourinaldo Walderays Rodrigues Velloso.....	2.300,00	
1 03-07-67	Pago a Odilon Couto.....		45,00
2 03-07-67	" " Dr. Kiyossi Kanayama.....		400,00
3 07-07-67	" " Germano Zettel Margheer..		530,10
4 17-07-67	" " Romeu Lambert de Mosquita		7,00
5 19-07-67	" " Germano P. Braga.....		7,10
6 31-07-67	" " Elias Gonçalves da Costa.		330,00
7 31-07-67	" " Francisco de Assis Costa Fonseca.....		230,00
8 31-07-67	" " Esten Zwinglio da Costa Li ma.....		180,00
9 31-07-67	" " Belarmino Sales(índio)...		100,00
10 31-07-67	" " Dr. Kiyossi Kanayama.....		400,00
11 03-08-67	" " Distribuidora Wib Ltda...		17,00
12 03-08-67	" " Odilon Couto.....		30,60
13 07-08-67	" " Ferragens Hauer Ltda.....		16,00
14 09-08-67	" " Relação de Despesas Diver sas.....		7,20
	SOMA TOTALRCR\$	2.300,00	2.300,00

Curitiba, Pr. IR74SPI, em 09 de agosto de 1.967.-

Sebastião Lucena da Silva
Sebastião Lucena da Silva
Chefe da Inspeção

R\$ 2.300,00

6053 / 6062
BPA BPA

Recabi do Sr. LUIZIVAL VALENTIM DE ARAUJO VELHO, Encarregado do Posto Indígena "CACIQUE MIM", situado no Município de São João do Rio Grande do Sul, o saldo de R\$ 2.300,00 (DOIS MIL E TREZCENTOS CHAMADOS REAIS), proveniente da venda de 9.784 (NOVE MIL, SETECENTOS E QUARENTA E QUATRO) quilos de feijão a granel a razão de R\$ 0,22, cada quilo, num total de R\$ 2.152,48 (MIL NOVECENTOS E / SETENTA E DOIS CHAMADOS REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS) e 7.669 (SETE MIL, QUINHENTOS E SEXTENTA E NOVE) quilos de cevada a granel a razão de R\$ 0,21 cada quilo, num total de R\$ 1.610,49 (MIL QUINHENTOS E CINQUENTA E NOVE CHAMADOS REAIS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS), que perfaz o total de R\$ 3.762,97 (TRÊS MIL, SETECENTOS E VINTA E SEIS CHAMADOS REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS), sendo esse procedido constante da Ordem de Serviço INTERNA Nº 48 de 08/05/67, expedida pelo Sr. Cel. Sebastião de Oliveira Castro, Diretor do Serviço, sendo que, o saldo de R\$ 2.300,00 (MIL E TREZCENTOS CHAMADOS REAIS) foram aplicados no referido Posto, cuja prestação conta do Mapa de Caixa daquela Unidade no mês de junho do corrente ano.

Curitiba, Pr, 197-011 de 05 de julho de 1967.-

Sebastião
Sebastião Lucas de Silva
Chefe de Departamento

DOC. Nº

4^a VIA6054
B986063
B98NCr\$.15,00

Recebi do Sr. SEBASTIÃO LUCIANA DA SILVA, Chefe da 7^a. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios - Ministério do Interior, a importância supra de NCr\$.15,00 (QUARENTA E CINCO CRUZEIROS NOVOS), referente a 25 (vinte e cinco) diárias (almoço e jantar), a razão de NCr\$.1,80 (UM CRUZEIRO E OITENTA CENTAVOS), cada diária, que perfaz o total acima, fornecidas ao índio "Kaingangue", DELARMINO SALES, assistido diretamente pela supracitada Inspetoria, relativas ao período de 26/03 a 19/04/67. Para clareza, passo o presente recibo em 5 (cinco) vias de igual teor e para um só efeito.-

Curitiba-Pr., em 3 de julho de 1.967.-



Osilton Couto
-Restaurante Speciani-

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS

Atento que foram ^{feitos} prestados os ^{fornecidos} ~~serviços~~ ^{Es}
presente conta.

Em

23

de

Julho

67

Vivaldino de Souza

Vivaldino de Souza
Aux. de Portaria- nível 7-A

VISTO

C.P.I.

23/07

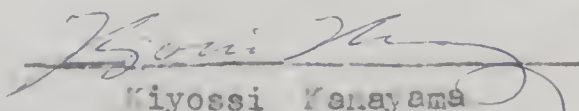
67

Sebastião Lucena da Silva
Chefe da Inspeção

6055
B96 6064
B96NCr\$.400,00

Recebi do Sr. SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA, Chefe da 7a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios-Ministério do Interior, a importância supra de NCr\$.400,00 (QUATRO CENTOS CRUZEIROS NOVOS), relativa a meus vencimentos na função de Advogado da supracitada Inspeção, correspondente ao mês de junho do corrente ano. Para clareza, passo o presente recibo em 5 (cinco) vias de igual teor e para um só efeito.-

Curitiba-Pr., em 3 de julho de 1.967.-


Kiyossi Kenayama
+Advogado-

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS

Atento que foram ^{feitos} prestados os ^{fornecidos} ~~serviços~~ ^{Es}
presente conta.

Em

23

de

Julho

67

Vivaldino de Souza

Vivaldino de Souza
Aux. de Portaria- nível 7-A

VISTO

C.P.I.

23/07

67

Sebastião Lucena da Silva
Chefe da Inspeção

6056/396 6065/396

NCr\$.530,10

Recebi do Sr. SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA, Chefe da 7ª. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios-Ministério da Agricultura, a importância supra de NCr\$.530,10 (QUINHENTOS E TRINTA CRUZEDINHOS NOVOS E DEZ CENTAVOS), proveniente de serviços prestados e inclusive fornecimentos de peças e acessórios para a viatura, "KOMBI-VOLKSWAGEN", ano 1.965, placa oficial nº 70-SPP-Pr., pertencente a supracitada Inspetoria, conforme notas fiscais de nºs. 111, 112, 113 e 114, abaixo discriminadas:

1- espelho lateral, no valor de,.....	NCr\$. 8,20
1- jogo de anéis especial, no valor de,.....	NCr\$. 25,00
1- jogo de juntas do motor, no valor de,.....	NCr\$. 12,00
4- velas V-06h, a razão de NCr\$.1,50 - cada,.....	NCr\$. 6,00
1- retentor do motor, no valor de,.....	NCr\$. 1,50
1- tubo de cola, no valor de,.....	NCr\$. 4,00
2- travessas de roda dianteira, a razão de NCr\$.0,50 cada,.....	NCr\$. 1,00
2- retentores das rodas dianteiras, a razão de NCr\$.1,50 - cada,.....	NCr\$. 3,00
3- reparadores de volante, a razão de NCr\$.0,50 - cada,.....	NCr\$. 1,50
1- fechadura para a porta, no valor de,.....	NCr\$. 15,50
2- feixes de mola(dianteira), a razão de NCr\$.....	
.34,00 - cada,.....	NCr\$. 68,00
1- platinado, no valor de,.....	NCr\$. 3,50
2- rolamentos, a razão de NCr\$.8,00 - cada,.....	NCr\$. 16,00
berrachas de amortecedor de direção, no valor de,.....	NCr\$. 1,00

MÃO DE OBRA

Ternear e consertar o enduzido, óleo para o motor, serviço de lavagem química, óleo de caixa e graxa, parafusos e fusível, tirar e colocar o motor, ajustagem do motor e troca de anéis, revisão dos freios, lanternagem das tres portas, conserto dos faróis dianteiros, conserto das fechaduras das portas, regulagem da direção, reaperto em geral inclusive soldas, revissamento da suspensão, trocar mola dianteira e serviços de pintura em geral, no valor de,.... NCr\$. 363,90

S o m a T o t a l NCr\$. 530,10

Para clareza, passo o presente recibo em 5 (cinco) vias de igual teor e para um só efeito.-

Curitiba-Pr., em 07 de julho de 1.967.-

Germano Zettel Barchese
GERMANO ZETTEL BARCHESSE
-OFICINA MECÂNICA-

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO DOS INDIOS

Atesto que *e feitor os fornecimentos*
presente com

Em *7 de* *Julho* *67*

Vivaldino de Souza

VISTO
S.P.I. *7 de Julho de 1967*
Sebastião Lucena da Silva
Chefe da Inspeção

DOC. Nº

58 VIA

6057
B9A6066
B9BRcr\$ 7,00

Recebi do Sr. SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA, Chefe da 7ª. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios-Ministério da Agricultura, a importância supra de Rcr\$7,00(SETE CRUZEIROS NOVOS), proveniente do fornecimentos de pousada e alimentação do servidor contratado à conta da Banda Indígena, sr. LEOPOLDO PERLIN, conforme nota fiscal nº1/2, assim discriminada:

1- pousada, no valor de.....	Rcr\$ 3,00
1- alimentação, no valor de.....	Rcr\$ 4,00
Soma total.....	Rcr\$ 7,00

Para clareza, passo o presente recibo em 5(cinco) vias de igual teor, e para um só efeito.

Curitiba, 17 de julho de 1967.-

[Assinatura]
Lomeu Lambert da Mesquita
Hotel São Luiz.-

Facts

Jonreine et

Guerra

Vivaldino de Souza

67

VISTO
S.P.I. 7 de 7 de 67
Kharuch

DOC. Nº 5

59

6058
B916

~~5058~~
B916
~~6067~~
B916

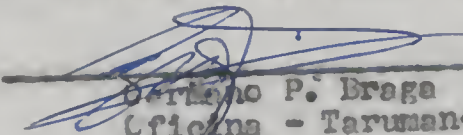
NCR\$ 7.10

Recebi do Sr. SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA, Chefe da 7ª. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios - Ministério da Agricultura, a importância supra de NCR\$7,10 (SETE CRUZEIROS NOVOS E DEZ CENTAVOS), proveniente do fornecimento de peças e acessórios a SEDE da supracitada Regional, para a viatura marca "KOMBI", placa oficial nº70.SPF-PR., constante da nota fiscal nº3069, assim discriminada:

1- cabo de velocímetro, no valor de.....	Ncr\$	3,50
1- cabo de embreagem, no valor de.....	Ncr\$	3,60
Soma total.....	Ncr\$	<u>7,10</u>

Para clareza, passo o presente recibo em 5 (cinco) vias de igual teor, e para um só efeito.

Curitiba, 19 de julho de 1.967.-


Orestes P. Braga
Oficina - Taruman-

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA

Serviço de Proteção

que foram prestados os

com

19

de

Eu lho

Vivaldo de Souza

67

VISTO

S.P.I.

19

de

7

de

Amun

6059
6068 69/6
129/6

RCR\$330,00

Recebi do Sr. **ERASTIÃO LUCENA DA SILVA**, Chefe da 7ª. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios-Ministério da Agricultura, a importância supra de RCR\$330,00 (TREZENTOS E TRINTA CRUZEIROS NOVOS), relativos a meus vencimentos na função de Técnico em Contabilidade da supracitada Inspetoria, correspondente ao mês de julho do corrente ano. Para clareza, passo o presente recibo em 5(cinco) vias de igual teor e para um só efeito.

Curitiba, 31 de Junho de 1967

Elias Gonçalves da Costa

Elias Gonçalves da Costa
Técnico em Contabilidade.-

31 *Santos* 67
Guilhermina Santos
Guilhermina Santos
Prof. de Ens. Pré- Primário e Primário-nível-11

31 07 67
Sebastião
Sebastião Lucena da Silva
Chefe da Inspeção

DOC. Nº

7

5ª VIA

6060

6069

B9/2

B9/6

NCr\$.230,00

Recebi do Sr. SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA, Chefe da 7ª. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios - Ministério da Agricultura, a importância supra de NCr\$.230,00 (DUZENTOS E TRINTA CRUZEIROS NOVOS), relativos a meus vencimentos na função de Auxiliar de Contabilidade da supracitada Inspetoria, referente ao mês de julho do corrente ano. Para clareza, passo o presente recibo em 5 (cinco) vias de igual teor e para um só efeito.-

Curitiba,

31 de Junho de 1967

Francisco de Assis Costa Fonseca

Francisco de Assis Costa Fonseca

-Auxiliar de Contabilidade-

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

Atesto que foram prestados os serviços constantes da
presente conta.

Em

31 de Junho de 1967
Guilhermina Santos

Guilhermina Santos

Prof. de Ens. Pre-Primário e Primário - nível-11

VISTO
S.P.L. 31 de 7 de 67
Sebastião Lucena da Silva
Chefe da Inspeção

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

Atesto que foram prestados os serviços constantes da
presente conta.

Em

31 de Junho

de 1967

Guilhermina Santos

Guilhermina Santos

Prof. de Ens. Pre-Primário e Primário - nível-II

VISTO
S.P.L. 31 de 7 de 67
Sebastião Lucena da Silva
Chefe da Inspeção

DOC. Nº

9

5ª VIA

6062

B9A

6071

B9A

NCr\$.100,00

Recebi do Sr. SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA, Chefe da 7ª. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios - Ministério da Agricultura, a importância supra de NCr\$.100,00 (CEM CRUZEIROS NOVOS), relativos a meus vencimentos como responsável pela limpeza e conservação da SEDE da supracitada Inspetoria, referente ao mês de julho do corrente ano. Para clareza passo o presente recibo em 5 (cinco) vias de igual teor e - para um só efeito.-

Curitiba, 31 de Julho de 1967

Belarmino Sales.

Belarmino Sales (índio)

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

Atesto que foram prestados os serviços constantes da
presente certidão em 31 de Junho de 1967

Em _____
Guilhermina Saulo

Prof. de Ens. Pré-Primário e Primário - nível - II

VISTO
S.P.I. 31 de Junho de 1967
Detecção Lucena da Silva
Chefe da Inspeção

DOC. Nº

10

5ª VIA

6063

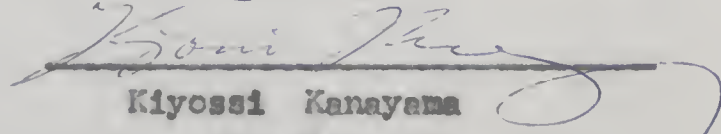
6072

B96

NCr\$.1.000,00

Recebi do Sr. SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA, Chefe da 7ª. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios Ministério da Agricultura, a importância supra de NCr\$.1.000,00 (QUATROCENTOS CRUZEIROS NOVOS), relativos a meus vencimentos - como Advogado da supracitada Inspetoria, referente ao mês de julho do corrente ano. Para clareza, passo o presente recibo em 5 (cinco) vias de igual teor e para um só efeito.-

Curitiba, 31 de Junho de 1967


Kiyossi Kanayama
-Advogado-

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

Atto prestados os serviços constantes da
presente o nº 31

Em Luís de 1967

Guilhermina Santos
Guilhermina Santos

Prof. de Ens. 1º e 2º Primário e Primário - nível - 11

VISTO

S.P.I. 31 de 7 de 67

Sebastião Lucena da Silva
Chefe de Inspeção

6064
BH-6073
098Rcr\$ 17,00

Recebemos do Sr. SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA, Chefe da 7a. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios - Ministério da Agricultura, a importância supra de RCr\$17,00 (DEZESSETE CRUZEIROS NOVOS), provenientes de fornecimentos feitos ao Posto Indígena "CEL. TELÊMACO BORBA", da referida Inspetoria, constante da nota fiscal nº1200, assim discriminada:

1- Injetor, no valor de.....	Rr\$ 17,00
Soma total.....	Rcr\$ 17,00

Para clareza, passamos o presente recibo em 5 (cinco) vias de igual teor, e para um só efeito.

Curitiba, 3 de agosto de 1.967.-

Quida Quia
Distribuidora WIB Ltda.-

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AGROPECUÁRIA

Atesto que foram ^{feitos} ^{fornecimentos} os serviços
prestados contra

Em _____ de _____
Vivaldo de Souza

Aux. de Portaria- nível 7-A

7/08 67
Sebastião
Sebastião Lucena da Silva
Chefe da Inspetoria

6065

B9/

6074

B9/6

Ncr\$ 30,60

Recebi do Sr. SUCANELÃO LUCENA DA SILVA, Chefe da 7ª. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios - Ministério da Agricultura, a importância supra de Ncr\$30,60 (TRINTA CRUZEIROS NOVOS E SESSENTA CENTAVOS), referentes a 17 (DEZESSETE) diárias (almoço e jantar), a razão de Ncr\$1,80 (UM CRUZEIRO NOVO E CINQUENTA CENTAVOS), cada diária, que perfaz o total acima, fornecidas ao índio Kainguanguê, BELARMINO SALAS, assistido diretamente pela supracitada Inspetoria, relativas ao período de 20/04 a 06/05/67. Para clareza, passo o presente recibo em 5 (cinco) vias de igual teor, e para um só efeito.

Curitiba, 3 de Setembro de 1967

O Wilson Couto

Wilson Couto
=Restaurante Speciani=

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS

Feitos os fornecimentos
de Leite 67
Vivaldo de Souza

VISTO
C.P.I. 67
Thamara

FERRAGENS HAUER LTDA

SUCESSORES DE: FRANCISCO HAUER & CIA. LTDA.

FUNDADA EM 1888

CURITIBA - PARANÁ

LOJA: RUA JOSÉ BONIFÁCIO, 66/78
CAIXA POSTAL 35 - TELEG.: "HAUER"
FONES: 4-8040 E 4-2060

54
6066/6045/098
DEPÓSITOS:
TRAV. PE. JÚLIO DE CAMPOS, 29
RUA 13 DE MAIO, 616

INSCRIÇÃO N.º 581

Curitiba,de.....de 196.....

DEVE(M)

Valor 16,00

Recebemos de Sr. SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA, Chefe da 7ª. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios - Ministério da Agricultura, a importância líquida de R\$16,00 (dezesseis mil e seiscentos), proveniente de fornecimentos feitos a SRA de referência, constante da nota fiscal nº20375, assim discriminada:

1- lata de café 195, no valor de.....	Valor	8,20
2- vidros de leite 195 e 196 de R\$3,50, cada.....	Valor	7,00
1- garrafa de 195, no valor de.....	Valor	1,25
Valor total.....	Valor	16,45
Desconto especial.....	Valor	0,45
Valor.....	Valor	16,00

Para ciência, assinamos o presente recibo em 5 (cinco) vias de igual teor, e para os devidos efeitos.

Curitiba, 7 de agosto de 1967.

FERRAGENS HAUER, LTDA.

[Assinatura]

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Atesto que foram prestados os serviços constantes da
presente conta.

Em 07 de Janeiro de 1967

Vivaldo de Souza
Aux. de Portaria - nível 7-A

VISTO
S.P.I. 07 de 08 de 67
Sebastião Lucena da Silva
Chefe de Inspeção

DOC. Nº 14

5ª VIA
6067
6076
398

NCR\$ 7,20

Relação de "DESPESAS DIVERSAS", da 7a. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios-Ministério da Agricultura, na importância supra de NCR\$7,20(SETE CRUZEIROS NOVOS E VINTE CENTAVOS), relativa ao período de 24/07/67 a 09/08/67, conforme discriminação abaixo:

24-07-67	Nota nº702 de Livraria São Judas Tadeu de Dozolina Antonioli Argenton, ref. tinta para carimbo, no valor de.....Ncr\$	0,40
07-08-67	Nota nº68267 de Armazem Alex de Alexis Gid, ref. 1 garrafa de alcool, no valor de.....Ncr\$	1,20
09-08-67	Nota nº72764 de Posto Vitoria , ref. a gasolina.Ncr\$	5,60
	Soma total.....Ncr\$	7,20

Importa a presente relação de "DESPESAS DIVERSAS" em NCR\$ 7,20(SETE CRUZEIROS NOVOS E VINTE CENTAVOS).-

Curitiba, Pr. IB7-SPI em 09 de agosto de 1967.-

Sebastião Lucena da Silva
Sebastião Lucena da Silva
Chefe da Inspetoria

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA

SECRETARIA DE PROTEÇÃO

Foram prestados os serviços

de 9 de Agosto 67

Wladimir de Souza

Aux. de Portoria - nível 7-A

9 de 08 67
Sebastião Lucena da Silva

Chefe da Inspeção

Doc. Nº 12

ORDEM DE SERVIÇO INTERNA Nº 48

6068
B98

6077
B98

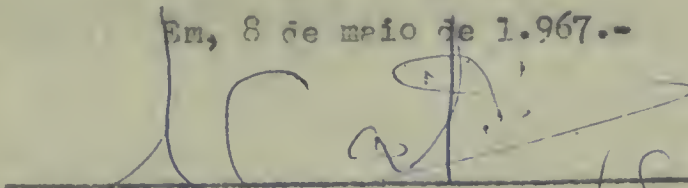
O Diretor do Serviço de Proteção aos Índi-
cs, usando das atribuições que lhe confere
o Art. 13, item IV, do Regimento aprovado
pelo Decreto nº 52.668, de 11 de outubro -
de 1.963,

R E S O L V E, determinar a SEXTAÇÃO LUCI
NA DA SILVA, Chefe da 7ª Inspetoria Regional, deste Serviço,
a promover a venda, pelo melhor preço corrente em cada regi-
ão, de todo o excedente de cereais recolhidos pelos Postos -
Indígenas, da jurisdição da supracitada Regional, proveni-
ente de pagamentos de taxas de percentagens de arrendamento.

Fica outrossim, determinado que, as impor-
tâncias decorrentes dessas operações, sejam contabilizadas e
devidamente escrituradas no "Livro Caixa", da aludida Regio-
nal, para efeito da indispensável prestação de contas a esta
Diretoria.-

DÊ-SE CÔNCIA E CIERA-SE

Em, 8 de maio de 1.967.-


HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO
Cel. Diretor do S.P.I.-

HOC/.

Declaração

6069
B986078
B98

Declaro, para os devidos fins, e
 efeito legais, a quem interessar possa,
 que jamais recebi do Sr. Sebastião de
 Souza Silva, quando era Chefe de Inspe-
 toria Regional do Serviço de Proteção aos
 Índios, ou em outra qualquer época,
 autorização para isenção de pagamento
 de renda a ser auferida pelo Sr. M.
 de Jesus "Nemoyi" a qualquer pessoa
 que por ventura tivesse plantação de
 qualquer ordem dentro daquela área
 indígena.

E por ser verdadeira firme a presente
 declaração, para que surta nos devidos
 efeitos:

Belo Horizonte - B. B., 25 de Abril de 1968

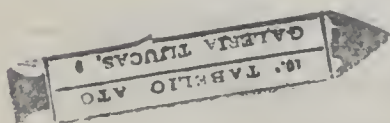
Elton de Jesus Costa

Declaração

Declaro para os devidos fins e efeitos legais a quem interessar possa, a bem da verdade, sem nenhuma coação de quem que seja, que são des-
tituída de qualquer valor probante, por serem imperdicas as acusações —
que o signatário da presente declaração, em depoimento de fôlhas nº 1728/36, do
Processo Administrativo que apurou irregu-
laridades no Serviço de Proteção aos Índios,
que envolva a pessoa do Sr. Sebastião
Lucena da Silva e, se assim procedi foi
precionado pela Comissão de Inquirição
constituída dos Srs. Dr. Jader de Figueiredo
Boreira, Dr. Francisco de Paula Pessoa e Uldi-
mar Ferreira Lima, que esturquiram
de mim, fazendo constar do dito depoi-
mento muitas inverdades, como o dito preme-
ditado de comprometer o referido Sr. Sebastião
Lucena da Silva. Para maior clareza e
para que surta seus efeitos legais, fir-
mo a presente declaração.

Curitiba, 05 de maio de 1968

Vivaldino de Souza



10.º OFÍCIO DE NOTAS
JOSÉ BENTO
MARQUES
Tabelião Vitalício
José Paulo da Rocha Marques
R. Celso Mendry
R. S. de Oliveira
R. S. de Oliveira
R. S. de Oliveira
Galeria Tijucas, 9
Paraná

Reconheço verdadeira — a — firma SupraVivaldino de Souza

— x —, do que deu fe

Curitiba, 6 de maio de 1968

Em test. da verdade.

~~6071~~
B9/10

~~6080~~
B9/10

25. 11. 7.

סוף חזון ויחזיקו

Aos dez dias do mes de fevereiro de mil novecentos e sessenta e sete, no Posto Indígena "Sr. Celistino de Campos", município de Marxerê, Estado do Paraná, subordinado a 7a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, às quinze horas, aí reunida a Comissão de Inquérito incumbida de apurar os fatos relacionados no processo nº 44697/65-GM-Rio, com a presença do Sr. JOSÉ RODRIGUES DE ALMEIDA, presidente, e os Srs. João Ballin Neto e Sebastião Fazzolari, vogais, compareceu o Sr. NEREU MONTE DA COSTA, brasileiro, casado, com quarenta e seis anos, Agente de Proteção aos Índios. INTERROGADO se exerceu a função de Encarregado deste Posto, RESPONDEU afirmativamente, dizendo que desempenhou tal função, a partir do ano de mil novecentos e quarenta e nove a outubro de mil novecentos e sessenta e dois. INTERROGADO se foi destituído da função a pedido, RESPONDEU negativamente, dizendo que foi por um ato do Diretor, tendo ele solicitado abertura de inquérito, por tanto julgava não haver praticado nenhuma irregularidade, sendo com processo de transferência para um Posto de maior importância em São Paulo, inquerito este que não apurou nenhuma irregularidade e tendo ele poente servindo junto a Ativa Inspeção em Curitiba, tendo antes entregue o serviço ao Inspector de Alunos José de Almeida, INTERROGADO se acompanhou a execução da concorrência pública para compra de dez mil pinheiros do Posto, RESPONDEU que sim e que já estava de volta ao Posto Sr. Celistino de Campos, mais tarde assumiu a função de Encarregado, disse que nessa ocasião recebeu o convite para comparecer a Sede onde foi informado pelo então chefe do Posto, Sebastião Lucena da Silva, que informou da publicação do Edital de concorrência pública, tendo debatido com este assunto relativo ao preço do pinheiro em pé então vigente na região. INTERROGADO se daí resultou o estabelecimento do preço mínimo de dez mil cruzados por pinheiro, tipo serraria. RESPONDEU que não e que o preço mínimo já fora estabelecido e publicado no edital o que lhe causou preocupação quanto vigorava na região um preço que oscilava entre dez mil e vinte mil cruzados. INTERROGADO se podia atribuir alguma razão para a

A. I. R. apertado na deflexão
de S. Sebastião bricena da Sifon
Loc. n.º 15

Acc. no. 15

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO

Autentico para os devidos efeitos, a presente fotocópia que é reprodução fiel do documento que me foi apresentado. (Decreto Lei n. 2.128, de 25-4-1940)

Brasília

de

TABELÃO SUBSTITUTO

6042

6081

931

... em preço inferior ao vigente...
... foi a forma pelo Sr. Lucena, que o preço fora...
... a venda em...
... que não fosse realizada a venda em...
... virtude das cláusulas estabelecidas que permitiam o rompimento do refe-
rido contrato, a qualquer momento e se ele fosse madeireiro não iria -
concorrer, por não ver nenhuma segurança para o outorgado, ENTÃO
acompanhou os trabalhos de marcação e corte de pinheiros, ENTÃO
de não houve entrega de pinheiros em pé e que a firma vencedora da em-
presa João B. Tonial & Filho, já admitido por cessão de todas as matas
quatro firmas e esta a outras firmas, encontrando-se operando no corte
de pinheiros em certa época mais de trinta madeireiros, que cultivam -
em diferentes pontos os melhores pinheiros, inclusive de mais de um -
metro de diâmetro, abrindo verdadeira clareira nos melhores pontos do
pinhal, de se mais que encontrando-se com o Sr. Lucena em férias rece-
beu ele deponente uma reclamação conjunta de vários índios, que o procu-
raram para dizer que estava sendo devastada a reserva de bons pinheiros
do Alizados do Posto, ocasião em que (27/IX/64), escreveu uma carta e
levou-a por elemento à Setima Inspetoria Regional, onde entregou-a ao
Sr. Elísio de Carvalho, tendo feito na ocasião um relato verbal e minu-
cioso da situação. Foi informado que o Sr. Lucena em breve reassumiria
suas funções e que ele deponente retornasse à sua sede e tranquilizar os
índios, tendo o Chefe da Inspetoria lhe entregue uma carta datada de 21
de dezembro de 1964, para que fosse lida a os índios, cujo original trans-
mitiu a atual Comissão de Inquerito, na qual o Sr. Chefe da Inspetoria
prometia visitar o Posto até 10 de janeiro de 1965, como essa visita
não foi feita tomou, ele deponente, a Inspetoria um telegrama reclama-
do providências urgentíssimas que pudessem moralizar a extração de pi-
nheiros. (a cópia do telegrama é entregue a Comissão de Inquerito).
ENTÃO se viu concretizada alguma medida para corrigir a irregulari-
dade, ENTÃO afirmativamente, de modo que com o retorno de
Sr. Lucena de Silva, então encarregado do Posto, lhe fora entregue a
Ordem de Serviço Interna número um, datada de oito de janeiro de mil
novecentos e sessenta e cinco, mas que a recebeu em fevereiro do mesmo
ano, e nela existia a nomeação de uma Comissão constituída por três de

Procurador

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO

Autentico para os devidos efeitos, a presente fotocópia que é reprodução fiel do documento que me foi apresentado. (Decreto Lei n. 2.178, de 25-4-1940)

Brasília

de

TABELÃO SUBSTITUTO

6073 6082
B980 B981 3
923
11/11/33

João de Almeida, Avelino Alípio Fontes e Nereu Moreira Costa, e Manoel Moreira de Lara, todos funcionários do S.T.T. e lotados neste Posto, a qual estabelecia a divisão de contagem de tocos, marcação de pinheiros e seleção de pinheiros que deve sem ser cortados, por preencherem as medidas constantes do contrato, bem assim, como o atestado pelo fogo que por ventura houvessem sido recolhidos pela firma contratante e faz entrega da cópia da referida Ordem de Serviço, para que a Comissão analisasse ao processo. PERGUNTO como foram executadas as determinações da referida Ordem de Serviço, RESPONDEU que na ocasião recebeu do Encarregado do Posto o material necessário à marcação dos tocos e pinheiros de recorte. PERGUNTO se foram acatadas pela firma as determinações da Comissão, RESPONDEU que não, somente a firma João B. Tonial Filho, detentora da concorrência acatou o trabalho da Comissão. PERGUNTO por que a referida Comissão baseada em termos no edital de concorrência não pediu a rescisão do contrato, RESPONDEU que diariamente havia reclamações ao Encarregado do Posto, até o embargo dos trabalhos de extração dos pinheiros inclusive o corte e retirada de tocos. PERGUNTO se houve uma posterior liberação e se foi a mesma condições aos termos do contrato, RESPONDEU que nessa ocasião foi afastado do Posto, o Sr. Lucena, vindo para o local uma Comissão procedente do Brasil, que procedeu juntamente com a Comissão já em campo, uma recenseamento dos tocos de pinheiro, da qual resultou haverem sido cortados pela firma contratante 670 pinheiros a mais da parte que lhe cabia, os quais foram debitados por cessão dos tocos a referida firma, sendo pagos, o valor resultante recolhidos à Tesouraria. Na ocasião haviam sido cortados 3.252 pinheiros pelas firmas contratantes. PERGUNTO se sabia da existencia de um outro contrato com a firma Tonial & Filho, e que se relacionava com o funcionamento da serraria do Posto, RESPONDEU que existe um outro contrato entre aquela firma e o S.T.T., para exploração de madeira e que estabelecia cota 43% da madeira explorada para o Posto e 57% para a referida firma. PERGUNTO se no momento atual ainda funcionava na mesma base a serraria local, RESPONDEU que no momento a serraria está parada e que em dezembro de mil novecentos e sessenta e seis, terminou a serragem das toras que haviam sido embarcadas.

5

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

Autentico para os devidos efeitos, a presente fotocópia que é reprodução fiel do original que me foi apresentado.

de 25 de 03 de 2006

8
[Signature]

PROCURADOR SUBSTITUTO

6044 6089 6084 6085
e que das 50.000 duzias contratadas foram serradas 4.777 duzias, caten-
do ao Posto 2.348 duzias. PERGUNTADO se sabe da existência de um saldo
de pinheiros da firma João B. Tostial & Filho e ainda não cortado, RES-
PONDENDO que tem 340 pinheiros, tendo deixado a referida firma a ultima
cota reajustada com o reajuste de preço, digo tendo a referida firma -
deixado de pagar a ultima cota com reajuste de preço e proceder o reflo-
restamento especificado nos termos do contrato. PERGUNTADO se sabia a-
profundamente qual o numero de pinheiros cortados após o contrato, RES-
PONDENDO que dentro do contrato foram cortados 9.660 pinheiros e a firma
Ernst & Piffaro retirou 670 pinheiros alem da cota estabelecida; e na
serraria local foram serradas 1.143 pinheiros e a firma Ancella S.A. -
nas obras de construção de barragem e represa procedeu ao corte 535 -
pinheiros totalizando 12.008 o numero de pinheiros derrubados. PERGUN-
TADO se a Comissão de controle de corte foi delegada atribuição de fis-
calizar o replantio, RESPONDENDO que não. O replantio de pinheiros é cla-
sula do proprio contrato. PERGUNTADO se alem do corte de pinheiros a
firma Ancella S.A., explorou outras essencias florestais, RESPONDENDO que
sim e que o Sr. Encarregado do Posto estava ao par dos trabalhos da Co-
missão. PERGUNTADO se durante a sua gestão como Encarregado do Posto -
recebeu verbas destinadas a manutenção e movimentação, RESPONDENDO que -
por varias recebeu pequenas importancias destinadas a pagamento de des-
pesas de hospital, medicamentos para o tratamento dos indios. PERGUNTA-
DO de onde provinha o recurso financeiro para manutenção do Posto, RES-
PONDENDO que nos primeiros tempos da lavoura tendo sido naquela época o
maior produtor de trigo de todos os Postos da zona sul e posteriormente
da zona autorizada pela cobrança do arrendamento em 10% pago pelos co-
lones local da produção. PERGUNTADO se a cota recebida era em especie
ou em dinheiro, RESPONDENDO que recebia em especie separando a parte neces-
saria para a manutenção do Posto e alimentação dos indios invalidos, -
sendo o excedente vendido e o numerario resultante empregado na melho-
ria do Posto e obras de assistencia social aos indios. PERGUNTADO como
vê a situação do colono junto ao Posto, RESPONDENDO que no momento
ainda é a unica fonte de recurso com que conta o Posto mais se houverse
melhor provisão e financiamento, poderiam ser dispensados os colones e
o Posto ter sua, digo, o Posto teria sua vida propria. PERGUNTADO se sua
gestão recebeu este Posto ferramentas e maquinas, bem como, materiais e

5

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO

Autentico para os devidos fins a presente fotocópia que é reprodução fiel do original, conforme Lei n. 2.148, de 1954.

Assinatura

Tabella substituta

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

RESPONDEU que recebeu no tempo da safra do trigo, um tra-
 tor usado e um caminhão também usado, uai, se encontram impresta-
 vels no Posto. Diz nunca receber ferramentas miudas, e que todo o
 ano recebia revicção de medicamentos. PERGUNTO se sabe do recebimen-
 to de agasalho, ferramentas, fumo durante a gestão com o Sr. 7a. -
 Insetoria Regional do Sr. José Fernando da Cruz, pelo Posto, RESPONDEU
 que nada foi recebido a não ser pouca quantidade de medicamento-
 to, o que pode afirmar por exercer na dita época a função de Secretario
 do Posto. PERGUNTO se sabia de remessa ao Posto de importância vul-
 tuosa, durante a gestão do Sr. Fernando, RESPONDEU que em data não
 pode precisar no momento, o Encarregado do Posto o Sr. Arthur Santos, -
 retornou de Curitiba, bastante nervoso afirmando haver assinado junto-
 a um petitorio um recibo da importância de Cr.6.500.000, afirmando ainda
 que o petitorio seria remetido para este Postoposteriormente, para ser
 dada a melhoria da lavoura, fato que não se verificou, levando o
 Encarregado do Posto a declarar que retornaria a Curitiba, para destruir
 o documento firmado, uma vez que era responsavel pela importância que
 não recebera. PERGUNTO p lo Sr. Presidente da Comissão, porque não -
 se levou por escrito o baixo custo atribuido ao pinheiro na concorren-
 cia. RESPONDEU que já havia sido preso injustamente e teria sofrer ou-
 tros injustos castigos, levando sua familia a passar privações e desco-
 rzalizações. PERGUNTO se o Sr. Sebastião Lucena da Silva e os outros
 membros da Comissão de concorrência tinham ganho alguma coisa por fora
 RESPONDEU que de nada sabe e tão pouco ouviu falar. PERGUNTO se houve
 antes do julgamento da concorrência, uma reunião entre os membros onde
 estes membros da Comissão julgadora, RESPONDEU negativamente.
 PERGUNTO que achou da administração do Sr. Lucena neste posto, RESPON-
 DEU que foi directa. PERGUNTO qual as maiores necessidades dos in-
 dios, RESPONDEU que ao seu ver é casa. PERGUNTO se o indio tem capa-
 cidade para aprender a trabalhar e zelar por tratores e outras maquinas
 agricolas, RESPONDEU afirmativamente excluindo no entanto a parte de ze-
 lar pois não possui responsabilidade para tanto, libertando a palavra o
 declarante acha que se o Ministerio da Agricultura não dar um auxilio
 anual para a assistência do indio e do Posto, excepto abastecer o
 indio breve. Nada mais disse nem lhe foi perguntado foi, pelo que se
 encerra a sessão, Secretario da Comissão, lavrei o presente termo, de

Projecto de Lei

03 4 8
de 25-4-1981
TALLER SUBSTITUTO

6076

9.4.15

[Signature]

João Baptista de Oliveira-Eng. Ag. 21

Declarante

[Signature]

João Baptista de Oliveira-Eng. Ag. 21

Membro

[Signature]

João Baptista de Oliveira-Eng. Ag. 21

Membro

[Signature]

João Baptista de Oliveira-Eng. Ag. 21

Declarante

[Signature]

Vivaldino de Souza-Eng. Ag. 7-A

Secretário

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO

Autentico para os devidos efeitos, a presente fornecida que é reprodução fiel do documento que me foi apresentado. (Decreto Lei n. 2.126, de 25-4-1940)

Brasília, 03 de 03 de 1956

- TABELIAO SUBSTITUTO

6077
B96

Documentos extras para
apreciação da Comissão, onde
fica patenteada a inocência do
acusado.

Al. Rangel.

Doc. 110 16 (extra)

6078 6087
B96 B96

DECLARAÇÃO

Eu JOÃO GARCIA DE LIMA, Servidor do extinto Serviço de Proteção aos Índios, declaro a bem da verdade, para os devidos fins e efeitos legais a quem interessar possa, que são inverídicas as declarações constantes do meu depoimento prestado a Comissão de Inquérito Administrativo instituída pela Portaria Ministerial nº 239/67-MI, no seguinte teor: "QUE NA GESTÃO DE SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA, HAVIA TRINTA E SEIS FIRMAS MADEIREIRAS EXPLORANDO O PINHAL DO PÔSTO; QUE É VOZ CORRENTE HAVER SIDO CORTADO MUITO MAIOR NÚMERO DO QUE O CONTRATADO, TALVEZ 12.000 PINHEIROS, SALVO ENGANO; QUE SABE POR OUVIR DIZER HAVER SEBASTIÃO LUCENA RECEBIDO DE PRESENTE UM AUTOMÓVEL DE UMA DAS FIRMAS MADEIREIRA PELA SUA TOLERÂNCIA NO CASO DO CORTE DE PINHEIRO" //////////

Por ser a expressão da verdade e para que surta seus efeitos legais, firmo a presente declaração, me responsabilizando cível e criminalmente pelo que na mesma contiver.

João Gariciade Lima
João Gariciade Lima
Servidor do extinto SPI

As declarações renegadas são confirmadas pelo depoimento de Nereu Juntado, pelo próprio Lucena (!) quanto aos pinheiros (fls. 6072) assinado e datilografado por Vivaldo Lima; É Lucena quem confirma haver recebido um automóvel devido a negócios com Domingos Brandini, madeireiro assessorado de Jomai (fls.)

REPARTIÇÕES FEDERAIS E AUTARQUIAS

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS
ÍNDIOS

7ª Inspetoria Regional

CONCORRÊNCIA PÚBLICA

Edital n. 1-1964

De conformidade com autorização do sr. diretor do Serviço de Proteção aos Índios, faço público para conhecimento dos interessados que, de acordo com as leis vigentes e, principalmente, o Título VII, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, até o 15º (décimo quinto) dia após a primeira publicação deste edital ou no primeiro dia útil que se lhe seguir, às 15 (quinze) horas dos dias úteis, de segunda a sexta-feira, na sede da 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, sita na rua Emanoel Pereira n. 269, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, onde se reunirá a Comissão de Concorrência presidida pelo Inspetor de Índios — P-1301-12.A, sr. Sebastião Lucena da Silva, serão recebidas as propostas para a venda de 10.000 (dez mil) pinheiros, da área do Posto Indígena "Dr. Selistre de Campos", situado no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina.

I — Da inscrição

1ª condição — Os interessados que pretenderem concorrer, deverão comparecer até a ante-véspera da realização da concorrência, das 14,00 às 16,00 horas, na sede da 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, no supracitado endereço, onde receberão uma Guia para depositar na Caixa Econômica Federal do Estado do Paraná (Matriz de Curitiba), a caução que garantirá a apresentação de sua proposta e a firmeza da mesma até a assinatura do respectivo contrato. Essa caução que será de Cr\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros) poderá ser prestada em moeda corrente ou em Apólices da Dívida Pública Federal ao portador.

II — Da sessão pública de julgamento de idoneidade, recebimento e abertura de propostas

2ª condição — No dia e hora fixados neste edital, na sede da 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, sita na rua Emanoel Pereira n. 269, em Curitiba, Estado do Paraná, reunirá-se a Comissão incumbida do julgamento da idoneidade dos licitantes e do julgamento das respectivas propostas.

3ª condição — Preliminarmente, será verificada a idoneidade dos concorrentes, sendo desclassificados aqueles que não satisfizerem as condições previstas neste edital, sob o título "Da idoneidade".

4ª condição — Após o julgamento da idoneidade, serão abertos apenas os invólucros contendo as propostas dos concorrentes julgados idôneos.

5ª condição — As propostas serão lidas em voz alta, na presença dos concorrentes julgados idôneos e que não houverem incidido em qualquer impugnação.

6ª condição — Da reunião para o ord sup unjra q o quunqoa postas, lavrar-se-á uma ata que será publicada no "Diário Oficial" do Estado do Paraná.

III — Da idoneidade

7ª condição — Os proponentes no ato da realização da Concorrência deverão apresentar os seguintes documentos, atualizados,

da localidade onde tiverem sua sede:

- a) — Prova de existência legal da firma;
 - b) — prova de quitação de todos os impostos devidos, federais, estaduais e municipais;
 - c) — certidão de que trata o decreto n. 1.843, de 7-12-39; referente à nacionalização do trabalho (Lei dos 2/3);
 - d) — certidão de quitação do Imposto de Renda;
 - e) — prova de quitação com o Serviço Militar;
 - f) — documentos de idoneidade financeira, datados do corrente ano e expedidos por estabelecimentos bancários, com firmas reconhecidas;
 - g) — conhecimento da caução de que trata a 1ª condição; e
 - h) — título eleitoral, de acordo com o art. 38, alíneas c e e da lei n. 2.550, de 25-7-55.
- 8ª condição — Os concorrentes que não apresentarem em forma legal e perfeita ordem os documentos exigidos na condição anterior, serão excluídos da concorrência, sem direito a qualquer reclamação ou recurso (R.G.C.P. — art. 741)

IV — Das propostas

9ª condição — Em invólucros fechados e lacrados com a indicação do nome do proponente e do conteúdo, as propostas, devidamente datadas e assinadas, deverão ser apresentadas em 3 (três) vias, preferencialmente datilografadas, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, contendo uma fórmula de completa submissão a todas as condições deste edital, de acordo com o Regulamento Geral de Contabilidade Pública e o preço unitário em algarismos e por extenso.

10ª condição — As propostas que não estiverem de acordo com as condições deste edital ou as que contenham oferecimento de vantagens que não forem objeto desta publicação, bem assim as que apresentarem alternativas sobre outras propostas, ou ainda, as que indicarem razões não previstas neste edital, não serão tomadas em consideração por ocasião do julgamento da concorrência. Outrossim, não serão consideradas as propostas cujos proponentes não tiverem apresentado prova de depósito da caução a que se refere a condição primeira.

11ª condição — Só serão aceitas propostas com cotação a partir do preço mínimo de Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros), por árvore e que tenham consignado os seguintes compromissos, além dos expressos neste edital:

- a) — Prazo de retirada;
 - b) — obrigação de replantio na base de 2x1, ou seja, plantação de duas mudas de pinheiro por cada árvore que for abatida; e
 - c) — sujeição à fiscalização que será efetuada por funcionários devidamente credenciados pela chefia da 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios.
- 12ª condição — Em caso de empate terá preferência o proponente que apresentar menor prazo para retirada das árvores.
- 13ª condição — As propostas deverão fazer referência à retirada dos 10.000 (dez mil) pinheiros em 2 (dois) lotes de 5.000 (cinco mil) cada um.

V — Da adjudicação

14ª condição — Após a organização e exame dos processos de concorrência se nenhuma irregularidade for verificada, será feita a adjudicação ao proponente que apresentar a melhor oferta.

15ª condição — No caso de o proponente adjudicatário se recusar a assinar o contrato ou acixar de fazê-lo dentro do prazo fixado neste edital, poderá ser transferida a adjudicação, a juízo da administração, aos demais proponentes pela ordem de classificação desde que as propostas guardem conformidade com o presente edital.

VI — Do contrato

16ª condição — O proponente adjudicatário deverá assinar com esta 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados da data que lhe for notificada a adjudicação, um contrato pelo qual se obrigará ao fiel cumprimento de sua proposta.

17ª condição — As condições estabelecidas neste edital farão parte integrante do contrato, independente de transcrição.

18ª condição — Não assistirá ao contratante o direito de pleitear qualquer indenização no caso de anulação da presente concorrência ou por infringência de qualquer das condições contratuais.

19ª condição — O contratante deverá iniciar a retirada dos pinheiros dentro do prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de assinatura do contrato.

20ª condição — O prazo para a retirada total dos 10.000 (dez mil) pinheiros objeto da presente concorrência, será no máximo de 36 (trinta e seis) meses, a contar do início da retirada constante da condição anterior.

21ª condição — O proponente contratante no ato da assinatura do contrato efetuará o pagamento, em moeda corrente e diretamente à chefia da 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, de uma parcela mínima correspondente a 30% (trinta por cento) do valor global do primeiro lote correspondente a 5.000 (cinco mil) pinheiros, devendo os pagamentos subsequentes serem procedidos dentro do prazo estipulado para a retirada deste primeiro lote; idêntica modalidade será observada no pagamento relativo ao segundo lote, constituindo esta condição elemento para cotejo.

22ª condição — O contratante será responsável por qualquer dano, que em virtude da execução dos trabalhos de retirada dos pinheiros, for causado a terceiros, não só a propriedades como a pessoas.

23ª condição — Eleger-se-á o Foro da comarca desta Capital para dirimir quaisquer dúvidas de direito das partes contratantes.

24ª condição — Os diversos trabalhos e despesas consequentes da retirada dos pinheiros correrão por conta exclusiva do contratante, não cabendo ônus algum ao Serviço de Proteção aos Índios.

25ª condição — O contratante se obriga, por si e por seus prepostos, a respeitar todas as ordens emanadas do Serviço de Proteção aos Índios e da legislação que o rege.

26ª condição — O contratante fará publicar por sua conta no órgão oficial que lhe for indicado pelo Serviço de Proteção aos Índios, no prazo previsto na lei vigente, o texto integral do contrato assinado com a 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios.

27ª condição — A despesa correspondente ao Imposto de Selo proporcional devido sobre o valor do contrato correrá por conta do contratante (art. 2º, § 3º, das Normas Gerais do decreto n. 45.421, de 12-2-59).

VII — Das penalidades

28ª condição — Será aplicada a multa de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), por infração a qualquer das cláusulas contratuais, dobrando-se esta multa em caso de reincidência.

29ª condição — Todas as multas de contrato serão aplicadas pela chefia da 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, cabendo recurso ao sr. diretor do supracitado Serviço.

VIII — Da rescisão do contrato

30ª condição — A rescisão do contrato com a consequente perda de pleno direito de ação ou interposição judicial terá lugar quando:

- a) — O contratante falir, entrar em concordata ou se dissolver;
- b) — transferir no seu todo ou em parte o contrato sem prévia anuência da chefia da 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios;
- c) — se verificar o inadimplemento de qualquer das condições do contrato.

31ª condição — É facultado à chefia da 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios alterar, aditar ou rescindir o contrato para extração dos pinheiros de que trata este edital, quer por notificação de ordem administrativa, quer por medida de ordem econômica, não cabendo ao contratante direito a processos contra o Serviço de Proteção aos Índios por lucros cessantes.

IX — Diversos

32ª condição — A caução mencionada na primeira condição deste edital será levantada através de comunicação desta repartição a Caixa Econômica Federal do Estado do Paraná, estendendo-se esta condição tanto ao proponente adjudicatário como aos demais concorrentes.

33ª condição — O contratante manterá no local dos trabalhos um representante, devidamente credenciado, com quem a fiscalização possa se entender.

34ª condição — O contratante, a critério da chefia da 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios e sem nenhum ônus para esta repartição, poderá instalar serraria dentro da área do Posto Indígena "Dr. Selistre de Campos", podendo citado contratante comprador, findo o prazo contratual, retirar o maquinismo da serraria que instalar, sem assim os seus veículos e animais de serviço, ficando, porém, para o S. P. I. as edificações, cercados, poteiros e demais benfeitorias que fizer no terreno da área indígena.

35ª condição — Constituem, também, objeto da presente concorrência os pinheiros atingidos por incêndios, cuja extração é prioritária.

36ª condição — Considera-se como unidade, de que trata a condição 11ª, o pinheiro com diâmetro de 0,50 (cinquenta) centímetros para cima, medidos na altura usual do tronco da árvore.

7ª. IR-SPI Curitiba-PR., de outubro de 1964.

Sebastião Lucena da Silva, Inspetor de Índios — presidente da Comissão.

Visto: Alísio de Carvalho, chefe da Inspetoria do SPI.

(5483 — 3 vs.)

(3x3)

MINISTÉRIO DA FAZENDA

ALFÂNDEGA DE FLORIANÓPOLIS

EDITAL N. 11

De ordem do senhor Inspetor da Alfândega e para conhecimento dos interessados, faço público que no dia 21 do corrente mês, às 15 horas, no edifício desta repartição, será levado a leilão, em segunda Praça, o navio "Bariloche", apreendido em fevereiro último com contrabando de café.

Esclareço que, de acordo com a lei n. 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, por se tratar de embarcação

198 — 60 — 10.8 a 8.10.64.
16 — 344 — Adolfo Bunn Junior
— aux. adm. 1-22 — 125, 131 e 137
— 198 — 160 — 30.7 a 25.1.65.
17 — s/n — Aloa Alves — aux.
sc. 1-19 — 139 — 198 — 120 —
3.8 a 8.12.64.
18 — s/n — Ubirajara Alves de
Carvalho — med. contrat. — 125,
31 e 137 — 198 — 120 — 16.8 a
1.12.64.
19 — 6.870 — Antonio Costa —
adv. 1-24 — 125, 131 e 137 —
30 — 30 — 10.6 a 15.9.64.
20 — 6.355 — Adair Maria Pas-
os Silva — lt. L. P. Adv-13 — 100,
04 e 111 — 2.553 — 30 — 11.6 a
5.1.64.
21 — 426 — Adamey T. Fuhrmann
— escrit. Adv — 125 e 136 — 198
— 30 — 10 a 30.8.64.
Sem vencimento integral.

DORSI — 18.9.64/347

O Governador do Estado de San-
ta Catarina, em data de dezoito
de setembro de 1964, nos processos
essenciais e quatro, nos processos
referentes a concessão de salário
agosto, abaixo relacionados, exa-
mou o seguinte despacho: Concede-se.

N. — servidor — repartição —
vigência — esposa

1 — Francisco Malheiro — Gru-
po Escolar — "Abdon Batista" —
Paraguará do Sul — março 64 —
A. Malheiro.
2 — Virto Jann — Dir. Armas
Municípios — Nesta — agosto 64 —
Wanda Hinghaus Jahn.
3 — Paulo Dario Bauermeister —
Ginásio Secundário — "Coronel
da Gonzaga" — Porto União —
março 64 — Elzira Ribeiro Bauer-
meister.

4 — João Marehiori — Escola
— Linha Laranjeira — Chapeco —
março 64 — Maria Margarida Mar-
chiori.

5 — Azilio Bellé — Escola de
Agricultura — Chapeco —
março 64 — Clementina Caon.
6 — Germano Cardoso — Ser-
vente — Tesouro do Estado —
março 64 — Cristina Duarte Car-
oso.

7 — João Rocha — Colégio Nor-
mal — "Governador Celso Ramos"
— Joinville — março 64 — Anelir
Ranovo Rocha.

8 — Onofre Santo Agostini —
Escritório do Crime Juri, Execuções
Criminais — Curitiba — março
64 — Leoniza Carvalho Agostini.
9 — Oscar Fidelis — Servente —
Gabinete do Vice-Governador —
Nesta — março 64 — Nair Miranda
Fidelis.

10 — Sirilo Menoncin — Prof.
Escola de Barra do Camboriú —
Chapeco — março 64 — Aida Chion
Menoncin.

11 — Sebastião da Silva Ortiz —
Cartório de Registro Civil — São
José do Cerrito — março 64 —
Layde da Costa Amorim Ortiz.
12 — Emílio Hass — Prof. Apo-
sentado — Rio do Sul — março 64 —
Mama Rodnaum.

13 — Jose Nicolau Schneider —
Prof. Aposentado — Fraiburgo —
março 64 — Jordelina Franzen
Schneider.

14 — Carlos José Dick — Prof.
Escola de São Carlos — março 64 —
Hidgard Dick.

15 — João Romário Moreira —
Inspetor Escolar — Guaramirim —
março 64 — Florinda Moreira.

16 — Augusto de Souza — Esco-
la — Reunida "Irmã Celestina" —
Linha — março 64 — Ordina
da de Souza.

17 — Affonso Staudt — G. Es-
cr. — "Prof. José Joaquim de
Xavier" — Iporã — Mondai —
março 64 — Olívia Staudt.

18 — Carlos José Régis — Aux.
Fiscalização — Capital — mar-
ço 64 — Sônia Maria Elias Régis.

19 — Aldoni Olívia Coelho —

Dir. Fomento e Defesa da Produ-
ção — Sombrio — abril 64 — Elói
rereira Coeimo.

20 — Notário Jerônimo de An-
drade — Inspetor de Trânsito —
Nesta — março 64 — Agneta Geni
Muller.

21 — Alberto Silveira de Biten-
court — Escrivão de Paz Aposen-
tado — Uruguai — março 64 —
Felsbina Biencourt.

22 — Carlos Avelino Franz —
Prof. Escola de Linha Façao —
São Carlos — março 64 — Hilda
Maria Hubner.

23 — Albertino Manoel Candido
de Melo — EE. RR. "Roberto
Schutz" — Taguaras — Rancho
Queimado — março 64 — Olívia

DORSI — 18.9.64/348

O Governador do Estado de
Santa Catarina, em data de 18 de
setembro de 1964, nos processos
referentes ao cancelamento de sala-
rio-anual, abaixo relacionados exa-
mou o seguinte: Cancela-se.

Motivo da baixa — dependente
— interessado — data da ocorren-
cia — repartição — cidade —
município

Maioridade — Auraci — Alba
Teixeira Scheidt — 1.9.64 — Prof.
Esc. de Alto Vargeado — Nova
Arento.

Idem — Irene — Irma Vitti
Frisch — 1.9.64 — Prof. Esc. de
Arroio Bonito — Piratuba — Cam-
pos Novos.

Idem — Nilton — Laura Gon-
çalves — 1.9.64 — Prof. Esc. Sede
São José Liberato — Curitiba
Idem — Epitácio — Maria Me-
deiros — Ramundo — 1.9.64 —
Zeladora Posto de Saúde — Ima-

ruí.

Idem — Elói — Carmelina Elça
D'Agostini Vivian — 1.9.64 — Prof.
Esc. de Iraceminha — Cunha-Pora
— Palmitos.

Idem — Bolsoni — Eli Souza
Porto — 2.9.64 — Prof. Esc. de
California — São José.

Idem — Tiago — Antônio Costa
Ferreira — 2.9.64 — Oficial de
Justiça Forum de — Laguna.

Idem — Antonio — Nilda Mar-
tins Di Pietro — 2.9.64 — Prof.
G. E. Henrique Laje — Laguna.

Idem — Maria — Belisario José
Nogueira Ramos — 2.9.64 — Juiz
de Direito Forum de — Brusque.

Idem — Maria — Alvaro Joao
da Cunha — 2.9.64 — Soldado P.
M. — Nesta.

Idem — Almor — Jovino Vieira
Pires — 2.9.64 — Soldado P. M.
— Nesta.

Idem — Vilson — Rita Maas
Schutz — 2.9.64 — Prof. Cartório
Eleitoral — 3ª Zona — Brusque.

Idem — Lidia — Francisco Joao
Cardoso — 2.9.64 — Servente G.
E. "João videmann" — Blumenau.

Idem — Ester — João Francisco
Stein — 2.9.64 — Servente G. E.
"Patrício T. Brasil" — São Joao
Batista.

Idem — Ivonete — Maria Toma-
zia Delfino — 3.9.64 — Servente
Hospital "Marieta K. Bornhausen"
— Itajaí.

Idem — Rubens — Paulo Tava-
res da Cunha Melo — 3.9.64 —
Medico D. de Saúde Publica —
Nesta.

Idem — Pedro — Matias Erhardt
— 3.9.64 — Prof. Esc. de São
Martinho — Imarui.

Idem — Ilton — Vilma Correa
Fretz — 3.9.64 — Prof. aposentada
Coletoria — Brusque.

Idem — Tadeu — Maria de Lour-
des R. de Souza — 3.9.64 — Prof.
de Ponte Alta — Curitibaanos.

REPARTIÇÕES FEDERAIS E AUTARQUIAS

MINISTERIO DA AGRICULTURA SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

7ª Inspeção Regional

CONCORRENCIA PUBLICA

Edital n. 1-1964

De conformidade com a autoriza-
ção do sr. diretor do Serviço de
Proteção aos Indios faço publico
para conhecimento dos interessa-
dos que, de acordo com as leis
vigentes e, principalmente, o título
VII, do Regulamento Geral de
Contabilidade Publica, ate o 15
(décimo quinto) dia apos a pri-
meira publicação deste edital ou
no primeiro dia útil que se lhe se-
guir, as 15 (quinze) horas dos dias
uteis, de segunda a sexta-feira, na
sede da 7ª Inspeção Regional do
Serviço de Proteção aos Indios,
situa na rua Edano Pereira n. 269,
na cidade de Curitiba, Estado do
Paraná, onde se reunira a Comis-
são de Concorrência presidida pelo
Inspetor de Indios — F-13012.A,
sr. Sebastião Lucena da Silva, se-
rão recebidas as propostas para a
venda de 10.000 (dez mil) pinhei-
ros, da área do Posto Indigena
"Dr. Selistre de Campos", situado
no município de Xanxerê, Estado
de Santa Catarina.

I — Da inscrição

1ª condição — Os interessados
que pretenderem concorrer, deve-
rão comparecer ate a ante-véspera
da realização da concorrência, das
14,00 às 16,00 horas, na sede da
7ª Inspeção Regional do Serviço
de Proteção aos Indios, no supra-
citado endereço, onde receberão
uma Guia para depositar na Caixa

Econômica Federal do Estado do
Paraná (Matriz de Curitiba), a
caução que garantira a apresenta-
ção de sua proposta e a firmeza
da mesma ate a assinatura do
respectivo contrato. Essa caução
que sera de Cr\$ 1.200.000,00 (um
milhão e duzentos mil cruzeiros),
podera ser prestada em moeda
corrente ou em Aponces da Divida
Pública Federal ao portador.

2ª — Da sessão publica de julga-
mento de idoneidade, recebimento
e abertura de propostas.

2ª condição — No dia e hora fi-
xados neste edital, na sede da 7ª
Inspeção Regional do Serviço de
Proteção aos Indios, situa na rua
Edano Pereira n. 269, em Curitiba,
Estado do Paraná, reunira a
Comissão incumbida do julgamen-
to de idoneidade dos licitantes e
do julgamento das respectivas
propostas.

3ª condição — Preliminarmente,
será verificada a idoneidade dos
concorrentes, sendo desclassifica-
dos aqueles que não satisfizerem
as condições previstas neste edi-
tal, sob o titulo "Da idoneidade".

4ª condição — Apos o julgamen-
to da idoneidade, serão abertos
apenas os envelopes contendo as
propostas dos concorrentes julga-
dos idoneos.

5ª condição — As propostas se-
rão lidas em voz alta, na presença
dos concorrentes julgados idoneos
e que nao houverem incidido em
qualquer impugnação.

6ª condição — Da reunião para
ord. sup. vintage e o julgamento
postas, lavrar-se-a uma ata que
será publicada no "Diário Oficial"
do Estado do Paraná.

III — Da idoneidade

7ª condição — Os proponentes

6080

396

2.2.64

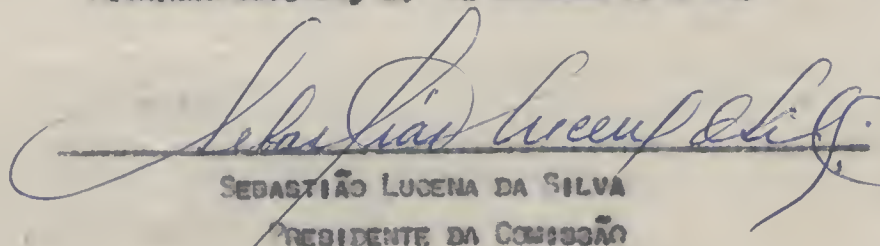
(extra)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
7ª INSPECTORIA REGIONAL

EDITAL Nº 1-1964

TORNO PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE SE ACHA
PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, EDIÇÃO DOS DIAS 9, 12 E 13 DO COR-
RENTE MÊS, O EDITAL EM EPÍGRAFE, REFERENTE À CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA
VENDA DE PINHEIROS DA ÁREA DO PÔSTO INDÍGENA "DR. SELISTRE DE CAMPOS", NO
MUNICÍPIO DE XANXERÊ, NESTE ESTADO.

FLORIANÓPOLIS-SC, 14 DE OUTUBRO DE 1964


SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA
PRESIDENTE DA COMISSÃO

6088
B9A
Dec. No 19-17
(Extra)
6091
B9A

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
7a. Inspeção Regional

ORDEN DE SERVIÇO INTERNA Nº 5

O Chefe da 7a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

R E S O L V U, atendendo o pedido formulado pela firma JOÃO B. TONIAL & FILHOS, para transferir, dos pinheiros que lhes foram adjudicados, no Posto Indígena "DR. GELISTRE DE CAMPOS", na localidade de Anxerê, Estado de Santa Catarina, aos Srs.:

Peluz Piffero e Ernani Coitinho	1.700 árvores;
Annoni & Ferreira Ltda.	1.700 árvores;
Domingos Brandini	1.100 árvores;
Luiz Mabschini	3.700 árvores.

Determinar ao Inspetor Sebastião Lucena da Silva, Encarregado do citado Posto, que,

a) - As firmas acima citadas responderão, individualmente, pelos atos praticados na retirada dos pinheiros, bem como replantio, pagamentos e demais itens constantes do contrato, ficando, diretamente, responsáveis ante o Serviço de Proteção aos Índios.

b) - Fica o Encarregado do Posto com a atribuição de contar, marcar, entregar e, ainda, fiscalizar a retirada das árvores.

DE-SE CÍEROLA E CUMPRE-SE

Curitiba-PR, 15 de fevereiro de 1965

Alísio de Carvalho

Alísio de Carvalho
Chefe da Inspeção

2

6083 Doc. nº 20
EX (Extra)

6092
BYA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

Curitiba, Pr.

Of. nº 275

5 de outubro de 1964.

Chefe da 7a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios

Sr. Chefe da Agência do Departamento de Recursos Naturais Renováveis em CURITIBA-PR.

colaboração de funcionário (Solicita)

Sr. Chefe,

Considerando que face a autorização do Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios farei instalar na Sede desta I.R., nesta Capital, Comissão de Concorrência destinada ao julgamento de Concorrência Pública que realizarei para a venda de pinheiros da área do Posto Indígena "Dr. SELLSTRE DE CARLOS", sito em Xanxerê, Estado de Santa Catarina e, outrossim, considerando que da referida Comissão deverá fazer parte um funcionário do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, tenho a honra de solicitar a digna colaboração de V.Sa. no sentido de indicar da lotação desse órgão um servidor que será, então, por mim, oficialmente, designado para membro da supracitada Comissão.

Agradecendo a prestimosa cooperação de V.Sa. para a concretização do que ora lhe solicito, valho-me dêste ensejo para apresentar a V.Sa. meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Alísio
Alísio de Carvalho
Chefe da 7a. I.R. do S.P.I.

10

Ministério da Agricultura
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS
7ª. Inspeção Regional

ATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS PARA AQUISIÇÃO DE PINHEIROS, DA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA CONSTANTES DO EDITAL Nº 1-1964.

6084
1342

Aos vinte e seis (26) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e quatro (1964), na Sede da sétima Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, na rua Abano Pereira, nº 269, na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, presentes o Inspetor de Índios, nível 12-A - Sr. Sebastião Lucena da Silva, Presidente da Comissão de Concorrência Pública, Agente de Proteção aos Índios, nível 6-B - Sr. Arthur Santos e Guarda, nível 8-A - Sr. Italo Sampaio, os dois últimos membros, às quinze horas procedeu-se a abertura das propostas apresentadas para a aquisição dos 10.000 (dez mil) pinheiros postos a venda na presente Concorrência Pública, cujos licitantes e respectivas ofertas foram as seguintes: Proposta nº um (1) - DOMINGOS BRANDINI - Preço ofertado por unidade:- Cr\$.12.015,00 (doze mil e quinze cruzeiros); Condições de pagamento:- Trinta por cento (30%) sobre o primeiro lote de cinco mil (5.000) pinheiros, no ato da assinatura do contrato, o restante setenta por cento (70%) divididos em três (3) prestações de igual valor, pagas de seis em seis meses. Para o segundo lote, o mesmo critério. Prazo de retirada:- trinta e seis (36) meses. Observação:- Aceitas as demais condições, propostas no Edital. Proposta nº dois (2) - JOÃO B. TAVIAL & FILHOS - Preço ofertado por unidade:- Cr\$.12.125,00 (doze mil, cento e vinte e cinco cruzeiros); Prazo de retirada:- trinta e seis (36) meses; Reflorestamento:- Assume o compromisso de reflorestar na base de dois por um (2x1), ou seja, plantação de duas unidades de pinheiros por cada árvore que for abatida. Divisão dos lotes:- Ainda segundo o Edital se propõe retirar a quantia de dez mil (10.000) pinheiros, em dois lotes, de 5.000 (cinco mil) pinheiros cada. Condições de pagamento:- No ato da assinatura do contrato, trinta por cento (30%) do valor global do primeiro lote de cinco mil (5.000) pinheiros, os setenta por cento (70%) serão pagos em três (3) prestações de igual valor de seis e seis meses, a partir do ato da assinatura do contrato. Idêntica modalidade será observada no pagamento do

(SIGUE)

segundo lote. Demais condições:- O proponente aceita todas as condições propostas no Edital nº 1-1964, da 7a. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios. Pelas propostas apresentadas, foi adjudicada a presente concorrência a firma JOÃO B. TONIAL & FILHO, por apresentar melhor oferta, sendo consequentemente notificada a referida firma a comparecer a Sede da 7a. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, na rua Edano Pereira, nº 269, em Curitiba, Estado do Paraná, para as providências de assinatura do respectivo contrato. E, para constar, eu Sebastião Lucena da Silva Agente de Proteção aos Índios, classe B, nível 6, do Quadro de Pessoal Parte Permanente do Ministério da Agricultura, lotado no Serviço de Proteção aos Índios, localizado e com exercício na Sede da supracitada Inspetoria Regional, lavrei a presente ata que vai assinada pelas pessoas nela indicadas.-

IR7-S-I-Curitiba-PR., 29 de outubro de 1964.

Sebastião Lucena da Silva
Presidente

Arthur Santos
Membro

Italo Rampaio
Membro

- 1 - A concorrência foi realizada em 26-10-64 e a ata só foi lavrada a 29-10-64.
- 2 - A presença Comissário Julgou a concorrência e fez a adjudicação.
- 3 - A ata não menciona outras concorrentes nem é assinada por todos.

Ministério da Agricultura
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS
7a. Inspeção Regional

RELATÓRIO

Ilmo. Sr. Chefe da 7a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Indios.

CURITIBA - Paraná.

Cumprindo determinações da Portaria nº 8, de 7 do corrente mês, expedida por esta Regional, passamos a vossas mãos o Relatório de venda em Concorrência Pública de 10.000 (dez mil) pinheiros da área do Posto Indígena "DR. SELISTRE DE CAMPOS", sito no município de Xanxerê, no Estado de Santa Catarina, tudo de conformidade com o Edital nº 1-1964, de 6 de outubro de 1964, da 7a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Indios, publicado no Diário Oficial do aludido Estado, edições de 9, 12 e 13/10/64.

- I - O proponente Peluiz Monteiro Piffero, foi desclassificado por falta de documentos de que trata a alínea d da 7a. condição do Edital supracitado.
- II - O proponente Ernani Coitinho, apesar de haver depositado a caução objeto da condição la., desistiu de concorrer por julgar-se inabilitado.
- III - O proponente Domingos Brandini, apresentou a seguinte proposta: Cr\$.12.015,00 (Doze mil e quinze cruzeiros) por unidade.

Pagamento:- as condições do Edital, ou seja, 30% (trinta por cento) sobre o primeiro lote de 5.000 (cinco mil) pinheiros, no ato da assinatura do contrato, e, os restantes 70%, divididos em 3 (três) prestações de igual valor, pagas de 6 (seis) em 6 (seis) meses. Para o segundo lote o mesmo critério.

Prazo de retirada:- As condições estipuladas no Edital, ou seja, 36 (trinta e seis) meses.

Aceitas as demais condições, propostas no Edital.

(SEGUE)

6084
B90
6096
B90
Alante
B90
B90
IV - O proponente João B. Tonial & Filhos, apresentou a seguinte proposta: Preço:- Ofertamos a importância de Cr\$.12.125,00 (Doze mil cento e vinte e cinco cruzeiros) por unidade de pinheiro de corte, aproveitável, com diâmetro de 50 (cinquenta) centímetros acima, medida na altura usual do tronco da árvore.

Prazo para retirada:- 36 (trinta e seis) meses, determinados no Edital.

Reflorestamento:- Assume o compromisso de reflorestar, na base de 2x1, conforme determina o Edital.

Divisão dos Lotes:- Se propõe a retirar a quantia de 10.000 (dez mil) pinheiros, divididos em 2 (dois) lotes de 5.000 (cinco mil) pinheiros cada um.

Condições de pagamento:- No ato da assinatura do contrato, pagar-se-á 30% (trinta por cento) do valor global do primeiro lote de 5.000 (cinco mil) pinheiros, o restante 70% (setenta por cento) em 3 (três) prestações de igual valor, de seis e seis meses, a partir do ato da assinatura do contrato. Idêntica modalidade será observada no pagamento correspondente ao segundo lote.

Demais condições:- O proponente aceita as condições, propostas no Edital nº 1-1964, objeto da presente Concorrência, desde a fiscalização estipulada na indicação 10a., do Edital, bem como as demais.

V - Encerrada a presente Concorrência, relacionamos os documentos que a compõem, a saber:

- 1 - Cópia da Ordem de Serviço Interna nº 100, do Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, que autorizou a venda de pinheiros dos Postos Indígenas subordinados à 7a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, solicitando colaboração de um funcionário do Sr. Chefe da Agência do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, com Sede em Curitiba-Pr.
- 2 - Cópia do Ofício nº 275, de 5-10-64 do Sr. Chefe da 7a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, solicitando colaboração de um funcionário do Sr. Chefe da Agência do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, com Sede em Curitiba-Pr.

(SEGUE)

- 6088/398 6097/398
- 3 - Cópia do ofício nº 90/64, de 6-10-64, do Sr. Interventor na Agência no Paraná do D.R.N.R., apresentando funcionário, para tomar parte na Comissão de Concorrência Pública.
 - 4 - Portaria nº 8, de 7-10-64, do Sr. Chefe da 7a. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, designando a Comissão de Concorrência Pública.
 - 5 - Cópia do Edital nº 1-1964, da 7a. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, estabelecendo normas para a Concorrência.
 - 6 - Cópia de expediente, do Sr. Presidente da Comissão de Concorrência Pública, publicado em jornais de Florianópolis-SC e Curitiba-Pr., chamando atenção para a publicação no Diário Oficial de Santa Catarina do Edital nº 1-1964, da 7a. I.R. do S.P.I.
 - 7 - Recortes de Jornais e Diários Oficiais editados em Curitiba-Pr. e Florianópolis-SC, chamando atenção para a publicação do referido Edital.
 - 8 - Cópia das Guias de Recolhimento a Caixa Econômica Federal do Paraná, referente a Caução de que trata a condição 1a. do Edital.
 - 9 - Cópia do ofício nº 1, de 22-10-64, do Sr. Presidente, encaminhando ao Sr. Gerente da Caixa Econômica Federal do Estado do Paraná, cópia do Edital em referência.
 - 10 - Cópia do ofício nº 321, de 27-10-64, do Sr. Chefe da 7a. I.R. do S.P.I., ao Sr. Gerente da Caixa Econômica Federal do Paraná, solicitando liberação da caução, aos proponentes perdedores.
 - 11 - Cópia de telegrama do Sr. Presidente da Comissão, endereçado ao Jornal a "GAZETA", editado em Florianópolis, solicitando remessa do aludido periódico.
 - 12 - Ata da Concorrência.
 - 13 - Propostas dos licitantes.
 - 14 - Notificação a firma vencedora

IR-7-SPI-Curitiba-PR, 29 de outubro de 1964.

Leoberto Lucio de S.
Inspetor de Índios-12-A-Presidente da Comissão

Amunhaute
Agente de Proteção aos Índios-6-B

Florianópolis
Guarda, nível 8-A (Representante do D.R.N.R.)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
7a. Inspeção Regional

Doc. nº 23
6089
B98 18/10/64
6098
B98

QUADRO COMPARATIVO

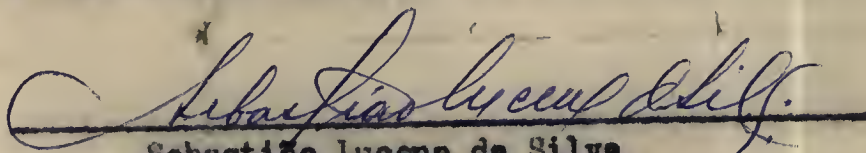
da


Alastre
Sampaio


Concorrência Pública para venda de 10.000 (DEZ MIL) pinheiros, da área do Posto Indígena "Dr. SELISTRE DE CAMPOS", situado no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, conforme Edital nº 1-1964, da 7a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, publicado no Diário Oficial de Santa Catarina, edições de 9, 12 e 13 do corrente, realizada às 15,00 hs. do dia 26 de outubro de 1964.

Nº de Ordem	CONCORRENTES	PREÇO	Melhor proposta apresentada
1	DOMINGOS BRANDINI	Cr\$ 12.015,00	
2	JOÃO B. TONIAL & FILHOS	Cr\$ 12.125,00	João B. Tonial & Filhos Cr\$ 12.125,00

IR 7 -SPI-Curitiba-PR, 29 de outubro de 1964


Sebastião Lucena da Silva
Presidente


Arthur Santos
Membro


Italo Sampaio
Membro

2a via

DOC. 146 23

[Handwritten signatures and stamps]
6090
6099
B96
Alcides
H. Sampaio

Sr. Presidente da Comissão Julgadora.

DOMINGOS BRANDINI, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado no município de Abelardo Luz, tendo em vista o oferecimento a venda da quantidade de dez mil pinheiros, feita pelo Servino Nacional de Proteção aos Índios, no posto dr. Selistre de Campos, respeitosamente vem fazer sua proposta:

Preço: oferece, por unidade, o preço de doze mil e quinze cruzeiros.

Pagamento: as condições do edital, isto é 30 % (trinta) por cento sobre o primeiro lote de 5.000 pinheiros, no ato da assinatura; e os restantes 70%, divididos em três prestações, de igual valor, pagas em seis em seis meses; para o segundo lote, o mesmo critério.

Prazo de retirada: as condições do contrato, oferecidas no edital. Ou seja, 36 meses.

Aceita as demais condições do contrato, propostas no edital.

Curitiba, 26 de outubro de 1964

Domingos Brandini

Esconheço
de Domingos Brandini
do que deu fe
da verdade
Em Curitiba de 1964
Oficial Mayor



13
2a Via
JOÃO B. TONIAL & FILHOS
MADEIRAS

Rua: Cel Passos Maia, 346 -Cx Postal, 7
XANXERÊ Sta. Catarina

Doc. No 24

(Extra) 6091 B98
6100 B98
Klaus
Santa
Klaus
Klaus

PROPOSTA DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA

JOÃO B. TONIAL & FILHOS, firma com sede e fôro na cidade de Xanxerê, Santa Catarina, abaixo assinado, por seu sócio gerente, de acordo com o Edital nº 1-1964, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, Serviço de Proteção aos Índios, 7ª Insp. Regional, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, vem pela presente habilitar-se a apresentar sua proposta, para aquisição da quantia de 10.000 (dez mil) pinheiros, de corte, da área do Posto Indígena "Dr. Selistre de Campos, cujos pinheiros serão vendidos por concorrência pública, de conformidade com o edital acima, cuja proposta é a seguinte:

- 1.- PREÇO: Ofertamos a importância de Cr\$ 12.125,00 (doze mil cento e vinte e cinco cruzeiros) por unidade de pinheiro de corte, aproveitável, com o diâmetro de 50 (cincoenta) centímetros acima, medidos na altura usual do tronco da árvore.
- 2.- PRAZO PARA RETIRADA: Fica o compromisso de retirá-los, no prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses, determinados no Edital.
- 3.- REFLORESTAMENTO: assume, também, o compromisso de reflorestamento, na base de 2x1, idem edital.
- 4.- DIVISÃO DOS LOTES: Ainda segundo o edital se propõe retirar a quantia de dez mil (10.000) pinheiros em dois lotes, de cinco mil pinheiros cada.
- 5.- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: No ato da assinatura do contrato, pagar-se-á 30% (trinta por cento) do valor global do primeiro lote de 5.000 (cinco mil) pinheiros; o primeiro lote será pago, no restante, em três prestações, de igual valor, de seis em seis meses, a partir do ato da assinatura do contrato. Identica modalidade será observada no pagamento do segundo lote.
- 6.- DEMAIS CONDIÇÕES: O proponente aceita as condições propostas no edital nº 1-1964, referido, desde a fiscalização da condição 10, e, bem como as demais.

Xanxerê, 20 de Outubro de 1.964.-

JOÃO B. TONIAL & FILHOS

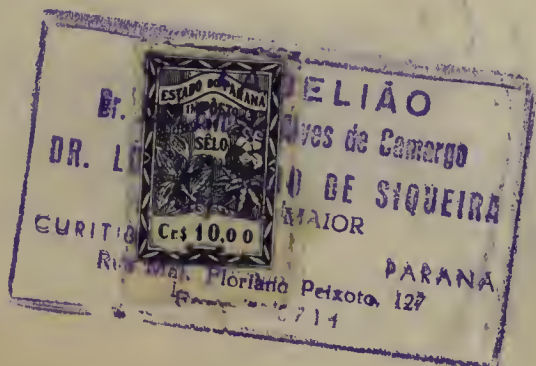
GERENTE

CABE LO
ALVES J. CAMARGO

12 DE OUTUBRO DE 1964

Em 24 de 1/

24 de 1/



6092
6101 LR 7 398/65
2-6-65

Doc. Nº 25
Extu!

Moind "Dr. Selistre de Campos" Xanxerê-SC
M/m nº 3 5 de abril de 1965
Encarregado do Posto Indígena "Dr. Selistre de Campos"
Sr. Chefe da 7a. Inspeção Regional do S.P.I.
expediente (encaminha)

Senhor Chefe,

Sirvo-me do presente para submeter à apreciação de V. Sa. o anexo Memorando (cópia), pelo qual resolvi suspender até ulterior deliberação dessa Chefia, a extração de pinheiros que vinha se processando na Área deste Posto, em obediência a contrato firmado por essa Regional com a firma / João B. Tonial & Filhos, estabelecida em Xanxerê, Estado de Santa Catarina, tendo posteriormente, por determinação de V. Sa., atendendo solicitação da aludida firma, e, tendo em vista preceito contido no mesmo contrato, transferido parte dos pinheiros, a outras firmas, que passaram a responder individualmente, ante o S.P.I. pela execução e cumprimento do contrato em referência.

2. Isso posto, cabe-me esclarecer a essa Chefia as razões que me levaram a paralizar a exploração daqueles pinheiros, senão vejamos:

- a) Não cumprimento por parte das firmas contratantes de algumas das cláusulas contratuais, como por exemplo, não extração dos pinheiros atingidos por incêndio, cuja extração de acordo com o contrato é prioritária, bem como, introdução de outras firmas na exploração, apresentando / como justificativa, serem seus prepostos.
- b) descontentamento entre os índios, pela maneira como vem sendo conduzidos os trabalhos de exploração dos pinheiros, uma vez que danificam suas roças com animais que são utilizados nos serviços de arrastos, sendo que apesar de nos sa fiscalização, muitos se negam a pagar os

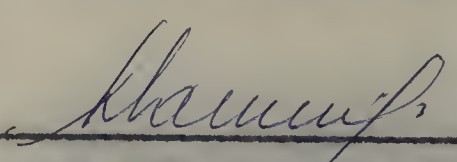
(continúa)

danos causados.

6093 (2)
6102
B/L
B/L

Como vê, não nos restava outra alternativa senão as providências objeto do presente Memorando, que ora submetemos a melhor e acertada determinação de V. Sa., convictos de que estamos defendendo os supremos interesses do S.P.I., que V. Sa. tão bem tem sabido preservar, inculcando nos que labutam nessa Regional, uma moral inquebrantável na consecução dos ideais que tanto almejamos, qual seja, o levantamento do nível de vida dos nossos aborígenas e respeito a propriedade que por direito lhes cabe.

Sem outras considerações no momento, aguardamos a homologação do nosso ato, para a preservação do conceito do nosso Serviço, que a mistificação de uns e a maledicência de muitos têm gerado o descontentamento dos que muorejam em prol da causa indígena.


Sebastião Lucena da Silva
Inspetor do SPI - Enc. do Posto

Documentos integrantes da Defesa
de: Dival José de Souza

- 1 - Preenchimento
- 2 - boe. nº 1 - A -
- 3 - boe. nº 2 - A -
- 4 - boe. nº 3 - A -
- 5 - boe. nº 4 - A -
- 6 - boe. nº 5 - A
- 7 - boe. nº 6 - A
- 8 - boe. nº 7 - A
- 9 - boe. nº 8 - A
- 10 - boe. nº 8 - B
- 11 - boe. nº 9 - A
- 12 - boe. nº 10 - A
- 13 - Cópia autenticada AR Nº 38646 (D.C.T.).
- 14 - Cópia autenticada do Protocolo Tribunal de Contas da União, datado de 4/3/68.
- 15 - Cópia of. Spem, de 19/2/68, remetendo Cópia da 5ª Via de minha prestação de conta. —

= P R O C U R A Ç Ã O =

6104 6095
B96 B96

Pela presente procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador, onde com esta se apresentar, ao Sr. Dr. Amury T.C.Côrtes, brasileiro, casado, advogado inscrito sob. o nº 987 na Secção do Parahá da Ordem dos Advogados do Brasil, com escritório nesta Cidade, ao qual confiro poderes ad judícia et extra para o fim de me defender e de representar os interesses no processo adminsitrativo instaurado para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, podendo dito procurador arguir suspeição, desistir e subestabelecer.-

Curitiba-PR., 6 de Maio de 1968.-

Dival José de Souza
Dival José de Souza

10.º TABELIONA
GALERIA TIUCAS,

10.º OFICIO DE NOTAS
JOSÉ BENTO
MARQUES
Tabelião Vitalicio
José Paulo da Rocha Marques
Rachel Mendry
Cláa Soares de Oliveira
escritores juramentados
Galeria Tiucas, 9
Curitiba - Paraná

Reconheço verdadeira a firma Super

Dival José de Souza - x -

- x - , do que dou fé

Curitiba, 6 de maio de 1968

Em test.º [assinatura] da verdade.

Doc. nº 1-A

6105
BPA
6096
BPA

ORDEM DE SERVIÇO INTERNA Nº 51

O CHEFE DA 7ª INSPETORIA REGIONAL DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ART. 14, ÍTEM III, DO REGIMENTO APROVADO PELO DECRETO Nº 52.668, DE 11 DE OUTUBRO DE 1963,

R E S O L V E, DISPENSAR SAMUEL BRASIL, AGENTE DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, CLASSE A, NÍVEL 5 (P 1802-5.A), DO QUADRO DE PESSOAL PARTE-PERMANENTE DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, LOTADO NESTE SERVIÇO, LOCALIZADO E PRESENTEMENTE COM EXERCÍCIO NO PÔSTO INDÍGENA "INTERVENTOR MANOEL RIBAS", MUNICÍPIO DE LARANJEIRA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, DA FUNÇÃO QUE VINHA EXERCENDO NO SUPRACITADO PÔSTO.

DÊ-SE CIÊNCIA E CUMpra-SE

CURITIBA-PR. IR 7 SPI, 11 DE MAIO DE 1966

Dival José de Souza

DIVAL JOSÉ DE SOUZA

RESP. PELO EXPEDIENTE DA 7ª I.R. DO S.P.I.

DJS/sls

O Agente de Proteção aos Índios, Samuel Brasil, negou-se a assinar e receber a presente O.S.I. supra.

Poind. Int. Manoel Ribas, 18 de junho de 1966.

Francisco José Vieira dos Santos
Francisco José Vieira dos Santos
Membro da Comissão de Passagem de carga de responsabilidade.

Philippe Augusto da Câmara Brasil
Philippe Augusto da Câmara Brasil
Membro da Comissão de Passagem de carga de responsabilidade.

Doc. nº 2-A
Cópia

6097
6106
B916

Of. nº 218

21 DE JULHO DE 1966

CHEFE DA 7ª INSPETORIA REGIONAL DO S.P.I.

SR. DIRETOR DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

AGRAVAMENTO DE PENALIDADE (SOLICITA)

SENHOR DIRETOR,

ANEXO AO PRESENTE, POR CÓPIA, A PORTARIA Nº 28, DE 18 DO CORRENTE, PELA QUAL RESOLVI APLICAR AO AGENTE DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS - SAMUEL BRASIL, MOTIVADA POR RAZÕES DE INDISCIPLINA, A PENALIDADE DE SUSPENSÃO POR 10 (DEZ) DIAS, / CONSOANTE DISPÕSTO NO ART. 205 DO ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CÍVIS DA UNIÃO.

2. AS CAUSAS DETERMINANTES DA PENALIDADE IMPOSTA, FORAM POR DEMAIS / GRAVES E EXIGIAM A APLICAÇÃO DE MAIOR PENA.

3. ASSIM, SOLICITO DE V. SA O AGRAVAMENTO DA PENALIDADE, COM FUNDAMENTO NO QUE PRECEITUA O ÍTEM XVI IN FINE, ART. 14, DO REGIMENTO APROVADO PELO DECRETO 52.668, DE 11 DE OUTUBRO DE 1963.

APROVEITO O ENSEJO PARA RENOVAR A V. SA OS MEUS PROTESTOS DE CONSIDERAÇÃO E APRÊÇO.

Dival José de Souza
DIVAL JOSÉ DE SOUZA
CHEFE DA INSPETORIA

DJS/SLS

Doc. nº 3-A

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
7.ª INSPETORIA REGIONAL

6098
B98 6107
B98

PORTARIA N.º ... 28 ... de ... 18 ... de ... julho ... de 1966

O Chefe da 7.ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, usando das atribuições que lhe confere o item III, do art. 210 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, combinado com o art. 14, item III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 52.668, de 11 de outubro de 1963,

RESOLVE, aplicar a SAMUEL BRASIL, ocupante do cargo de Agente de Proteção aos Índios, classe A, Nível 5 (P 1802-5.A), do Quadro de Pessoal Parte-Permanente do Ministério da Agricultura, lotado neste Serviço, localizado e presentemente com exercício no Posto Indígena "Cacique Capanema", Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, a pena de suspensão por 10 (dez) dias, a ser cumprida de 22 a 31 de julho do corrente ano, por falta grave, de acordo com o art. 205 do mesmo Estatuto, conforme consta do Processo IR 7 nº 549/66, visto como desacatou a comissão incumbida de proceder a passagem de carga e responsabilidade do Posto Indígena "Interventor Manoel Ribas", do aludido funcionário para outro, designado por esta Chefia, proferindo naquela ocasião palavras desairosas a atual administração, negando-se também a acatar as ordens recebidas.

(a) DIVAL JOSÉ DE SOUZA

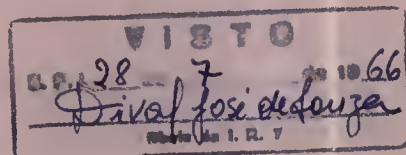
Dival José de Souza

Chefe da Inspeção

DJS/sls

Confere com o original

Phelippe Augusto da Câmara Brasil
Agente de Proteção aos Índios-6-B



Nereu Moreira da Costa
Feliz Monteiro Ribeiro, Dr.

Isento de selo "ex-vi legis":
(art. 34 do Decreto n.º 1.464, de
27 de junho de 1928).—

Boa no 5-17



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS Índios

7ª INSPETORIA REGIONAL

(Paraná — Santa Catarina — Rio Grande do Sul)

Argemiro

6100
B/A

6109
B/A

Curitiba, PR.

Em 3 de Junho de 1960.

Memorando . . .

Do Chefe da 7ª. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios
Ao Sr. Encarregado do Posto Indígena "Dr. SELISTRE DE CAMPOS".
Assunto: aproveitamento de madeiras (Comunica autorização para).

Tenho a satisfação de comunicar-vos que a exposição que encaminhastes a esta Chefia em fevereiro do corrente ano, relativa ao aproveitamento das madeiras caídas e das que se encontram em área dês se Posto a ser alagada pela Comissão Estadual de Energia Elétrica, tendo merecido o endosso desta I.R. e consequentemente sido submetida à superior consideração do Sr. General Diretor dêsse Serviço, recebeu aprovação de S.S.^a conforme despacho datado de 10 de maio último, exarado no respectivo processo (S.P.I. n.º 3.780/59) conforme foi comunicado a esta Regional pelo telegrama n.º 633, de 12/5/60, da S.O.A. e que a seguir é transcrito para vosso conhecimento.

"DE RIO GB para AGRÍNDIOS CURITIBA-633-12/5/60-SEU OFÍCIO 280 VG DATADO 17 SETEMBRO ÚLTIMO PT PRETENSÕES APRESENTADAS BENEFÍCIO POSTO INDÍGENA DR SELISTRE CAMPOS VG CONTIDAS RECENTE INFORMAÇÃO RESPECTIVO ENCARREGADO VG SOB ENDOSSO DESSA INSPETORIA VG MERECEU DEFERIMENTO SENHOR GAL. DIRETOR VG RESPEITÁVEL DESPACHO DIA 10 ÚLTIMO VG CORPO PRO-CESSO SPI 3.780 EXERCÍCIO PRETÉRITO PT ESTAMOS CERTOS IMEDIATAS PROVIDÊNCIAS DESSA REGIONAL VG JUNTO AQUELA UNIDADE VG INTUITO NÃO DEMORAR EXECUÇÃO EMPREENDIMENTOS SDS AGRÍNDIOS SOA"

Nestas condições, tendes, pois, a necessária e superior autorização para dar imediato início aos trabalhos que programastes em benefício dêsse Posto e que assim podem ser resumidos: construção de uma pequena serreria nesse P.I., financiada por quem receba em madeira serrada; aproveitamento hidrelétrico do caimento do arrôio Jacú; aproveitamento das madeiras caídas e das que estão na área a ser alagada e consequente efetivação das construções de casas para os índios e para essa Administração.

- SEQUE -

6101
M/m. nº 66 -(II) 6119
B70

Acredita, pois, esta Chefia que face à autorização que vos foi concedida pelo Sr. General Diretor e que bem traduz o alto empenho de S. S.^a no atender tudo quanto diga respeito a que sejam proporcionalas melhores condições aos Postos dêstes Serviço e por consequite aos nossos tutelados, envilareis todos os esforços no sentido de em tempo útil e com tôda a segurança, realizardes o racional aproveitamento das madeiras antes referidas, principalmente com a realização de vosso acertado programa de intensiva construção de casas para os indios dêsse Pôsto.

Finalmente, recomendo-vos comunicardes a esta Sede o início das atividades de aproveitamento de madeiras ora autorizadas e, também, de tudo quanto for sendo realizado como decorrência do referido aproveitamento.

Atenciosas Saudações

Jival José de Souza
JIVAL JOSÉ DE SOUZA
Chefe da Inspetoria

10.º OFÍCIO DE NOTAS
JOSÉ BENTO
MARQUES
Tabelão Vitalício
José Paulo da Rocha Marques
Rachel Mendry
Cléia Soares de Oliveira
escritores juramentados
Galeria Tijuca, 9
Curitiba - Paraná

A presente fotocópia é reprodução
fiel do documento apresentado neste
cartório, n/ data.

Curitiba, 31 maio 1968

Doc. nº 6-17

6/10/61

6/11/61

Agência

Ofício nº 9

15/5/61

Locução do Posto Indígena Dr. Selistre de Campos, Xanxerê, S.C.
Sr. Dival José de Souza, Chefe da 7ª Inspetoria Regional, Curitiba.
Comunica Funcionamento Serraria

Fazendo a grata satisfação de comunicar a V.S. que no dia 12 de maio de 1961, deu início ao funcionamento da Serraria do Posto, de acordo com o orden serviço nº 100, de 3 de junho, de 1960.

Como o pessoal do Posto é ainda em caráter de experiência, não se poderá esperar a produção de madeira em quantidade, farei nova comunicação dando todos os detalhes do andamento do serviço.

Saudações cordiais

Mercu Moreira da Costa

Mercu Moreira da Costa
Agente nível 6 S.C.I.
Inc. Posto

10.º OFÍCIO DE NOTAS
JOSÉ BENTO
MARQUES
Tabelião Vitelício
Rua da Rocha Marques
Rua Mendry
Cidade Soares de Oliveira
escritores juramentados
Galeria Tijucas, 9
Curitiba - Paraná

A presente fotocópia é reprodução
fiel do documento apresentado neste
cartório, na data.

Curitiba 3 / maio / 19 68

Doc. nº 7-17



MINISTERIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS
7.ª INSPETORIA REGIONAL

(Paraná — Santa Catarina — Rio Grande do Sul)

[Assinatura]

6103-
B46

6113-
B46

Coritiba, PR.

Em 12 de Junho de 1961.

Do Sr. Inspetor Regional do Serviço de Proteção aos Indios.

Ao Sr. Encarregado do Posto Indígena "DR. SEELIGER DE CAMPOS".

Assunto: Abate de pinheiros (Determinação superior).

Levo ao vosso conhecimento, confirmando o que vos foi comunicado nesta data pelo Serviço de Rádio desta I.R., que o Sr. Diretor deste Serviço em expediente remetido a esta Chefia determinou a suspensão imediata de abate de pinheiros nesse Posto.

Nestas condições, sendo imperioso o cumprimento da referida determinação superior, apenas poderão ser aproveitados os pinheiros que se encontram derrubados em virtude de furacões que assolaram essa área, não sendo permitido, de forma alguma e por nenhuma razão, o abate de qualquer outro pinheiro, mesmo dos que estão situados em parte dessa área a ser alagada pelas obras da Comissão Estadual de Energia Elétrica no represamento do rio Chapecózinho.

Deveis comunicar a esta Chefia o recebimento da presente comunicação.

Atenciosas Saudações

Dival José de Souza
DIVAL JOSÉ DE SOUZA
Chefe da Inspeção

Ao Agente de Proteção aos Indios classe B-NEREU MOREIRA DA COSTA.
Enc. do Posto.-

10.º OFÍCIO DE NOTAS
JOSÉ BENTO
MARQUES
Tabelião Vitalício
L. do Paulo da Rocha Marques
Rochel Mendry
Cida Soares de Oliveira
escritores juramentados
Galeria Tijucas, 9
Curitiba - Paraná

A presente fotocópia é reprodução
fiel do documento apresentado neste
cartório, n/ data.

Curitiba, 3 maio 1968

Doc. nº 8-17



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS
7ª INSPETORIA REGIONAL

(Paraná — Santa Catarina — Rio Grande do Sul)

6104
EJA
6-11-5
21

Memorando nº 77.

Juricidá, PR.
Em 10 de agosto de 1961.

Do Chefe da 7ª Inspetoria Regional do S.P.I.

Ao Sr. Encarregado do P.I. "Sr. SELISTRE DE CAMPOS".

Assunto: resolução da Diretoria (Comunicação).

Comunico-vos ao alínea do que consta do memorando nº 56, de 12-6-61, em que o Sr. Diretor deste Serviço ordenou a proibição do aproveitamento de madeiras, também, das árvores caídas.

Nestas condições fica, pois, proibido qualquer aproveitamento de madeiras nesse Posto, inclusive como acima foi dito, das árvores caídas.

Solicito a vossa apreciação e recebimento deste Memorando.

Atenciosas Saudações

Dir. José de Souza
DIR. JOSÉ DE SOUZA
Chefe da Inspetoria

10. OFÍCIO DE NOTAS
JOSÉ BENTO
MARQUES
Fidel do Vitalício
Rua da Rocha Marques
Leão
Av. Santos de Oliveira
escritores juramentados
Galeria Tijucas, 9
Curitiba - Paraná

A presente fotocópia é reprodução
fiel do documento apresentado neste
cartório, n/ data.

Curitiba 3 maio 19 68

Declaração

Declaro a bem da verdade, sem nenhuma coação e, portanto, de forma espontânea, a fim de que meu depoimento prestado à Comissão de Inquérito do ex-Serviço de Proteção aos Índios, em Curitiba, e que consta no Processo à Jus 1877 não possa vir a constituir peça acusatória contra o antigo Chefe da I R 7 - Sr. Dival José de Souza, que, em absoluto, ao mesmo se referem as expressões nele contidas de "revistas" e de "roubafeiras" de madeiras.

Conheço-o desde quando trabalhava eu no Posto Indígena "Guarita" e ultimamente com ele servindo na Sede da Inspeção, mas pude verificar a sua integridade moral, o extremo cuidado no lidar com recursos arcaméntários ou da Renda Indígena, chegando a murúcias e nunca se valendo de qualquer artifício em suas prestações de contas. Prestei um depoimento tumultuado e agora deo de bom alvitre adarço-lo, principalmente no que concerne ao Sr. Dival José de Souza. To isso porque fui sabedor de ter ele sido indiciado em razão de meu referido depoimento. Justamente ele que foi um dos Chefes que sempre agiu de maneira correta, exemplar mesmo no que se refere ao trato com os recursos da Inspeção.

Sendo, portanto, errado ao prestar em depoimento confuso pelo tumulto das percontas que me foram feitas, agora devidamente sereno, faço esta declaração que deo ser do meu dever e a bem exclusivo da verdade e para tranquilidade de minha consciência.

Curitiba, Pr., em 4 de maio de 1968

Teles Gonçalves da Costa

Ex-carregado do Setor da Contabilidade da I R 7, do
S. P. I

10. OFICIO DE NOTAS
JOSE BENTO
MARQUES
Tabelião Vitalício
José Paulo da Rocha Marques
Rachol Mendry
Cléo Soares de Oliveira
escreventes juramentados
Galeria Tijucas, 9
Curitiba - Paraná

A presente fotocópia é reprodução
fiel do documento apresentado neste
cartório, n/ data.

Curitiba, 6 de maio de 1968

- D E C L A R A Ç Ã O -

DECLARO, para os devidos fins, que a firma
da presente fotocópia, encontra-se reconhe-
cida devidamente, no original da mesma.

Curitiba, 6 de maio de 1968

102 Tabelião.-

10.º OFICIO DE NOTAS
JOSÉ BENTO MARQUES
TABELIAO VITALICIO
DR. JOSÉ PAULO DA ROCHA MARQUES
OFICIAL MAIOR
GALERIA TIJUCAS 9
CURITIBA - PARANA

Doc. nº 9-A

6106
B916
6115
B916

O DIRETOR DA 7ª. DIVISÃO DE PROTEÇÃO DE INDÍGENAS, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÚMERE O ART. 14, ITEM III, DO REGULAMENTO APROVADO PELO DECRETO Nº 52.662, DE 11 DE OUTUBRO DE 1963:

RESOLUÇÃO, DEVIDA PRAZOS ELABORAR NA LÍNGUA BRASILEIRA, VIGENTE DE PAZ E TRANQUILIDADE, RESPECTIVAMENTE, AGENTES DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS CLASSE S-ÍNDIO (S-ÍNDIO-1), AO DIA PRIMEIRO E PROFESSORA DE ENSINO PRÉ-PRIMÁRIO E PRIMÁRIO NÍVEL II (S-ÍNDIO-11), TODOS DO GRUPO DE PESSOAL - PARTE PERMANENTE DO INSTITUTO DE CULTURA, LETANDO-NTE SERVIÇO, LOCALIZADOS E EM EXERCÍCIO NESTA DIVISÃO, PARA O CONTATO EFICIENTE E ENROLAMENTO DE TODO O ACÍVO EXISTENTE DE SEDE DA INSTITUIÇÃO, DISSEMINANDO OS DEUS ATRIBUIÇÕES PELA "REDA INDÍGENA", QUE CONSTITUIVA "INSTITUTO INDÍGENA" E DE AQUISIÇÃO À CONTA DA "REDA DOCUMENTÁRIA", QUE CONSTITUIVA "INSTITUTO INDÍGENA".

DE-DE CÍRCULO E TRANSMISSÃO.

100/11-1000000, 100/11-1000000

Luiz Carlos de Almeida

100/11-1000000, 100/11-1000000

10.º OFÍCIO DE NOTAS
JOSÉ BENTO
MARQUES
Tabelião Vitalício
José Paulo da Rocha Marques
Reichel Mendry
Cida Soares de Oliveira
escrivães juramentados
Galeria Tijucas, 9
Curitiba - Paraná

A presente fotocópia é reprodução
fiel do documento apresentado neste
cartório, n/ data.

Curitiba, 31 maio / 1968

Cópia

Doc. nº 10-17

6107

6116
1546



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

7.1 R.

Curitiba, Pr.

Of. nº 293

Em, 24 de outubro de 1966.

Do Chefe da 7ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Indios

Ao Sr. Delegado Federal de Agricultura no Paraná

Assunto: Comunicação (fz3)

Sr. Delegado:

Levo ao conhecimento de V.Sa., que na noite de ontem, dia 23, entre 20 e 22 horas, foi arrebatada a sede desta Inspeção com chave falsa, tendo sido carregadas 2 (duas) máquinas de escrever, sendo uma marca EVERETT, com 105 páginas e outra de marca REMINGTON, com 170 páginas, e ainda uma máquina de numerar de marca CARBEX, foi também arrebatado o cofre da parte inferior, nada mais.

O fato ocorreu em conhecimento cerca de 24 horas, tendo, eu, vindo à sede, tomando as providências.

Compareceu a polícia técnica à 1,30 horas desta manhã e queixas registradas na Delegacia de Furtos e Roubos, hoje.

Sirvo-me de este meio para reiterar a V.Sa. meus protestos de alta estima e respeitosa consideração.

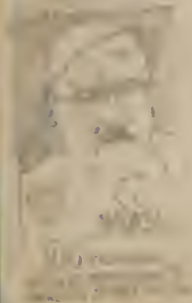
Francisco José Vieira dos Santos
Francisco José Vieira dos Santos
Dep. Delegado da Inspeção

10.º OFÍCIO DE NOTAS
JOSE BENTO
MARQUES
Tabelião Vitalício
José Paulo da Rocha Marques
Rochel Mendry
Roda Soares de Oliveira
Escritores Juramentados
Galeria Tijucas, 9
Curitiba - Paraná

A presente fotocópia é reprodução
fiel do documento apresentado neste
cartório, n.º data.

Curitiba, 21 maio / 1968

[Handwritten signature]



6117
6108
B98
B96

10.º OFÍCIO DE NOTAS

JOSÉ BENTO

MARQUES

Tabelão Vitalício

José Paulo da Rocha Marques

Reichel Hendry

Cléia Soares de Oliveira

escriturantes juramentados

Galeria Tijucas, 9

Curitiba - Paraná

A presente fotocópia é reprodução
fiel do documento apresentado neste
cartório, n/ data.

Curitiba, 2 maio / 1968

[Handwritten signature]

6109
B7b
H8
B7b

SECRETARIA DE COMUNICAÇÕES

SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE COMUNICAÇÕES

OFÍCIO DE NOTAS

JOSÉ BENTO

MARQUES

Paulo Vitalício

da Rocha Marques

Rebry

da S. de Oliveira

escritores juramentados

Galeria Tijucas, 9

Curitiba - Paraná

*A presente fotocópia é reprodução
fiel do documento apresentado neste
cartório, n/ data.*

Curitiba, 21 maio / 1968

[Handwritten signature]



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA Interior
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
7.º I. R.

Curitiba-Pr.,
Em 19 de Fevereiro de 1968.-

OF. S/N.

Do Funcionário DIVAL JOSÉ DE SOUZA

Ao EXM^o. Sr. MINISTRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO -
BRASÍLIA-D.F.

Assunto: Exposição sobre prestação de contas (Faz)

Senhor Ministro,

Tenho a honra de encaminhar a V.Exa. as anexas 5as. vias da prestação de contas, em cópias fotostáticas devidamente autenticadas, relativas ao suprimento do montante de NCR\$.13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS CRUZEIROS NOVOS)., por mim recebido da Diretoria do Serviço de Proteção aos Índios, em 28-07-66, quando no exercício da função de Chefe da 7a. Inspetoria Regional do referido Serviço.

O presente encaminhamento visa a ressalvar minha responsabilidade perante êsse Colendo Tribunal, e, conseqüentemente, / com a Administração Pública, eis, que embora remetidas por mim, na época própria, 4 (quatro) vias da aludida prestação de contas, de que é prova o incluso recibo (A.R. nº 38646/67) do D.C.T., também em cópia fotostática autenticada, ví-me acusado de alcance pela Portaria nº 293, de 19-10-67, do Exm^o. Sr. Ministro do Interior (D.O. de 26-10-67), o que me causou o dissabor e o vexame de cumprir prisão administrativa, relaxada, é verdade pela Portaria nº 346, de 10-11-67, da mesma autoridade (D.O. de 17-11-67), porem sem que fizesse alusão esta última Portaria a que já tivesse eu encaminhado / minha prestação de contas no devido tempo, não incorrendo assim em qualquer alcance.

Péço vênha para aduzir ser de meu total desconhecimento a razão pela qual a prestação de contas por mim remetida em 13-02-67 não deu entrada nêsse Tribunal, só me cabendo presumir relacionar-se tal fato ao incêndio ocorrido no edifício do Ministério da Agricultura, nessa Capital, onde, na época, tinha sua Sede, a Diretoria do Serviço de Proteção aos Índios.

Por último, ressalto que o presente encaminhamento faço-o "Sponte própria", pois, não recebi solicitação oficial para assim proceder, porem, acho de bom alvitre agir desta maneira, de sorte a evitar a ocorrência de novos dissabores por uma possível

-côntinúa-

(Continuação)

6111
6120

possível omissão de minha parte.

Certo de que o alto senso de justiça de V. Ex.^a e de seus ilustres pares nessa Egrégia Côrte propiciará a justa acolhida dos documentos óra encaminhados, dando-me a quitação legal relativa ao suprimimento por mim recebido, expresso na oportunidade o quanto de ressarcimento moral ela representará a esta altura após haver eu sofrido inocentemente a pecha de responsável por alcance que não cometi.

Subcrevo-me com a expressão do meu mais profundo respeito e alto apreço.

Dival José de Souza

DIVAL JOSÉ DE SOUZA
Agente de Proteção aos Índios 6-B e ex-Chefe da 7a. Inspeção Regional do S.P.I.